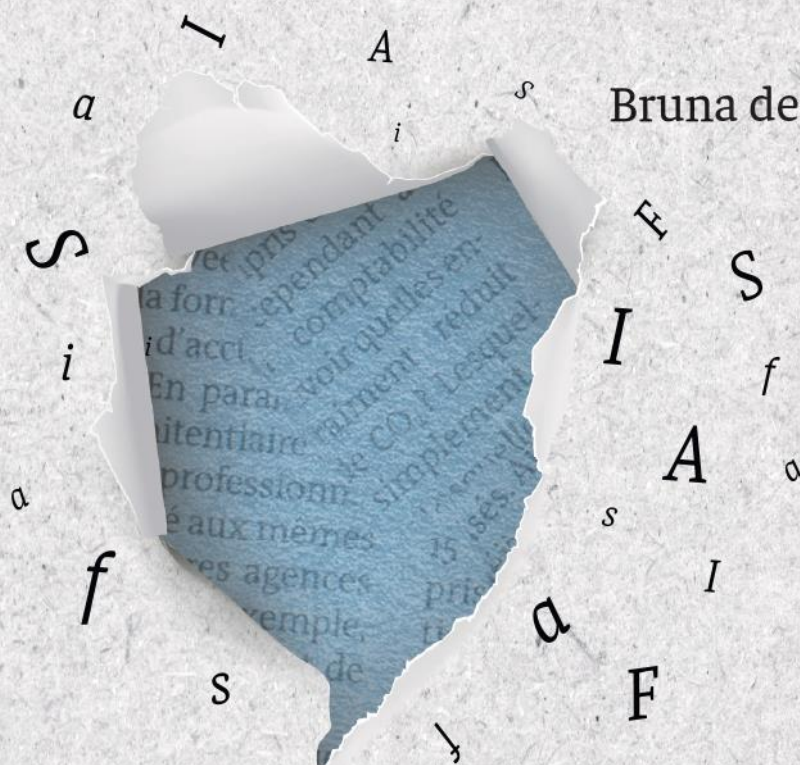


Memória e Linguagem

*estudos
interdisciplinares*

Silvana Silva
Bruna de Oliveira Bortolini
(Organizadoras)



Editora Fundação Fênix

Este livro é resultado do Grupo de Pesquisa Escrita e Sociedade em Perspectiva Enunciativa (registrado no CNPq em 2020), liderado pelas professoras Silvana Silva (UFRGS), Célia Della Méa (UFSM) e Márcia Boabaid (UFSM) e que congrega estudantes e pesquisadores de diversas instituições do RS. Os encontros, realizados durante o período do confinamento da pandemia Covid-19, centraram-se no estudo das relações entre memória e linguagem em torno da obra do linguista Émile Benveniste e do filósofo Walter Benjamin. Esperamos que o leitor encontre nesse livro mais o testemunho de reflexões conjuntas entre Filosofia e Linguística, Psicanálise e Filosofia e entre Escrita Criativa e Literatura a que demos o subtítulo de ‘estudos interdisciplinares’.

Das organizadoras:

Silvana Silva (UFRGS) - Doutora em Linguística

Bruna de Oliveira Bortolini (UPF) - Doutora em Filosofia



Editora Fundação Fênix



Memória e linguagem
estudos interdisciplinares

Série Humanidades e interdisciplinaridade

Conselho Editorial

Editor

Agemir Bavaresco

Conselho Científico

Agemir Bavaresco – Evandro Pontel

Jair Inácio Tauchen – Nuno Pereira Castanheira

Conselho Editorial

Augusto Jobim do Amaral

Cleide Calgaro

Draiton Gonzaga de Souza

Evandro Pontel

Everton Miguel Maciel

Fabián Ludueña Romandini

Fabio Caprio Leite de Castro

Fábio Caires Coreia

Gabriela Lafetá

Ingo Wolfgang Sarlet

Isis Hochmann de Freitas

Jardel de Carvalho Costa

Jair Inácio Tauchen

Jozivan Guedes

Leno Francisco Danner

Lucio Alvaro Marques

Nelson Costa Fossatti

Norman Roland Madarasz

Nuno Pereira Castanheira

Nythamar de Oliveira

Orci Paulino Bretanha Teixeira

Oneide Perius

Raimundo Rajobac

Renata Guadagnin

Ricardo Timm de Souza

Rosana Pizzatto

Rosalvo Schütz

Rosemary Sadami Arai Shinkai

Sandro Chignola

Silvana Silva
Bruna de Oliveira Bortolini
Organizadoras

**Memória e linguagem
estudos interdisciplinares**



Editora Fundação Fênix

Porto Alegre, 2023

Direção editorial: Agemir Bavaresco
Diagramação: Editora Fundação Fênix
Concepção da Capa:

Imagem:

O padrão ortográfico, o sistema de citações, as referências bibliográficas, o conteúdo e a revisão de cada capítulo são de inteira responsabilidade de seu respectivo autor.

Todas as obras publicadas pela Editora Fundação Fênix estão sob os direitos da Creative Commons 4.0 –
http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Série Humanidades e Interdisciplinaridade – 12

Catálogo na Fonte

M533 Memória e linguagem [recurso eletrônico] : estudos interdisciplinares /
Silvana Silva, Bruna de Oliveira Bortolini Organizadoras. – Porto
Alegre : Editora Fundação Fênix, 2023.
227 p. (Série Humanidades e Interdisciplinaridade ; 12)

Disponível em: <<http://www.fundarfenix.com.br>>

ISBN 978-65-5460-029-3

DOI <https://doi.org/10.36592/9786554600293>

1. Linguagem. 2. Escrita. 3. Memória. 4. Linguística. 5.
Filosofia. I. Silva, Silvana (org.). II. Bortolini, Bruna de Oliveira
(org.).

CDD: 418.007

Responsável pela catalogação: Lidiane Corrêa Souza Morschel CRB10/1721

Sumário

Apresentação

As organizadoras 13

Parte I.

Proposições teóricas 21

Capítulo 1

Entre arquivo e memória: notas preliminares sobre os manuscritos na formação de um pensamento sobre a linguagem em Benveniste

Gabriela Barboza 23

Capítulo 2

Escrita e Alteridade: o resgate ético-político da escrita feminina

Bruna de Oliveira Bortolini 41

Capítulo 3

Benjamin, professor de Escrita Criativa?

Guto Leite; Hugo Lorenzetti Neto 53

Capítulo 4

Melancolia em Freud: a supressão da ausência

Janaina Namba 65

Capítulo 5

Memória, política e escrita da História: reflexões benjaminianas

Angélica Schmitt da Silva; Jaqueline Schmitt da Silva 85

Capítulo 6

Experiência de linguagem: uma reflexão sobre novas formas de se relacionar na pandemia

Silvana Silva 99

Parte II.

Articulações analíticas 113

Capítulo 7

Traçado gráfico, disgrafia e subjetividade: observações sobre a enunciação escrita

Celia Helena Della Méa; Rubia Keller Vieira 115

Capítulo 8

Enunciação, trajetória e memória: considerações sobre as marcas do sujeito na (des) (re) construção de experiências significativas na materialidade escrita

Ivani Cristina Brito Fernandes 129

Capítulo 9

Walter Benjamin: experiência e narrativa como resistência

Aldair Marins da Silva 153

Capítulo 10

As literacias digitais e seu domínio pelos estudantes de relações públicas na UFSM/FW

Raquel Schaefer Klauck 163

Capítulo 11

O texto-partitura e o texto-intérprete: a linguagem musical na arqueologia dos afetos

Antônio José Vanzin Boabaid; Márcia Elisa Vanzin Boabaid

181

Capítulo 12

Memória e Experiência: encaixotar e desencaixotar as pregas da leitura

Márcia Elisa Vanzin Boabaid

199

Sobre os autores/Sobre as autoras

223

Apresentação

Este livro é resultado de muitos encontros, de muitas sextas-feiras. Apesar da pandemia, apesar da distância física, as professoras Silvana Silva (UFRGS), Márcia Boabaid (UFSM) e Célia Della Méa (UFSM), contemporâneas do Curso de Doutorado em Estudos da Linguagem na UFRGS, reuniram esforços para dar início ao **Grupo de Pesquisa Escrita e Sociedade em Perspectiva enunciativa**, em janeiro de 2020, bem como de devidamente registrá-lo nos Sistema de Grupos de Pesquisa do CNPq em outubro do mesmo ano. A ele foram agregados imediatamente professores e pesquisadores das áreas de Filosofia e Psicologia, dentre eles a Professora Bruna de Oliveira Bortolini (UPF), indicando o potencial interdisciplinar do Grupo. Desde então foram mais de 20 encontros de pesquisa, reunindo professores e estudantes de diversas universidades do Rio Grande do Sul, a saber, UFRGS, UFSM, UPF, FURG e UNIPAMPA, inicialmente em torno das reflexões sobre memória e linguagem a partir do linguista Émile Benveniste e do filósofo Walter Benjamin. Em 2021, contamos ainda com a participação especial de convidados externos como a Professora e Psicanalista Janaína Namba (UFSCar) e o professor de literatura e cancionista Guto Leite (UFRGS).

Como nos diz Jeanne Marie Gagnebin (2014), especialista na obra de Benjamin, inspirada na estratégia de Penélope para preservar o espaço do ausente rei Ulisses, fazer operar a memória é indissociável de ressignificar a história e reafirmar a identidade. Na mesma esteira, Benveniste em *Linguagem e a experiência humana* destaca a "natureza desigual da experiência", posto que, na maioria das línguas, o passado é expresso com uma riqueza gramatical duas ou três vezes mais expressiva do que o futuro. Isso posto, cabe ao sujeito o trabalho incessante de realinhar e tecer com afinco as formas herdadas na língua e sua experiência social para estabelecer algum porvir. Estabelecidas as premissas da obra **Memória e linguagem**: estudos interdisciplinares, esperamos que os capítulos desse livro retratem ou representem minimamente a identidade da primeira publicação coletiva do nosso Grupo de Pesquisa. Fazer linguística, fazer filosofia, acreditamos, não se faz sem um enfrentamento epistemológico de categorizações disciplinares e de produção de uma visada ensaística particular. Esperamos que o leitor perceba o

debate interno entre textos e o teor intencionalmente inacabado das reflexões. É que a crise da Modernidade só soube produzir fragmentos. Se conseguirmos tal intento, teremos cumprido nosso papel com esses encontros.

O presente livro foi organizado em duas partes. Na Primeira Parte, agrupamos os textos que investiram fortemente em proposições teóricas, aquilatando conceitos fundamentais para o estudo da Memória em sua relação com a Linguagem. Na Segunda, reunimos os textos que se propuseram a alargar o horizonte epistemológico, a partir de leituras pessoais, análises ou aplicações dos estudos benvenistianos e/ou benjaminianos.

O capítulo *Entre arquivo e memória: notas preliminares sobre os manuscritos na formação de um pensamento sobre a linguagem em Benveniste*, de Gabriela Barboza, apresenta notas preliminares a respeito da relação entre arquivo e memória na (re)constituição de um pensamento de Émile Benveniste sobre a linguagem. Procura, assim, debater sobre em que medida o acesso aos arquivos de Benveniste contribui para uma espécie de reconfiguração de seu lugar nas ciências humanas, de modo geral, e mais especialmente na Linguística. Reafirmando as cartas como lugar de construção de conhecimento linguístico, oferece a interpretação de uma carta enviada de Benveniste a Claude Lévi-Strauss e procura demonstrar o que a carta nos permite observar a respeito da construção de um conhecimento sobre a linguagem entre dois dos maiores intelectuais do século XX.

Em *Escrita e Alteridade: o resgate ético-político da escrita feminina*, Bruna de Oliveira Bortolini também reforça a importância, no tempo presente, de nos dedicarmos ao levantamento e estudo de obras ainda desconhecidas do público leitor, pertencentes aos gêneros textuais correspondência e diário, como forma de realizar uma leitura da história a contrapelo. O capítulo defende, mais especificamente, a urgência de nos voltarmos para escritos não-oficiais de autoras brasileiras de forma a evidenciar como as mulheres, em períodos que a elas era negado o exercício intelectual e criativo por meio da escrita, conseguiram por meio de cartas e diários, alcançar o entendimento de sua própria condição de mulher no mundo e também como elemento importante, segundo os estudos de Benveniste

sobre a enunciação, na construção da subjetividade feminina através de uma escrita autoral, não demarcada, em sua totalidade, pelos recursos semânticos masculinos.

Atitude, essa, de olhar para a diferença, para o não convencional no exercício da escrita, ou de sua leitura, que vai ao encontro do que Guto Leite e Hugo Lorenzetti Neto reivindicam em seu texto *Benjamin, professor de escrita criativa?* Neste capítulo os autores se propõem a pensar sobre como a dialética benjaminiana pode auxiliar o escritor a explorar as múltiplas perspectivas de si no ato da escrita e a romper com as lógicas homogeneizantes e mercadológicas do fazer estético. Os autores chamam atenção em seu texto àqueles que se dedicam à escrita criativa para o compromisso de também estarem atentos, no seu fazer criativo, ao potencial revolucionário da mesma e à capacidade de por meio da escrita fazer saltar aos olhos do leitor aquilo que outrora ficou relegado ao esquecimento, à invisibilidade, pelas narrativas dominantes. Defendem a ideia de uma escrita não apenas criativa, mas também profana, capaz de retornar “aos contextos sociais vivos e à história”.

O capítulo de Janaína Namba apresenta como a concepção simbólica referida por Schelling tanto na *Filosofia da Arte* (1802) quanto na *Filosofia da Mitologia* (posterior a 1842), em que há uma identidade entre o ser e o significar pode ser pensada para os mecanismos psíquicos da melancolia vista sob a ótica da psicanálise freudiana. Ao recolher o objeto de amor no próprio ego, o melancólico suspende a barreira da censura, fazendo confluir a consciência no inconsciente. Essa confluência confere ao aparelho psíquico uma característica que em outro lugar tratamos como simbólica, ou a de encerrar-se em si mesmo e referir-se quase que exclusivamente a si mesmo, como a mitologia que se explica por si mesma.

Já no capítulo *Walter Benjamin: política, memória e escrita da história*, Angélica Schmidt e Jaqueline Schmidt investigam o sentido que os acontecimentos históricos podem trazer para o entendimento de cada época, em especial para aqueles que vivem tempos extremos, como os de ascensão do fascismo. Através da análise da obra *Sobre o conceito de história* de Walter Benjamin, e em diálogo com autores contemporâneos como é o caso do brasileiro Ailton Krenak, as autoras destacam ainda como a reflexão por meio da escrita política sobre um tempo pode ser além de esclarecedora, também revolucionária. Isso porque, sem eximir-se da crítica e da denúncia contra a barbárie, cria condições para se sonhar o futuro,

construir outras realidades possíveis, mais justas, talvez, em que todas as vozes possam ecoar, cada uma ao seu tempo e ao seu próprio modo.

Silvana Silva, no capítulo *Experiência de linguagem: uma reflexão sobre as novas formas de se relacionar na pandemia*, debruça-se sobre os conceitos de experiência de linguagem e restrição formal de língua, no texto *Linguagem e experiência humana* de Benveniste e experiência de linguagem e pobreza de experiência na Modernidade, no texto *Experiência e Pobreza* de Benjamin, procurando observar a formação dialética da constituição de pensamento dos dois autores e destacando os encontros online durante a pandemia do Coronavírus como uma saída para o isolamento social. Apresenta sua reflexão entremeada a poemas de Carlos Drummond de Andrade e a letra de uma música de Chico César para destacar que a construção da memória na contemporaneidade passa inevitavelmente por uma luta contra o esquecimento de si e do semelhante.

No capítulo *Traçado gráfico, disgrafia e subjetividade: observações sobre enunciação escrita*, Célia Della Múa e Rubia Keller interpretam a escrita de um sujeito que reflete metalinguisticamente sobre suas enunciações escritas. A abordagem de dá a partir da experiência desse sujeito com a língua que enuncia; tece observações sobre essa etnografia de si; traz as noções de escrita cursiva e de forma, inter-relacionadas com a disgrafia e finaliza com a subjetividade na e pela enunciação escrita conforme a acepção de Flores (2018).

A memória também pode associar-se com os processos enunciativos, delineando experiências que, por sua vez, compõem trajetórias. Com o objetivo de explorar esta articulação, Ivani Cristina Brito Fernandes, no capítulo *Enunciação, trajetória e memória: considerações sobre as marcas do sujeito na (des) (re) construção de experiências significativas na materialidade escrita*, busca identificar e discutir a emergência do sujeito a partir das marcas no enunciado na obra *La ridícula idea de no volver a verte* (2013), da escritora espanhola Rosa Montero. Durante o que a autora nomeia como "passeio reflexivo-analítico", o leitor será convidado a refletir sobre a importância de como se enuncia a experiência e da sensibilização de um olhar minucioso de natureza enunciativa e existencial.

Comunicar experiências e saberes construídos ao longo de uma vida, no entanto, nem sempre é uma tarefa fácil, ainda mais em tempos que surgem acompanhados por grandes e rápidas mudanças técnicas e científicas em que os modos de vida se tornam cada vez mais velozes e o acesso à informação e ao conhecimento está ao alcance das mãos. Em *Walter Benjamin: experiência e narrativa como resistência*, Aldair Marins da Silva, aborda, numa perspectiva benjaminiana, como a experiência (*Erfahrung*), enquanto sabedoria de vida, intimamente ligada ao coletivo e a uma noção dilatada de tempo, encontra-se em vias de extinção e quais impactos, que a perda desse modo de compreender e se relacionar com a temporalidade, têm na vida dos indivíduos, questionando ainda sobre que experiências sobreviventes têm sido possíveis no tempo presente, no qual, a todo momento, somos surpreendidos por eventos que insistem em colocar à elas impedimentos.

No entanto, embora seja com a modernidade e com o impacto de suas transformações técnicas e científicas na vida das pessoas que a experiência, no sentido benjaminiano do termo, tenha encontrado seu declínio, talvez possamos nos questionar, hoje, se a técnica não poderia, quando bem compreendido o seu potencial, estar à serviço da revolução no sentido de conscientizar e organizar as massas na luta contra o fascismo e a opressão, bem como em prol da emancipação humana. Nesse sentido, o capítulo *As literacias digitais e seu domínio pelos estudantes de relações públicas na UFSM/FW*, de Raquel Schaefer Klauck, lido por esta ótica, nos provoca a pensar o papel das tecnologias digitais na sociedade hodierna, mas especificamente no âmbito da educação e a responsabilidade das instituições de ensino na formação de indivíduos capazes de utilizar tais recursos de forma responsável e consciente em favor de seu desenvolvimento e da própria sociedade. Afinal as tecnologias digitais também se constituem numa forma de linguagem capaz de possibilitar a troca de conhecimento e saberes entre indivíduos.

A ideia de linguagem não somente como texto escrito, embora numa perspectiva diversa, também é tema do capítulo *O texto-partitura e o texto-intérprete: a linguagem musical na arqueologia dos afetos* de Antônio José Vanzin Boabaid e de Márcia Elisa Vanzin Boabaid. Nele os autores nos trazem uma interessante perspectiva, pelo viés da Teoria da Enunciação de Benveniste, sobre o papel do

intérprete na significação do texto-partitura, pouco explorado nos estudos sobre linguagem, e no modo como este será sentido e entendido por aquele que o escuta. O que implica olhar a partitura como um artefato que para ser compreendido precisa ser esculpido por quem o lê e interpreta, destacando a necessidade do Outro na construção do sentido e da voz. O intérprete é aquele que está disposto a ouvir a voz da partitura e por meio do instrumento e do corpo abrir espaço para a música falar.

Por fim, no capítulo *Memória e Experiência: encaixotar e desencaixotar as pregas da leitura*, Marcia Elisa Vanzin Boabaid, ao analisar as obras *Desempacotando minha biblioteca* de Walter Benjamin e *Encaixotando minha biblioteca* de Manguel, retoma e reforça a ideia da linguagem como movimento do eu em direção ao Outro, a linguagem como ponto de encontro entre diferentes, destacando a leitura, mais especificamente a leitura-entrega, como um desses caminhos que proporcionam não somente a troca entre experiências e saberes diferentes, mas também a construção da subjetividade a partir da relação com o Outro por meio do texto. Pois, ler é, antes, ler a escrita do Outro, é ir em direção ao desconhecido e nesse processo aprender a ver o mundo e a si mesmo de modo diferente, mas também aprender a criar novos sentidos junto com este Outro, pois como nos diz Marcia “cada um lê atravessando os limites do que lê”. O texto, mesmo após sua composição, nunca se encontra plenamente acabado, isso porque está sempre à espera do leitor, aquele que irá continuar o texto, agregar a ele novas experiências e significados.

Nesse sentido, esperamos que este livro seja um convite a quem o lê para dialogar com os escritos que o compõem criando a partir desse encontro novas experiências de pensamento que ultrapasse as margens que o contém. Esperamos ter destacado a necessidade de a *memória* ser matéria de debate nos Estudos Linguísticos - como nos ensina a tese de doutoramento de Valério (2015) - tanto quanto o é para a Filosofia e para a Psicanálise.

Ao final da obra, o leitor encontrará uma minibiografia de cada autor em ordem alfabética.

Por último e não menos importante, gostaríamos de agradecer a revisão de textos do graduando em Letras João Gabriel Manfrim e do professor Dr. Tiago

Rodrigues, assim como registrar nossa gratidão à designer Giséli Fátima Elicker das Neves pela criação artística da capa que compõe o livro.

As organizadoras

Porto Alegre, Passo Fundo, verão de 2023.

Referências

BENVENISTE, E. Linguagem e experiência humana. IN: BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 68-80.

GAGNEBIN, J-A. O trabalho de rememoração de Penélope. IN: GAGNEBIN, J-A.. *Limiar, aura e rememoração*. Ensaios sobre Walter Benjamin. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 217-250.

VALERIO, P. S. *Linguagem e tempo: a memória na perspectiva da enunciação*. Tese (Doutorado). UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, São Leopoldo, 2015, 193 fls.

Parte I.

Proposições teóricas

Capítulo 1

Entre arquivo e memória: notas preliminares sobre os manuscritos na formação de um pensamento sobre a linguagem em Benveniste



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-01>

Gabriela Barboza

*A maior riqueza do homem é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas um sujeito que abre
portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora,
que aponta lápis, que vê a uva etc. etc.
Perdoai.
Mas eu preciso ser Outros.
Manoel de Barros*

Situando a questão

Émile Benveniste (1902 - 1976) é sabido e amplamente reconhecido como o principal representante da Linguística da Enunciação. A título de ilustração dessa afirmação, tome-se o trecho de uma carta em que Tzvetan Todorov o convida a contribuir, em 1970, para um número da revista *Langages* dedicado à Enunciação. O filósofo búlgaro insiste para que Benveniste aceite colaborar com um texto e justifica: “[...] ainda mais porque ele só faz sentido se você puder nos dar essa colaboração. A razão disso é dupla: de um lado, você sabe da admiração que tenho

por seus trabalhos, por outro, você é literalmente aquele que introduziu o tema na linguística contemporânea"^{1,2}.

É inegável que os estudos em torno da teoria da enunciação benvenistiana consolidaram um campo do saber muito produtivo no Brasil e seguem formando inúmeros pesquisadores. Fruto dos modos de inserção de seus pensamentos na linguística brasileira³, os estudos de Benveniste ligados à enunciação são o que mais se evidencia a seu respeito por aqui. Como consequência disso, muito pouco se sabe sobre os outros interesses do semanticista. Estamos de acordo com Flores⁴: "a enunciação foi a glória e o infortúnio de Benveniste no Brasil".

A epígrafe de Manoel de Barros faz alusão, de algum modo, a questões importantes em torno de Benveniste para este texto e que se relacionam também com o que abordamos, nos parágrafos anteriores, a respeito da recepção do linguista no Brasil. Destacamos dois trechos: o primeiro deles, "perdoai. Mas eu preciso ser Outros", está ligado à multiplicidade de interesses de Benveniste. Considerado um dos maiores linguistas do século XX, Ezra Benveniste nasceu em 1906, em uma comunidade judaica em Aleppo, Síria, e naturalizou-se francês, passando a chamar-se Émile Benveniste em 1924. Devido à sua origem – e também em função dos deslocamentos da família –, desde muito pequeno, Benveniste esteve em contexto multilíngue, tendo contato com línguas como russo, hebraico, turco, ladino, etc. Consideramos pertinente mencionar sua origem na medida em que ela nos ajuda a estabelecer hipóteses sobre uma parte de seus interesses.

Seus estudos em torno da linguagem são muito amplos e não se restringem a um limite disciplinar. Sua obra é vasta e não pode ser reduzida a somente um campo específico. Benveniste foi um linguista comparatista muito respeitado, especialista em línguas indo-europeias (como, por exemplo, línguas iranianas e grego), considerado o maior indo-europeísta do século XX, ao lado de Jerzy Kurylowicz⁵,

¹ Tradução livre.

² TODOROV *apud* FENOGLIO, 2011, p. 275.

³ Para um estudo detalhada sobre as diferentes recepções de Benveniste no Brasil, ver Flores (2017).

⁴ FLORES, 2017, p. 55

⁵ KRISTEVA, MILNER, RUWEL, 1983.

empreendeu também estudos sobre línguas ameríndias⁶. Fruto de seu tempo, com frequência, suas pesquisas também se voltaram aos efeitos de Saussure na linguística, como, por exemplo, nas pesquisas sobre semiologia. Seria redundante retomar seus interesses pela enunciação, fato que é amplamente reconhecido. Devido à multiplicidade de interesses que estão no entrecruzamento com outras disciplinas, há pesquisadores que o consideram um especialista em história das religiões e um etnólogo de línguas. Essa brevíssima e fragmentada síntese dos interesses de pesquisa procura demonstrar que, quando se trata de Benveniste, de fato, sempre há "Outros".

No que diz respeito à diversidade de atuação do semanticista, Claudine Normand, em texto de apresentação ao número da revista *LINX* que reuniu trabalhos apresentados no Colóquio *Émile Benveniste vingt ans après*, afirma e questiona: "nenhum linguista francês hoje ignora Benveniste, mas qual Benveniste é escolhido?"⁷. Ao estabelecer seu itinerário de leitura da obra de Benveniste, a especialista aponta para o fato de que é necessário tomar decisões a respeito de seus textos. A escolha por um ou outro ângulo desse antropólogo da linguagem que escapa a toda e qualquer tentativa de "encarceramento" é sempre parcial e, portanto, redutora e incompleta, ainda que necessária ("a maior riqueza do homem é sua incompletude" – segundo trecho destacado do poema de Barros).

Reconhecidas a diversidade do pensamento benvenistiano ("eu preciso ser Outros") e o reducionismo de toda e qualquer perspectiva que se adote a respeito de sua obra ("sua incompletude"), é preciso reconhecer que o estabelecimento de divisões em relação a Benveniste cumpre uma função pedagógica: didatizar a abordagem de um pensamento complexo e em rede. Independentemente de que se selecione um ou outro aspecto de sua obra para se dedicar em dado momento, cabe ressaltar que todos eles compõem o que Teixeira e Messa⁸ chamam de "universo benvenistiano" – uma excelente metáfora. A imagem gerada pelas autoras reforça que, ainda que o mestre tenha múltiplos interesses, todos eles convergem, nesse

⁶ Para saber mais sobre a pesquisa de Benveniste a respeito das línguas ameríndias, consulte LAPLANTINE, Chloé. 'Emile Benveniste et les langues amérindiennes'. *History and Philosophy of the Language Sciences*, 2013.

⁷ NORMAND, 1997, p. 13.

⁸ TEIXEIRA; MESSA, 2015, p. 100.

universo, para algumas linhas unificadoras de sua teoria da linguagem: o homem na língua e a significação, "como as línguas significam".

Tais unificadores se manifestam, com maior ou menor intensidade e sob diferentes vieses, ao longo de sua obra. Não pretendemos, neste texto, demonstrar o modo como cada um deles se apresenta na amplitude das reflexões de Benveniste, tampouco arrolar a magnitude de suas publicações⁹. Importa-nos, antes, reiterar que há uma vastidão de publicações de Benveniste – sejam elas feitas em vida ou postumamente. Em função dos propósitos desta discussão, gostaríamos de dar ênfase, principalmente, à parte do material publicada posteriormente à sua morte, em 03 de outubro de 1976.

Desde seu depósito, em 30 de dezembro de 1976, até o início dos anos 2000, o acervo de Émile Benveniste permaneceu "adormecido" no setor de "manuscritos orientais" da Biblioteca Nacional da França (BNF)¹⁰. A partir de 2006, com a descoberta/localização desse material arquivístico pelo grupo de pesquisa coordenado por Irène Fenoglio (ITEM, CNRS/ENS)¹¹, testemunhamos uma profusão de publicações de manuscritos inéditos produzidos pelo sírio-francês. Sem pretender listar à exaustão o que se publicou de original de Benveniste a partir de seus arquivos, temos:

- *Manuscrits inédits* - material transcrito e apresentado por Chloé Laplantine em livro organizado por Serge Martin - 2009.
- *Baudelaire* - material transcrito e apresentado por Chloé Laplantine - 2011.
- *Dernières leçons au Collège de France -1968 et 1969* - organização estabelecida por Irène Fenoglio e Jean-Claude Coquet - 2012.
- *La traduction, la langue et l'intelligence* - nota publicada por Irène Fenoglio - 2016.
- *Singulier et pluriel* - nota publicada por Irène Fenoglio - 2016.
- *Lettres d'Émile Benveniste a Claude Lévi-Strauss* - cartas divulgadas por Chloé Laplantine, John Joseph e Georges-Jean Pinault - 2020.

⁹ A esse respeito, MOINFAR (1975) e REDARD (2014) têm levantamentos bibliográficos, solidamente estabelecidos no campo, que datam do início da vida acadêmica de Benveniste até sua morte.

¹⁰ COQUET; FENOGLIO, 2012.

¹¹ Institut des Textes et Manuscrits Modernes, *Centre National de la Recherche Scientifique de l'École Normale Supérieure*

- *La Correspondance d'Émile Benveniste e Roman Jakobson (1947-1968)* - cartas publicadas por Chloé Laplantine e Pierre-Yves Testenoire - 2021.

A multiplicação de publicações em torno dos arquivos do Fundo Benveniste é um fato que demonstra a atualidade do interesse pelas reflexões do linguista. Dito de outro modo, seus apontamentos em torno da linguagem, interrompidos em 1969 por causa do AVC sofrido e que o levou à morte em 1976, seguem reverberando nos pesquisadores do século XXI – e não somente com o objetivo de estabelecer uma cronologia do pensamento do antropólogo da linguagem. Desde o início do trabalho com os manuscritos, surgiram pesquisas que colocam Benveniste em relação com temáticas até então pouco exploradas. No que diz respeito à recepção de Benveniste no Brasil, Flores¹² avalia que estava em curso, desde o final dos anos 1990, uma espécie de mudança de postura da linguística (e também de outras áreas, como a psicologia, a filosofia e a antropologia) em relação ao mestre, o que se consolida com a publicação da tradução brasileira de *Dernières Leçons* em 2014. Com base nas publicações encontradas em repositórios de livre acesso franceses (*Open Edition Journals*, *Persée* e *Hal Science Ouverte*), ousamos supor que movimento semelhante ocorreu entre os pesquisadores na França. É possível observar que, de modo geral, as publicações oriundas dos arquivos renovaram o interesse e as temáticas de pesquisas em torno de Benveniste, sem, é evidente, invalidar as pesquisas anteriores.

A partir da observação de certa mudança no perfil das pesquisas em torno do linguista e do surgimento de seus manuscritos inéditos, surgiram as questões que movem a reflexão que ora propomos – mas que não se esgotam nelas: trata-se de debater sobre em que medida o acesso aos arquivos contribui para uma espécie de reconfiguração do lugar de Benveniste nas ciências humanas, de modo geral, e, mais especialmente, na Linguística. Além disso, de que modo o acesso aos arquivos possibilita observar a construção de um pensamento sobre a linguagem capaz de jogar luz a novos elementos, ou, pelo menos, renovar algumas discussões em torno das proposições benvenistianas? Que estatuto um material sabidamente

¹² FLORES, 2017.

fragmentado e não escrito para ser publicado, como os divulgados a partir dos arquivos, pode adquirir na discussão em torno dos postulados de um autor?

Para qualificar o debate proposto, recorreremos à contribuição decisiva que o campo da Historiografia da Linguística tem dado em torno da reflexão sobre o tratamento de fontes e arquivos na eterna construção dos saberes sobre a linguagem. É a isso que nos dedicamos a partir de agora.

Arquivo e Memória

“O cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”.

Walter Benjamin

A utilização de arquivos como fonte de pesquisa é um campo relativamente vasto de estudos cuja prática é realizada por diferentes disciplinas, como, por exemplo, a historiografia, a arquivologia, a genética textual, a história das ideias, a epistemologia das ciências. Independentemente da perspectiva disciplinar adotada, é consenso que os arquivos são materiais privilegiados de investigação em todas as áreas.

Diversos pesquisadores – desde diferentes perspectivas – tematizam a problemática do arquivo em suas pesquisas¹³. Interdisciplinares e reconhecidamente complexas, as discussões em torno do arquivo – e todos seus desdobramentos – requerem tratamento aprofundado e, portanto, não serão retomadas neste trabalho em função da limitação de sua extensão. Na reflexão que ora propomos, demos passos mais modestos e nos valem da definição de arquivo apresentada pelo *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*¹⁴, qual seja:

¹³ A lista é incontável. Os trabalhos consultados para este estudo são os de DERRIDA (2001), FOUCAULT (2007), RICOEUR (2007), AGAMBEN (2008), FARGE (2009).

¹⁴ DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 26.

arquivo

1 Conjunto de **documentos** produzidos e acumulados por uma **entidade coletiva**, pública, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do **suporte**. *Ver também fundo*.

2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a **custódia**, o **processamento técnico**, a **conservação** e o **acesso (1) a documentos**.

3 Instalações onde funcionam **arquivos (2)**.

4 Móvel destinado à guarda de **documentos**.

Como é possível observar a partir das entradas para o verbete, *arquivo* é um termo fundamentalmente polissêmico. Remete a diversos campos e designa muitas coisas – pode ser tanto lugar (é a origem da palavra, que vem do grego e designava o palácio onde se conservavam os documentos) como objeto (móvel, documento, conjunto de documentos). Neste trabalho, interessa-nos mais a primeira entrada de definição.

No que diz respeito aos arquivos de Benveniste, eles são muito diversos tanto em relação ao gênero (notas preparatórias de aulas, rascunhos, esboços de artigos publicados, cartas, recibos etc.) quanto em relação ao formato (manuscrito, datilografado, datilografado com anotações manuscritas etc.) e à temática (descrição de línguas diversas, reflexões gerais em torno da linguística, estudos sobre a poética de Baudelaire, assuntos pessoais etc.). Os arquivos estão localizados, conforme Brunet (2012), em pelo menos cinco locais diferentes:

- Departamento de manuscritos da BNF, França;
- Universidade do Alaska Fairbanks, Estados Unidos;
- Departamento de arquivos do *Collège de France*, França;
- IMEC - *Institut Mémoires de l'Édition Contemporaine*, França;
- Universidade de Berna, Suíça.

Ainda que, à primeira vista, as informações a respeito dos arquivos de Benveniste aqui compartilhadas pareçam irrelevantes para sua reflexão sobre a linguagem, elas nos auxiliam a traçar um panorama de suas publicações póstumas, bem como conjecturar sobre possíveis percursos empreendidos pelo linguista.

Nesse sentido, inspiramo-nos nas proposições feitas por pesquisadores da Historiografia Linguística, campo que entende que, quando se trata de manuscritos, conteúdo e contexto estão inevitavelmente ligados¹⁵.

Dados que, muitas vezes, são considerados desnecessários, podem desempenhar papel determinante e revelador da construção de um pensamento sobre a linguagem. Quando se trata de arquivo, tudo pode ser revelador: a rasura, a inserção, o comentário, a hesitação, a falta... Ter acesso ao texto publicado nos permite saber sobre os resultados a que o pesquisador chegou em torno do fenômeno investigado, mas muito pouco nos informa a respeito da construção desse pensamento, de suas hipóteses (confirmadas ou rejeitadas). "As maneiras pelas quais o conhecimento linguístico se produziu, desenvolveu, foi divulgado e percebido, também fazem parte, em suma, da sua história."¹⁶

Cristina Altman, pesquisadora pioneira na inserção da perspectiva da Historiografia da Linguística no Brasil, defende, em boa parte de seus textos mais gerais sobre a área, a necessidade de considerar, para além das ideias produzidas no campo de uma dada ciência, o contexto histórico que as sustenta, os valores individuais e coletivos dos sujeitos envolvidos, o *zeitgeist* – condição externa, todos elementos cruciais na tarefa de retrazar caminhos produzidos para a construção de um conhecimento sobre a linguagem. A esse respeito, afirma a linguista que

[...] as ideias linguísticas não se desenvolvem no vazio, desvinculadas das outras ideias que as circundam no momento em que entram em evidência, e das práticas que lhe são paralelas. Ignorá-las é aumentar o risco de tomar como única e desejável de teorização e de prática de análise linguística nossa concepção contemporânea de conhecimento da linguagem. E, se há um interesse em reconstruir o que nossos antepassados disseram uns aos outros sobre a linguagem e as línguas, esse é justamente nos ajudar a (re)conhecer diferentes formas de vida intelectual, além das nossas (RORTY, 1993). O que não nos deixa esquecer a natureza inevitavelmente provisória do conhecimento que produzimos hoje.¹⁷

¹⁵ KOERNER, 1974.

¹⁶ ALTMAN, 2012, p. 22.

¹⁷ ALTMAN, 2012, p. 23.

É importante reforçar, portanto, que a consideração de elementos que compõem o que Rosário¹⁸, a propósito de Benveniste, chamou de *condições de enunciação* (consideração da tríade vida-obra-teoria) não deve funcionar como mero pano de fundo ou parágrafo biográfico introdutório ao autor investigado: os elementos, antes periféricos, são centrais na perspectiva adotada. O contorno social que dá forma à construção do pensamento é da ordem do inescapável. Nenhum pesquisador está "livre" da sociedade e do contexto em que estão inseridas suas pesquisas.

No caso dos arquivos de Benveniste, entendemos que eles exercem um papel de lugar de memória, na medida em que seus papéis conservam a reflexão do linguista em torno das mais diversas questões – algumas das quais até então inacessíveis a seus leitores, é importante ressaltar. Não fosse o acesso aos manuscritos, não seria possível observar a profundidade com que o linguista empreendeu estudos em torno, por exemplo, da *língua* de Baudelaire. Ainda, os documentos nos auxiliam a descobrir e/ou remontar os modos de construção dos saberes sobre a língua. Isso, de algum modo, evidencia a "natureza provisória" do conhecimento produzido com os documentos de arquivos. Nos manuscritos de Benveniste, mais do que nos textos estabelecidos e por ele publicados, é possível observar a gênese e o desenvolvimento de um pensamento, um pensamento em formação, a ruminação das ideias em torno de determinadas questões da linguagem¹⁹.

Conscientes de que o trabalho com manuscritos é sempre parcial, seletivo e interpretativo, e que nos coloca em uma inevitável posição de provisoriedade do conhecimento produzido, gostaríamos de apresentar e oferecer apontamentos iniciais a propósito de diálogos estabelecidos entre Émile Benveniste e Claude Lévi-Strauss, através de cartas enviadas do linguista ao antropólogo – principalmente, no que diz respeito ao entrelaçamento entre a reflexão linguística e a antropológica que produzem ideias em torno da linguagem.

Assim como notas preparatórias de artigos e de aulas, as cartas são uma fonte legítima de investigação científica. "A disciplina que pretender a reconstrução do

¹⁸ ROSÁRIO, 2018.

¹⁹ FENOGLIO, 2019.

conhecimento sobre linguagem tem como objeto, de antemão, todas as formas sob as quais esse objeto se manifestou, no seu processo histórico.”²⁰. Nesse sentido, elas podem ser pensadas como um espaço rico de trabalho e como um canal de reflexão compartilhado de trocas de saberes. Na medida em que é possível interrogar as especificidades ligadas à construção de um saber – e considerando o caráter datado próprio ao gênero epistolar –, as cartas têm o potencial de se tornar verdadeiros laboratórios de elaboração de conceitos. A partir da leitura da correspondência entre Benveniste e Lévi-Strauss, questionamo-nos: o que as cartas nos permitem observar a respeito da construção de um conhecimento sobre a linguagem entre dois dos maiores intelectuais do século XX?

Valentina Chepiga e Stanislao Sofia²¹, no prefácio do livro *A correspondência entre linguistas*²², destacam a “[...]importância geral de manuscritos de linguistas para a reconstrução da história das disciplinas e para a gênese das teorias”²³. As cartas de Benveniste a Lévi-Strauss, ainda que constituam um material de foro privado, inicialmente não previsto para ser publicado, revelam-se como fontes privilegiadas de pesquisa por onde transita o saber científico e cujo exame pode ser muito enriquecedor, na medida em que nos informam sobre diversas questões (pessoais, mas também epistemológicas e teóricas) ligadas a seus interlocutores e nos permitem contribuir ao debate em torno dos estudos linguísticos.

Ainda que o trabalho com cartas como fonte de pesquisa na (re)construção de conhecimentos científicos não seja muito difundido no Brasil, essa é uma prática consolidada em diversos países da Europa, onde, de algum modo, há, há muito tempo, certa deferência aos objetos e locais de memória e identidade. Michel Arrivé, linguista francês reconhecido principalmente por suas pesquisas sobre Saussure, ao questionar-se se é possível “fazer linguística” nas cartas, chega à conclusão de que “a linguística, mesmo sob sua forma mais aguda e inovadora, se encontra às vezes nas cartas.”^{24, 25}. Em seu texto, Arrivé reconhece o valor das missivas enquanto

²⁰ ALTMAN, 2012, p. 20.

²¹ CHEPIGA; SOFIA, 2017, p.5.

²² Tradução livre.

²³ Tradução livre.

²⁴ Tradução livre.

²⁵ ARRIVÉ, 2017, p. 132.

fontes de pesquisa sobre a linguística. Ao selecionarmos material epistolar para pensar o papel do arquivo na constituição da memória, alinhamo-nos ao ponto de vista de Arrivé e, junto a uma tradição de estudos sobre correspondências, reconhecemos que a produção do conhecimento também pode ser observada, descrita e interpretada em materiais fragmentados, não escritos para ser publicados. Esboçamos, a partir de agora, nossa leitura de uma parte da correspondência de Benveniste a Lévi-Strauss como modo de contribuição à área, ao resgate de elementos da memória de Benveniste ainda pouco abordados.

Cartas de Benveniste a Lévi-Strauss

Na correspondência de Benveniste a Lévi-Strauss, publicada parcialmente por François Bader²⁶ e integralmente por Laplantine, Joseph e Pinault²⁷, é possível encontrar debates sobre diversos temas: organização do parentesco indo-europeu, indicação de livros, comentários sobre publicações, questões de foro pessoal, indicação de Lévi-Strauss ao *Collège de France*. As cartas foram escritas entre 1948 e 1967. Há um período de 19 anos de troca de correspondências, o que nos mostra que, além da comprovação de que Benveniste e Lévi-Strauss mantiveram certo diálogo nesse ínterim e após, há também a descoberta de que sua relação é maior do que a que inicialmente se supunha a partir dos fatos sabidamente conhecidos em torno de seu diálogo: Benveniste foi membro da banca de doutorado de Lévi-Strauss²⁸; ambos fundaram, junto com o geógrafo Pierre Gourou, a revista *L'Homme - revue française d'anthropologie*.

Ao longo das 21 cartas de Benveniste a Lévi-Strauss, abundam exemplos de discussões sobre parentesco indo-europeu, povos indígenas e outros assuntos. Tanto para um quanto para outro pesquisador, as relações entre língua e cultura, religião e relações sociais são coextensivas. Evidentemente, cada um deles fará diferentes observações a respeito dessa relação, desde os pontos de vista que lhes cabem.

²⁶ BADER, 2012.

²⁷ LAPLANTINE; JOSEPH; PINAULT, 2020.

²⁸ LÉVI-STRAUSS, 1948.

De um lado, Lévi-Strauss estava interessado na descrição e interpretação de diferentes sociedades e suas relações de parentesco, que não são sempre as mesmas. Esse tema, que foi um dos objetos da tese de Estado do antropólogo, interessa também a Benveniste, mas desde uma visada relativamente diferente: a do linguista. O que isso significa? Vejamos um trecho da carta número 3, de 24 de junho de 1948. Um dos pontos abordados no debate diz respeito às relações endogâmicas e exogâmicas nas sociedades avéstica, grega e iraniana.

O ponto interessante é de poder trazer à tona, pela análise de relações de parentesco, a frequência de casamentos consanguíneos. [...] Permanece um problema que, entretanto, não tem, neste momento, pela mesma razão, solução: a da denominação de *nabānazdišta*. [...] Somos levados a nos perguntar se essa não é a designação específica de parentesco, pois resultou desse tipo de casamento. Podemos apenas levantar a questão.

Outro ponto merece atenção, principalmente pelos fatos relacionados que ele evoca. Estamos lidando com um parentesco que se manifesta na ocasião do luto. Ora, há algum tempo estou intrigado com um fato singular da terminologia grega, que não tem paralelo até onde sei. Em grego, um mesmo termo [κδοϋς] designa o parentesco por casamento e o luto. A noção de prestar as últimas homenagens e a de se aliar pelo casamento têm a mesma expressão. Será isso o reflexo de uma exogamia estrita, segundo a qual o clã onde tomo uma esposa assume a obrigação de enterrar meus mortos em reciprocidade? Conhecemos outros exemplos de serviços funerários tão estreitamente ligados ao intercâmbio de mulheres?^{29, 30}

Para tratar das relações de endogamia e exogamia avéstica, grega e iraniana – uma questão de organização social –, Benveniste põe em discussão a problemática em torno da denominação ou designação de *nabānazdišta* e de κδοϋς – uma questão de ordem linguística. Em relação ao segundo termo, o linguista afirma que ele significa duas noções: a de prestar as últimas homenagens ao morto e a de se aliar à viúva pelo casamento. Vemos, aí, o par designação-significação –

²⁹ Tradução livre.

³⁰ BENVENISTE *apud* JOSEPH; LAPLANTINE; PINAULT, 2020, p. 160, grifos nossos.

conceitos caros a Benveniste – funcionando para construir hipóteses e interpretações sobre relações de parentesco de determinadas organizações sociais. Esse par conceitual cumpre papel de operador de análise e comparece com força ao longo da produção de Benveniste, em diferentes momentos de sua obra e desempenhando diferentes funções³¹.

Em texto de 1968, ao problematizar as relações entre língua e sociedade, Benveniste propõe que aquela seja considerada como meio de análise desta e formula as seguintes proposições: “em primeiro lugar, a língua é o interpretante da sociedade; em segundo lugar, a língua contém a sociedade”. O autor explica, na sequência, que a primeira afirmação – a língua é o interpretante da sociedade – é dada pela segunda: a língua contém a sociedade. “[É] impossível descrever a sociedade, descrever a cultura, fora de suas expressões linguísticas.”³². A discussão estabelecida em *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* será retomada, em alguma medida, em texto de 1969, *Semiologia da língua*.

Para chegar a tais afirmações no final da década de 1960, Benveniste empreende, antes, durante e depois dos textos acima mencionados, um longo, rigoroso e exaustivo percurso de análises das mais diferentes línguas – ligadas ao indo-europeu, mas também línguas ameríndias, por exemplo (cf. *supra*) –, nos mais diferentes níveis. A modo de exemplo do desembaraço no trato com as línguas, em um texto curto como a carta 3, ele cita três idiomas diferentes: avéstico, grego e iraniano. O percurso de pesquisa do linguista nos possibilita sugerir que é a vasta experiência com a diversidade das línguas e, por extensão, com a diversidade de culturas, que permite a Benveniste afirmar que a língua é o sistema semiológico por excelência, que ela é o interpretante da sociedade.

É possível observar, assim, o funcionamento da língua em relação com a sociedade a partir de elementos da cultura, através de estudos de palavras em uso, de suas designações e significações. Retomemos uma das questões centrais deste capítulo: o que as cartas nos permitem observar a respeito da construção de um conhecimento sobre a linguagem? Na carta 3, nosso objeto de interpretação,

³¹ BARBOZA, 2018.

³² BENVENISTE, 1995, p. 97.

Benveniste, aliando empiria e reflexões teóricas³³, *demonstra*, mais do que afirma, a tese que seria defendida e que repercute em inúmeros trabalhos: a língua é o interpretante da sociedade por excelência. Tal demonstração ocorre através do funcionamento dos operadores designar-significar, que devem ser compreendidos, ao mesmo tempo, como “uma herança filológica, uma pesquisa etimológica e uma visão antropológica”³⁴. Em síntese, a resposta de Benveniste ao questionamento de Lévi-Strauss sobre uma discussão em torno de relações de parentesco – portanto de sociedade – é a partir de elementos da língua, é com a língua. Em termos de análise de culturas e sociedade, a língua é o inescapável, *a língua é o interpretante da sociedade*, e isso é atestado empiricamente pelo intenso trabalho com línguas diversas.

Procuramos abordar, neste texto, ainda que de modo inicial e provisório, a importância da exploração dos arquivos de Benveniste na (re)configuração de sua memória pessoal e teórica, de sua biografia. Como exemplo de interpretação, utilizamos o caso das correspondências de Benveniste a Lévi-Strauss para verificar a construção de conhecimento sobre a linguagem entre um linguista e um antropólogo. Reafirmamos a importância do trabalho de pesquisa com correspondências de linguistas, na medida em que elas oferecem, dentre outros aspectos, abertura para múltiplos campos de pesquisa. Nelas, acompanhamos diversos tipos de atividades: a elaboração de noções que suscitam a circulação de ideias, um pedido de consulta sobre determinado assunto, um debate teórico etc. Testemunhamos o nascimento, a formação e a demonstração de um conhecimento sobre a linguagem, que pode estar textualizado ou implícito no texto, mas que comparece a todo instante em que o linguista debate com o antropólogo questões de sociedades que interessam a ambos. Ainda, entendemos que as cartas e os demais manuscritos também têm seu valor na medida em que humanizam a figura do linguista Émile Benveniste.

Consideramos que esta pesquisa, de caráter introdutório, tem valor menos por dar respostas e mais por dar a conhecer um material de Benveniste relativamente

³³ FENOGLIO, 2019.

³⁴ FENOGLIO, 2019, p. 25.

desconhecido no Brasil, e também por levantar interrogantes em torno das temáticas nele envolvidas. Antes de “resolver” a questão, importa-nos mais, ao estilo do sírio-francês, empregar a metodologia da problematização, da pergunta, que nos leva, como pesquisadores, a caminhar sempre em busca de respostas e/ou de mais problemas.

Referências

AGAMBEN, G. O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III). Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

ALTMAN, C. História, estórias e historiografia da linguística brasileira. *Revista Todas as Letras*, v. 14, n. ja/ju 2012, p. 14-37, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/article/view/4526/3488>. Acesso em: 08 dez. 2022.

ARQUIVO NACIONAL. (Brasil) Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARRIVÉ, M. La linguistique dans les lettres des linguistes. In: CHEPIGA, V.; SOFIA, E. *La correspondance entre linguistes: un espace de travail*. Louvain-la-Neuve 2017, p. 5-8.

BADER, F. Lettres d'Émile Benveniste à Claude Lévi-Strauss. Contribution à la biographie d'Émile Benveniste. In : BORGHELLO, G. ; ORIOLES, V. *Per Roberto Gusmani 1. Linguaggi, culture, letteratura 2. Linguistica storica e teorica*. Studi in ricordo. Udine: Forum, 2012.

BARBOZA, G. *Entre designar e significar, o que há?* Em busca de uma semântica em Benveniste. 141f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Letras - Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Letras, Porto Alegre, 2018.

BENVENISTE, E. Manuscrits inédits. In: MARTIN, Serge. *Émile Benveniste: pour vivre langage*, Mont-de-Laval, L'Atelier du grand tétras, 2009, p. 13-24.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BENVENISTE, E. Baudelaire. Paris: Lambert-Lucas, 2011.

BENVENISTE, E. *Dernières leçons*: Collège de France (1968 et 1969). Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2012.

BENVENISTE, E. La traduction, la langue et l'intelligence. In: FENOGLIO, I. et al. *Autour d'Émile Benveniste sur l'écriture*. Paris: Éditions du Seuil, 2016a. p. 37–44.

BENVENISTE, E. Singulier et pluriel. In: FENOGLIO, I. et al. *Autour d'Émile Benveniste sur l'écriture*. Paris: Éditions du Seuil, 2016b. p. 45–58.

BRUNET, Émilie. Les papiers d'Émile Benveniste. In: BENVENISTE, Émile. *Dernières leçons*: Collège de France (1968 et 1969). Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2012. p. 175-180.

CHEPIGA, V.; SOFIA, E. Avant-propos. (D)écrire la pensée. In: CHEPIGA, V.; SOFIA, E. *La correspondance entre linguistes: un espace de travail*. Louvain-la-Neuve 2017, p. 5-8.

COQUET, J. C.; FENOGLIO, I. Introdução. In: BENVENISTE, E. *Dernières leçons*: Collège de France (1968 et 1969). Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2012.

DERRIDA, J. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Dumará, 2001.

FARGE, A. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

JOSEPH, J.; LAPLANTINE, C.; PINAULT, G. Lettres d'Émile Benveniste à Claude Lévi-Strauss (1948-1967). *Histoire Épistémologie Langage*, SHESL/EDP Sciences, 2020, 42 (1), p. 155-181. Disponível em <http://journals.openedition.org/hel/612>. Acesso em 24 nov 2022.

LAPLANTINE, C.; TESTENOIRE, P. La correspondance d'Émile Benveniste et Roman Jakobson (1947-1968). *Histoire Épistémologie Langage*, 43-2, 2021. Disponível em <http://journals.openedition.org/hel/1284>. Acesso em 08 nov 2022.

FENOGLIO, I. La linguistique générale d'Émile Benveniste. Une épistémologie méthodique et continue. In: D'OTTAVI, Giuseppe; FENOGLIO, I. (Orgs.). *Émile Benveniste: 50 ans après les Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Rue d'Ulm, 2019, p. 17-52.

FLORES, V. *Saussure e Benveniste no Brasil: quatro aulas na École Normale Supérieure*. São Paulo: Parábola, 2017.

KOERNER, K. Purpose and Scope of *Historiographia Lingüística*. *Historiographia Lingüística*, n.1, v.1, p. 1-10, 1974.

KRISTEVA, J.; MILNER, J.; RUWET, N. Homenagem a Émile Benveniste. In: JAKOBSON, Roman et al. *Língua, discurso, sociedade*. São Paulo: Global Editora, 1983. p. 13.

MOÏNFAR, M. D. Bibliographie des Travaux d'Émile Benveniste. In: SOCIÉTÉ DE LINGUISTIQUE DE PARIS (ed.). *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Paris: Éditions Peeters, 1975, p. IX-LIII.

NORMAND, C. Émile Benveniste: quelle sémantique? *Linx*, n. 8, p. 221-240, 1996.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). *Gestos de leitura*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 49-59.

REDARD, G. Émile Benveniste (1902-1976). In: BENVENISTE, Émile. *Dernières leçons*: Collège de France (1968 et 1969). Paris: EHESS/Gallimard/Seuil, 2012.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROSARIO, H. M. *Um périplo benvenistiano: o semiólogo e a semiologia da língua*. 2018. 174f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Letras – Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2018.

TEIXEIRA, M.; MESSA, R. Émile Benveniste: uma semântica do homem que fala. *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v. 13, n. 1, p. 97-116, jun./dez., 2015

Capítulo 2

Escrita e Alteridade: o resgate ético-político da escrita feminina



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-02>

Bruna de Oliveira Bortolini

"Escrever [...] requer papéis, tinta palavras apenas Pareceu ser tão difícil que até fizeram por nós Não mais digo, escrevo minha própria história"
Caderno Goiabada¹ - Nina Rizzi

O poema acima, de Nina Rizzi², nos traz um ponto importante de reflexão dentro da história da escrita das mulheres, que se refere à dificuldade de acesso que estas tiveram à escrita como forma de enunciação e elaboração do seu pensamento. Tal problemática reflete as relações desiguais existentes entre homens e mulheres constituídas ao longo do tempo e, assim como expressa a autora, clama por uma escrita própria às mulheres, que não se desvincula da luta pela liberdade destas empreenderem um entendimento sobre si mesmas enquanto sujeitos produtores de história e cultura. A escrita das mulheres surge em grande parte como resposta às realidades sócio-culturais que lhes eram impostas e que lhes relegaram à uma condição de subalternidade.

Se voltarmos no tempo, iremos perceber que a escrita das mulheres começa a ganhar visibilidade no século XIX e se fortalece ao longo do século XX³ juntamente

¹ RIZZI, Nina. *Caderno-Goiabada*. São Paulo: Editora Jaboticaba, 2022, p. 81.

² Historiadora, poeta, editora e tradutora brasileira contemporânea, autora das obras *A melhor mãe do mundo* (2022); *Cadernos-Goiabada* (2021); *Sereia no Copo d'água* (2019) dentre outras.

³ Segundo Simone de Beauvoir, mesmo as mulheres escritoras do século XIX eram obrigadas a se esconder; "não tinham sequer um quarto próprio, isto é, não gozavam dessa independência material

com a entrada da mulher em diversos ramos das atividades humanas, o que dá início a um movimento conturbado de ruptura com a tradição patriarcal como um todo, inclusive com a hegemonia de uma escrita unicamente masculina. Por esse motivo, a acusação de uma certa “improdutividade feminina”, como aponta Tedeschi⁴, deve considerar os entraves impostos às mulheres durante muitos anos que as impediu de adentrar ao universo da escrita e da produção de conhecimento. Aspecto que deve mobilizar no presente o debruçar-se sobre a escrita das mulheres como um posicionamento ético e político de recuperação e reconhecimento de suas produções em face ao sistemático silenciamento infligido a elas ao longo da história, ao mesmo tempo em que se combate o inverídico imaginário de que a escassez de produções femininas sejam produto de uma falta de capacidade, interesse e até mesmo disposição das mulheres para atividades de cunho intelectual ou criativo.

Na filosofia, por exemplo, desde onde eu falo, é recente o movimento de reconhecimento às mulheres filósofas. E assim também, por algumas experiências como professora de cursos de graduação, sei que são pouco conhecidos ou valorizados os escritos das mulheres das diferentes áreas do conhecimento. Essa situação infelizmente mostra que, apesar das intensas lutas movidas em torno da desconstrução do preconceito em relação às mulheres e das ações de valorização de suas produções, o cenário ainda é excludente, o que exige continuar com a tarefa de resgatar aquilo que foi deixado de lado no balcão da história, bem como promover a visibilidade de mulheres vivas que escrevem e fazer com que a importância de seus escritos não reste diminuída ou colocada em segundo plano. Contudo, é importante observar que esse resgate histórico implica uma leitura a contrapelo da historiografia tradicional em termos benjaminianos, quer dizer, visitar a história a partir dos fatos considerados de menor importância, dos destroços, das ruínas, de modo a compreendê-la não somente pela perspectiva dos grandes feitos, mas também daqueles que foram ocultados pela narrativa dominante. Essa leitura nos remete a pelo menos dois momentos os quais gostaria de apontar aqui: em primeiro, a busca

que é uma das condições necessárias à liberdade interior” (BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. - 4. ed. - São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970, p. 137).

⁴ TEDESCHI, Losandro Antônio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016, p. 154.

nas obras do passado de rastros que indiquem a presença ou a influência de mulheres no desenvolvimento de ideias e pensamentos, e, em segundo, trazer para a linha de análise produções não-oficiais de mulheres, ou com certo grau de subjetividade, como é o caso de registros escritos em diários, cartas, cadernos de receita, crônicas, poesias, dentre outros.

A respeito do primeiro aspecto, a tarefa implica perceber que na história do Ocidente as mulheres ocupam papéis sociais bem diferentes dos homens, quer dizer, relegadas à esfera do privado, do lar, das tarefas do corpo e da procriação, eram impedidas da participação na vida pública, do trabalho, das tarefas de liderança, governança e das atividades ligadas ao intelecto e à criação. O que faz com que percebamos que a história, desde sempre, tem sido o lugar da legitimação e do domínio, estando incluso neste escopo, segundo Tedeschi, o controle e a distribuição da palavra escrita, que ficou encarregada aos homens letrados, implicando “[...] num uso e abuso do poder simbólico de narrar, relatar e significar determinadas parcelas da realidade”⁵ ligadas diretamente às suas atividades, exaltando-as, e deixando, por outro lado, de valorar os aspectos ligados às atividades femininas, as quais, cabe sempre ressaltar, contribuíram enormemente para que aqueles pudessem alcançar o sucesso em suas empreitadas.

Para ilustrar essa questão trago a seguinte situação, todos lembramos do *Banquete*, obra escrita por Platão a respeito do tema do amor, no qual Sócrates é a figura principal, mas esquecemos, ou nem percebemos, na maior parte das vezes, a presença de uma personagem fundamental para que a compreensão do conceito de amor e de sua relação com os conceitos de verdade e de beleza tenham sido concebidas naquela ocasião, a saber, a filósofa Diotima⁶. E que mesmo sendo uma das únicas mulheres presentes nos diálogos platônicos, sua existência é quase sempre contestada, como se se tratasse de uma invenção de Platão, embora existam elementos que atestem o contrário⁷. O que nos faz perguntar: quantas outras

⁵ TEDESCHI, Losandro Antônio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016, p. 154.

⁶ Filósofa grega conhecida através da obra *O Banquete* de Platão por ser a professora de Erosófia de Sócrates a respeito de temas ligados ao amor. Na referida obra a chama de “mestra” (PLATÃO. *O Banquete*. Trad. José Cavalcante de Souza. - 5 ed. - São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991, 207 C.

⁷ Em *Diotima de Mantineia* (2019), Acker desenvolve uma coerente argumentação, a partir da análise da obra platônica *O Banquete*, que atesta a existência da filósofa grega. O texto da autora pode ser

“Diotimas” temos esquecido de contar nas histórias? Essa negligência em relação à produção das mulheres ocorre, como nos recorda Silva, porque:

Durante muito tempo, escrita e saber [...] foram usados como forma de dominação e exclusão de determinadas vozes que tentassem ecoar algum som em meio ao silêncio que era imposto para que se mantivesse a ordem social em uma sociedade de base falocêntrica, patriarcal, machista e sexista⁸.

Consideradas ferramentas próprias do universo dos homens, escrita e saber foram negados às mulheres, o que as privou, dentre aquilo que já foi citado, inclusive de desenvolver autonomia e amadurecimento de sua subjetividade. Entendendo subjetividade como aquilo que Benveniste irá denominar, isto é, “a capacidade do locutor para se propor como sujeito”⁹, e que irá depender da linguagem e do modo como ela se objetiva. A fala, e a escrita como seu prolongamento, constituem-se em atos de instauração da subjetividade, a fala e a escrita são sempre produzidas por um sujeito, são testemunhos da constituição de sua identidade, pois por meio delas se pode narrar a experiência de sua condição única e dos atravessamentos sociais e culturais ao qual se está exposto. No entanto, essa construção nunca é isolada, mas está sempre envolta numa relação eu/tu. “A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo-me a alguém, que será na minha alocação um *tu*”¹⁰. Essa relação determina inclusive os conteúdos de fala; isso porque, além da relação eu/tu, há também uma relação eu/tu x ele (assunto), aspecto que não restringe a enunciação somente às instâncias pessoais, mas as extrapola. Nas palavras de Benveniste, “há enunciados de discurso, que a despeito da natureza individual, escapam à condição de pessoa, isto é, remetem não à eles mesmos mas à uma situação objetiva”¹¹, neste caso, temas do qual se autoriza

encontrado na Revista eletrônica *Em Construção - arquivos de epistemologia histórica e estudos da ciência* da UERJ, com tradução de Ana Amélia Costa, n. 5, p.123-129, 2019.

⁸ SILVA, Marcelo Medeiros da. Práticas de escrita feminina: o exercício de resistência. *Verbo de Minas: Letras*, Juiz de Fora, v.13, n. 21, jan/jul. 2012, p. 108.

⁹BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luiza Neri. – 2 ed. – Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 286.

¹⁰ BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. – 4 ed.- São Paulo: Pontes, 1995, p. 286.

¹¹ *Ibid*, p. 282.

a falar. Assim, se às mulheres eram determinados os comportamentos, afazeres e modos de ser, também os conteúdos de fala eram circunscritos pelo olhar masculino. O que nos faz entender que quando a ela é possível a apropriação da escrita, se dá um passo importante na própria apropriação desse sujeito de si mesmo. Ainda que sob limitações e proibições, trata-se de uma escrita revolucionária, pois é ali que poderá inclusive pensar, refletir e escrever sobre o que lhe é proibido dizer de outros modos. O que nos leva a tratar do segundo ponto.

A escrita das mulheres nem sempre se deu nos formatos oficiais, o que pouco se sabe é que a escrita das mulheres operou e opera também por vias alternativas, quer dizer, podemos chamá-la de uma escrita marginal, pois irá, mesmo após o seu acesso e aprendizado, ficar restrita à esfera do privado. No entanto, tão logo tiveram acesso às letras, e aprenderam a usar papel e caneta, elas se dedicaram ao seu exercício. As mulheres escrevem, e escrevem muito, mesmo que nem sempre tenha sido a escrita ilustrada, o discurso racional e válido sob a ótica dominante. Feitas de versos perdidos no meio dos cadernos de receitas, registros sobre a organização do lar, memórias atrás de fotografias, diários de confissões ou relatos do dia a dia, cartas destinadas aos familiares, amigos ou amores distantes, poemas rabiscados num caderno de notas e escondidos embaixo do colchão¹². Essas escritas por desvio, tidas por muito tempo como desimportantes (como são concebidas todas as coisas que não passam pelo crivo da racionalidade masculina), são registros não-oficiais da forma como as mulheres aproximaram-se da palavra sem ferir a moral e os bons costumes. Aspecto que as permitiram construir sua subjetividade, se entenderem como mulheres, organizarem seus pensamentos, bem como compreenderem sua condição no mundo, galgando aos poucos novos espaços, mesmo que a duras penas, fora do lar. Pois, “[...] era preciso procurar outras formas para falarem de si mesmas e para deixarem, ao menos, indícios, vestígios de uma presença e memórias femininas que, apesar de esgarçadas, foram resistindo não só ao tempo, mas, sobretudo, às políticas de silenciamento e ocultamento”¹³. A escrita das mulheres é,

¹² Para título de exemplificação, temos no Brasil as obras já conhecidas *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Maria Carolina de Jesus (1914-1977) e *Correspondências* de Clarice Lispector (1920-1977), escritas entre os anos de 1940 a 1970.

¹³ SILVA, Marcelo Medeiros da. Práticas de escrita feminina: o exercício de resistência. *Verbo de Minas: Letras, Juiz de Fora*, v.13, n. 21, jan/jul. 2012, p. 113.

portanto, uma escrita de enfrentamento, inicialmente de busca pela liberdade de poder se expressar e, posteriormente, de poder produzir cultura e deixar sua marca na história. Ou melhor, fazer vir à superfície uma outra história, por vezes abafada, fazendo escutar no presente, como já diria Benjamin, o eco de muitas outras vozes que foram no tempo caladas.

Nesta perspectiva, frente à falta de instrução, à privação do mundo público e dos assuntos ligados à razão e ao intelecto, entendemos que falar sobre as produções das mulheres não se distancia, como já o afirmamos, de uma crítica ética e política, visto que a luta pela possibilidade de acesso ao saber e à escrita configura-se também numa luta contra o confinamento e a dominação ideológica que a elas foi imposta. Segundo Benveniste, para que a condição de pessoa exista é preciso que se estabeleça um diálogo de reciprocidade, onde o *eu* se torne tu na "alocução daquele que por sua vez se designa por eu"¹⁴. Ao negar à mulher a possibilidade de fala e ainda mais fortemente da escrita, negou-se a ela também o seu próprio entendimento enquanto pessoa. Por ser impossibilitada de estabelecer uma relação dialógica saudável com o outro, a mulher ficou por muito tempo dependente da simbolização masculina, tal dependência acabou reduzindo sua existência à enunciação do outro, em outras palavras, ela foi impedida de pensar a si mesma a partir de sua própria condição, do ser mulher. O que, para Fernandes e Schwarzbald, faz com que a luta das mulheres por seus direitos, incluindo aí o direito de fala e escrita, seja também uma luta pelo "direito de enunciar-se, de emergir por meio de suas próprias palavras na materialidade linguística, imagética, artística, entre outros"¹⁵. Essa colonização do pensamento da mulher pelo discurso do homem é também a justificativa pela qual é difícil ainda hoje a mulher ser reconhecida como produtora de conhecimentos relevantes, mas também superar a insegurança de saber-se como produtora de tais saberes, de cultura, de acreditar em si mesma, na qualidade de suas produções e no reconhecimento de seu direito de se fazer presente em espaços historicamente marcados pelo masculino, sem se sentir impostora.

¹⁴ BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak; Maria Luiza Neri. – 2 ed. – Campinas, SP: Pontes; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988, p. 286.

¹⁵ FERNANDES, Ivani Cristina Brito; SCHWARZBOLD, Elisandra Aguirre da Cruz. Afinal, quem são essas mulheres? Considerações enunciativas e discursivas na canção mulheres durante seu processo de resignificação. *Revista do GEL*, v. 16, n. 3, p. 50-71, 2019, p. 52.

A respeito disso, vale destacar que algumas autoras já pontuaram em seus romances e até mesmo em escritos autobiográficos tal condição da escrita feminina. Dentre elas cito aqui brevemente o romance de Gilman, *O papel de parede amarelo* (1892), que narra a história de uma mulher adoecida muito provavelmente pelo encarceramento no qual se encontra dentro de casa – o cenário comum de muitas mulheres –, mas num ato de rebeldia ela procura a experiência da escrita, “da qual está proibida por razões médicas que somente hoje podem nos parecer insinceras”¹⁶, uma forma de romper com o controle do marido. Marido esse que também é seu médico e, por ser o detentor do poder da ciência e da palavra, a constrói como figura doente, estigmatizada pela histeria, tida apressadamente como patologia feminina¹⁷, permitindo de outros modos que ele exerça o controle sobre ela, quando para o bem da verdade não há controle algum, pois, por meio do ato da escrita feita às escondidas, ela subverte tal domínio. Tal obra, por mais que se trate de uma ficção, o que não retira em nada a sua importância, visto que há obras de ficção tão reais quanto qualquer realidade, foi considerada nos Estados Unidos, na década de sua publicação, um livro precursor da literatura feminista americana, pois sua narrativa carrega grande verossimilhança com a vida das mulheres do século XIX, sobretudo a respeito de sua saúde mental e física.

Também Virginia Woolf, anos mais tarde, em seu texto *A posição intelectual das mulheres*¹⁸, debruçou-se sobre a situação da mulher no contexto das profissões e os desafios da escrita feminina ao rebater visões negativas de escritores homens sobre as mulheres, que afirmavam serem elas “intelectualmente inferiores”¹⁹. Para Virgínia, escrever era um ato de afronta ao universo masculino, e não importava se os poemas eram bons, se a escrita tinha potência, por ser mulher automaticamente o seu fazer assumia títulos de menor valor. Ela cita na obra em questão o diálogo que teve por correspondência com um escritor da época, o qual, em suas palavras,

¹⁶ TIBURI, Márcia. Apresentação: a política sexual da casa. In: GILMAN, Charlotte Perkins. *O papel de parede amarelo*. - 4 Ed - Rio de Janeiro: José Olympio, 2018, p. 9.

¹⁷ Sigmund Freud, neurologista e psicanalista austríaco, defendia em algumas de suas obras, como *Observações de um caso grave de hemianestesia em um homem histérico* de 1886 e *Uma neurose demoníaca do século XVII* de 1923, a tese de que homens também pudessem vir apresentar casos de histeria.

¹⁸ WOLF, Virgínia. *A posição intelectual das mulheres*. In: WOLF, Virgínia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2017.

¹⁹ *Ibid*, p. 33.

"[achava] difícil de dizer, mas nem por isso deixa de dizê-lo, que as mulheres são inferiores aos homens em capacidade intelectual [...]. Ele admite que nenhum grau de educação e liberdade de ação irá alterá-lo sensivelmente [...]"²⁰. Em sua percepção, o interlocutor acreditava que "a literatura mundial pode mostrar pelo menos cinquenta poetas homens maiores do que qualquer poeta mulher"²¹. Contudo, apesar dos entraves a elas colocados, continuaram a escrever e se hoje a produção das mulheres têm assumido posições mais respeitáveis, não devemos esquecer que os obstáculos ainda são imensamente grandes e muito difíceis de definir, pois, como diria a autora, "vai levar muito tempo até que uma mulher possa se sentar e escrever um livro sem encontrar com um fantasma que precise matar, uma rocha que precise enfrentar"²².

Posto isso, cabe destacar que se às mulheres foi impossibilitado escrever e falar de assuntos públicos no início, isso não quer dizer que o conteúdo de seus escritos tenha menos sentido, ou sejam pouco férteis à investigação. Pelo contrário, suas narrativas são prenes de conhecimentos, saberes obtidos pela experiência da vida vivida, ou por herança comunicada através do tempo. Sabiam sobre a economia da casa, sobre a criação dos filhos, sobre receitas e rezas para curar doentes passadas de uma geração à outra, primeiro de forma oral, depois por meio da escrita que ao mesmo tempo era individual e era coletiva, na medida que incorporava novos contornos dados por experiências diferentes. Escreviam sobre seus mundos, sobre suas vivências, sobre angústias, tristezas, violências sofridas, mas também alegrias, amores e sonhos. Essa escrita negligenciada, que aos olhos letrados não era digna de um jornal, ou de ser sequer lida e compartilhada, na verdade é registro histórico, matéria-prima para o estudo sobre a condição das mulheres ao longo da civilização ocidental, constituindo-se tanto como porta de acesso para saberes ancestrais, como prova e denúncia de um sistema estrutural de exclusão e marginalização das mulheres do campo do saber e de outras esferas da vida. Olhar para a escrita das mulheres por esse ângulo constitui-se em um método capaz de fazer saltar da

²⁰ op. cit., p. 35.

²¹ op. cit., loc. cit.

²² WOLF, Virgínia. Profissões para mulheres. In: WOLF, Virgínia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2017, p. 17.

esteira da história o que ficou oculto pelo discurso hegemônico vigente. Tal prática – além de fazer conhecer saberes diversos sobre um determinado grupo, cultura ou época que não foram contemplados na narrativa dominante, permitindo que outras epistemes possam vir à tona – também é uma forma de justiça perante aquelas que tiveram seus sonhos e desejos interrompidos, para que uma dentre as várias formas de compreensão da realidade pudesse se impor como a oficial.

Suas escritas marginais são ao fim e ao cabo testemunhos, rastros da violência do apagamento e que hoje se fazem objeto de análise imprescindível para entender as injustiças sofridas pelas mulheres, pois foi por meio destes testemunhos que se resistiu “à impossibilidade de falar de si mesma[s] e do seu próprio ser, ou ao menos, o que se pode saber dele”²³. Testemunhos que respondem na medida em que representam uma certa condição partilhada por um grupo de pessoas marginalizadas, aquelas que não puderam sequer tentar deixar seus próprios registros. E embora esses registros não testemunhem a violência última, ou seja, o total apagamento, pelo simples fato de sobreviverem até o tempo presente, eles não nos exigem exatamente que nos concentremos em seus conteúdos propriamente ditos, mas naquilo que restou por dizer, aquilo que não foi dito, pois lhes foi tolhido a possibilidade de o fazer. O testemunho é, na verdade, um apelo para se ouvir a falta, o ensurdecido silêncio de vozes emudecidas. Pois como diz Agamben,

[...] talvez cada palavra, cada escritura nasce, nesse sentido, como testemunho. E, por isso mesmo, aquilo de que dá testemunho não pode ser já língua, já escritura: pode ser somente um não-testemunhado. Isso é o som que provém da lacuna, a não-língua que se fala sozinho, de que a língua responde, em que nasce a língua. E é sobre a natureza deste não-testemunho, sobre a não-língua que é preciso interrogar-se²⁴.

Num ato de rebeldia escreviam mesmo quando eram proibidas, às mulheres nunca se podem controlar, há apenas a ilusão do controle. De forma sutil, elas

²³ SILVA apud PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005, p. 10.

²⁴ AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo Editoria, 2008, p. 47.

constroem espaços de escuta e desabafo, falam sobre diversos assuntos, daquilo que lhes dói, que lhes machuca. Denunciam abusos, maus tratos, abandono.

Neste contexto, quero destacar novamente, para finalizar minhas considerações, a obra da qual cito um trecho na epígrafe e que foi mote para esta discussão, a saber, *Cadernos Goiabada* de Nina Rizzi. Antes de falar da obra, no entanto, é importante dizer que Nina atribui o nome de *Cadernos Goiabada* a ela em referência à um poema da escritora Lygia Fagundes Telles, intitulado *A disciplina do amor*²⁵, onde a autora fala sobre cadernos caseiros, em que mulheres, como sua avó e sua mãe, costumavam anotar receitas, registros do dia a dia, como o preço do pó de café e da cebola, arriscando ali também um exercício de poesia. Um hábito de escrita, não muito sistemático, feito de forma escondida, por vergonha, ou porque eram reprimidas a exercitá-lo de outros modos, ou como diz Nina, porque talvez nem se vissem como escritoras. Esse caderno, tão comum na história de nós, mulheres, com seus tímidos exercícios de escrita criativa, são, nas palavras de Lygia, “um marco das primeiras arremetidas da mulher brasileira na chamada carreira das letras – um ofício de homens”²⁶.

Cadernos Goiabada de Nina Rizzi, no entanto, surgem como piloto para inspirar e estimular mulheres em situação de vulnerabilidade, participantes de oficinas de escrita organizadas por ela, nos assentamentos do MST em São Paulo e em Fortaleza, assim como em escolas, a escreverem. A obra, que embora conte a história de uma personagem fictícia, Maria, entrelaça-se com a realidade de mulheres reais, levando “as vidas e as palavras das mulheres do MST, pela primeira vez, se [misturarem e provocarem] ruídos”²⁷. Esse caderno goiabada trata-se a princípio de um caderno de receitas, mas entre elas, “dissimuladas, estão anotações inesperadas, diários não tão deliciosos, poemas certos de humor variável”²⁸. Eis então o resgate e a rememoração dessas escritas esquecidas, dessas vozes abafadas, que se erguem para serem escutadas através da personagem Maria, nome

²⁵ TELLES, Lygia Fagundes. *A disciplina do amor*. In: RIZZI, Nina. *Caderno-Goiabada*. São Paulo: Editora Jaboticaba, 2022, p. 07.

²⁶ loc. cit.

²⁷ HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *As receitas de Nina*. In: RIZZI, Nina. *Caderno-Goiabada*. São Paulo: Edições Jaboticaba, 2022, p. 120.

²⁸ Ibid; loc. cit.

tão comum, como diz Nina, mas que representa na verdade todas nós. O livro é dividido em duas partes, na primeira constam as receitas, misturadas com anotações diaristas e, na segunda, quando a personagem encontra um grupo de mulheres e se fortalece junto delas passa a escrita da poesia, que marca então a transição para a sua independência tanto financeira quanto do marido, até sua total libertação que é quando ela resolve então publicar o seu próprio livro de poemas chamado *Florescer o Pólen*.

A escrita de Maria, carregada de muitas outras escritas, sulca, como diria Souza, "pequenas mensagens de estranha esperança, que encerra então delicadamente nas garrafas que serão lançadas no mar da incerteza"²⁹. Esperança de que cada palavra aí lançada seja encarregada de um outro devir, em que mulheres possam cada vez mais encorajarem-se na escrita, em colocarem para fora do peito as palavras que as sufocam, rompendo com o silêncio em que muitas vezes vivem. Que essa escrita continue sempre a chegar e inesperadamente adentrar o círculo narcisístico do mesmo, e que sua acolhida e escuta atenta de suas feridas, por vezes ainda abertas, seja o acontecer ético que toma sentido. A escrita de Maria e de todas as mulheres, que encontraram à margem formas de falar sobre si mesmas, de registrar suas histórias e saberes outros, merecem nossa atenção, pois são acima de tudo sobrevivências que surgem muitas vezes do sentimento de dor ou desconforto, que nascem porque talvez seja a única forma como poderiam vir ao mundo e denunciar o trauma que lhes gesta, de fazer vir à superfície a realidade que pulsa por detrás de todo o recalcamento e neutralização da diferença que apesar das inúmeras tentativas, felizmente, não têm logrado êxito.

Referências

ACKER, Clara Brito da Rocha. Diotima de Mantinea. *Em Construção - arquivos de epistemologia histórica e estudos da ciência*. Trad. Ana Amélia Costa. n. 5, p. 123-129, 2019.

²⁹ SOUZA, Ricardo Timm. Éticas do escrever: escrever como um ato ético. In: SOUZA, Ricardo Timm. *Ética do Escrever: Kafka, Derrida e a Literatura como escrita da violência*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018, p. 55.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: O arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)*. São Paulo: Boitempo Editora, 2008, p. 45.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Trad. Sérgio Milliet. - 4. ed. - São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

FERNANDES, Ivani Cristina Brito; SCHWARZBOLD, Elisandra Aguirre da Cruz. Afinal, quem são essas mulheres? Considerações enunciativas e discursivas na canção *mulheres* durante seu processo de ressignificação. *Revista do GEL*, v. 16, n. 3, p. 50-71, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. As receitas de Nina. In: RIZZI, Nina. *Caderno-Goiabada*. São Paulo: Edições Jaboticaba, 2022, p. 119-121.

PLATÃO. *O Banquete*. Trad. José Cavalcante de Souza. - 5 ed. - São Paulo: Editora Nova Cultural, 1991.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Os desafios da escrita feminina na história das mulheres. *Raído*, Dourados, MS, v.10, n.21, jan./jun. 2016.

TIBURI, Márcia. Apresentação: a política sexual da casa. In: GILMAN, Charlotte Perkins. *O papel de parede amarelo*. - 4 Ed - Rio de Janeiro: José Olympio, 2018, p. 5-10.

RIZZI, Nina. *Cadernos-Goiabada*. São Paulo: Editora: Jaboticaba, 2022.

SILVA, Marcelo Medeiros da. Práticas de escrita feminina: o exercício de resistência. *Verbo de Minas: Letras, Juiz de Fora*, v.13, n. 21, jan/jul. 2012.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Trad. de Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 2005.

SOUZA, Ricardo Timm. Éticas do escrever: escrever como um ato ético. In: SOUZA, Ricardo Timm. *Ética do Escrever: Kafka, Derrida e a Literatura como escrita da violência*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018, p. 55-60.

WOLF, Virgínia. A posição intelectual das mulheres. In: WOLF, Virgínia. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2017, p. 33-51.

Capítulo 3

Benjamin, professor de Escrita Criativa?



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-03>

Guto Leite

Hugo Lorenzetti Neto

It was the same sensibility of everything is rubbish, and all rubbish is wonderful.

(David Bowie)

Pode parecer controverso nos perguntarmos se Walter Benjamin (1892-1940) se envolveria ou não em práticas de Escrita Criativa, se daria ou não oficinas literárias, por exemplo. Coincidente à consolidação do campo nas universidades americanas¹, é provável que práticas voltadas para a elaboração da técnica literária fossem contrárias à natureza do filósofo. Sabemos, contudo, que as oficinas não se resumem a isso. A Escrita Criativa muitas vezes se transforma em um lugar da exploração dos desejos e da memória, da leitura minuciosa de diversos escritores ou outros artistas, da observação de como o texto literário reage a seu entorno ou, ainda, da reflexão sobre como a literatura pode intervir na sociedade para mudar seus rumos. Em todos esses campos Benjamin nos deixou contribuições extraordinárias.

Este capítulo, então, se ocupará disto: um exercício um tanto teórico-crítico, um tanto imaginativo, de desenhar Benjamin numa ágora falando por seus textos para aqueles que desejam escrever literatura, ou numa sala de aula orientando escritoras e escritores a encontrar seus próprios gestos. Em outras palavras, vamos pensar um pouco sobre como a dialética benjaminiana pode ajudar o escritor a afinar, nas notas que ele gostaria de fazer soar, sua própria dialética, na exploração de si, de sua memória e de sua história, na frequência de outros textos estéticos ou não

¹ MYERS, D., G.. *The Elephant Teachs* – Creative Writing since 1880. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

e no combate às lógicas de homogeneização do fazer estético, que inevitavelmente levam antes ao mercado do que à vida.

Um dos textos de Benjamin mais facilmente decalcáveis para a Escrita Criativa – e aqui nos valemos dessa noção da transposição de imagens entre duas superfícies – é “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”², de 1936. Para quem leu alguma novela de Leskov³, sabe que não se trata de um primor formal. O escritor russo, entretanto, tem um valor que Benjamin buscava e é esse valor que está em jogo na própria definição de “narrador”, a oralidade. Quando diz que “a arte de narrar está em vias de extinção” (1987, p. 197), Benjamin está se referindo à possibilidade de experienciar o mundo e de contá-lo, em histórias, aos outros. Interessa-lhe essa acumulação, seja do “camponês sedentário”, seja do “marinheiro comerciante”, e a considera tão melhor quanto mais anônima, o que significa dizer, neste caso, coletiva.

Aqui já vão algumas lições que gostaríamos que não se dispersassem. A literatura pode até ser o exercício e a exploração do estilo, mas para Benjamin é, antes de tudo, a transmissão da experiência. Essa experiência, lendo dialeticamente o próprio Benjamin, inclusive noutros textos, não precisa ser algo não atravessado pela técnica e pela tecnologia, mas precisa existir. O sujeito precisa experimentar para narrar. Como parece haver um pressuposto de que a experiência nunca é exclusivamente individual – mesmo a solidão é a experiência de uma ausência –, ao narrar sua experiência, o narrador narra a experiência de sua sociedade, em determinado tempo e lugar. Em Leskov, a manifestação dessa experiência se dá diretamente pelo modo de narrar, mas também na presença nos ditados, na descrição de conhecimentos práticos, no registro dos modos de falar etc.

Seguindo no ensaio, o filósofo também faz uma espécie de diagnóstico interessante do arco entre o século dezenove, quando escreve Leskov, e o presente do ensaio. Trata-se de certa modernização que torna antiquada a prática de dar conselhos e torna hegemônica a forma do romance, que não “procede da tradição

² BENJAMIN, W. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, vol. 3. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

³ Há uma ótima edição recente de *Vontade de Ferro*. LESKOV, N. *Vontade de Ferro*. Trad. Francisco de Araújo. São Paulo: Edições Jabuticaba, 2020.

oral nem a alimenta"⁴, mas se origina no indivíduo isolado, em seu assombro diante da multiplicidade. A sabedoria estaria para a narração tal como a informação estaria para o romance. Ou outra das relações inusitadas: "metade da arte narrativa está em evitar explicações"⁵. Esse enquadramento é precioso para o escritor porque sugere que o mundo também pode ser fetichizado em informação, isto é, que a narrativa deveria ser coerente com os limites da própria experiência, sem procurar ir além dela só para dar ao leitor o que ele gostaria de esperar, como se folheasse uma espécie de um jornal estetizado no meio da rua. O horizonte, claro, é o da hegemonia burguesa e da instrumentalização do gesto estético, o que Benjamin discutirá em outros textos.

Para o filósofo, a narração é ela mesma a forma artesanal de contar histórias, em oposição às histórias "produzidas" dali em diante. A narração exigiria certo estado de distensão, que também se diferencia do estado tensionado das histórias sob a regência do tempo da produção. É por isso que "o tédio é o pássaro de sonho que choca os ovos da experiência"⁶, uma das frases consideradas mais enigmáticas do texto, mas, como se vê, não há enigma algum. Aliás, a maneira como Benjamin tece seu texto é muito cerrada, apontando para como a narração, tal como a experiência, depende de uma recusa ao império da produção. A própria escuta teria uma dimensão de experiência compartilhada com quem narra, ao passo que o leitor do romance se constrói solitariamente.

Caberia a quem quer escrever perguntar-se sobre essas coisas? O quanto nos é possível resistir ao imperativo da produção, cada vez mais acelerado e arraigado no nosso cotidiano de smartphones e redes sociais? Seria possível nos valermos dessas novas técnicas e tecnologias para reproduzirmos estados propícios à narração? Sigamos adiante.

Um segundo texto que pode ser aproximado do campo da Escrita Criativa é "O autor como produtor", como diz o subtítulo, "conferência pronunciada no Instituto

⁴ BENJAMIN, W. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, vol. 3. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 201.

⁵ *Ibid*, p. 203.

⁶ BENJAMIN, W. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, vol. 3. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 204.

para o Estudo do Fascismo em 27 de abril de 1934"⁷. Trata-se, antes de tudo, de sublinhar que os autores não escrevem seus textos desde o nada, não flutuam fora do mundo, mas fazem parte da luta de classes como todos os outros trabalhadores. Benjamin distingue o escritor burguês, cujo compromisso é estritamente a diversão, do escritor progressista, que trabalha a serviço de certos interesses, ou poderíamos dizer, de maneira mais ampla, que entende que, a depender de como se comporta sua obra, ela contribui ou não para um mundo mais justo. Se lido abrutalhadamente, pode parecer que Benjamin esteja defendendo a instrumentalização da forma estética, mas antes pelo contrário: "a tendência de uma obra literária só pode ser correta do ponto de vista político quando também for correta do ponto de vista literário"⁸.

Justamente porque estamos falando de "contextos sociais vivos", é impossível responder, sem uma análise aprofundada, se tal obra age como alienadora ou emancipadora, se é reacionária ou revolucionária. Isto é, e isso é fundamental para uma reflexão sobre os aspectos imaginativos da literatura: não há nada intrínseco ao tema ou à perspectiva que necessariamente produza uma obra que supostamente está do lado dos trabalhadores ou da elite de uma determinada sociedade, ou como Benjamin diz, de maneira mais precisa:

A tendência política, por mais revolucionária que pareça, está condenada a funcionar de modo contra-revolucionário enquanto o escritor permanecer solidário com o proletariado somente no nível de suas convicções, e não na qualidade de produtor⁹.

É necessário, portanto, verificar "como uma obra se vincula com as relações de produção da época"¹⁰. Pensando no nosso tempo, por exemplo, o filósofo alerta

⁷ BENJAMIN, W. "O autor como produtor: conferência no Instituto para Estudos do Fascismo em 27 de abril de 1934". In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, vol. 3. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

⁸ *Ibid*, p. 121.

⁹ BENJAMIN, W. "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov". In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, vol. 3. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 126.

¹⁰ *Ibid*, p. 121.

sobre a possibilidade de uma obra ser feminista, antirracista, LGBTQIA+, popular etc., que são as convicções que prezamos e em geral localizamos no campo progressista ou revolucionário, e mesmo assim ser contrarrevolucionária, justamente por não revelar as condições materiais da opressão e não assombrarem e esclarecerem o leitor a respeito disso. Mais uma vez, nos parece que Benjamin esclarece uma eventual escritora ou escritor das forças presentes no momento da escritura.

Se o pensamento benjaminiano se dirige a intervir sobre a forma para que ela não seja instrumentalizada; se a literatura é de interesse quando produz sentido político e literário ao mesmo tempo; se fugir a esse processo também significar evitar que a arte se torne mercadoria, então é preciso criticar a própria noção de Escrita Criativa – ou ao menos criticar o nome escolhido para um campo que pretende algo distinto, e mesmo assim decidir que ele segue assim nomeado. O importante é procurar as ambivalências.

O termo Escrita Criativa é uma tradução de *Creative Writing*, nome que a disciplina ou campo de estudo toma desde a criação do primeiro programa formal na academia, na Universidade de Iowa, em 1936¹¹. Em seu website, em que a instituição capta inscrições de novos alunos, há um pequeno texto que narra a história do programa, e enfatiza que em seus primeiros anos o curso era lecionado por uma série de escritores-visitantes, como Robert Frost e Dylan Thomas, “visitantes distintos”, como a instituição os nomeia. Explica também que o sucesso da primeira turma foi responsável pela continuidade do programa, que formou o poeta Paul Engle, que assumiu a direção do departamento em 1941, projetando-o nacionalmente. O mestrado em Escrita Criativa é conhecido informalmente – mas de forma muito mais difundida, inclusive na voz de personagens de filmes e séries de televisão e canais de *streaming* – como *Iowa's Writer Workshop*, oficina de escritores de Iowa, em português.

A noção de sucesso – que inclui a publicidade de nomes de ganhadores do prêmio Pulitzer – é notadamente ligada ao mercado: a formação existe porque teve resposta no mercado editorial, deveu-se à presença de autores que circulavam já de maneira consolidada no meio (e mercado) literário estadunidense. O sucesso não se

¹¹ Capturado em <https://writersworkshop.uiowa.edu/about/about-workshop/history> no dia 3 de novembro de 2022.

deve apenas ao bom estabelecimento da boutique. Paul Engle aprendeu algo. Houve, nos métodos, circulação de experiência – o que devolve a discussão para o narrador benjaminiano. A noção de oficina, que é espacial, uma vez que se trata também de um cômodo em um estabelecimento onde ferramentas e artesãos se encontram, retoma a ideia de compartilhamento de experiências.

Em “Rua de Mão Única”¹², Benjamin diz, no trecho intitulado “Atenção: degraus!”, que: O trabalho em uma boa prosa tem três degraus: um musical, em que ela é composta, um arquitetônico, em que ela é construída, e, enfim, um têxtil, em que ela é tecida¹³.

Dessas atividades, a têxtil é a mais artesanal e mais adequada ao espaço de oficina. Além disso, pode evocar, caso se decida fugir da imagem da indústria têxtil, o trabalho individual realizado coletivamente, em um mesmo espaço: teares de tapetes próximos, como em algum mercado em Bukhara, cidade localizada no atual Uzbequistão, famosa a ponto de dar nome a um padrão rosáceo de desenho muito difundido em outras tradições tapeceiras. Ou como nos ateliês das rendeiras de bilro no Ceará, em Portugal e na Bélgica. Senta-se e se segue a partitura composta no momento musical – os padrões de tapeçaria e renda –, fazendo-se uso dos teares e materiais de construção, fios e lãs, pensando-se no formato e no tamanho das passadeiras de renda ou tapetes para as salas de visitas ou de oração; o momento da tecelagem, em que se alterna entre a concentração e a conversa. Nesse ambiente é possível colocar, com todo respeito e todo carinho, a figura de Walter Benjamin.

Neste ponto da reflexão, a escrita literária parece mais artesanato que criação. A criação é uma forma de elaboração a partir do nada. O gesto criativo mais famoso no mundo ocidental foi registrado na Bíblia Sagrada com o comando divino: “faça-se a luz!” – e de lá para cá desaguamos na noção de Economia Criativa, ligada à organização produtiva do artesanato e da expressão. A circulação da experiência, por estar carregada de sentido político, é oposta à cosmogonia teocrática. Ela se

¹² BENJAMIN, W. “Rua de mão única”. In: BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. Obras escolhidas, vol. 2. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b.

¹³ *Ibid*, p.27.

encaixa, como afirma Benjamin em "Fragmento teológico-político"¹⁴, na ordem do profano, que se orienta pela ideia de felicidade. Pode-se pensar no exercício da escrita, que é de expressão e celebração das trocas com colegas que escrevem e a colegas já mortos, como um momento de felicidade – ainda que se componha uma elegia, ou poemas de amor tristes, a elaboração está no domínio do prazer. A escrita literária – como toda forma de trabalho artístico expressivo – já foi apresentada por Sigmund Freud¹⁵ como pertencente ao domínio da libido, uma vez que está ligada à expressão do eu, à elaboração da neurose e à sublimação do desejo. Benjamin fala em dissolução de tudo o que é terreno apenas atingível pela felicidade. Esse conceito, extraído de um fragmento de ensaio a um tempo místico e materialista histórico, pode ser cotejado com a ideia de sublimação – e daí surge a abertura para se aproximar aquilo que é teocrático e o messiânico com a neurose e o trauma. E, por sua vez, retornar com a noção de trauma e neurose para a teocracia e o messianismo e seu efeito de manter os seres humanos em estado individualizado, infeliz e sofrido, aguardando sua restituição ao unitário divino e imortal. O profano se move na direção diametralmente oposta ao messiânico.

Circular nos textos místicos de Benjamin – justamente nas abordagens que vão lhe trazer as mais duras críticas do campo materialista histórico – é o desafio profano benjaminiano deste ensaio: aquilo que é profano, que caminha para a dissolução e para a felicidade, é transitório, movimento. Ao contrário do congelamento imposto pela fórmula "felizes para sempre" da indústria do cinema ou da literatura¹⁶, a felicidade benjaminiana não para de se mover e se transformar. O movimento e a transitoriedade nos degraus da prosa podem corresponder à inquietude da imaginação.

Paul Engle, o antigo diretor da escola de Iowa, em um de seus textos teóricos, ao celebrar a entrada da Escrita Criativa na academia, afirma que lhe parece natural

¹⁴ BENJAMIN, W. "Fragmento teológico-político". In: BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Org. e trad. de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

¹⁵ FREUD, S. "O eu e o id". In: FREUD, S. *Obras completas volume 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

¹⁶ Há que se lembrar que a Chapeuzinho Vermelho de Charles Perrault, escrita no final do século XVII na corte de Luís XIV, termina com a menina devorada pelo lobo, num reequilíbrio assustador e moralizante. A versão já burguesa e de circulação ampla dos irmãos Grimm termina com o resgate da menina, e é o "felizes para sempre" que estabelece a situação de reequilíbrio.

que se a mente, o pensamento (ele usa *mind*), é honrada na universidade, a imaginação também o seja¹⁷. Essa entrada parece o movimento profano contra a ordem sagrada da universidade – ou deveria ser, e talvez por isso o movimento contra a divindade da criação poderia ter outro nome. Como Escrita Profana, por exemplo. Ou simplesmente Artes da Escrita, que permitiriam o original e o copiado¹⁸, o recorte e a modelagem de palavras, e sobretudo a ideia de que, na composição, na construção e na tessitura literária, busca-se o indomado e transitório, que pode escapar da lógica capitalista.

Se a imaginação se coloca ao lado daquilo que é profano, transitório e, portanto, político, então o exercício de se imaginar Walter Benjamin como professor de escrita profana deve retornar aos “contextos sociais vivos” e à história. Num momento de inspiradora beleza de forma, no ensaio “Sobre o conceito da História”¹⁹, Walter Benjamin descreve um desenho do artista suíço-alemão Paul Klee intitulado *Angelus Novus* – que ele compra em 1921 e que hoje faz parte do acervo do Museu de Israel, em Jerusalém:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada, e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstruir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha em suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de

¹⁷ ENGLE, P. “The Writer and the Place”. In Dana, Robert (ed.). *A Community of Writers: Paul Engle and the Iowa Writers' Workshop*. Cidade de Iowa: University of Iowa Press, 1999.

¹⁸ Em “Rua de mão única”, ao tratar do texto como experiência, compara-o com uma estrada, que é experimentada de forma distinta por quem a percorre e quem a sobrevoa. Na metáfora, o sobrevoar corresponde ao leitor comum, e o copista corresponde ao caminhante. O primeiro devaneia; o segundo é comandado pela estrada do texto. O elogio à cópia se formula na constatação de que “a arte chinesa de copiar livros foi, portanto, a incomparável garantia de cultura literária, e a cópia, uma chave para os enigmas da China” (1987b, p. 16).

¹⁹ BENJAMIN, W. “Sobre o conceito de História”. In: BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Org. e trad. de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo que chamamos progresso é esse vendaval²⁰.

Benjamin dá forma à experiência da história como sucessão de desgraças e conflitos – e, de fato, quando se a estuda na escola ou na academia, raros são os interlúdios alegres – e mesmo que existam intervalos idílicos, estes são marcados por desigualdade e injustiça social, senão situados na antessala de alguma grande hecatombe. “Uma catástrofe sem fim”, é esse o meio onde vive qualquer contexto social. Porém, para além dessa constatação, é preciso notar que a metáfora já surge de um exercício interpretativo de uma obra visual e é, portanto, exercício imaginativo. O anjo quer se mover no sentido contrário do vento do paraíso: o movimento de imaginação e reconstrução a partir do entulho e da ruína é contrário à força abstrata, teocrática e messiânica do paraíso. O anjo, que deseja compor, arquitetar e tecer, tenta fazer um movimento profano e é impedido – talvez por ser feito da matéria inerte daquilo que é divino: o progresso, o capital, a teocracia. O anjo da história tem impulsos de anjo caído, rebelde. Como Lúcifer.

Em “Rua de mão única”, num trecho intitulado “Canteiro de obra” – aqui uma evocação ao processo de escrita, à arquitetura do texto –, Benjamin começa dizendo que é tolo o excesso de elucubração teórica a respeito da elaboração e produção de materiais educativos ou de lazer para as crianças sem levar em consideração o que as crianças mesmas já veem ao seu redor.

Sentem-se irresistivelmente atraídas pelo resíduo que surge na construção, no trabalho de jardinagem ou doméstico, na costura ou na marcenaria. Em produtos residuais reconhecem o rosto que o mundo das coisas volta exatamente para elas, e para elas unicamente. Neles, elas menos imitam as obras dos adultos do que põem materiais de espécie muito diferente, através daquilo que com eles aprontam no brinquedo, em uma nova, brusca relação entre si. Com isso as

²⁰ Ibid, p.14.

crianças formam para si seu mundo de coisas, um pequeno no grande, elas mesmas²¹

A diferença de altura entre o olhar do anjo e o da humanidade se assemelha àquela entre o olhar do adulto e da criança. A criança vê o escombros, o adulto promove a catástrofe, o anjo está imobilizado no vento do progresso. O olhar para o escombros, que olha de volta, é o olhar da possibilidade: o desconhecimento da lógica do progresso permite à criança a associação livre e absurda – imaginativa – que produz pequenos mundos, que funcionam de outras formas. São mundos que substituem aquilo que o anjo da história – que quer reconstruir – faria; mundos que, se vistos por adultos que se empenhem em rebaixar seus pontos de vista, poderiam oferecer alternativas ao mundo em que vivem.

Walter Benjamin, se professor de escrita profana – ou Escrita Criativa, como querem as ementas –, ensinaria a escrever com as ruínas, com o resto, com o rejeito, com o entulho. Os que estamos embaixo, na trilha de entulho da catástrofe, podemos rebaixar nossos olhares e buscar olhar para as coisas com esse ponto de vista infantil – não reviver uma criança nostálgica, mas de fato olhar para as coisas recusadas, e tentar reconstruir o mundo em outros termos, de forma revolucionária; evitando, no campo progressista, as armadilhas da instrumentalização. O entulho, o rejeito, o refugio – as migalhas do mundo administrado –, é o que temos de mais eficiente para mostrar as condições materiais de opressão, e é também o que nos obriga a fazer relações bruscas, capazes de provocar espanto, de assombrar quem vai sobrevoar o texto. Em outras palavras, trabalhar com o que não se deve, com o descartado, em vez de se dizer o que deve ser dito de acordo com uma bula moral progressista é colocar forma política e forma literária para fazer um mundo dentro do mundo que agoniza. Esse outro mundo, mais aberto ao desejo e às ações de um conjunto maior de pessoas.

Essa talvez fosse a experiência que Walter Benjamin traria aos seus alunos de Escrita Criativa, para a oficina. Tivesse sobrevivido, contaria como carregou as

²¹ BENJAMIN, W. "Rua de mão única". In: BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. Obras escolhidas, vol. 2. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b, p.18-19.

páginas da versão mais recente das "Passagens" (*Das Passagen-werk*) numa mala montanha acima e montanha abaixo, com o coração na boca, saindo da França e entrando na Espanha, na fronteira do país catalão, quando fugia dos nazistas em 1940. Talvez esse mesmo trabalho fosse mais uma ou mais vezes reconstruído. A experiência dos fragmentos que formam "Rua de mão única", um movimento adiante no espaço enquanto considerações se entrecruzam, chegaria ao porto de uma nova nação e casa para formar outro pequeno mundo. Walter Benjamin, no entanto, demonstrando o movimento do profano, dissolveu-se. As "Passagens" se perderam, seu corpo desapareceu – hoje resta um monumento que se oxida lentamente e aponta para o mar na cidade onde ele tirou sua vida para que ela não fosse tirada pelos nazistas. É difícil vestir a perspectiva do olhar da criança para os refugos quando se está diante do horror. Mas talvez seja essa a lição de escrita de Walter Benjamin, a que restou, não a imaginada.

Referências

BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política*. Obras escolhidas, vol. 3. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, W. "Rua de mão única". In: BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. Obras escolhidas, vol. 2. Trad. de Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b.

BENJAMIN, W. *O anjo da história*. Org. e trad. de João Barrento. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

ENGLE, P. "The Writer and the Place". In Dana, Robert (ed.). *A Community of Writers: Paul Engle and the Iowa Writers' Workshop*. Cidade de Iowa: University of Iowa Press, 1999.

FREUD, S. *Obras completas volume 16: O eu e o id, "autobiografia" e outros textos*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LESKOV, N. *Vontade de Ferro*. Trad. Francisco de Araújo. São Paulo: Edições Jaboticaba, 2020.

MYERS, D., G.. *The Elephant Teachs* – Creative Writing since 1880. Chicago: University of Chicago Press, 1980.

Capítulo 4

Melancolia em Freud: a supressão da ausência



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-04>

Janaina Namba

Meu coração não se cansa
De ter esperança
De um dia ser tudo o que quer
Meu coração de criança
Não é só a lembrança
De um vulto feliz de mulher
Que passou por meus sonhos
Sem dizer adeus
E fez dos olhos meus
Um chorar mais sem fim
Meu coração vagabundo
Quer guardar o mundo
Em mim
Caetano Veloso

A histeria e a alegoria

Freud, em seu breve texto *Uma relação entre símbolo e sintoma* (1916), anuncia de um modo sucinto o simbolismo dos sintomas. Ele já havia mostrado o simbolismo dos sonhos em 1900 e reiterado o simbolismo tanto dos sonhos quanto dos sintomas nas *Conferências Introdutórias*, em 1916. Ao dizer-se que uma coisa simboliza a outra, compreende-se que há um sentido a ser desvelado, pois o símbolo carrega um significado outro que o apresentado e tanto sonhos quanto sintomas possuem um sentido oculto, escondido, que pode ser interpretado.

Apesar de alguns símbolos aparecerem de maneira constante nos sonhos de seus pacientes, como chapéus ou a própria cabeça humana, que significariam os genitais masculinos, ou ainda losangos que significariam genitais femininos, tais

significados só podem ser validados se corroborados pelas enfermidades neuróticas ou pelos sonhos desses pacientes, pois não há uma regra fixa entre os símbolos e os significados atribuídos a eles. O que Freud apresenta desde os *Estudos sobre histeria* (1893-1895) é que há uma relação analógica entre o sintoma e suas causas, normalmente determinadas de múltiplas maneiras. Essa relação seria consequência de uma divisão fundadora do aparelho psíquico que separa os processos conscientes dos inconscientes. Isto é:

O trabalho de interpretação nos levou à certeza de que as dissociações psíquicas são geradas e mantidas por "resistências internas". Então parece justo concluir que as dissociações se liguem estreitamente a conflitos internos, nos quais o impulso subjacente ao sintoma cedeu à repressão. [...]. Pudemos mostrar, partindo disso, que os sintomas patológicos de todas as neuroses são os produtos finais desses conflitos que levaram à "repressão" e à "cisão da psique".¹

A psicanálise se desenvolve a partir de um trabalho investigativo teórico-clínico. Através da análise da histeria verifica-se que não há necessariamente uma correspondência orgânica para os sintomas. O corpo possui outras delimitações que aquelas determinadas pelos sistemas nervoso, digestivo, respiratório etc., outra delimitação que a atribuída pela anatomia. Por exemplo, um antebraço pode ocupar o membro superior inteiro, ou ainda pode estar delimitado pela manga de um casaco. Freud afirma que a "lesão da paralisia histérica deve ser completamente independente da anatomia do sistema nervoso, uma vez que se comporta (...) como se a anatomia não existisse, ou como se não tivesse nenhuma notícia dela".²

Dessa forma, o corpo dissocia-se ganhando outra dimensão que a exclusivamente orgânica, bem como há uma dissociação psíquica que ganha outra dimensão que aquela exclusivamente da consciência. Tais dissociações, diz Freud, são provenientes desses "conflitos internos" entre aquilo que é consciente e o que é

¹ FREUD, Sigmund. Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e histéricas (1893 [1888-1893]). In: FREUD, Sigmund, *Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud (1886-1899)*. V.I. Trad. José Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001, p. 22.

² Ibid., p. 206.

inconsciente. A ideia que não é aceita pela consciência é reprimida para o inconsciente.

Entretanto, se a repressão fosse completa, nada saberíamos a respeito da ideia reprimida, mas como estamos no campo das neuroses, dessa ideia conflitante com a consciência, resta um sintoma substituto que simboliza ou mesmo indica um algo que possa de alguma maneira fazer menção a ela. É nesse sentido que o principal sintoma da paciente Elizabeth Von R. de Freud, as dores e paralisia parcial de suas pernas, podiam ser tomados simbolicamente por uma sensação de "não sair do lugar" e de "estar só" (*Alleinstehen*):

Afirmo, porém, que quando a histérica cria por simbolização uma expressão somática para a ideia impregnada de afeto, há nisso menos de individual e voluntário do que se poderia pensar. Ao tomar a expressão linguística literalmente e sentir uma "pontada no coração" ou um "golpe na face" como um acontecimento real, por palavras ofensivas que ouviu, ela não faz um mau uso engenhoso, apenas reaviva as sensações às quais a expressão linguística deve sua justificação.³

Ao observar o sintoma pelo viés do símbolo, ou de um índice, Freud recupera o sentido psíquico existente através desse corpo que responde *como se tivesse sido* acometido por algo físico e que, no entanto, foi desencadeado pela dissociação psíquica, mais precisamente pelo conflito psíquico entre suas partes. Ora, tais analogias só são possíveis ao sintoma neurótico, porque há uma reiteração do mecanismo repressivo originário envolvido nessa cisão do aparelho psíquico.

Repressão originária e Repressão propriamente dita

É lícito supormos que o delírio de grandeza seja, em todo caso, infantil, e que na sua evolução posterior é sacrificado à sociedade, assim como nenhuma outra influência o reprime de maneira tão intensa como uma paixão que se apodera

³ FREUD, Sigmund. A Psicoterapia da Histeria. In: FREUD, Sigmund em coautoria com Josef Breuer. *Estudos sobre Histeria (1893-1895)*. V. 2. Trad. Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 259.

fortemente do indivíduo: Pois onde o amor desperta; morre o Ego, o sombrio déspota.⁴

A partir da análise do Caso Schreber, Freud elabora de maneira metapsicológica⁵ o papel das repressões. A citação acima mostra que o delírio de grandeza infantil é incompatível com a vida em sociedade e por isso deve ser sacrificado. O mecanismo de repressão ocorreria às custas do Ego, que pode então amar um outro. Freud nos mostra no texto de 1915 que:

a repressão não é um mecanismo de defesa existente desde o início, que não pode surgir antes que se produza uma nítida separação entre atividade psíquica consciente e inconsciente, e que *a sua essência consiste apenas em rejeitar e manter algo afastado da consciência*.⁶

A afirmação de que o mecanismo da repressão ocorre às custas do Ego e que não existe desde o início, significa dizer que o Ego, na condição de instância psíquica, não existe desde o início da vida, e para que haja uma repressão como essa, deve haver uma nítida separação entre as atividades conscientes e inconscientes. Mas essas atividades passam a se distinguir após um mecanismo primeiro de repressão, a *repressão primordial*, ou *repressão originária*, que consiste em ter o acesso negado à consciência promovendo uma *fixação* desde os primeiros momentos de vida, que precede e é condição para toda "repressão". Formula-se a fixação da seguinte forma:

[...] uma pulsão, ou parte de uma pulsão, não acompanha o desenvolvimento previsto como normal e, graças a essa inibição no desenvolvimento, permanece num estágio infantil. A corrente libidinal em questão se comporta, diante das

⁴ FREUD, Sigmund. Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia paranoides) descrito autobiograficamente (1911). In: FREUD, Sigmund. *Sobre un caso de paranoia descrito autobiograficamente (Schreber); Trabajos sobre técnica psicoanalítica y otras obras (1911-1913)*. V. XII. Trad. José Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2004.p. 61.

⁵ Quanto à metapsicologia: cf. NAMBA, J. Dualidades freudianas nas origens da psicanálise. *Discurso*, v. 49, n 1, 2019, pp. 91-100.

⁶ FREUD, Sigmund. A Repressão (1915). In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. V. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 85.

formações psíquicas posteriores, como se fizesse parte do sistema do inconsciente, como reprimida. Já dissemos que em tais fixações das pulsões se acha a predisposição para a futura doença, e, podemos acrescentar, sobretudo a determinação para o desfecho da terceira fase da repressão.⁷

Desde os primeiros momentos de vida, diferencia-se o que é desagradável daquilo que é prazeroso, o aparelho psíquico divide-se assim entre os processos conscientes e inconscientes, de modo que uma vez sentido o desprazer haja uma fixação do que é prazeroso. Ou seja, a fixação de uma pulsão ou parte da pulsão imprime uma marca que separa o que se encontra em contato com o exterior e, com os órgãos do sentido juntamente com a consciência, daquilo que foi fixado e passa a constituir-se enquanto memória no inconsciente.

Essa primeira repressão baseada na fixação vai servir de modelo para uma repressão futura (ou a propriamente dita que se inicia já na infância, com as primeiras escolhas objetais).

Cabe aqui ainda esclarecer ao leitor que o mecanismo de repressão psicanalítica se assenta em um processo de *defesa*, isto é, um mecanismo fundamentado na filosofia de Schopenhauer (*O mundo como vontade e representação*), na psicologia de Herbart (psicólogo do início do século XIX), mas, sobretudo, em preceitos neuropatológicos, que levam os organismos a fugirem de estímulos dolorosos ou prejudiciais de alguma maneira. O estímulo penoso, ou de "grande intensidade", é associado a algo que vem do exterior, ou seja, que atinge as terminações sensoriais desde o exterior do corpo. Vejamos o que Freud sustenta até os últimos anos de vida:

Como consequência de um vínculo formado, anteriormente estabelecido entre a percepção sensorial e a ação muscular, o ego tem sob seu comando o movimento voluntário. Ele possui a tarefa de autopreservação e cumpre essa tarefa dando notícias dos estímulos vindos desde fora, armazenando experiências sobre eles (na memória), evitando estímulos excessivamente

⁷ FREUD, Sigmund. A Repressão (1915). In: Freud, Sigmund. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. V. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. pp. 85-86.

intensos (mediante a fuga), enfrentando os estímulos moderados (através da adaptação) e, por fim, aprendendo a alterar o mundo exterior de uma maneira vantajosa em seu benefício próprio (através da atividade); mediante o interior, com relação ao id, mantém o controle das exigências pulsionais, decidindo se essas devem ou não ser satisfeitas, de modo a adiá-las para ocasiões e circunstâncias favoráveis no mundo externo, ou suprimindo inteiramente as suas excitações. Em sua atividade, é dirigido pela notícia dada pelas tensões dos estímulos que nele estão presentes ou que foram depois introduzidos, gerando um aumento dessas tensões: sua elevação é então sentida como *desprazer*, e seu rebaixamento como *prazer*. Contudo, é provável que aquilo que é sentido como prazer e desprazer não alcance a altura absoluta dessas tensões, mas algo no ritmo de suas modificações. O ego visa o prazer e busca evitar o desprazer. Um aumento de desprazer esperado e previsto tem como resposta um sinal de angústia; a ocasião desse aumento, seja a ameaça vinda de fora ou de dentro, é reconhecida como um perigo.⁸

Mesmo em seu penúltimo texto, rebatizado em português pela L&PM por *Compêndio de Psicanálise* (1938), Freud não somente mantém a ideia de um aparelho psíquico que deve se defender dos estímulos externos, principalmente daqueles de grande intensidade, como também um aparelho que deve apreender os estímulos não tão intensos, e a seu modo burilá-los, da maneira mais vantajosa possível para si. Se esse aparelho como um todo obedece ao princípio do prazer, é da responsabilidade do ego manejar todos esses estímulos externos, bem como os pulsionais provenientes do interior.

Ainda que o ego também reaja como se estivesse frente a um perigo proveniente do aumento da tensão e que o sinal de angústia seja uma resposta de defesa, tais respostas fazem parte do funcionamento normal, de modo que a diferença entre o normal e o patológico na teoria freudiana é uma medida, uma quantidade. Isso significa dizer que esse mecanismo de repressão se diferencia do mecanismo de defesa ao longo da teoria. Ainda que o mecanismo repressivo seja

⁸ FREUD, Sigmund. *Compêndio da psicanálise* (1938). Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013, pp. 49-50).

uma “espécie de protótipo para as outras operações defensivas”⁹, ele constituirá um dos mecanismos defensivos do aparelho psíquico.

Ao retomarmos aqui a fixação, podemos indicar como uma pulsão, ou parte dela, não acompanha o desenvolvimento normal. Isto é, como a partir desse aparelho psíquico nascente há uma reação de inibição e fixação da pulsão em uma representação, na condição de uma inscrição dessa no inconsciente. Esse viria a ser, então, um primeiro momento de dissociação entre consciente e inconsciente, pois essa espécie de recuo nos mostra que a corrente libidinal fixada irá se comportar como reprimida. Nas palavras de Freud,

[...] o segundo estágio da repressão, a *repressão propriamente dita*, afeta os derivados psíquicos da representante reprimida ou as cadeias de pensamentos que, originando-se de outra parte, entraram em vínculo associativo com ela. Graças a essa relação, tais representações sofrem o mesmo destino que o que foi reprimido primordialmente. A repressão propriamente dita é, portanto, uma “pós-repressão”. Aliás, é um erro destacar apenas a repulsa que, a partir do consciente, age sobre o que há de ser reprimido. Deve-se ter em conta, em igual medida, a atração que o primordialmente reprimido exerce sobre tudo aquilo com que pode estabelecer contato. Provavelmente a tendência para a repressão não alcançaria seu propósito se essas forças não atuassem juntas, se não houvesse algo reprimido anteriormente, disposto a acolher o que é repelido pelo consciente.¹⁰

Após a instauração de uma repressão primordial, o segundo estágio vem a ser um reforço dessa repressão primeira. Chamada de repressão propriamente dita, ela não está fundamentada numa fixação da pulsão, ao contrário, ela incide no destino das pulsões, que não compõem uma unidade, mas é formada por representações ou ideias que são investidas por um montante de energia psíquica, dita libido¹¹:

⁹ LAPLANCHE, Jean e PONTALIS, Jean-Bertrand. *Vocabulário da Psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. Santos: Livraria Martins Fontes editora, 1970, p. 555.

¹⁰ FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo (1914). In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. V. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 86.

¹¹ A propósito das pulsões conferir: FREUD, Sigmund. Pulsões e seus destinos (1915) e NAMBA, J. Expressão e Linguagem: aspectos da teoria freudiana. São Paulo: Blucher, 2020, 2º capítulo:

A observação clínica nos leva agora a decompor o que até então apreendemos como uma unidade, pois nos mostra que é preciso considerar, além da ideia, uma outra coisa que representa a pulsão, e o fato de que ela experimenta um destino de repressão que pode ser inteiramente diverso do da ideia. Para designar esse outro elemento da representante psíquica já se encontra estabelecido o termo de *montante afetivo*; ele corresponde à pulsão, na medida em que este se desligou da ideia e acha expressão, proporcional à sua quantidade, em processos que são percebidos como afetos.¹²

Tais características das pulsões levam Freud a algumas considerações a respeito do destino do fator quantitativo, ou montante de afeto. O destino desse último tornou-se ainda mais importante que o destino da representação ou da ideia, uma vez que essa é invariavelmente suprimida da consciência e vai encontrar refúgio no inconsciente. Porém, no que diz respeito ao afeto, nada podemos saber dele, ou o encontramos bastante nuançado; ou ainda convertido em excitação corporal. Nesse texto, Freud menciona que há algo comum a todos os mecanismos de repressão: “a *retração do investimento de energia (ou libido quando lidamos com as pulsões sexuais)*”¹³, o que comentaremos mais adiante a propósito da melancolia.

O desenvolvimento da sexualidade e as pulsões

No segundo dos *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905), Freud retoma a infância como período pré-histórico sexual do indivíduo, desta vez como consequência da *amnésia infantil*, que encobriria justamente todo o período do desenvolvimento sexual infantil. Essa amnésia não envolveria propriamente “um verdadeiro desaparecimento das impressões da infância”¹⁴, ao contrário, assim

Intensidade e formas no aparelho psíquico. Paulo César de Souza, tradutor da obra freudiana diretamente do alemão, optou por traduzir *Trieb* por instinto e não por pulsão, neologismo calcado em *pulsion* da língua francesa. Quanto a esse tema conferir texto de Souza, Pedro Fernandes. *Trieb*, *Pandemonium*, v.25, n. 47, set.-dez. 2022, p. 306-330.

¹² FREUD, Sigmund. A Repressão (1915). In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. V. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010., p. 91).

¹³ *Ibid.*, p. 94.

¹⁴ FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). In: FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade; Análise fragmentária de um caso de histeria (O caso Dora) e*

como nos neuróticos, consistiria num afastamento da consciência, quer dizer, na repressão. Ou seja, em determinado momento da infância, mais ou menos dos 2 aos 5 anos, a criança passa a ter condições de escolher seus objetos de amor. Isso significa dizer que ocorre uma operação psíquica que reúne o montante de afeto para a constituição de uma instância psíquica, o ego, e à medida que esse montante de afeto aumenta, tornando-se excessivo, ele é destinado a um objeto exterior ao seu próprio corpo, em geral figuras parentais. Esse período é chamado de narcísico, em que ocorre “um originário investimento libidinal do ego, de que algo é depois cedido aos objetos, mas que persiste fundamentalmente, relacionando-se aos investimentos de objeto, como o corpo de uma ameba aos pseudópodes que dele avançam. (...). Notamos apenas as emanações dessa libido, os investimentos de objeto que podem ser avançados e novamente recuados” (Freud, 1914/2010, p. 17). Isto é, o aparelho psíquico edifica-se a partir de operações que envolvem investimentos de montantes de afetos que são destinados, bem como retirados, dos objetos de amor.

Podemos acrescentar ainda que o objeto normalmente escolhido se assemelha bastante ao “primeiro objeto da pulsão oral” (Freud, 1916/2014, p. 438), ou seja, o que antes era o seio materno, a partir da eleição de objeto passa a ser a mãe. A principal consequência da eleição da mãe como objeto de amor é o desencadeamento do complexo de Édipo e do trabalho psíquico da repressão, “que lhe oculta o conhecimento de uma parte de suas metas sexuais” (Idem). O complexo de Édipo que, *analogamente*, narra a trama da tragédia grega de Sófocles, envolve os desejos dos crimes de Édipo, o incesto materno e o parricídio. A eleição da mãe como objeto de amor tem então como consequência a repressão das duas metas sexuais infantis: estabelecer uma relação incestuosa com a mãe e matar o pai. E essa repressão vem a ser a “propriamente dita”, que só tem resolução com a instauração do que chamamos período de latência (período em que se instauram o nojo, a vergonha e a moral, a ser melhor descrito adiante), e, portanto, com o declínio do próprio complexo de Édipo pela via da identificação (Laplanche & Pontalis, 1970, p. 119). No entanto, a fase da eleição de objeto ocorre em dois tempos, e tem seu

término na puberdade, momento em que o púbere “deve renunciar aos objetos infantis e recomeçar novamente como corrente sensual”¹⁵. Ou seja, deve abdicar dos objetos anteriormente escolhidos como pai e mãe, representados pelas fantasias que foram reprimidas e, portanto, tornaram-se inconscientes, para que possa escolher um novo objeto de amor, nos termos da sexualidade adulta. Mas, como nos alerta Freud, as fases mais remotas do desenvolvimento da teoria libidinal: “Sem dúvida, elas não são mais que construções, mas ao lidar com a prática da psicanálise, [...] trata-se de construções necessárias e proveitosas” (1917/2014, p. 434), pois muito do que não observamos no objeto de estudo normal, podemos encontrar na patologia.

O simbólico e a melancolia em Freud

Apesar da patologia colocar em evidência os fenômenos psíquicos normais, Freud muitas vezes se utiliza dos processos normais universais que podem ser considerados prototípicos das perturbações psíquicas, como o luto e o sonho: “Depois de fazer uso do sonho como protótipo normal das perturbações psíquicas narcísicas, tentaremos esclarecer a essência da *melancolia* comparando-a com o afeto normal do luto” (Freud, 1917/2011, p. 45). Isso porque o quadro geral desses dois estados é muito semelhante:

O luto profundo, a reação à perda de uma pessoa amada, contém o mesmo estado de ânimo doloroso, a perda de interesse pelo mundo externo – na medida em que este não faz lembrar o morto –, a perda da capacidade de escolher um novo objeto de amor – em substituição ao pranteado – e o afastamento de toda e qualquer atividade que não tiver relação com a memória do morto. Facilmente compreendemos que essa inibição e esse estreitamento do ego são a expressão de uma dedicação exclusiva ao luto, na qual nada mais resta para outros propósitos e interesses. (FREUD, 1917/2011, p. 47-49).

¹⁵ FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade; Análise fragmentária de um caso de histeria (O caso Dora) e outros textos* (1901-1905). V. 6. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 76.

Também na melancolia tem-se esse estado geral de ânimo doloroso, deprimido e uma perda de interesse pelo mundo, pelos outros e por si mesmo que, no entanto, pode ser desencadeada pela perda do objeto de amor devido aos mais diversos motivos, já que reconhecemos “que essa perda é de natureza mais ideal”, e talvez não se possa “discernir com clareza o que se perdeu”. Mesmo em casos de melancolia que foram desencadeadas por uma ruptura abrupta do laço com o objeto de amor, “o doente conhece qual é a perda, na medida em que sabe quem ele perdeu, mas não o que perdeu nele [no objeto]”¹⁶. Ou seja, apesar do saber consciente a respeito do objeto, resta algo de enigmático a respeito da perda, como no processo repressivo, em que a representação é retirada da consciência. E temos aqui um dos poucos pontos de afastamento do processo do luto que nada tem de inconsciente.

Além disso, Freud aponta para outros aspectos que nos parecem fundamentais: na melancolia ocorre um “rebaixamento extraordinário do seu sentimento de autoestima, um enorme empobrecimento do ego. No luto é [principalmente] o mundo que se tornou pobre e vazio; na melancolia é o próprio ego”¹⁷. Vê-se que o melancólico é incapaz de amar e de ter outros interesses como consequência desse trabalho interior que consome seu próprio ego; ele faz autocríticas e autorrecriações como se não tivesse nenhuma vergonha de se expor a uma verdadeira degradação de si mesmo, como se tomasse a si por um objeto a ser rejeitado.

Para explicitarmos como, nos termos freudianos, a melancolia pode ser tomada como uma patologia – ou um estado simbólico, termo que utilizamos na acepção proposta pelo filósofo alemão F.W.J. Schelling, (na *Filosofia da Arte*, de 1802, e na *Filosofia da Mitologia*, a partir de 1842) –, retomaremos a economia e a dinâmica psíquica apresentada por Freud no texto de 1914, *A Introdução ao Narcisismo*:

O desenvolvimento do Ego consiste em um distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo. Tal distanciamento

¹⁶ FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia* (1917). Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosacnayf, 2011, p. 51.

¹⁷ *Ibid.*, p. 53

ocorre através do deslocamento da libido para um ideal do ego [...]. Ao mesmo tempo, o ego enviou os investimentos libidinais de objeto: Uma parte do amor-próprio é primária, resto do narcisismo infantil; outra parte se origina da onipotência confirmada pela experiência [do cumprimento do ideal do Ego]; uma terceira, da satisfação da libido objetal.¹⁸

Vê-se assim a constituição do ego para o indivíduo como uma ação psíquica repleta de consequências. À medida que se desenvolve envia libido tanto para o ideal desse ego, que um dia foi real (narcisismo primário/infantil), bem como para um objeto exterior. Se por um lado ao investir a libido em seu ideal, bem como no objeto externo, o ego empobrece, por outro, ao se satisfazer mediante o cumprimento de um ideal, ou mesmo ao ser investido pelo objeto, enriquece. Essa mobilidade libidinal delimita o *modo de funcionamento*, que por sua vez garante uma topografia desse aparelho psíquico dividida entre ideal de ego e ego, posteriormente chamadas de superego e ego¹⁹.

Mas em função do padecimento devido às suas autorrecriminações, de um esvaziamento de sua autoestima, inclusive de uma diminuição da vergonha de se expor em função da crueldade com que o ideal de ego trata o ego, o melancólico progressivamente se desliga dos investimentos em objetos que se perderam, ou, melhor dizendo, que não puderam ser perdidos. Os deslocamentos libidinais, ressalta Freud, passam por uma complicação em função do *conflito de ambivalência*. Isto é, o que fazer com essa libido uma vez que com o objeto de amor são travadas verdadeiras batalhas em que combatem o amor e o ódio, seja para retirar essa libido um dia investida no objeto, seja para se defender dessa retirada.

¹⁸ FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo (1914). In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao Narcisismo, Ensaio de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. V. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 48.

¹⁹ Em 1914, Freud divide o aparelho psíquico em sistemas bem demarcados: o inconsciente, a consciência associada à percepção e o pré-consciente. O ego encontra-se ainda exclusivamente à consciência. No entanto, em 1923, irá propor uma outra divisão em que o ego, bem como o seu ideal, encontra-se calcado nos processos inconscientes. Essa nova divisão, ou segunda tópica, delimita que os processos exclusivamente inconscientes ocorrem no id, e tanto ego quanto super-ego estendem-se desde a consciência até o inconsciente. Cf. MONZANI, Luiz Roberto. As tópicas freudianas. In: FULGÊNCIO, Leopoldo; SIMANKE, Richard Theisen. (orgs). *Freud na filosofia brasileira*. São Paulo: Escuta, 2005, pp. 145-157.

Com constância vê-se que o destino dessa libido vem a ser justamente o local do ego de onde tais investimentos haviam partido, ocorrendo assim uma regressão dessa libido. Esse processo que ocorre de maneira inconsciente pode se tornar consciente, ainda que, como no sonho ou qualquer outro sintoma, de maneira velada e disfarçada, pois se apresenta "para a consciência como um conflito entre uma parte do ego e sua instância crítica"²⁰, o ideal de ego. Esse movimento libidinal faz com que haja uma supressão temporária das fronteiras entre a consciência e o inconsciente.

Essa supressão ou anulação nos remete a uma outra referência simbólica que aquela utilizada por Freud nas neuroses de transferência ou nos sonhos. A do símbolo utilizada por Schelling na *Filosofia da Arte* (1802/1996) e anos depois na *Filosofia da Mitologia*, a partir de 1842, uma vez que o símbolo não significa outra coisa além dele mesmo, como as alegorias, mais próximas dos símbolos freudianos. Segundo Torres Filho,

Shelling, em sua laboriosa velhice, foi o pensador que mais se empenhou, ao longo de toda a sua Filosofia da mitologia, no insistente combate à interpretação alegórica do mito – herança renitente dos estoicos e na afirmação reiterada de que o mito fala por si mesmo e de si mesmo: *não fala de outra coisa*.²¹

No seu curso de Filosofia da arte ministrado em Iena (1802), Shelling dizia que "as Ideias na filosofia e os deuses na arte são o mesmo, mas cada qual é por si aquilo que é, cada qual uma perspectiva própria do mesmo, nenhum em função do outro ou para significar o outro".²²

Dessa maneira, "Júpiter é o símbolo (Sinnbild) da identidade absoluta do ser eterno; Minerva nasce adulta e armada de sua divina cabeça, é o símbolo da forma absoluta e do universo. Mas elas não o significam, elas o são em si mesmas"²³.

²⁰ FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia* (1917). Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosacnayf, 2011, p. 83.

²¹ TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. O simbólico em Schelling. In: TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de filosofia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 111.

²² SCHELLING apud TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. O simbólico em Schelling. In: TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de filosofia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 111.

²³ TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. O simbólico em Schelling. In: TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de filosofia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 111.

Resgatamos aqui o simbólico em Schelling. Em outro lugar²⁴ propusemos que haveria períodos que poderiam ser caracterizados como simbólicos na acepção schellinguiana, isto é, períodos em que no psiquismo freudiano haveria uma verdadeira indiferenciação entre as fronteiras do consciente e do inconsciente. Dividimos esses períodos em que ou a barreira da censura ainda não foi completamente erigida, e outros em que, mesmo depois de ter sido completamente estabelecida e ocorrido uma separação mais bem definida entre as instâncias psíquicas, observa-se uma suspensão dessa barreira e um verdadeiro mergulho da consciência que acaba por resgatar o funcionamento do inconsciente.

Se no indivíduo podemos encontrar essas situações no chiste, na obra de arte e na clínica analítica, na cultura descrevemos esse período simbólico como um período pré-histórico, antecedente à aquisição da bipedestação humana, que coincidiria com a repressão orgânica. Mas seja no indivíduo ou seja na cultura, o fim desse período simbólico é marcado pela atribuição de um sentido outro para as representações, ideias, ações ou conceitos; os símbolos passam a significar algo outro para além do que se encerra em si mesmo.

Pretende-se aqui mostrar que também a melancolia pode ser considerada como uma patologia *simbólica*, uma vez que podemos encontrar um verdadeiro resgate desse período de *indiferenciação* entre o inconsciente e a consciência, e a formação dessa expressão peculiar que se refere somente a si mesma.

Como dissemos há pouco, durante os primeiros anos, durante o narcisismo, a escolha de objeto externo a si mesmo envolve tanto um investimento de amor nesse objeto bem como na outra instância a ser formada, o ideal de ego, e esses investimentos vêm tanto a empobrecer quanto a enriquecer esse ego, alterando-o. Em 1923, Freud, ao se referir à melancolia, diz que "se um tal objeto sexual deve ou tem de ser abandonado, não é raro sobrevir uma alteração do ego".²⁵ Nessa patologia, o mecanismo normal de introjeção seria uma "espécie de regressão" à fase oral infantil, ou seja, resgata-se o mesmo modo como o ego primitivo abdica de seus

²⁴ Cf. NAMBA, J. *Expressão e linguagem: aspectos da teoria freudiana*. São Paulo: Blucher, 2020.

²⁵ FREUD, Sigmund. O Eu e o Id (1923). In: FREUD, Sigmund. O Eu e o Id, "Autobiografia" e outros textos (1923- 1925). Trad. Paulo César de Souza. V. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 36.

objetos: pelo processo de "identificação", condição essa sob a qual o ego torna-se capaz de abandoná-los.

Ora, com isso o modo como o ego renuncia aos objetos expressa suas próprias eleições objetais, ou nas palavras de Freud, "o caráter do ego como sendo um precipitado dos investimentos objetais abandonados", verdadeiros "efeitos das identificações iniciais, sucedidas na idade mais tenra que serão universais e duradouros" (1923/2011, p. 38). Responsáveis pela posterior formação do ideal de ego, tais identificações não são mediadas pela eleição de objeto, mas fazem parte dos primeiros mecanismos psíquicos de reconhecimento de outro indivíduo. Freud menciona nos *Três Ensaio sobre a teoria sexual* que a "descoberta do objeto é na verdade uma redescoberta", pois desde as primeiríssimas satisfações da pulsão sexual, ao mamar, a criança toma essa satisfação como "modelo de toda a relação amorosa" (Freud, 1905/2009, p. 143), de modo que há uma identificação com esse objeto primeiro da satisfação.

Pode-se pensar, então, a melancolia como um impasse diante da necessidade de abandono do objeto de amor. Os recursos regressivos utilizados pelo ego, tanto de introjeção do objeto quanto de identificação com ele, evidenciam justamente uma impossibilidade de abandoná-lo. A circulação libidinal, que antes transitava entre o exterior e o interior do aparelho psíquico, passa a circular quase que exclusivamente no interior desse psiquismo como no período autoerótico em que não havia um objeto exterior a ele. Esse recuo no movimento libidinal faz com que a barreira da censura seja suspensa; como afirma Freud, ao melancólico "falta, ou pelo menos não aparece de modo notável, a *vergonha* perante os outros, que seria sobretudo característica dessas condições"²⁶ ao se autorreprimir e se criticar.²⁷

²⁶ FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia* (1917). Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosacnays, 2011, p. 55.

²⁷ Nas palavras de Freud, não há dificuldade alguma em reconstruir esse processo. Houve uma escolha de objeto, uma ligação da libido a uma pessoa determinada; graças à influência de uma ofensa real ou decepção por parte da pessoa amada, essa relação de objeto ficou abalada. O resultado não foi o normal, uma retirada da libido desse objeto e o seu deslocamento para um novo, mas foi outro, que parece requerer várias condições para sua consecução. O investimento de objeto provou ser pouco resistente, foi suspenso, mas a libido livre não se deslocou para um outro objeto, e sim se retirou para o ego. Lá, contudo, ela não encontrou um uso qualquer, mas serviu para produzir uma identificação do ego com o objeto abandonado. Desse modo, a sombra do objeto caiu sobre o ego, que então pôde ser julgado por uma determinada instância como um objeto, como o objeto abandonado. Assim, a perda do objeto se transformou em perda do ego e o conflito entre o ego e a

A situação de vergonha, melhor dizendo, da falta de vergonha, nos parece exemplar para mostrar a suspensão da censura, uma vez que, em 1905²⁸, Freud menciona que não há dúvidas no que diz respeito ao desenvolvimento dos impulsos sexuais desde o nascimento, que em determinado período passarão pelo processo de sufocamento. Ou seja, esses impulsos são reprimidos uma vez que entram em conflito com “poderes psíquicos” (conscientes) que agem como entraves do desenvolvimento desses impulsos sexuais e que, “ao modo de represas, estreitarão seu curso” na condição de nojo, de sentimento de *vergonha*, e de ideais estéticos e morais, como dito acima, durante o período de latência.²⁹

Encontramos, assim, na melancolia, uma regressão maciça da libido para estágios anteriores à consolidação do mecanismo da repressão/recalque que mostra, através dessa pouca ou ausente vergonha, uma suspensão da barreira da censura, implicando deste modo em uma indistinção entre consciente e inconsciente, que anteriormente tomamos como característica essencial do período simbólico, na acepção schellinguiana de símbolo. Se por um lado, no indivíduo, a barreira da censura quando completamente erigida diferencia o inconsciente do que é consciente e acaba por consolidar e diferenciar as instâncias psíquicas antes parcialmente mescladas, por outro, na melancolia, encontramos uma recapitulação dessa mescla uma vez que se utiliza de mecanismos como o recolhimento do objeto no ego como se não estivesse estado fora dele, como se pudesse anular a ausência do objeto.

Essa anulação ou supressão da ausência nos remete à busca do sentido original da palavra *símbolo*, que faz Schelling, na senha ou marca do reconhecimento (*Filosofia da Mitologia*): “Primitivamente, o símbolo fora um objeto partido em dois (como a *tessera* dos romanos) cuja apresentação e encaixe, permitiria a dois amigos

pessoa amada em uma bipartição entre a crítica do ego e o ego modificado pela identificação (Freud, 1917/2011, p. 61).

²⁸ Cf. FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade; Análise fragmentária de um caso de histeria (O caso Dora) e outros textos* (1901-1905). V. 6. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

²⁹ FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade; Análise fragmentária de um caso de histeria (O caso Dora) e outros textos* (1901-1905). V. 6. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 80

se reconhecerem no reencontro após uma longa ausência".³⁰ Assim como "o símbolo, encontro das duas metades da medalha é a anulação da ausência"³¹ analogamente o recolhimento do objeto perdido no ego, pode ser tomado como uma supressão dessa ausência. O objeto só pode ser tomado enquanto tal a partir do momento em que foi introjetado; o encontro com o objeto se dá através de uma identificação, anulando assim a divisão entre sujeito e objeto. Ao deixar de significar um para o outro, tornam-se o mesmo.

Nos diz Torres Filho que "o símbolo, como identidade de ser e significação, põe em cena esse 'é' ativo, transitivo, o único que é afirmado na proposição *A é A*".³²

No entanto, assim como nos referimos anteriormente a períodos simbólicos transitórios, a melancolia também seria um período simbólico finito. Isso porque "a alegoria é, por assim dizer, um dos 'movimentos' da operação simbólica".³³ É muito fácil alegorizar o simbólico, diz Schelling, mas isso ocorre, "pois a significação simbólica encerra igualmente em si a alegórica".³⁴ Ou seja, a expressão simbólica, ao encerrar o significado em si mesmo, contém em si a capacidade de significar, ainda que a identidade seja a própria destinatária da significação. Da mesma maneira podemos dizer dos movimentos libidinais. Se o objeto se recolhe no ego, em um movimento regressivo, esse movimento só pode existir porque houve um dia a separação entre o ego e o objeto, e "a identificação narcísica com o objeto se torna então um substituto do investimento amoroso".³⁵ E apesar de Freud dizer que "vemos que o ego se degrada, se enfurece contra si mesmo, e compreendemos tão pouco quanto o doente aonde isso leva e como pode mudar"³⁶, pode-se pensar juntamente com as construções posteriores da própria teoria freudiana, uma saída alegórica que já se encontrava presente no aparelho psíquico e nas relações amorosas.

³⁰ TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. O simbólico em Schelling. In: TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de filosofia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 113.

³¹ *Ibid.*, p. 114.

³² TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. O simbólico em Schelling. In: TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio de filosofia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 133.

³³ *Ibid.*, p. 117.

³⁴ *op. cit. loc. cit.*

³⁵ FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia (1917)*. Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosacnayf, 2011, p. 63.

³⁶ *Ibid.*, p. 83.

Referências

- FREUD, S. "Uma relação entre símbolo e sintoma" (1916). In: *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. V. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. A Repressão (1915). In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. V. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. *Estudos sobre Histeria (1893-1895)*. V. 2. Trad. Laura Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FREUD, Sigmund. Introdução ao Narcisismo (1914). In: FREUD, Sigmund. *Introdução ao Narcisismo, Ensaios de Metapsicologia e outros textos (1914-1916)*. V. 12. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. *Conferências introdutórias à psicanálise*. Trad. Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: FREUD, Sigmund. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade; Análise fragmentária de um caso de histeria (O caso Dora) e outros textos (1901-1905)*. V. 6. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- FREUD, Sigmund. *Luto e Melancolia (1917)*. Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosacnayf, 2011.
- FREUD, Sigmund. Algunas consideraciones con miras a un estudio comparativo de las parálisis motrices orgánicas e histéricas (1893 [1888-1893]). In: FREUD, Sigmund. *Publicaciones prepsicoanalíticas y manuscritos inéditos en vida de Freud (1886-1899)*. V.I. Trad. José Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2001.
- FREUD, Sigmund. Cinco conferencias sobre psicoanálisis (1910). V.XI. In: FREUD, Sigmund. *Cinco conferencias sobre psicoanálisis; Un recuerdo infantil de Leonardo da Vinci y otras obras (1910)*. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2003.
- FREUD, Sigmund. Puntualizaciones psicoanalíticas sobre un caso de paranoia (Dementia paranoides) descrito autobiográficamente (1911). In: FREUD, Sigmund. *Sobre un caso de paranoia descrito autobiográficamente (Schreber); Trabajos sobre técnica psicoanalítica y otras obras (1911-1913)*. V. XII. Trad. José Etcheverry. Buenos Aires: Amorrortu editores, 2004.
- FREUD, Sigmund. O Eu e o Id (1923). In: FREUD, Sigmund. *O Eu e o Id, "Autobiografía" e outros textos (1923- 1925)*. Trad. Paulo César de Souza. V. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, Sigmund. *Compêndio da psicanálise*. Trad. Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM Editores, 2013.

FULGÊNCIO, Leopoldo; SIMANKE, Richard Theisen. *Freud na filosofia brasileira*. São Paulo: Escuta, 2005.

LAPLANCHE, Jean. e Pontalis, Jean Bertrand. *Vocabulário da Psicanálise*. Trad. Pedro Tamen. Santos: Livraria Martins Fontes editora, 1970.

SCHELLING, Friedrich Wilhelm Joseph. *Filosofia da arte*. Trad. Márcio Suzuki. São Paulo: Edusp, 2001.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. O simbólico em Schelling. In. *Ensaio de filosofia ilustrada*. 2ª ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

Capítulo 5

Memória, política e escrita da História: reflexões benjaminianas



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-05>

Angélica Schmitt da Silva

Jaqueline Schmitt da Silva

*[...] não há gestos, palavras, suspiros que não
contenham a soma de todos os crimes que os
seres humanos cometeram e cometem.*

Elena Ferrante, A amiga genial.

*É atual não quem marca passo com o seu tempo,
mas aquele capaz de estabelecer curto-circuitos
com outras épocas.*

Walter Benjamin

Introdução

Conhecer a História é importante, sobretudo quando se vive um tempo no qual os direitos dos cidadãos estão sendo questionados e/ou revogados, quando o extremismo e o fascismo estão latentes. Em momentos de crise, é importante buscar refúgio, segurança e saber. Walter Benjamin, filósofo alemão do século XX, buscou saber e instrumentalizar seu saber para a luta contra o fascismo. Nasceu numa família de judeus na Berlim de 1892. Dedicou-se à filosofia e, com a crescente do nazismo na Alemanha a partir de 1920, buscou sobreviver a um regime no qual pessoas como ele - um intelectual judeu - passaram a ser perseguidas, presas, torturadas e mortas.

Na obra *Walter Benjamin e os cacos da história* (2018), Jeanne Marie Gagnebin fala sobre como a vida deste filósofo pode ser compreendida como um “fracasso exemplar”, pois tanto em sua obra, como em sua história, Benjamin testemunhou a dificuldade de ser um intelectual judeu. Quando buscou exílio em Paris, Benjamin sobrevivia apenas com uma bolsa de estudos pelos trabalhos que desenvolvia junto ao Instituto de Pesquisa Social, depois Escola de Frankfurt. O contexto de precariedade financeira no qual vivia, as preocupações com a sua sobrevivência e o estado de exílio, contribuíram para o seu adoecimento e dificultavam o seu trabalho de escrever. As teses *Sobre o conceito de História*, que serão abordadas ao longo deste capítulo, foram seus últimos escritos.

Pensar a história, é pensar sobre nossa existência até aqui, e também poder sonhar com um futuro. Em vista disso, buscamos em Walter Benjamin um suporte teórico-filosófico capaz de atender aos questionamentos que possam surgir quando refletimos sobre o que a própria história tem nos contado ao longo do tempo. Investigamos nas teses *Sobre o conceito de História*, a perspectiva sobre o sentido da luta política, como ela pode interferir na narrativa tradicional sobre a História e seu diálogo com outros tempos históricos, inclusive com a atualidade. Essas teses são “ao mesmo tempo, uma síntese de todo seu pensamento e o testemunho ansioso de um exilado no limiar da Segunda Guerra”.¹

Estudar Benjamin em 2022 e entender seu pensamento sobre a história em tempos de fascismo, nos remete à atualidade de suas ponderações e os caminhos de seu pensamento em tempos extremos. Um texto escrito em momentos de grande dificuldade, sem as condições que poderiam ser consideradas adequadas, mas qual seria afinal, o momento certo? Lidar com a realidade do pensamento benjaminiano tal qual ela se apresenta nos parece função primordial da História. Não foi o primeiro escritor a fazê-lo em condições graves. Marc Bloch, importante historiador francês e um dos fundadores da revista dos *Annales* em 1929, também viveu tempos de inquietude e tensão quando foi preso por ser judeu. Nessa ocasião ainda escreveu o

¹ GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 19.

que se tornaria a obra *Apologia da História ou O ofício do historiador*², um texto inacabado diante de sua execução pelos nazistas, ao mesmo tempo que “um ato completo de história”, como descreveu Jacques Le Goff.

Márcio Seligmann-Silva (2020) aponta para a atualidade do texto de Benjamin nas teses. Afinal, como instrumentalizar a história do ponto de vista da luta contra o fascismo? Como entender os fragmentos escritos por Benjamin do ponto de vista dos desafios do tempo presente? As teses sobre História de Walter Benjamin consistem também num testemunho do que viveu. Alguns estudiosos podem considerá-la menos consistente por essa característica, que vista de outra perspectiva, a torna um escrito único. Compreender a mensagem incrustada nessas teses torna-se tarefa fundamental se quisermos estabelecer bases de entendimento do mundo em que vivemos. “Benjamin fala diretamente conosco. Existe um túnel curto que nos conecta a seu tempo de fascismos e necropolítica.”³ Para o filósofo, “é atual não quem marca passo com o seu tempo, mas aquele capaz de estabelecer curto-circuitos com outras épocas.”⁴ O autor foi capaz de vislumbrar especificidades que permaneceram no tempo histórico. Uma característica muitas vezes atribuída a alguém tido como à frente de seu tempo, entretanto, é naquele tempo e contexto histórico específico que foi possível observar determinados aspectos, no caso de Benjamin, sobre a História. Seja como catástrofe, seja como possibilidade de transformar um futuro comprometido pela ideia de progresso econômico linear, um paradigma que pesa sobre a humanidade, e em tempos de emergência climática, sobre todos os outros seres e partes do nosso planeta, essenciais à nossa própria sobrevivência como parte desse mundo natural.

Em 7 de maio de 1940, Benjamin escreveu para Adorno e disse que não pretendia publicar as teses no patamar de escrita em que se encontravam. Chegou a traduzir para o francês e enviá-las pelo Correio, possivelmente para proteger-se, mas acabou por aprofundar significados dos próprios conceitos nesse processo. Em alemão, também escreveu uma versão censurada. Em 22 de fevereiro de 1940,

² BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, O ofício do Historiador*. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação Lília M. Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

³ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Notas. In: BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020. p. 11.

⁴ Id., Notas, 2020, p. 11.

escreveu para Horkheimer para dizer que havia concluído a escrita de algumas teses sobre o conceito de História, escritas a partir das demandas dos tempos vividos, conforme palavras do próprio Benjamin. Para Gretel Adorno, Benjamin escreve sobre as teses e os problemas da recordação e do esquecimento que surgiam delas. Chama a atenção da interlocutora para a tese XVII: "aquela que deveria te deixar perceber o nexos fundamental dessas observações com os meus trabalhos anteriores, na medida em que se alinha com o seu método." Essa tese trata de questões sobre o método da historiografia materialista. Enviou também o manuscrito de *Infância berlinense: 1900*. Para Seligmann-Silva⁵, essa carta interliga os dois trabalhos, as teses e o manuscrito sobre sua infância, que trazem os temas de recordação e esquecimento, e investiga o esquecimento como categoria da memória. A memória guarda em si também o esquecimento, o destruído, a poeira.

As teses de história escritas por Walter Benjamin, em suas várias versões, também representam a fase em que viveu. Escrevia cópias e enviava aos amigos como uma forma de fazer *backup* e salvar seus manuscritos. Por esse motivo, temos várias versões do seu trabalho nas teses.

Escolhemos escrever sobre as teses a partir do manuscrito publicado na edição da Brasiliense, em conjunto com vários textos de Benjamin, o livro está intitulado como *Magia e Técnica, Arte e Política*, edição publicada em 1994. Nesta obra, Benjamin se ocupa de muitos temas que de alguma forma dialogam com as teses; é uma das versões mais traduzidas no mundo. O outro manuscrito citado é o de Hannah Arendt, pois além de ser a mais antiga das seis versões das teses, ficou por muitos anos relegado ao esquecimento. Conforme Seligmann-Silva, uma das explicações para o ostracismo dessa versão se deve aos desacordos entre ela e Adorno acerca do legado de Walter Benjamin. Localizado entre os documentos do espólio de Arendt na Biblioteca do Congresso em Washington, o manuscrito possui correções feitas à mão por Benjamin e percebe-se que a numeração foi modificada muitas vezes, ou seja, existiam dúvidas sobre a melhor ordem para as teses. Foi

⁵ SELIGMANN-SILVA, Márcio. Notas. In: BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, Notas, 2020, p. 18.

traduzido pela primeira vez para o português e publicado na edição crítica *Sobre o conceito de História*, pela editora Alameda, em 2020.⁶

As teses Sobre o conceito de História em tempos extremos

Não podemos ignorar o contexto brasileiro e mundial, no qual essas versões das teses *Sobre o conceito de História*, de Walter Benjamin, foram trazidas para o debate público pelos estudiosos desse importante filósofo e intelectual alemão. Podem essas teses nos apontar caminhos para romper com a correnteza da extrema-direita que nos ameaça? Como o historiador e o revolucionário podem agir dentro desse sistema de crenças que nos faz crer na impossibilidade do fim de um sistema que planeja aniquilar o que resta do mundo que conhecemos? Em tempos de emergência climática, de fortalecimento da extrema-direita, como estabelecer um diálogo que englobe essas ideias de um pensador que viveu uma encruzilhada obscura na primeira metade do século XX, com pensadores importantes para o mundo atual, como Ailton Krenak? Como dialogar esses pensadores com estudiosos da obra de Walter Benjamin, a exemplo de Löwy e Gagnebin? São tentativas que desejamos fazer nas linhas deste texto.

Pensar e sonhar com um futuro são tentativas ambiciosas, pois a catástrofe parece mais presente a cada momento. Benjamin escreve como quem sabia disso em 1940, mesmo que sua visão da história como catástrofe não fosse no sentido pessimista, conforme nos explica Löwy.⁷ Seu pessimismo era revolucionário, conectado à emancipação das classes oprimidas. Seligmann-Silva, um dos organizadores da edição crítica e escritor das notas, aponta que: “Nessas teses articula-se uma crítica do sequestro da política por uma prática que reduz corpos a instrumentos do capital e destrói a natureza, com um poderoso revisionismo positivo

⁶ BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

⁷ LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados* [online]. 2002, v. 16, n. 45 [Acessado 7 Dezembro 2022], p. 199-206.

da história do ponto de vista dos vencidos.”⁸ Aliás, o conceito de revolução é um dos temas centrais que perpassam esses manuscritos.

A tese I do manuscrito de Arendt, que permanece a mesma em outros manuscritos, fala sobre o autômato, um boneco que joga xadrez com outras pessoas, porém é manipulado por um mestre enxadrista que se mantém escondido, e por esse motivo, o autômato sempre vence. O autômato é utilizado como uma alegoria da relação entre o materialismo histórico em conjunto com a teologia e sua força. Conforme Seligmann-Silva, a teologia para Benjamin não estava destruída com o decreto acerca da morte de Deus, antes disso, embora esquecida, suas forças permaneciam.⁹

Benjamin trabalhava para construir imagens que reforçassem “a luta contra a falsa moralização da política, que desaguou no fascismo.”¹⁰ A partir dessas novas imagens e espaços lúdicos, buscava estabelecer novas formas de compreensão das relações entre o ser humano e a natureza. Já mencionamos a visão de Benjamin acerca do progresso científico linear e o temor com relação ao peso que tal condição fazia recair sobre a humanidade. A relação da humanidade com a natureza, sabemos hoje mais do que Benjamin na primeira metade do século XX, precisa ser pensada a partir de um novo paradigma. A perspectiva moderna de tomar os bens naturais como matérias-primas para produzir coisas; os outros animais, as águas, as árvores, o solo e as montanhas, são colocadas num patamar inferior à humanidade, tido como a única parte capaz de racionalizar e explorar o mundo ao redor.

Ailton Krenak, em *Futuro Ancestral* (2022), traz questionamentos e ideias para a construção de novos mundos, que não deixam de dialogar com as proposições presentes na filosofia feita através de aforismos e fragmentos por Walter Benjamin, em alguns aspectos na forma, em outros no conteúdo:

Essa liberdade que tive na infância de viver uma conexão com tudo aquilo que percebemos como natureza me deu o entendimento de que eu também sou parte

⁸ BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020, Notas, p. 26-27.

⁹ BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020, Notas, p. 31.

¹⁰ Id., Notas, 2020, p. 31.

dela. Então, o primeiro presente que ganhei com essa liberdade foi o de me confundir com a natureza num sentido amplo, de me entender como uma extensão de tudo, e ter essa experiência do sujeito coletivo. Trata-se de sentir a vida nos outros seres, numa árvore, numa montanha, num peixe, num pássaro, e se implicar. A presença dos outros seres não apenas se soma à paisagem do lugar que habito, como modifica o mundo. Essa potência de se perceber pertencendo a um todo e podendo modificar o mundo poderia ser uma boa ideia de educação. Não para um tempo e um lugar imaginários, mas para o ponto em que estamos agora.¹¹

O pensador indígena brasileiro fala sobre novas formas de entender a relação entre a natureza e a humanidade, a partir da cosmovisão dos povos originários, que diferente desse outro tipo de humanidade predominante no mundo atualmente, não se aparta da natureza e do mundo ao seu redor. É uma forma de entender-se como ser que se integra e não que se separa para servir-se dos bens naturais e dos outros seres vivos. Um tipo de relação com a natureza que não visa dominação e poder.

Na tese II, Benjamin fala sobre a ausência de inveja com relação ao futuro. Ou seja, todas as possibilidades de alegria e prazer que imaginamos poder sentir, em geral, estariam conectadas com o presente no qual vivemos. É na atmosfera da realidade que podemos observar, sentir, almejar e também buscar redenção.

[...] a representação de felicidade associa, de modo indissolúvel, a de redenção. Com a representação do passado, de que a história faz seu objeto, ocorre o mesmo. O passado traz consigo um índice temporal que remete à redenção. Existe um encontro secreto entre as gerações passadas e a nossa. Nós éramos aguardados sobre a Terra.¹²

Conforme Seligmann-Silva¹³, o termo “secreto” tem a ver com o projeto de Benjamin de retirar os “esqueletos do armário”, trazer à luz o que está recalcado,

¹¹ KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

¹² BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020, p.33.

¹³ Id., Notas, 2020, p. 22.

conforme o pensamento psicanalítico, ou escovar a História a contrapelo, uma das definições mais conhecidas para a tarefa do historiador, segundo a concepção benjaminiana. Quando o autor remete ao potencial de redenção da História, se refere também ao papel do historiador, como aquele capaz de realizar esse encontro com o passado, de construir significados para os povos oprimidos, sem História e sem memória.

Benjamin traz questionamentos presentes sobre a ideia de o passado trazer consigo algo misterioso, que o “impelle à redenção”, dirigindo um apelo que não pode ser rejeitado, que ultrapassa gerações, sempre a nos esperar, “pois não somos tocados por um sopro do ar que foi respirado antes? não existem, nas vozes escutamos, ecos de vozes que emudeceram?”¹⁴. Este apelo do passado não pode ser ignorado ou rejeitado. Essas vozes precisam ser ecoadas. Tais perguntas ainda não faziam parte do manuscrito que o autor das teses entregou a Hannah Arendt.

A tese III do manuscrito de Arendt corresponde à tese IV nas demais versões. Em algumas está presente uma epígrafe de Hegel. Fala sobre a necessidade de lutar antes pelas coisas materiais, pois as espirituais viriam por si mesmas. As “coisas espirituais” viriam sob forma “de confiança, da coragem, do humor, da astúcia, da firmeza”¹⁵, que contribuem para questionar a vitória dos grupos dominantes, já que essas características espirituais não constituem o espólio dos vencedores, antes disso, colocam em questão essa vitória. Nesse sentido, a crítica de Benjamin se volta ao historicismo, que por sua vez, se volta para a história dos vencedores, como os girassóis para o sol.

Esta tese III ressalta que só conseguiremos contar a história dos vencidos se chegarmos à redenção. Benjamin, traz, portanto, elementos do messianismo judaico. A redenção, neste caso, pode ser compreendida como uma fagulha de esperança de que acabe a relação de subjugação entre as classes mais fortes para com as classes mais frágeis. “[...] nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para

¹⁴ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 223.

¹⁵ Id, p. 224.

a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado".¹⁶

Por isso, é função do materialismo histórico manter vivas as memórias e narrativas do sujeito histórico, da forma como se apresenta, "no momento do perigo". Esse perigo, de acordo com o filósofo, é sempre o mesmo "entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento"¹⁷. Por isso, a chegada do Messias não pode ser apenas algo momentâneo de salvação, trata-se de um momento messiânico, que pode ser mantido ao passo que a articulação histórica do passado se dê com a apropriação "de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo".¹⁸

Para Benjamin, a História não poderia ser escrita como realmente foi, pois os historiadores só teriam acesso a um relampejo, a uma recordação, a imagens do passado.

Em cada época, deve-se tentar novamente libertar a tradição do conformismo, que está prestes a subjugar-la. [...] Apenas tem o dom de atizar no passado aquelas centelhas de esperança o historiógrafo atravessado por esta certeza: nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.¹⁹

Essa visão sobre o ofício do historiador também se materializa em outros trabalhos, a exemplo de *Infância em Berlin: 1900*. No primeiro fragmento, intitulado "Palavras prévias", menciona o momento no qual sentiu necessidade de escrever sobre o lugar em que nasceu. Os tempos vividos no estrangeiros tendiam a se estender. Foi a partir de imagens, ou lampejos, de sua infância, que buscou traçar sua experiência como uma criança burguesa naquele lugar e contexto. Percebe que o resultado estava mais próximo de uma experiência social e política, do que

¹⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 223

¹⁷ Id., p. 224.

¹⁸ Id., p. 224.

¹⁹ Id., p.37.

puramente individual e biográfica. Também observa elementos das experiências históricas posteriores nas recordações acessadas da sua infância.²⁰

É possível perceber a relação entre a concepção de escrita da História a partir do materialismo histórico, relacionada com a ideia de *mémoire involontaire* proustiana. Benjamin foi o primeiro a verter para o alemão a obra *Para o lado de Swann*, de Marcel Proust. Uma das imagens mais conhecidas da obra são as madeleines, um bolinho que através do seu cheiro e sabor, desperta no narrador as memórias sobre suas férias da infância em Combray.

O tempo é assim recuperado. A obra magna de Proust é produto desse duplo movimento. O primeiro, vertical, vai e volta entre o passado, o presente e o futuro. O segundo, horizontal, é um 'Nilo da linguagem, que transborda e frutifica os vastos espaços da verdade', conforme escreveu Walter Benjamin.²¹

Na tese VI na versão de Arendt, VIII nas demais versões, há uma problematização acerca dos modelos políticos que se contrapunham ao fascismo em nome do progresso. O ponto chave, no entanto, se concentra na realidade de um estado de exceção que se mantinha como regra. Colocar o fascismo como estado de exceção efetivo deveria ser centro da tarefa do historiador comprometido com seu ofício. "O espanto ante o fato de que as coisas que vivemos no século XX 'ainda' sejam possíveis não tem nada de filosófico."²² Assim como não tem nada de filosófico que os processos políticos da primeira metade do século XX, se repitam no século XXI.

O "Anjo da História" é figura conhecida na filosofia de Benjamin. Inspirado no quadro de Klee (1879-1940), retrata um anjo que se afasta, enquanto encara.

²⁰ BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: Infância berlinense*: 1900. Edição e tradução João Barrento. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. p. 69-70.

²¹ CONTI, Mario Sergio. Introdução. In: PROUST, Marcel. *À procura do tempo perdido. Para o lado de Swann*. Volume I. Tradução, Introdução e Notas Mario Sergio Conti. Prefácio Etienne Sauthier. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

²² BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020, p. 38.

Seus olhos estão arregalados, sua boca está aberta e suas asas estão estiradas. É assim que deve parecer o Anjo da História. Sua face se volta para o passado. Lá onde nós vemos surgir uma sequência de eventos, ele vê uma catástrofe única, que incessantemente empilha escombros sobre escombros e os lança a seus pés.²³

A visão da História como catástrofe se ilustra nesse fragmento. O autor das teses sobre o conceito de História rejeita as ideias de progresso e não acredita no futuro da humanidade caso o processo em curso não fosse interrompido. “A assimilação de progresso e catástrofe tem, antes de mais nada, uma significação histórica: do ponto de vista dos vencidos, o passado não é senão uma série interminável de derrotas catastróficas.”²⁴

Na tese XI (IX no manuscrito de Arendt), se intensificam as críticas com relação ao progresso, bem como à social-democracia, por sua responsabilidade com relação ao conformismo instalado através de suas táticas políticas e a ilusão predominante na classe trabalhadora de que o progresso técnico representaria conquista política. Benjamin reforçou a ideia de Marx acerca da força de trabalho ser a única propriedade do ser humano que não detém os meios de produção. Além disso, critica os programas que ressaltam o trabalho como fonte de riqueza. Riqueza para quem? Quais trabalhadores tinham acesso aos bens produzidos? Critica a medida de progresso pautada no domínio do ser humano sobre a natureza, sem pensar nos retrocessos sociais. Além disso, conforme Seligmann-Silva, Benjamin relaciona a necessidade de dominação da natureza, como sentido da existência da técnica, com a supervalorização das ciências da natureza no cenário moderno.²⁵ Para Benjamin, tais elementos impeliam ao fascismo.

“Ao conceito corrompido de trabalho corresponde, como seu complemento, a natureza, a qual como Dietzgen se expressou, ‘está aí de graça’.”²⁶ Essa separação do ser humano com relação à natureza, tão importante para a intensificação de sua

²³ Id., p. 39.

²⁴ LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados* [online]. 2002, v. 16, n. 45 [Acessado 7 Dezembro 2022, p. 204].

²⁵ BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, Notas, 2020, p. 44.

²⁶ Id., p. 46.

dominação e conseqüente exploração, nos remete mais uma vez ao pensamento de Ailton Krenak. O modelo de colonização empreendido nas Américas, colocou a cultura contra a natureza. Em *Futuro Ancestral*, Krenak menciona uma fala atribuída ao chefe Seattle, que foi líder das tribos Suquamish e Duwamish, no território que hoje corresponde ao estado de Washington, nos EUA:

Eu sei, você chegou aqui e se assenhorou de tudo, provavelmente o seu Deus te constitui agora como o novo dono e você vai ter o domínio sobre todas essas coisas, mas ensina teus filhos a pisarem suavemente sobre a terra, ensina-os a amarem essa brisa da montanha e reconhecerem o voo da águia, pois se vocês não aprenderem isso, um dia vão despertar imersos em seu próprio vômito.²⁷

É tanto lixo e destruição que temos acumulado ao longo dos últimos séculos. Os cientistas recordam a urgência climática eminente, já que o peso da fome, da exploração, do racismo, das guerras e do fascismo não bastam para concluir o fracasso de nosso sistema.

Paulo Freire relembra que a História não é inexorável, não está definida e pode ser transformada. Somos seres históricos e inacabados.²⁸ Assim como Benjamin, que previa a catástrofe, mas acreditava e buscou instrumentalizar uma revolução, que interromperia o fluxo do progresso que assola a humanidade e a natureza.

Palavras finais

Nas teses estudadas, Benjamin reflete sobre outras possibilidades e caminhos para escrever a História, de um ponto de vista que não fosse dos vencedores, mas daqueles que têm sido apagados. Conforme Löwy, o filósofo escapa às classificações, era um intelectual complexo, que reuniu em seu pensamento conceitos e ideias que poderiam parecer inconciliáveis: o romantismo alemão, o messianismo judeu e o marxismo. Sua obra se constitui por ensaios, fragmentos,

²⁷KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

²⁸FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 66 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020. p. 25.

citações, um formato narrativo que nos parece de acordo com suas ideias críticas à modernidade. Era "um nostálgico do passado que sonha com o futuro."²⁹

Carola Saavedra, no livro de ensaios *O mundo desdobrável*, lembra a fala do xamã Yanomami Davi Kopenawa, concedida em um depoimento ao antropólogo francês Bruce Albert e publicado com o título *A queda do céu*. A profecia do xamã faz coro com a do líder Seattle, mencionada em nosso texto: "se acabar a floresta o céu vai cair sobre todos nós."³⁰

É fundamental ressaltar que Benjamin compôs as teses *Sobre o conceito de História* com o objetivo de combater as forças fascistas que arruinaram vários países na época. A conexão entre as ideias de Benjamin com pensadores e grandes questões da atualidade justificam as próprias teses do autor. Quando nos voltamos para Benjamin, percebemos que o passado está repleto de ideias de futuro, que as preocupações com o futuro da humanidade em relação às ideias de progresso capitalista linear não eram infundadas, muito menos suas críticas sobre a relação do ser humano com a natureza e os perigos do fascismo, sempre à espreita. Somente uma história escrita a contrapelo, que desse vazão para aquela humanidade durante muito tempo vencida, silenciada, à espera por redenção, poderia ser transformadora da realidade, instrumentalizar revolução, interromper o ciclo que levaria à catástrofe.

Referências

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

BENJAMIN, Walter. *Rua de mão única: Infância berlinense: 1900*. Edição e tradução João Barrento. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

²⁹ LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados* [online]. 2002, v. 16, n. 45 [Acessado 7 Dezembro 2022, p. 199].

³⁰ SAAVEDRA, Carola. *O mundo desdobrável: ensaios para depois do fim*. Belo Horizonte: Relicário, 2021. p. 18.

CONTI, Mario Sergio. Introdução. In: PROUST, Marcel. *À procura do tempo perdido. Para o lado de Swann*. Volume I. Tradução, Introdução e Notas Mario Sergio Conti. Prefácio Etienne Sauthier. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 66 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Walter Benjamin: os cacos da história*. São Paulo: n-1 edições, 2018

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LÖWY, Michael. A filosofia da história de Walter Benjamin. *Estudos Avançados* [online]. 2002, v. 16, n. 45 [Acessado 7 Dezembro 2022], p. 199-206.

SAAVEDRA, Carola. *O mundo desdobrável: ensaios para depois do fim*. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Notas. In: BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História*. Organização e tradução Adalberto Müller, Márcio Seligmann-Silva. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2020.

Capítulo 6

Experiência de linguagem: uma reflexão sobre novas formas de se relacionar na pandemia



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-06>

Silvana Silva

Chega-se assim a esta constatação de que o único tempo inerente à língua – surpreendente à primeira vista mas profundamente de acordo com a natureza real da linguagem – é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito.

(Benveniste, E. *A linguagem e a experiência humana*, p. 76)

É já bem conhecida a leitura, no meio linguístico, de que o “presente” é o tempo linguístico por excelência, eixo do discurso. Também é bem conhecido o argumento de Émile Benveniste de que a muitas línguas faltam formas linguísticas de futuro e mesmo algumas formas mais elaboradas de passado, mas que todas têm a forma verbal presente e algumas formas de passado e que esse fato linguístico corroboraria sua afirmação de que é o exercício da língua, o discurso, o único eixo “real” da língua e, assim, fato que pode ser expandido à linguagem. Acreditamos que, mesmo ao linguista que não conhece o texto “A linguagem e a experiência humana”, esse argumento pode ser considerado razoável.

Nesse ensaio, pretendemos deslocar o olhar do linguista para a própria ideia de “experiência” ou “experiência humana”, conceito muito mais conhecido da filosofia e até certo ponto “estranho” ao linguista. Enfrentaremos tal estranhamento, que consideramos legítimo, uma vez que tal palavra aparece no título do texto de Benveniste e também é problematizada em seus manuscritos, como nos esclarece Fenoglio (2016). Outro fato relevante a comentar é que o referido texto de Benveniste foi publicado originalmente na *Revue Diògene*, que é uma revista internacional de ciências humanas (e não simplesmente uma revista de linguística).

No entanto, antes de adentrar o universo benvenistiano, faremos uma breve incursão sobre o conceito de "experiência" na filosofia. Para tal, nos valeremos da filosofia de Walter Benjamin, em especial do texto "Experiência e pobreza" (1933). Também nos valeremos dos comentários e reflexões da filósofa Bruna Bortolini na obra "Walter Benjamin e a categoria de experiência" (2020). Com tal incursão, pretendemos lançar pontes entre essas duas áreas, linguística e filosofia, que já andaram mais juntas em outras épocas da história ocidental, certamente aquelas em que a linguística não reivindicava "autonomia" e, nas palavras de Aurox (1998, p. 372), não vivíamos o período contemporâneo da "indústria da língua".

Segundo Barberousse (1999), o conceito de experiência atravessa a história da filosofia, estando presente em filósofos de diversos períodos históricos, como Aristóteles, Bacon, Galileu, Locke, Kant, Leibniz e Wittgenstein. Uma das primeiras afirmações de sua obra já pode nos provocar diversas interrogações:

É cômodo representar os diferentes aspectos da vida mental em três eixos, a saber, a ação, a experiência e o pensamento. Os outros componentes da vida mental humana, como a crença, o conhecimento da linguagem, a vontade, a escolha, os sentimentos, a imaginação, e outras ainda, serão situadas nesse espaço segundo sua proximidade aos diferentes eixos. Assim, o conhecimento da linguagem, por exemplo, seria situado na proximidade do pensamento¹.

Com tal descrição, observamos de saída a ausência de um filósofo como Walter Benjamin na referida obra. Do ponto de vista filosófico, entendemos que essa ausência se deu porque Benjamin considera a experiência fora da ideia de "experimento científico", considerando inclusive saberes populares da sociedade pré-capitalista. Já do ponto de vista linguístico, entendemos que, se houve na história das ideias aquilo que mesmo os filósofos reconheceram como o "*linguistic turn*" (virada linguística) no final do século XIX, é porque a linguagem se encontrou, finalmente, associada tanto aos eixos do *pensamento* quanto da *experiência* e da *ação*. E essa visada abrangente vemos em toda sua magnitude na noção de *discurso*,

¹ Barberousse, 1998, p. 11.

na obra do linguista sírio-francês Émile Benveniste. Do mesmo modo, visualizamos tal perspectiva na noção de *narrativa*, na obra de W. Benjamin. A fim de delinear os cruzamentos de perspectivas, faremos uma leitura pelo texto “Experiência e pobreza” de Walter Benjamin; em seguida, faremos uma leitura de “Linguagem e experiência humana” de Émile Benveniste, para, por fim, apesar da heterogeneidade textual que os dois textos carregam, tecer paralelos a partir de conceitos “associados” que estão *implícitos* ao dizer dos dois teóricos.

Benjamin e o desencanto com a Guerra: experiência não é pobreza, experiência é transmitir sem violência

Ingaia Ciência

A madureza, essa terrível prenda
Que alguém nos dá, raptando-nos, com ela,
Todo sabor gratuito da oferenda
Sob a glacialidade de uma oferenda

A madureza vê, posto que a venda
interrompa a surpresa da janela,
o círculo vazio, onde se estenda,
e que o mundo converte numa cela.

A madureza sabe o preço exato
dos amores, dos ócios, dos quebrantos,
e nada pode contra sua ciência

e nem contra si mesma. O agudo olfato,
o agudo olhar, a mão, livre de encantos,
se destroem no sonho da existência.

(Carlos Drummond de Andrade. *Claro enigma*)

É difícil abordar o texto de Benjamin sem referir sua densidade, seu comprometimento histórico e sua riqueza de referências culturais. Cada frase parece iluminar e abrir mil caminhos. Assim, é com essa perspectiva caleidoscópica que

pretendemos entrar no texto benjaminiano. Focalizaremos tanto na ideia de "narrativa" como na ideia (perdida) de "narrativa como legado da ancestralidade". Assim, na confluência entre uma forma linguística – em vias de desaparecimento – e as referências culturais e históricas que a circundam, e que também estão em extinção, é que demonstraremos o "desencanto" benjaminiano com a Modernidade e os avanços tecnológicos que a "experiência" científica nos legou. Tal desencanto flagramos igualmente nos poetas, dentre os quais destacamos Carlos Drummond de Andrade, em epígrafe, que, no poema acima, revela os dissabores da maturidade, esta que na cultura antiga era responsável por repassar os saberes da comunidade.

Entremos então no texto benjaminiano, "Experiência e Pobreza" (1933). O primeiro parágrafo já mostra a desilusão do filósofo: "Quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas? [...]. Quem é ajudado, hoje, por um provérbio oportuno? Quem tentará lidar com a juventude invocando sua experiência?" Tal desilusão não se dá tanto quanto a "ter" ou não experiência, mas a um saber específico "saber contar histórias". Imediatamente, dois problemas surgem daí: o saber narrativo e a escuta da juventude. Mas, afinal, o que aconteceu com ela?

Em seguida, Benjamin faz uma distinção entre "experiências da história" (a Primeira Guerra Mundial) e "experiências comunicáveis", já que "se podia notar que os combatentes tinham voltado silenciosos do campo de batalha". É esse aspecto de irrepresentabilidade que mostra o que as "novas" experiências do século XX podem ter de mais nefasto: a dor e a humilhação são tão grandes que não podem ser transmitidas, comunicadas, faladas. No terceiro parágrafo, talvez o mais denso e mais irônico do texto, Benjamin contrasta e atrela a "miséria cultural", advinda da proliferação da técnica e da ciência, à miséria do "pequeno-burguês", que tal qual um 'mendigo da Idade Média' fica embasbacado e fascinado com as ofertas de tantos discursos e técnicas que não sabe decidir como integrá-las à sua vida. Não podemos deixar de pensar aqui na obra "Cem Anos de Solidão" (1967), de Garcia Marquez, em especial no personagem José Arcadio Buendia que fica fascinado com os truques de circo e as poções miraculosas do cigano Melquíades, quando chega em sua terra, Macondo. Deixando-se seduzir por esses truques, deixa de dar atenção à família e

se põe a “inventar” artefatos. A “guerra” não apenas atinge os soldados, mas se transfere para a invasão de “produtos” e “mercadorias” vindas do estrangeiro.

A essa dupla desilusão secular, Benjamin acrescenta uma terceira: a da própria classe dos cientistas, que seriam virtualmente os detentores do conhecimento. “Entre os grandes criadores sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tábula rasa. A essa estirpe de construtores pertenceu Descartes, que baseou sua filosofia numa única certeza – penso, logo existo – e dela partiu. Também Einstein foi um construtor assim, que subitamente perdeu o interesse por todo o universo da física, exceto por um único problema – uma pequena discrepância entre as equações de Newton.” O comentário a Einstein é particularmente interessante, pois mostra que a ciência andar junto com a técnica, e esta pode adquirir contornos mesquinhos ao circunscrever seu trabalho a “pequenas” peças desajustadas na maquinaria do conhecimento e não na relação ética entre saber e fazer, entre um motivo de fazer e uma necessidade de talvez nada fazer, legado que só a “madureza” a que o poeta alude é capaz de compreender. O jovem, nesse sentido benjaminiano, é aquele que se deixa maravilhar pelas “novidades” do mundo sem pô-las em perspectiva a partir dos valores de sua família ou de valores de sua comunidade. O visualismo imediato do instagram, o consumismo desenfreado, o abuso das cirurgias plásticas e toda quinquilharia que nos oferece o Shoppee e outras plataformas de compras estão aí para mostrar que adentramos o século XXI com novas “experiências de história” e poucas experiências dignas de serem narradas.

A pobreza a que Benjamin alude no título retorna no fim do texto: *a pobreza das nomeações dos filhos* (“também os russos dão a seus filhos nomes como Outubro, aludindo à Revolução, ou Pjatiletka, aludindo ao Plano Quinquenal”), que nos remete a uma forte desumanização do homem e sua história, tal como no Romance *Mayombe* (2019), de Pepetela, em que os combatentes da libertação de Angola são renomeados com nomes de combate, e, por fim, a pobreza dos ambientes, a *cultura de vidro*² (“O novo ambiente de vidro mudará completamente os homens”). Sim, como alerta o filósofo Baumann (2009), a moderna cultura dos

² O itálico é de Benjamin. Para uma reflexão específica sobre esse tópico, indicamos ao leitor o belo capítulo “A estética do vidro e a despersonalização dos indivíduos” de Bortolini (2020).

condomínios acirra a separação entre a vida pública e a privada, dando a falsa impressão de que seus nobres cidadãos não precisam das praças públicas e nem se defrontar com a pobreza dos que habitam suas sarjetas.

Após essa leitura, fica claro o quanto o desencanto do ensaísta ganha razão de ser. A perda do poder da “palavra”, da “vida da comunidade”, do “provérbio oportuno”, das “histórias que só serão plenamente conhecidas com a experiência” nos conduziu ao século de uma ciência dos pequenos e mirabolantes engenhos ao ambiente de vidro, aos nomes sem ancestralidade e aos cientistas sem imaginação e sonho. Como nos diz Bortolini (2020, p. 94-5), a linguagem para Benjamin “deve ter algo em comum, isto é, ser expressão *na* língua e não *através* dela. (...) a língua é expressão imediata daquilo que se comunica ‘dentro’ dela e diferente de concepções usuais, a língua de Benjamin não é apenas uma ferramenta para comunicação de conteúdos”. A língua não tem a natureza do vidro, quer dizer,

sua crueza, frieza e indiferença: a língua tem sua própria natureza. Veremos, a seguir, o quanto essa concepção não instrumental da língua pode ser encontrada no linguista Benveniste.

Por fim, podemos dizer o quanto a experiência em Benjamin se aproxima dos três eixos mencionados por Barberousse (1998): é em si *experiência*, isto é, vida vivida pelos mais velhos, é *pensamento*, pois conforma seu estilo de vida, é *ação*, pois só se perpetua na tarefa ancestral de ser transmitida aos mais jovens.

Benveniste e a experiência da linguagem no e pelo discurso: para haver distanciamento subjetivo é preciso operar a(na) língua e fazer "história"

Contemplação no banco, II
 Nalgum lugar faz-se esse homem...
 Contra a vontade dos pais ele nasce,
 Contra a astúcia da Medicina ele cresce,
 E ama, contra a amargura da política...
 Não lhe convém o débil nome de filho,
 Pois só a nós mesmos podemos gerar,
 E essa nega, sorrindo a escura fonte
 Irmão lhe chamaria, mas irmão
 Por que, se a vida nova
 se nutre de outros saís, que não sabemos?
 (*Claro enigma*, Carlos Drummond de Andrade)

O texto "A linguagem e a experiência humana" contém mais filosofia que certos linguistas admitiriam. Ainda assim é talvez o estilo especulativo do texto que contém o seu maior valor: o de questionar a inefável noção de "tempo". E, para Benveniste, a experiência humana se dá não apenas *no* tempo, mas *com* o tempo e *a partir* dele: é o tempo linguístico. Os homens, as línguas, inventam seus próprios tempos, tal como o homem do poema drummondiano inventa e nasce a si mesmo. Como sabemos, a questão da "origem" da linguagem foi questão fortemente rechaçada pela linguística moderna: não há que se perguntar pela nossa origem, questão quimérica, mas sim o que fazemos com nosso tempo – *presente*.

Antes de adentrar na noção de tempo linguístico, foco da discussão da "experiência humana" em Benveniste, é necessário trazer uma questão: onde encontramos, afinal, no texto benvenistiano, a definição de "experiência" ou mesmo de "experiência humana" que está no título? Em estudo de Fenoglio (2019) sobre os manuscritos, encontramos uma nota de origem "indeterminada", porém anexada junto aos Papéis Orientais encontrados na Biblioteca Nacional de França que se

referem explicitamente ao texto "A linguagem e a experiência humana"³, a qual apresenta o título "Mon article" (Meu artigo) e, em seguida, uma definição de experiência, que muito nos chamou atenção. Para fins de leitura, apresentaremos a tradução do texto, tal como proposta por Flores et. al. Vejamos: "experiência que significa/ que corresponde aparentemente/ a uma necessidade/ou função natural/e que independente de/qualquer determinação cultural. Definida/pelo enfrentamento da/realidade pelo/sujeito, sua inserção/no real" (Fenoglio, 2019, p. 136).

Achamos estranho que tal definição tenha sido elidida do texto publicado, já que Benveniste nela reforça o argumento de que há distinção entre o *tempo das línguas* (determinação cultural) e o *tempo da linguagem* (o presente intrínseco, por vezes, implícito do discurso). Outro aspecto muito interessante dessa definição também está na segunda frase da definição, a qual coloca, a nosso ver, a problemática da experiência junto à da referência, fato que será ressaltado fortemente no texto "O aparelho formal da enunciação", um dos artigos mais prestigiados do linguista. A experiência, para Benveniste, estaria então na "ponta" da relação entre subjetividade e realidade, ou, nos termos de Barberousse (1998), entre pensamento e ação. Tal definição corrobora nossa hipótese central de que os conceitos de experiência em Benjamin e Benveniste podem ser comparáveis.

Feita essa discussão preliminar, adentremos o texto de Benveniste. Nos deteremos nas páginas finais, onde o autor justamente apresenta a noção de *presente linguístico* como característica da linguagem: não podemos deixar de assinalar que o faz sempre num raciocínio "dialético", para usar seus próprios termos, ao contrapô-lo ao tempo das e nas línguas. É nessa visão dialética – não lógica – que se realiza a "magia" da comunicação: "Algo singular, muito simples e infinitamente importante se produz realizando algo que parecia logicamente impossível: a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. Meu 'hoje' se converte em seu 'hoje', ainda que ele não o tenha instaurado em seu próprio discurso" (Benveniste, 1989, p.

³ Nas páginas 131 a 135, Fenoglio (2019) apresenta três Notas dos Papéis Orientais, número 46, fólio 496; número 46, fólio 498 e número 46, fólio 496, que são atribuídas aos Manuscritos de "A linguagem e a experiência humana". Fenoglio (2019, p. 131) chegara a afirmar antes que a página 501, onde está a definição de experiência, também faz parte desses manuscritos.

77). Vemos que a temporalidade do presente da fala instaura uma transmissibilidade – quiçá aquela que Benjamin já lamenta como utópica – que se dá no “enfrentamento da realidade pelo sujeito”, para retomar a definição deletada do texto publicado. A experiência da linguagem se dá na passagem da subjetividade para a construção da referência e da realidade com o outro. A ideia de “conversão” é relevante de destacar⁴.

No desdobramento da definição de *tempo linguístico* e do *presente* como eixo da fala do discurso, Benveniste trata das operações necessárias para o “distanciamento subjetivo” necessário na escrita e conseqüentemente na história. Vejamos:

Específico, o tempo linguístico o é ainda de uma outra maneira. Ele comporá suas próprias divisões em sua própria ordem este e aquelas independentes das do tempo crônico. [...]. Mas, separemos “hoje” do discurso que o contém, coloquemo-lo em um texto escrito; “hoje” não é mais falado e percebido, ele não pode mais enviar o leitor a algum dia do tempo crônico, pois que não se identifica com nenhuma data. [...]. Quando, por razões pragmáticas, o locutor deve transportar sua visão temporal para lá dos limites enunciados por “ontem” e “amanhã”, o discurso sai de seu plano próprio e utiliza a gradação “há oito dias”; “em três meses”. Entretanto, “há...” e “em...” permanecem como índices do distanciamento subjetivo; eles não podem passar para um relato histórico sem conversão: “há (oito dias)” torna-se “(oito dias) antes” e “em (três meses) torna-se “(três meses) depois”; “mais tarde”, como “hoje” deve tornar-se “naquele dia”. **Estes operadores** efetuam a transferência do tempo linguístico ao tempo crônico⁵.

O raciocínio dialético de Benveniste se desdobra da percepção de três tempos⁶ de conversão da enunciação falada até o relato histórico: do tempo

⁴ Oliveira (2021) considera que “conversão” é um termo em Benveniste, enfatizando sua presença em vários textos do linguista. Em alguns, há conversão sistema-discurso, já em outros há conversão fala-escrita.

⁵ Benveniste, 1989, p. 79, grifos nossos.

⁶ Segundo Flores (2013, p. 80), há em Benveniste um certo hegelianismo, isto é, “o ‘ir além esboçado por Benveniste, a um só tempo, nega, suprime, conserva e suspende a teoria de Ferdinand de Saussure, o que é compatível com a *aufhebung* hegeliana”. Nesse sentido, entendemos que o uso da

linguístico compartilhado imediatamente com o interlocutor, há um tempo "intermediário", e o do "distanciamento subjetivo", em que o sujeito se dá conta de que há uma opacidade, uma materialidade a dar conta, a da escrita. A esse movimento, o sujeito realiza, por fim, a operação final: a de produção do *relato histórico*, com o acréscimo de mais índices linguísticos. É possível dizer que a língua, e mais ainda, a experiência linguística, permite que o sujeito realize tais operações de forma mais ou menos sucedida. O problema assinalado por Benjamin do "apagamento da oralidade" gera, nessa perspectiva, um grave problema linguístico: como fazer uma transmissibilidade do "sentimento comum" entre locutor e interlocutor se a primeira operação (a da apropriação do tempo linguístico) se encontra ceifada na raiz? É talvez por isso que a "inundação" de imagens e produtos que recebemos diariamente no Whatsapp, nas malas diretas e nos "alertas" do Facebook perturbam tanto a nossa capacidade de escolha: de fato, atropelam nossa "sabedoria", nossa experiência humana mais primitiva de discernir o que é e pode ser "meu" e o que não é.

Um comentário final sobre a relação entre operadores e operações que lemos no longo trecho acima. A partir do raciocínio dialético exposto em toda a clareza do linguista, compreendemos que a "transmissão" de um saber, uma memória, uma experiência, enfim, só se torna problemática quando há "quebra" em algum elo dessa cadeia. Como nos "diz" Benjamin, nomear um filho a partir de guerras, revoluções ou mesmo a partir de um fato midiático contemporâneo só é lamentável se não estiver ligado diretamente à história da família. E esta história certamente não surgiu do "presente" de um fato "externo", mas do próprio "interior" da história familiar, com seu "presente" mais ou menos longínquo. Este horizonte, essa transmissibilidade de um "presente" de avô a filho, de filho a neto, é que "grandes fatos históricos traumatizantes"⁷ podem interromper. A grande "mola dialética" da intersubjetividade

palavra "conversão" tem um sentido bastante particular em Benveniste: não se trata das famosas díades saussurianas. Temos de fato operações dialéticas que, sutilmente, na língua e dentro do discurso movimentos de sentido que se afastam de uma 'primeira' posição original.

⁷ Não é foco desse capítulo, mas não podemos deixar de lembrar do trabalho do psicanalista húngaro Sándor Ferenczi (1873-1933) e sua teoria do desmentido para a formação de traumas no sujeito. Indicamos o trabalho de Kupperman (2019) para uma boa retomada dessa teoria, em especial o capítulo "O desmentido e as dimensões relacional e social do trauma".

é o que constitui a maior experiência humana: sua magia consiste em fazer do “meu” discurso ser o “teu”.

Quando as paralelas se cruzam: por uma narrativa que transmita pelo exemplo, por uma língua que relacione pela intersubjetividade

Uma questão que surge imediatamente é a seguinte: diante do desencanto benjaminiano com as formas culturais e literárias de seu (nosso) tempo, que formas literárias hoje poderiam nos salvar da completa alienação do “dom” da palavra? Bem, a psicanálise surge aí menos como um fato ou conhecimento revolucionário e mais como “sintoma”: sintoma de uma época que pouco fala, pouco escuta, pouco oferta amor, envolta em tecnologias, parafernálias e guerras de todos os tipos. Foi também a guerra que vivemos durante a pandemia do Covid-19 (guerra contra o vírus, guerra contra narrativas mentirosas, guerra contra as chamadas *fake news*).

Nesse período de reclusão o que salvou os que ainda puderam contar com o recurso da internet foram os “encontros virtuais”, sejam cursos, oficinas, grupos de estudos. Mais do que as “lives”, os encontros em que compartilhamos nossas angústias e esperanças foi o que em grande medida nos trouxe um pouco de “ar fresco” para nosso sufocamento como brasileiros. Destaco assim o Grupo de Pesquisa *Escrita e Enunciação*, registrado no Diretório do CNPq em 27 de outubro de 2020 e coordenado por mim e pelas professoras Célia Della Mía e Márcia Boabaid. Reunindo alunos e professores de várias universidades (UFSM, UFRGS, UPF, FURG, UNIPAMPA), teve encontros mensais sobre algum tema linguístico ou filosófico ligado à questão da memória e à linguagem. Este capítulo e este livro são o resultado desse grupo tão especial.

Entendemos assim que a pandemia mostrou a todos os que tiveram o privilégio do “*home office*” que o que salva o ser humano é a palavra, as trocas, os encontros⁸. Acredito que esse legado foi o mais precioso. Máscaras caíram, álcool

⁸ Em Silva (2019), apresentamos a concepção antropológica de uma leitura de Benveniste a partir de uma epistemologia do encontro. Acrescentamos ainda que a ideia de encontro não tem apenas valor heurístico, mas também conceitual, uma vez que a dialética proposta por Benveniste como constitutiva da experiência humana no artigo “A linguagem e a experiência humana”, ora em exame, depende sempre da operação fundamental do encontro, mais precisamente do diálogo eu-tu.

gel também quase não vê mais; ficou a lição de que juntos somos mais, somos humanos, falamos (e precisamos falar).

Considerações finais: a experiência de linguagem entre o implícito do dizer e o silencioso trabalho da língua

A lata não mostra
O corpo que entorta
Pra lata ficar reta
E a força que nunca seca/
Pra água que é tão pouca.
(*A força que nunca seca*, Chico César)

Ao chegar ao final desse breve passeio por dois textos de grandes autores, Benjamin e Benveniste, podemos concluir que, para além do pareamento de conceitos, da afinidade epistemológica que flagramos entre filósofo e linguista, suas respectivas reflexões nos conduziram a pensar nas formas de convivência durante o período de isolamento social da pandemia. Há em Benveniste e Benjamin uma “força que nunca seca”, como na pungente canção de Chico César, um dizer sutil e insistente, qual seja, para ter experiência, para ter valor, a fala precisa se ‘entortar’, fazer conversões, ser ‘operada’ pelo sujeito, sofrer o distanciamento subjetivo necessário, virar relato histórico. Só assim a fala se converte em discurso e este pode ser transmitido de novo, e de novo, e de novo. E, nesse contínuo e suspenso movimento, burilar e construir o “provérbio oportuno” – o saber que repousa no fundo da língua e demanda passar de geração a geração – a que alude Benjamin já no primeiro parágrafo de “Experiência e pobreza”.

Também foi dessa forma que conseguimos nos comunicar durante a pandemia: falas cortadas, vídeos pausados, internet oscilante, atrasos, links que não funcionam, mas sempre o desejo e a boa vontade de estar e falar com o outro. É claro, quando esse desejo foi maior do que a derrota diante do contingente.

Referências

- AUROUX, Sylvian. Cronologia da reflexão linguística. IN: __ *A filosofia da linguagem*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998, p. 403- 447.
- BARBEROUSSE, Anouk. *L'expérience: textes choisis & présentés*. Paris: Flammarion, 1999.
- BAUMANN, Zygmunt. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BENVENISTE, Émile. A linguagem e a experiência humana. IN: __. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 68-80.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. IN: __. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Ed. Braziliense, 1985, p. 114-120.
- BORTOLINI, Bruna. *Walter Benjamin e a categoria de experiência (erfahrung)*. Passo Fundo, RS: Daniel Confortin, 2020.
- FENOGLIO, Irène. As notas de trabalho de Émile Benveniste: onde o pensamento teórico nasce via enunciação. IN: __. *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*. Brasília: Editora da UnB, 2019, p. 116-151.
- FLORES, Valdir. Fundamentos saussurianos do pensamento benvenistiano. IN: __. *Introdução à teoria da enunciação de Émile Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013, p. 47-84.
- KUPERMANN, Daniel. O desmentido e as dimensões relacional e social do trauma. IN: __. *Por que Ferenczi?* São Paulo: Zagodoni, 2019, p. 55-88.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de Solidão*. São Paulo: Record, 1977.
- OLIVEIRA, Giovane Fernandes. O vir-a-ser escrevente: a criança entre as conversões sistema-discurso e fala-escrita na aquisição da escrita. *Cadernos de Linguística*. Abralín. Vol. 2, n. 4, 2021. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/523/585>
- PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: LeYa, 2019.
- SILVA, Silvana. Benveniste-Agamben: proposição de uma epistemologia do encontro. *Linguagem & Ensino*. Pelotas, RS, vol. 23, n. 3. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/17491>

Parte II.

Articulações analíticas

Capítulo 7

Traçado gráfico, disgrafia e subjetividade: observações sobre a enunciação escrita



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-07>

Celia Helena Della Mía

Rubia Keller Vieira

*Toda reflexão sobre a língua, em particular,
faz surgir em nosso pensamento a forma escrita,
na qual os signos linguísticos adquirem realidade visível*
Émile Benveniste (1969)

Introdução

A reflexão a que nos propomos neste capítulo parte de alguns enunciados proferidos durante oficinas prestadas no projeto extensionista *Acessibilidade textual-discursiva pós-lesão cerebral* desenvolvido na Universidade Federal de Santa Maria. Em diversas ocasiões uma das participantes da oficina, doravante identificada por Ren, manifesta-se, considerando as dificuldades em relação ao traçado da letra que produz.

(1) *Eu tenho a letra que eu escrevo... vo te mostra... por exemplo, essa aqui é a letra que eu escrevo (cursiva), só que tem que desenha ela... se eu desenho sai bem, mas, por exemplo, lá no meu trabalho eu tenho que escreve rápido as coisa, aí, ó... (mostra como fica a letra cursiva escrita). Se eu tenho que escreve rápido não vai, aí como eu faço (escreve com letra de forma) -... eu escrevo assim.*

(2) *Tem coisa que eu tenho que escreve rápido, aí eu escrevo solto (letra de forma)... porque assim é mais compreensivo que a outra...*

(3) *Tem letras que eu noto que eu tenho dificuldade... eu noto que o 'z' eu tenho dificuldade... eu noto que eu não consigo, aí eu tenho que escreve separado. Pra ti entende, eu vo escreve... soltinho...*

(4) *Eu tenho muita dificuldade com o 'r'... com o 'r' e o 'z'... e o 'b', e por exemplo... aqui, ó (mostra no texto recém escrito)... eu tenho que desenha o 'b', senão sai uma coisa muito... (faz movimentos circulares, rapidamente, com o dedo indicador da mão direita).*

(5) *O que me incomodava na empresa era principalmente te que escreve rápido, aí chegava coisa pra faze rápido e eu nunca consegui escreve assim (mostra sua escrita cursiva)... aí eu escrevia assim (aponta para sua letra de forma), mas saía sempre uns garrancho... se eu sabia o que tinha que faze já fazia antes, porque se eu tivesse que escreve rápido... saía uns negócio muito estranho...*

(6) (perguntado como era a letra antes do acidente) *Ela (letra) sempre foi pequena, mas hoje em dia, se eu tivé que aumenta... vai aumenta com muita dificuldade... pequenininha vai, mas se tivé que aumenta eu nunca vo consegui escreve... (tenta)... ó, não vai... eu me sinto como uma criança... eu não tenho coordenação... Não sei explica...*

Desses proferimentos, muitas foram as conjecturas sobre a queixa (escrever com letra de forma; não cursiva) que não cessou ao longo de seis encontros de oficinas de escrita. À luz da Teoria Enunciativa benvenistiana, intencionamos refletir sobre a noção de disgrafia e traçado grafêmico atrelados à subjetividade e à enunciação escrita, essa última em consonância com a acepção de Flores (2018).

A condição de um sujeito no interior de sua história com a língua

É preciso explicitar, inicialmente, que Ren é usuária do Serviço de Atendimento Fonoaudiológico (SAF) da UFSM. Diagnosticada com disfagia crônica, veio a frequentar o Grupo Interdisciplinar de Convivência (GIC) no início do ano de 2022, voluntariando-se para as oficinas de escrita destinadas aos integrantes do Grupo.

Ren visava desenvolver a escrita e recuperar sua letra cursiva, uma vez que perdera tal habilidade em função de um traumatismo craniano.

Vítima de um acidente automobilístico em maio de 2018, *Ren* ficou 22 dias em coma na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM). Além do traumatismo cranioencefálico, teve fêmur e bacia fraturados e, também, contusão pulmonar.

Durante as oficinas, observamos, quanto às habilidades de leitura e escrita, que *Ren* as desenvolve vagarosamente. Para que o texto seja retido e interpretado, é preciso que seja lido várias vezes. Sua escrita, lenta, obedece a regras morfosintáticas e, no geral, não apresenta problemas estruturais. O grande incômodo de *Ren* está no desenho de sua letra, antes cursiva: hoje, com 36 anos de idade, só consegue desenvolver o modelo de forma, com o qual não se identifica. Seu traço, porém, é delicado e as letras são pequenas, mesmo que de forma.

Ainda, *Ren* tem dificuldades para se concentrar em assuntos que não são de seu total interesse, por isso enfrenta problemas para desenvolver a leitura e a escrita de determinados gêneros textuais, como produzir redação. Seu texto é reduzido ao essencial e essa concisão a incomoda. Todavia, curiosidades em geral atraem sua atenção.

Percebemos também que, assim como a escrita de forma, o ritmo lento de sua fala, seu tom de voz baixo, também a deixam desconfortável; o fato de escrever, falar e caminhar com lentidão atingem diretamente sua autoestima. *Ren*, no entanto, se considera forte e reitera que uma segunda chance a fez priorizar a si mesma. Atualmente, *Ren* trabalha no comércio e dedica o tempo livre aos estudos, já que pretende ingressar no curso de Engenharia de Produção. É assistida por profissionais da psicologia e psiquiatria, e seu acompanhamento fonoaudiológico ocorre no Laboratório de Voz (LABVOZ) da UFSM, cujos profissionais são responsáveis tanto pela avaliação fonoaudiológica quanto pelo acompanhamento terapêutico.

Observações sobre a escrita de *Ren*

Não estamos nos propondo a realizar uma descrição exaustiva e suficiente sobre a questão da escrita de *Ren*. Todavia, elencaremos questões que

consideramos fundamentais ao entendimento da experiência de Ren com a escrita pós-lesão cerebral, fazendo dessa experiência o centro de observação. Nesse sentido, associamo-nos à reflexão antropológica de Flores (2019), pois nossa preocupação recai sobre um falante que se situa no interior do fenômeno estudado e comenta sua condição de falante, promovendo certa etnografia de si. O percurso eleito para esta apreciação analítica parte da noção de escrita cursiva e de forma, segue com um olhar sobre a perspectiva da disgrafia e finaliza com a subjetividade na e pela enunciação escrita.

É preciso referir, inicialmente, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que assegura aos alunos o direito de aprendizagem e desenvolvimento, documento esse “de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”¹. De acordo com a BNCC, é esperado que a criança se alfabetize nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental – considerando, para o desenvolvimento da alfabetização infantil, o conhecimento do alfabeto da Língua Portuguesa em seus diferentes formatos, incluindo a letra cursiva: “ou seja, independentemente das concepções pedagógicas quanto ao seu ensino, tem-se um documento legal que estabelece que a escrita cursiva seja ensinada”².

Entretanto, para dar início ao processo de alfabetização – aprendizagem inicial da leitura e da escrita –, grande parte das instituições de ensino do país opta pela letra de forma, o que pode ser justificado pelos níveis de desenvolvimento da escrita que envolvem, em geral e gradativamente, a passagem do desenho à garatuja (rabiscos que têm a letra cursiva como modelo), o uso de letras incompatíveis com seus valores sonoros e com o número de sílabas de determinada palavra (nível pré-silábico), e a transição da aleatoriedade à correspondência do emprego das letras para cada sílaba, correspondente ao seu valor sonoro silábico. Chega-se, então, ao nível silábico-alfabético (em que letras já representam fonemas e sílabas) e,

¹ BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

² SCHWABE, C. R., & LOTTERMANN, A. (2021). *BNCC e escrita cursiva: um estudo sobre as percepções dos professores da rede municipal de Lajeado-RS*. *Revista Thema*, 19(3), p.731–742. Disponível em: <https://doi.org/10.15536/thema.V19.2021.731-742.2319>. Acesso em 17 nov. 2022.

finalmente, à escrita alfabética – quando se compreende, enfim, o sistema de escrita. (CAGLIARI, 1997). Considerada a complexidade do processo de alfabetização, o uso da letra de forma também é defendido pela professora e pesquisadora Soares (2016), para quem a letra de forma é importante à criança que está descobrindo as letras e as correspondências com fonemas por essa letra ter traços mais fáceis - com individualidades que não acontecem com a letra cursiva.

É importante ressaltar que, para além dos níveis de abstração enfrentados pela criança aprendiz – o que inclui o traçado das letras –, a língua escrita tem o papel de “objetivar” a realidade; é por meio da escrita que a criança transforma em dado linguístico experiências contextuais e interlocutivas. Todavia, essa conversão da língua em “imagem de língua” pode suspender temporariamente a relação da criança com o mundo, pois, antes de entender a escrita como meio de comunicação, ela a vê como forma de objetivar “uma língua que não se dirige nem a seus amigos nem a seus pais, uma língua da qual não se sabe quem a fala nem quem a ouve”³.

Esse problema pode ser identificado no primeiro passo, observado por Scliar-Cabral (2003), para o ato de codificação da escrita. Segundo a autora, a escrita (assim como a leitura) começa pela motivação, que surge de intenções como uma lista de compras, um bate-papo virtual ou mesmo algo burocrático, como um relatório. O problema, entretanto, está justamente na intencionalidade, que é praticamente desconsiderada em sala de aula, ocasionando uma escrita desmotivada e endereçada a um interlocutor-professor que tem a correção como objetivo principal. Considerados, então, alguns dos aspectos que orbitam o exercício do escrever, podemos entender que

[...] a aprendizagem da escrita não é um processo natural, como é a aquisição da fala: a fala é *inata*, é um *instinto*; sendo *inata*, *instintiva*, é naturalmente adquirida, bastando para isso que a criança esteja imersa em ambiente em que ouve e fala a língua materna. A escrita, ao contrário, é uma invenção cultural, a construção de uma *visualização* dos sons da fala, não um instinto.⁴

³ BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France - 1968-1969*. SP: Editora Unesp, 2014.

⁴ SOARES, M. *Alfabetização: a questão dos métodos*. SP: Editora Contexto, 2016.

Contudo, é necessário que se entenda a importância da escrita – em especial, com letra cursiva – para o desenvolvimento cerebral. De acordo com Alves (2022), escrever no papel contribui para o desenvolvimento da coordenação motora fina, que implica na habilidade do uso dos dedos e das mãos de forma precisa – e a atenção voltada a esses movimentos favorece a concentração do sujeito escrevente em relação à sua escrita. Esse processo cria a memória muscular dos movimentos e impulsiona o circuito da motricidade no cérebro, automatizando o aprendizado e dando fluidez à escrita. Ainda que a aprendizagem da língua escrita, pela criança, esteja prevista e organizada em textos oficiais, trata-se de um contínuo processo de desenvolvimento linguístico e de cognição “que não tem momento definível quer de início, quer de término, como, aliás, pode-se dizer de todas as demais áreas de desenvolvimento e aprendizagem – iniciam-se no nascimento e só terminam na morte, última aprendizagem e momento final do desenvolvimento”⁵.

Considerando tais questões, retornemos, então, à escrita de Ren e ao seu processo constitutivo e indissociável, ou seja, a língua no homem (FLORES, 2019) enquanto fenômeno presente no homem e dele constitutivo. Ao fim de cada oficina de escrita, Ren deveria escrever um pequeno texto, endereçado de modo fictício a um remetente aleatório, sobre o tema discutido no dia. No primeiro encontro, Ren pede para escrever com letra de forma (Figura 1 a seguir) – pois preocupa-se com a lentidão de sua escrita (proferimentos 1 e 5) e com o fato de sua letra cursiva ser incompreendida pelo interlocutor responsável pela atividade (proferimento 2).

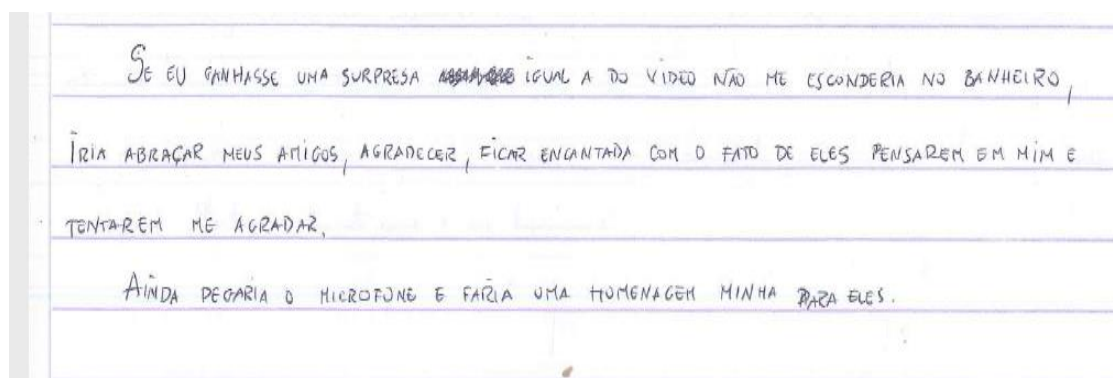


Figura 1: Letra de forma de Ren – primeira oficina de escrita

⁵ SOARES, M. *Alfabetização: a questão dos métodos*. SP: Editora Contexto, 2016.

Foi pedido, então, para que Ren passasse a escrever com letra “emendada” nos encontros posteriores (Figura 2 a seguir), uma vez que participara das oficinas com o objetivo de tentar “recuperar” a destreza motora e a habilidade com a escrita cursiva.

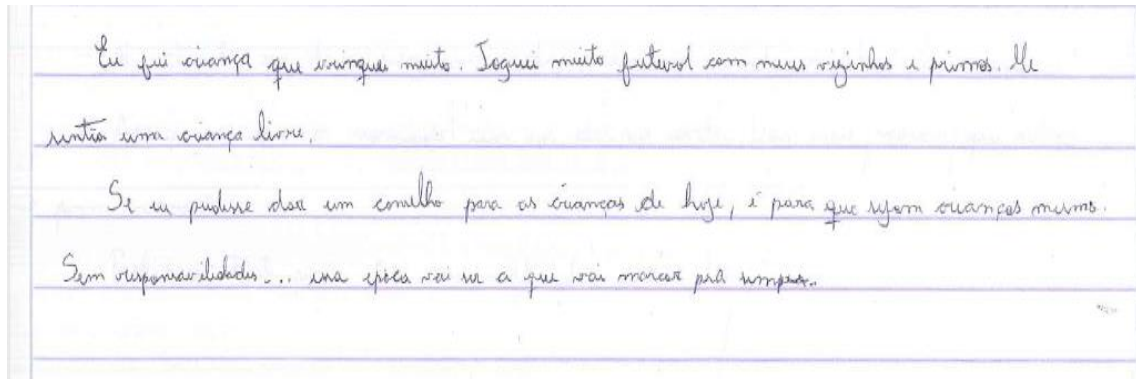


Figura 2: Letra cursiva de Ren – segunda oficina de escrita

Embora escreva lentamente com letra cursiva e tenha dificuldades com o traçado de algumas das letras do alfabeto (como “z” e “b”, conforme proferimentos 3 e 4), pôde-se observar que a participante das oficinas não apresenta desvios ortográficos e de ordem sintática e semântica – o que é comumente afetado em sujeitos que têm disgrafia adquirida como consequência de lesão cerebral (RODRIGUEZ, 2020).

A disgrafia é um transtorno neurológico que compromete a aquisição e o desenvolvimento da escrita. Pessoas com esse transtorno, de caráter funcional, têm dificuldades no domínio de movimentos motores necessários para traçar letras, de forma isolada, ou escrever palavras/frases completas. De acordo com a psicóloga Rodriguez (2020), algumas das características da escrita na disgrafia correspondem, entre outras, à escrita espelhada (letras ao contrário), ao espaçamento irregular entre letras e palavras, ao traçado ilegível, à alternância das letras em sua forma e tamanho, ao traço muito forte ou suave, à lentidão da escrita, à omissão de letras e à má apresentação da escrita (que diz respeito ao processo de refacção, ou seja, reescrever várias vezes a mesma letra/palavra, deixando marcas no papel). Características típicas da escrita na disgrafia – como escrita espelhada, letra ilegível e irregular, inclinação das linhas e espaçamento inadequado entre letras e sílabas –

não são percebidos nos textos de Ren, salvo a pequenez de sua letra e o traçado suave de sua escrita, além das poucas refacções as quais são comumente encontradas em produções textuais escritas.

Como nosso intuito é seguir alguns rastros de concepções já cristalizadas na área, entendemos que Ren apresenta a disgrafia que se caracteriza pela incapacidade de traçar corretamente formas de letras cursivas, com lentidão na apresentação do traço grafêmico e “fala”, conforme proferimentos, sobre o modo como a língua está presente em si. Levando em consideração a disgrafia e os registros gráficos apresentados por Ren como resultado do trabalho desenvolvido nas seis oficinas de escrita, podemos dizer que sua escrita evidencia problemas que se constituem em distúrbios de grafia, mas que, acima disso, trata-se de um sujeito que parece se encontrar estagnado em um processo inicial da alfabetização (proferimento 6), não conseguindo atravessar as fronteiras entre a letra de forma e a cursiva em função de dificuldades motoras – e não linguísticas. Contudo, é na representação gráfica da letra cursiva ou na falta dela que está fortemente marcada a subjetividade na escrita de Ren: um sujeito escrevente, mas frustrado na tentativa de se reconhecer em seu próprio traçado gráfico (proferimento 6). Nesse sentido, Ren “testemunha” sobre a língua no homem e dessa experiência metalinguística reitera a inseparabilidade do homem/linguagem, pois a linguagem está na natureza do homem e “ensina a própria definição de homem”⁶.

Um dos célebres pensamentos de Benveniste considera que é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, sendo, então, na e pela linguagem que Ren, mesmo com a linguagem em distúrbio, se propõe como sujeito. Ao percorrermos a teoria enunciativa benvenistiana, entendemos que a subjetividade pressupõe não só a linguagem em funcionamento, mas um *eu* que enuncia: há um locutor que se apropria da língua e, ao designar a primeira pessoa do discurso (*eu*), mobiliza dêiticos espaço-temporais tendo esse *eu* como eixo de referência. “É na instância de discurso na qual *eu* designa o locutor que este se enuncia como sujeito. É, portanto, verdade ao pé da letra que o fundamento da subjetividade está no

⁶ BENVENISTE, É. Da subjetividade da linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958.

exercício da língua”⁷. O *eu*, que mobiliza a língua e nela se marca, pressupõe o outro – o que observamos em todos os proferimentos iniciais, estando a subjetividade marcada pela relação *eu-tu* e permeada pelas possibilidades da língua em emprego, o que constitui a enunciação. É verdade que Ren se mantém como sujeito de sua escrita e que ao mobilizar a língua instaura um *tu* e a consequente relação intersubjetiva que *lhe* é própria. Contudo, a reflexão metalinguística de Ren (os seus proferimentos) evidencia sua posição de falante que “testemunha” uma experiência “radical” na sua relação com a língua, mas que tem e mantém a intersubjetividade como condição da subjetividade.

Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste⁸ define que enunciar “é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização”, e propõe, então, o quadro formal de realização da enunciação, que envolve “o próprio **ato**, as **situações** em que ele se realiza, os **instrumentos** de sua realização” (grifo nosso). O *ato* significa assumir a língua e implantar, com isso, o outro (*tu*) diante de si; quanto às *situações*, são definidas pelas instâncias discursivas em que são incluídas as coordenadas de pessoa, espaço e tempo; já os *instrumentos* são recursos da língua mobilizados pelo locutor a cada situação enunciativa – índices específicos (marcas de pessoa, espaço e tempo), procedimentos acessórios (que dizem respeito à singularidade de cada enunciação). Com base nesse construto teórico, brevemente acima sinalizado, Flores (2018), em seu artigo intitulado *A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual*, propõe pensar a escrita pela perspectiva enunciativa, uma vez que o linguista Émile Benveniste não traz, em suas obras, essa reflexão, apenas a propõe. Flores (2018) traz, então, algumas ideias iniciais partindo do que é proposto em “*O aparelho*” e toma por base o quadro formal da enunciação, voltando os três elementos principais (ato, situações e instrumentos) à escrita:

⁷ BENVENISTE, É. Da subjetividade da linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958.

⁸ BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes Editores, 1970.

Considere-se, então, o que diz “O aparelho” a respeito do ato de enunciação em geral e as respectivas indagações que prospectam uma pesquisa acerca da *enunciação escrita*. Vou recolocar a formulação de Benveniste a respeito do ato de enunciação. Diz o autor: “O ato individual pelo qual se utiliza a língua **introduz** em primeiro lugar o locutor como **parâmetro** nas **condições necessárias** da enunciação” (Benveniste 1989: 83, grifo meu).⁹

O locutor, então, ao assumir a língua, torna-se o parâmetro que atribui valor a todos os elementos implicados na enunciação. Sendo assim, devemos considerar a singularidade de um locutor que é escrevente, enquanto realização individual, pois mobiliza a língua instaurando a subjetividade. Dessa forma, entendemos que não há *enunciação escrita* sem locutor e que a enunciação sempre é referida ao locutor, quem enuncia. Mas quem seria o alocutário da enunciação escrita, uma vez que, na oralidade, o locutor implanta o outro diante de si ao assumir a língua?

Creio que, em enunciação, é possível aceitar que o locutor, assim como produz a enunciação escrita, produz também a leitura da enunciação escrita. Com isso, quero dizer que se o leitor pode ser pensado como alocutário, isso somente é possível do ponto de vista do locutor, pois, do ponto de vista da leitura, o leitor é sempre um locutor. O leitor enuncia a leitura, a sua leitura. É isso que entendo pela ideia de locutor como “parâmetro”, destacada acima. Se o locutor é sempre o “parâmetro” da enunciação, ao se considerar tanto a produção da escrita quanto a leitura da escrita, é do locutor que se trata sempre. Locutor e alocutário são, em suma, sempre colocutores.¹⁰

⁹ FLORES, V. N. *A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual*. DELTA: revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada. São Paulo, SP. Vol. 34, n. 1 (jan./mar. 2018), p. [395]-417. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180880>. Acesso em 23 nov. 2022.

¹⁰ FLORES, V. N. *A enunciação escrita em Benveniste: notas para uma precisão conceitual*. DELTA: revista de documentação de estudos em linguística teórica e aplicada. São Paulo, SP. Vol. 34, n. 1 (jan./mar. 2018), p. [395]-417. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/180880>. Acesso em 23 nov. 2022.

Assim como *enunciação* e *enunciado* têm significados distintos, "enunciação escrita" não compreende o texto do enunciado como produto: "É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto" (Benveniste *apud* Flores, 2018, p. 407). Com isso, conjecturamos que, independentemente da leitura que se faça das enunciações escritas de Ren, é preciso admitir sua capacidade de propor um alocutário a quem agencia elementos linguísticos necessários capazes de demarcar subjetividade, tais como índices de pessoa, espaço e tempo, assim como índices acessórios mobilizados pela sua relação com o outro e com o mundo. No que se refere à escrita de forma, Ren deixa evidentes "pistas" sobre sua condição de escrevente que, em relação aos instrumentos na/da realização da escrita, agencia a língua e promove enunciações escritas, entretanto a experiência não lhe provê a comunhão fática requerida – pelo fato de sua escrita cursiva ter que passar pelo "desenho" das formas, ou pela tradução em letra de forma para que Ren se faça escrevente de sua própria língua.

Fica clara a (inter)subjetividade de Ren no manuseio, hábil, das possibilidades da língua, mas ao lançarmos luz às questões subjetivas relacionadas ao desenho de sua escrita, percebemos que sua letra de forma está atrelada não somente à sua motricidade prejudicada, mas, sim, intimamente relacionada à sua historicidade como homem na língua – uma história de traumas e sofrimentos, de alguém que deseja recuperar não só a letra cursiva, mas que reclama a forma de expressão legítima de um sujeito perdido nas turvas linhas de uma caligrafia que lhe fora usurpada.

Comentários finais

Benveniste¹¹ questiona: "de fato, a linguagem [...] é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem". Ren, ao produzir enunciações escritas, serve-se de um sistema de referências único marcado pela

¹¹ BENVENISTE, É. Da subjetividade da linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958

maneira como o interpreta metalinguisticamente – conforme os proferimentos iniciais – e pela forma como se constitui na situação da enunciação escrita. Nessa tentativa de se propor como sujeito, Ren traduz, então, a noção de enunciação escrita: nunca realizar-se-á da mesma maneira, ainda que realizada nos domínios da letra de forma ou cursiva.

A enunciação escrita, como sistema de representação criado para significar, sujeita sua natureza a incessantes e imensuráveis interpretações, que não cessam na leitura feita por determinado sujeito, mas que se estendem ao próprio sujeito na leitura que realiza enquanto escrevente que instaura o leitor; é *locus* de colocutores que mobilizam a língua. Assim, em relação à linguagem para a qual Ren atribui sentidos, há significações que fornecem o próprio sentido que Ren busca naquilo que lhe escapa: o curso de uma letra que deságua em seu eu ao mobilizar a língua. O traçado gráfico, como realidade visível nos signos da escrita, é constitutivo do homem e, no caso de Ren, a privação do traçado que lhe fora próprio na letra cursiva, narrada na perspectiva de quem vê o fenômeno de dentro, conduz à ideia de colocutores que, conhecedores da língua, habitam a enunciação escrita e manifestam descompasso de um em relação ao outro – o que caracteriza a singularidade da desviante enunciação escrita de Ren.

Referências

- ALVES, B. *Veja por que é importante manter o hábito de escrever com letra cursiva*. SP: Viva Bem UOL, 21 mai. 2022. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2022/05/21/veja-por-que-e-importante-continuar-escrevendo-com-letra-cursiva-no-papel.htm>. Acesso em 25 nov. 2022.
- CAGLIARI, L. C. *Alfabetização e linguística*. SP: Scipione, 1997.
- FLORES V. N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019.
- RODRIGUEZ, N. B. *Disgrafia: o que é, tipos e tratamento*. Psicologia online.com. 16. jul. 2020. Disponível em: <https://br.psicologia-online.com/disgrafia-o-que-e-tipos-e-tratamento-480.html> Acesso em 15 nov. 2022.

SCHWARTSMAN, H. *Ensino da letra cursiva para crianças em alfabetização divide a opinião de educadores*. SP: Folha de São Paulo, 17 mai. 2010. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/educacao/2010/05/736314-ensino-da-letra-cursiva-para-criancas-emalfabetizacao-divide-a-opinio-de-educadores>. Acesso em 15 nov. 2022.

SCLIAR-CABRAL, L. *Guia prático de alfabetização*, baseado em princípios do sistema alfabético do português do Brasil. SP: Editora Contexto, 2003.

Capítulo 8

Enunciação, trajetória e memória: considerações sobre as marcas do sujeito na (des) (re) construção de experiências significativas na materialidade escrita



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-08>

Ivani Cristina Brito Fernandes

*Há coisas na vida que não é para
entender, não. É só para viver mesmo.
(Domingos Montagner)*

Convite para o nosso “passeio reflexivo”: considerações iniciais sobre o resgate das sutilezas nas experiências em trajetórias singulares

Afinal, qual a história que eu preciso contar? Ou melhor, qual a história que merece ser contada entre tantos entramados de acontecimentos? Estas indagações não deixam de ser outra forma de refletir sobre o sentido de uma existência, uma capacidade intrinsecamente humana. No entanto, para que tal processo aconteça, é necessário que o sujeito ordene pensamentos, sentimentos e afetos, a partir de alguma sequência singular. Presentes em uma vivência e armazenados em uma memória, acontecimentos concretos e aleatórios se transformam em experiências com sentido, as quais formam uma trajetória que se perpetue ou, pelo menos, que permita a vinculação entre os seres humanos.

Este processo de natureza humana só pode ser levado a cabo por meio da linguagem, na qual o sujeito, ao registrar suas palavras no etéreo ar da modalidade oral ou na presumida eternidade da modalidade escrita, deixa a sua marca na materialidade da língua, arquitetando uma trajetória que se almeja representante de um legado que tenha sentido singular e seja representante da passagem existencial deste sujeito em um determinado período histórico.

Desde as palavras fundacionais de criação enunciativa do mundo ocidental – “No princípio, Deus criou o céu e a terra. A terra era um caos vazio, a escuridão cobria até as profundezas e um vento de Deus se agitava sobre a superfície das águas. E Deus disse: ‘Haja luz!’ E houve luz”¹ –, notamos que a trajetória vivencial de um indivíduo e de um coletivo são constituídas a partir de fragmentos de memórias vinculados e ordenados em uma determinada sequência e temporalidade, representando valores e sentidos coerentes com a singularidade do sujeito que a concebe. Isto é um modo de priorizar, conscientemente, algumas experiências em detrimentos de outras, ao mesmo tempo que, inconscientemente, experiências e afetos reprimidos deixam as suas marcas na materialidade, neste caso, a linguística. É uma busca de sentido para uma construção singular. Neste caso, nos inspiramos na vinculação entre Enunciação e Estudos psicanalíticos e existenciais a partir das palavras Jean-Claude Rolland, para sensibilizar nosso olhar de analista no exame da construção de uma trajetória:

A língua é então uma “estrutura” pela qual formalizamos as ideias e emoções, cuja composição sempre singular, define uma dada subjetividade. Precisamente por essa capacidade psíquica que lhe é devida, a língua, pode construir um aparelho também imaterial, tanto quanto insistimos sobre a alma ser “uma substância do corpo [...]”. O analista trabalha com um corpo espiritual -- - a língua --- cuja materialidade lhe escapa, em busca de palavras que por definição são evanescentes².

Além de ser suporte de ideias e das emoções, a linguagem também alicerça a memória. De acordo com Rolland³, temos a memória sensorial (inscrição mimética da realidade, dos objetos e da reação pulsional) e a memória secundária (construída a partir do material semântico, tendo um conjunto complexo de representações e recalcamientos). Estas memórias serão a base da língua enquanto narrativa (se refere à transmissão de acontecimentos e informações); da língua enquanto memória (se

¹ BÍBLIA. Gênesis. Português. In: *Nova Bíblia Pastoral*. Tradução Luiz Gonzaga do Prado et al. São Paulo: Paulus Editora, 2014. Cap. I, vers. 1-5.

² ROLLAND, Jean Claude. *A língua e o psíquico*. São Paulo: Blucher, 2022, p. 13-14.

³ Ibid.

relaciona com evocações a partir da presença do interlocutor como as experiências infantis e eventos repletos de afetos que são relevantes na trajetória do sujeito) e da língua enquanto inconsciente (em um contexto psicanalítico, se vincula aos significantes inconscientes, identificados pela escuta do analista ao focar em direção ao conteúdo latente do discurso ao invés do conteúdo manifesto).

Para discutir a constituição da tríade “enunciação, trajetória e memória” na Contemporaneidade, nos parece instigante e sutil nos aproximarmos da construção enunciativa e afetiva da obra “La ridícula idea de no volver a verte”⁴, da escritora e jornalista espanhola Rosa Montero (1951), publicada em 2013. De difícil rotulação de gênero, em que ora se combinam, ora se (des)articulam processos (auto)biográficos de autora e da física e química polonesa Marie Curie, a narrativa apresenta a discussão de temas como os relacionamentos afetivos, a condição feminina, a vida, a morte e, em especial, a dor da perda como uma das formas de vivenciar o luto pelo falecimento do marido, o também jornalista Pablo Lizcano, devido a um câncer, em maio de 2009. Além disso, a obra traz a presença da materialidade imagética de reproduções fotográficas para apoiar os conteúdos e efeitos enunciativos da materialidade linguística.

Em uma entrevista de 2013 ao jornal “El País” (edição brasileira)⁵, a autora declara que a sua obra não é sobre o luto ou, pelo menos, “não só sobre o luto”, pois se considera “muito pudica”. Além disso, Montero garante que os seus “romances não falam de assuntos autobiográficos”. No entanto, ao analisar a materialidade linguística do ponto de vista enunciativo, psicanalítico e existencial, observamos evidências que nos possibilitam intuir o quanto o sujeito se marca na materialidade do enunciado, justamente se referindo ao luto.

É preciso admitir, porém, que a constituição enunciativa do título da obra sintetiza e nos deixa intuir o sofrimento de uma perda. Por uma parte, o significado do título implica uma memória, várias experiências e uma trajetória. Por outra parte, um sintagma determinado (*la ridícula idea*) formado por termos de naturezas

⁴ MONTERO, Rosa. *La ridícula idea de no volver a verte*. Barcelona: Planeta, 2021.

⁵ CONSTENLA, Tereixa. Quando Rosa Montero se espelhou em Marie Curie. *El País* (edição Brasil). Madri, 10 de abr. de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-24/o-que-fez-com-que-catherine-zeta-jones-e-michael-douglas-se-tornassem-um-dos-casais-mais-duradouros-de-hollywood.html#?rel=lom>. Acesso em: 01 de dez. de 2022.

opostas (*idea* que remete ao pensamento racional combinado com um adjetivo preposto de carga pejorativa, enfatizando afetação), complementado por um adjunto, cujo conteúdo se refere a uma finalização de uma suposta rotina de interação com um outro (*de no volver a verte*). O conjunto enunciativo tem um efeito de indignação e negação; “uma realidade inconcebible que la mente rechaza”⁶; em que o sujeito irrompe na enunciação e na experiência de dor. A força deste título nos convocou para um processo de análise atenta que convidava a um desafio transdisciplinar típico das questões contemporâneas.

Além disso, as escolhas das transições entre fragmentos descritivos e narrativos do diário de Marie Curie para os comentários sobre os fatos que aludem o fragmento podem apontar para um processo de identificação como é conhecido o mecanismo de defesa no campo psicanalítico, sendo “a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa”⁷. Não nos referimos apenas à escolha de temas comuns, mas, em especial, ao modo como os mecanismos linguísticos se articulam para registrá-lo, deixando marcada a presença do sujeito singular.

Considerando a complexidade da obra em que várias narrativas e trajetórias se entrecruzam e as delimitações deste estudo, pretendemos discutir como o sujeito se marca em face de um material de natureza literária, psicanalítica e existencial, no qual vivências se entrelaçam e limites entre realidade e ficção se desbotam para dar lugar à constituição de um sujeito impactado pelo transcendental. Assim, a morte de alguém e a incorporação do luto se manifestam nas experiências que, por sua vez, estruturam uma trajetória. Para isso, escolhemos três fragmentos – localizados no início, no meio e no final do relato – que representam a experiência do sujeito em três pontos da narrativa.

Para alcançar tal objetivo, pretendemos trabalhar com as noções enunciativas benvenistianas e, como parâmetro metodológico, empregar os princípios de Paradigma indiciário de Ginzburg⁸. Acreditamos que também se torna necessário

⁶ MONTERO, Rosa. *La ridícula idea de no volver a verte*. Barcelona: Planeta, 2021, p. 25.

⁷ FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos. Compêndio de Psicanálise e outros textos (1920-1923)*. Obras Completas Volume 15. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 46.

⁸ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.143-179.

refletir sobre as questões de sentido de vida, trajetória e legado e, no presente caso, as noções de Logoterapia nos podem auxiliar neste trabalho.

Defendemos que tal percurso reflexivo-analítico pode contribuir para o desenvolvimento de um olhar mais metuculoso e atento às sutilezas de todos aqueles interessados nos fenômenos e artifícios linguísticos, transversalmente marcados por uma perspectiva humanística-existencial. Desta forma, reiteramos nosso aceno ao leitor para continuar nos acompanhando nesta caminhada reflexiva sobre como o sujeito se deixa desvelar no entramado do seu tecido enunciativo.

Momento para uma parada estratégica: um olhar contemplativo para o horizonte de nossas noções teóricas

Uma das possíveis respostas ao nosso questionamento inicial seria aquela que priorizasse histórias em que o sujeito se reconhecesse em sua singularidade, não somente no conteúdo expressado, mas também na forma como ele é sistematizado. Neste sentido, Benveniste nos indica que os estudos enunciativos são uma perspectiva que possibilita pensar o homem a partir de seus atos e suas marcas incrustadas na língua(gem). Basta recordarmos que:

Enquanto realização individual, a enunciação pode se definir, em relação à língua, como um processo de *apropriação*. O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro [...].

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com a sua enunciação (grifo do autor)⁹.

⁹ BENVENISTE, Emile. O aparelho formal de enunciação. In: *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes, 2006, p. 84.

Muito antes, na década de 1950, o linguista franco-sírio coloca a pedra basilar que une os conceitos de (inter)subjetividade e de linguagem à natureza humana: “É na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’”¹⁰.

A princípio, parece que o sujeito se apodera dos mecanismos linguísticos e se revela na materialidade linguística como “dono do seu dizer”. Porém, na realidade, tal pressuposto é efetivo em parte, pois existe um inconsciente que também participa deste processo de desvelamento “na e pela língua(gem)”. Os mecanismos linguísticos também são articulados em prol do surgimento de um sujeito inconscientemente. Como conhecedor das teorias freudianas, Benveniste, em 1956, já nos alerta que “aquilo a que chamamos inconsciente é responsável pela maneira como o indivíduo constrói a sua pessoa, afirma, recalca ou ignora isto motivando aquilo”¹¹. Portanto, “o sujeito se serve da palavra e do discurso para ‘representar-se’ a si mesmo, tal como quer ver-se, tal como chama o ‘outro’ a comprovar”¹².

Além da categoria do sujeito, em 1965, Benveniste também apresenta o tempo como aspecto fundamental para compreender a constituição da experiência subjetiva do ser humano no discurso, uma vez que, embora as formas da língua sejam semelhantes, cada indivíduo pode se singularizar ao articular estas formas. Ao classificar o tempo em três noções (tempo físico, crônico e linguístico), Benveniste¹³ destaca que, apesar de situar os acontecimentos no tempo crônico, é no tempo linguístico que se apresenta a experiência humana com o tempo, em que o discurso organiza a percepção do sujeito. Como consequência, é o presente (tempo em que o sujeito enuncia) que se transforma em eixo para estabelecer as oposições de passado (acontecimento que já não é mais presente e deve ser evocado pela memória) e futuro (acontecimento que ainda não é presente).

¹⁰ BENVENISTE, Emile. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes, 2005, p. 286.

¹¹ BENVENISTE, Emile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes, 2005, p. 94.

¹² BENVENISTE, Emile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes, 2005, p. 84.

¹³ BENVENISTE, Emile. A linguagem e a experiência humana. In: *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes, 2006, p. 68-80.

Desta forma, o presente linguístico é uma experiência do sujeito que é aceita pelo Outro, convertendo-se como uma das formas de intersubjetividade marcadas pela língua. Apesar de que cada experiência realizada em determinado tempo ser única para cada sujeito, a articulação de tal fenômeno na materialidade linguística permite o estabelecimento de um vínculo entre os seres, tanto do ponto de vista discursivo quanto do vivencial. Cabe ainda destacar que, em 1970, Benveniste¹⁴ menciona que a modalidade escrita permite que o processo enunciativo se realize em duas esferas: 1) a enunciação do sujeito no ato de escrever, deixando marcas na materialidade e 2) a enunciação dos interlocutores no interior da tessitura textual e discursiva em cada ato de leitura.

Após vermos alguns pressupostos teóricos enunciativos que nos auxiliarão a perceber o movimento do sujeito e do tempo na materialidade linguística, é necessário pensar como poderíamos conceber a questão de trajetória. Ao consultar em um dicionário online¹⁵, observamos que três acepções se destacam: 1) "A distância (espaço) que precisa ser percorrida para se chegar a outro lugar; percurso ou trajeto"; 2) "[Física] Espaço percorrido por um projétil em movimento de seu ponto de partida ao de chegada" e 3) "[Figurado] Sucessão dos acontecimentos que fizeram parte da existência de algo ou de alguém; carreira". Em primeiro lugar, ao examinarmos as duas noções iniciais, percebemos que a importância do conceito de movimento de algo ou alguém dentro de um espaço implica o passar de um tempo, ou seja, um sujeito em transformação em uma dinâmica espacial e temporal, com pontos definidos. Neste caso, o sujeito é um "devir", um sujeito em transformações constantes que dependem de tempo e espaço (contexto). Em segundo lugar, ao observar a acepção figurada que se refere ao humano, ela se vincula a acontecimentos que compõem a existência de um ser. Com isso, vemos a relevância da ideia de "acontecimentos em uma existência, experienciados de maneira singular".

¹⁴ BENVENISTE, Emile. O aparelho formal de enunciação. In: *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes, 2006, p. 81-90.

¹⁵ TRAJETÓRIA. In: *DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/trajetoria/>>. Acesso em: 01/12/2022.

Desta forma, ao refletir sobre estas noções, para os fins desta "caminhada contemplativa", podemos conceber a noção de "trajetória" como um espaço de existência de um sujeito em constante transformação, em que ele se movimenta em direção a um determinado ponto ideacional concreto ou abstrato, a partir da força de um propósito, constituindo o que podemos nomear como legado, ao final de um período reflexivo ou da vida biológica do ser humano. Tal legado pode apontar, em última instância, para o sentido de uma existência.

Se formos fazer um paralelo entre trajetória e enunciação, os fenômenos possibilitam uma reflexão sobre o sentido (no campo discursivo e no existencial), uma vez que o sujeito se marca na materialidade (linguística e vivencial), articulando mecanismos inerentes ao campo linguístico-discursivo e atitudinal. Este sujeito surge na materialidade da língua e da vivência, de modo in/consciente, a partir de indícios de sua existência na realidade discursiva e concreta.

Entre algumas formas de pensar sobre o sentido na perspectiva existencial, escolhemos nos aproximar do tema a partir das noções da Logoterapia, a terceira escola de Psicoterapia vienense, cuja chave de interpretação do ser humano é o sentido: valor(es) integrados na vivência e resultado de uma busca, configurando-se como singular, único e concreto em cada contexto do sujeito.

A busca do indivíduo por um sentido é a motivação primária em sua vida, e não uma "racionalização secundária" de impulsos instintivos. Esse sentido é exclusivo e específico, uma vez que precisa e pode ser cumprido somente por aquela determinada pessoa. Somente então esse sentido assume uma importância que satisfará sua própria vontade de sentido. Alguns autores sustentam que sentidos e valores são 'nada mais que mecanismos de defesa, formações reativas e sublimações'. [...]. O que acontece, porém, é que o ser humano é capaz de viver e até morrer por seus ideais e valores!¹⁶.

Como pondera Frankl¹⁷, o ícone da Logoterapia, há transformações no sentido da vida conforme a situação, porém nunca se pode suprimir este sentido que, por sua

¹⁶ FLANKL, Viktor E. *Em busca do sentido: um psicólogo no campo de concentração*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2018, p. 124-125.

¹⁷ *Ibid*, p.135.

vez, está conectado a valores. Apesar de árduo, há três modos distintos de desvendar o sentido da vida por meio da realização de alguns valores: 1) Valores criadores e criativos (aquilo que o sujeito faz para o mundo); 2) Valores vivenciais e experienciais (aquilo que o mundo oferece para o sujeito) e 3) Valores atitudinais (o modo como me porto diante do sofrimento inevitável). Portanto, o ser humano pode realizar o seu sentido singular e intransferível por meio da execução de atividades (remuneradas ou voluntárias), ou de experienciar algo / dedicar-se a alguém, ou ainda, de escolher uma atitude resiliente e serena diante de um sofrimento inevitável.

Para poder entrelaçar as perspectivas enunciativas e logoterapêuticas, julgamos que as noções do paradigma indiciário são as mais adequadas para guiar nossa postura metodológica, uma vez que se rastreiam indícios secundários em uma materialidade ou acontecimento para compreender um fenômeno complexo. Nas palavras de Ginzburg¹⁸, esta atitude metodológica busca “pistas talvez infinitesimais que permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível”. Inclusive porque, ao refletir sobre a atitude dos caçadores na Antiguidade, “o caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série de coerentes de eventos”¹⁹. Notamos que a essência deste parâmetro metodológico vem ao encontro do intuito de identificar indícios linguísticos que revelem o sujeito na construção de uma trajetória, constituindo uma história que merece ser contada.

Deste modo, pensamos que, após apresentar as principais noções desta tríade conceitual, podemos continuar nossa “caminhada reflexiva” sobre enunciação e trajetória a partir dos fragmentos da obra de Montero que destacam a morte, a memória e o percurso significativo que enfatiza a arte da narração singularizada.

¹⁸ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.150.

¹⁹ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.152.

Continuidade de nossa jornada: breves observações analíticas

La ridícula idea de no volver verte, publicada em 2013, é uma obra de complexa rotulação, posto que se encontram entrelaçados o relato e comentários sobre o diário de Marie Curie, as memórias pessoais e coletivas e os comentários sobre o luto, a morte, a vida e a condição feminina / humana. No estilo ensaístico e dialogal, com um tom intimista, ao início da obra, a autora relata o processo de descobrimento e de leitura do diário da física polonesa, escrito após o período de falecimento do esposo, o também físico Pierre Curie. Cabe destacar que Montero realizou este processo após a morte de seu próprio marido, Pablo Lizcano, resultando, algumas vezes, em um possível processo de identificação, em que se identifica em si particularidades e atitudes que são do Outro. Entre os tipos de identificação, Freud²⁰ comenta que o terceiro tipo é primordial para vinculação entre os membros de um grupo:

Existe um terceiro caso, particularmente frequente e importante, de formação de sintomas, no qual a identificação deixa inteiramente fora de consideração qualquer relação de objeto com a pessoa que está sendo copiada [...]. O mecanismo é o da identificação baseada na possibilidade ou desejo de colocar-se na mesma situação [...]. [Portanto, este terceiro caso de identificação] pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de instinto sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço²¹.

Mas o que se identifica primordialmente? A dinâmica relativa indica que é a dor do luto e a tentativa de superação da perda. Neste sentido, a psicanalista Maria Homem²² vê a necessidade de que o choro e o lamento pela morte se deem junto a

²⁰ FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos. Compêndio de Psicanálise e outros textos (1920-1923)*. Obras Completas Volume 15. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 47-53.

²¹ Ibid, p. 50.

²² HOMEM, Maria. *Lupa da alma: quarentena-revelação*. São Paulo: Todavia, 2020.

outros sujeitos, configurando um processo de “reconhecimento da vivência da perda” e de um empenho para voltar a viver apesar da morte. Ao observar o caso da narrativa, Montero parece articular a sua vivência de dor, de morte e de resignificação da vida por meio dos comentários ao diário de Marie Curie. Somente nos últimos capítulos, por sugestão de um amigo, a autora discute explicitamente sobre a dificuldade em expressar fatos autobiográficos de si e do marido, mas acaba indicando uma lembrança dele, evidenciando uma dificuldade de expressar a figura do companheiro na narração. Aliás, durante a obra, existem diversos planos de memórias que são enunciadas pela autora: as suas próprias, as de Marie Curie e as de Pablo Lizcano.

Desta forma, se torna difícil saber a quem pertence tais memórias porque tudo se tornou produto do processo enunciativo, em que o sujeito se apropria da língua, desconstruindo memórias e reconstruindo enunciações suas e dos demais, incluindo a figura do leitor. A propósito, se estivéssemos amparados pelas bases teóricas discursivas, os estudos de Authier-Revuz sobre o fenômeno de heterogeneidade enunciativa se ajustariam à perfeição, uma vez que se dedicam a analisar as marcas de alteridade na língua que revelam as relações que o sujeito estabelece com o Outro por meio da construção enunciativa marcada por várias enunciações que atravessam o discurso²³.

Para entendermos como o sujeito emerge na materialidade, ao mesmo tempo que faz aflorar o Outro, exibimos o parágrafo inicial da obra, em que o sujeito se mostra como “dono do seu dizer”, em contraposição a outras enunciações. Porém é um sujeito que surge na ambivalência entre o tom assertivo e o movimento concessivo / incerto. As enunciações representantes da presença de um Outro (seja um Outro anônimo, um possível leitor ou um Outro identificável), muitas vezes, parecem ser coadjuvantes para que o sujeito irrompa com maior vivacidade enunciativa:

²³ FONSECA, Carlos Magno Viana, CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Authier-Revuz e as figuras do bem dizer. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. V. 8, n.2, jul-dez. 2012, p. 78-94.

Como no **he tenido** hijos, lo más importante que me ha sucedido en la vida son **mis** muertos, y con ello me refiero a la muerte de **mis** seres queridos. **¿Te parece lúgubre, quizá incluso morboso? Yo no lo veo así, antes al contrario, me resulta algo lógico, tan natural, tan cierto.** Sólo en los nacimientos y en las muertes y sale uno del tiempo; la Tierra detiene su rotación y las trivialidades en las que malgastamos las horas caen sobre el suelo como polvo de purpurina. Cuando un niño nace o una persona muere, **el presente se parte por la mitad y te deja atisbar por un instante la grieta de lo verdadero:** monumental, ardiente e impasible. **Nunca se siente uno** tan auténtico como bordeando esas fronteras biológicas: tienes una clara conciencia de estar viviendo algo muy grande. Hace muchos años, **el periodista Iñaki Gabilondo me dijo** en una entrevista que la muerte de su primera mujer, que falleció muy joven y de cáncer, había sido muy dura, sí, pero también lo más trascendental que le había ocurrido. **Sus palabras me impresionaron: de hecho, las recuerdo aún, aunque tengo una confusa memoria de mosquito. Entonces creí comprender bien lo que quería decir; pero después de experimentarlo lo he entendido mejor. No todo es horrible en la muerte, aunque parezca mentira (me asombro al escucharme decir esto). Pero éste no es un libro sobre la muerte (grifos nossos)**²⁴.

Um olhar atento à construção enunciativa deste parágrafo já nos permite desvelar o movimento enunciativo, discursivo e existencial deste sujeito-locutor e do sujeito-experiencial (a partir daqui a polifonia do termo 'sujeito' nos obriga a especificá-lo a partir de sobreposição de camadas terminológicas). Em primeiro lugar, o sujeito se refere a uma experiência que dá início a uma determinada trajetória, ambas singulares, únicas e que se espera que sejam coerentes com o "dever do sujeito". Neste sentido, importa mais como nos afeta o acontecimento e menos o que aconteceu de fato, como revela a própria estrutura sintática do enunciado (*me ha sucedido X*) como bem nos alerta Larrosa²⁵ em sua reflexão de 2001 sobre a experiência na Contemporaneidade.

²⁴ MONTERO, Rosa. *La ridícula idea de no volver a verte*. Barcelona: Planeta, 2021, p. 09-10,

²⁵ LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: *Tremores: escritos sobre a experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 15-34.

[...] Poderíamos dizer, de início, que a experiência é, em espanhol, “o que nos passa”. Em português se diria que a experiência é “o que nos acontece” [...].

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, ou o que nos toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça. Walter Benjamin, em um texto célebre, já observava a pobreza de experiências que caracteriza o nosso mundo. Nunca se passaram tantas coisas, mas a experiência é cada vez mais rara (LARROSA, 2022, p. 18).

A própria estrutura sintática do enunciado em espanhol – *lo más importante que me ha sucedido en la vida son mis muertos* – indica que o sujeito-locutor se torna complemento do verbo “suceder”, pois é o sujeito-locutor que sofre os efeitos da experiência com o Outro, com os mortos. Podemos sensibilizar nosso olhar como analistas no âmbito linguístico e no existencial por meio da identificação destas sutilezas morfossintática-enunciativas que cada língua oferece ao sujeito (para aflorar, para marcar-se e para (de) (re) construir na materialidade da linguagem)

Ao continuar nossas observações minuciosas na materialidade do parágrafo, temos a presença dos pronomes pessoais e possessivos (*me; mis; te; sus* etc.) como mecanismos do aparelho formal de enunciação benvenistiano. Tais mecanismos explicitam um sujeito que reconhece a diversidade enunciativa de sua tessitura enunciativa-discursiva. Inclusive, os sujeitos sintáticos se explicitam, em ordem direta, mesmo quando seriam dispensáveis (*yo; uno; el periodista Iñaki Gabilondo*), para marcar as enunciações do sujeito-locutor, de um interlocutor impreciso e de um enunciador identificável. Por outro lado, o sujeito-locutor tenta pautar suas observações em um tom racional, objetivo e assertivo (ao mesmo tempo dramático), adornando-as com enunciados curtos, em ordem direta, delimitados com pontos e dois pontos e com adjetivos do campo semântico da racionalidade (*lógico; natural, cierto*). Além disso, se apresenta o uso de marcadores discursivos (*antes al contrario; de hecho*) que mostram um suposto controle e reflexão metaenunciativa-argumentativa sobre o que se diz, ao contrapor ideias de enunciadores teoricamente distintos e ao reforçar a probabilidade do que se estava enunciando/recordando.

Contudo, a articulação de alguns mecanismos denuncia que a construção do enunciado do Outro está atravessada pelo "delinear enunciativo" do sujeito-locutor que, por sua vez, acaba atenuando os limites da palavra de si e do Outro. As perguntas retóricas (abundantes durante toda a obra) teatralizam não só o diálogo com o Outro-leitor, mas também com um "Outro-no-inconsciente". Afinal, a escolha dos adjetivos com nuance negativa (*lúgubre; morboso*) revelam a percepção de quem? De um suposto leitor? Ou, na realidade, da própria percepção do sujeito biopsíquico? Além disso, o uso do pronome impessoal "uno" atesta a inclusão do sujeito-locutor a uma identidade indeterminada justamente quando se refere à autenticidade e à transcendência da morte e da vida e seus fechamentos e aberturas de ciclos.

Até mesmo quando existe a aparência da suposta apresentação do enunciado de um Outro identificado (Iñaki Gabilondo), este processo é realizado por meio do discurso indireto, marcado pelos verbos em indefinido e imperfeito, indicando acontecimentos de um passado. Contudo, são acontecimentos precedentes de uma memória que reconstrói percepções nem sempre exatas como se espera da "língua da memória", pois o enunciado do Outro afeta o sujeito-locutor, causando uma recordação confusa e, ao mesmo tempo, vivaz e quase certa como indica o operador de reforço argumentativo *de hecho* (*Sus palabras me impresionaron: de hecho, las recuerdo aún, aunque tengo una confusa memoria de mosquito*).

As particularidades enunciativas se convertem em reflexões existenciais quando o sujeito-locutor, ao rememorar a escuta da enunciação do interlocutor, "pressupõe" que tinha apreendido racionalmente o sentido do enunciado (*creí comprender bien lo que quería decir*). No entanto, tal sentido só afetou este sujeito por meio da percepção da experiência (*después de experimentarlo lo he entendido mejor*). Enfatizam-se as continuidades e as distinções das sutilezas semânticas e enunciativas entre os verbos "comprender" e "entender", que se encontram em um único enunciado, mas vinculados com ponto e vírgula e com o conector intraoracional contra-argumentativo "pero".

Os efeitos de sentido de ambivalência se avolumam no próximo enunciado: *No todo es horrible en la muerte, aunque parezca mentira (me asombro al*

escucharme decir esto). Em uma estrutura sintática formada com oração subordinada adverbial concessiva, em que a combinação de "aunque + verbo subjuntivo" tem como efeito de sentido o desconhecimento ou a incerteza, o sujeito-locutor revela a perplexidade diante da morte não só pela apreensão do sentido do enunciado. Também existe a expressão de perplexidade na percepção auditiva do enunciado no ato enunciativo do dizer (quando o sujeito se apropria da língua). Por um lado, naquele instante da enunciação, parece existir um tempo linguístico do presente irrepetível na enunciação. Por outro, também coexistem diversas enunciações a serem realizadas na leitura do enunciado eternizado na escritura. A possibilidade de dois efeitos no mesmo enunciado pode indicar a presença de um sujeito biopsíquico e de um sujeito-locutor que emerge da materialidade linguística em cada leitura do enunciado.

A ambivalência enunciativa e psicanalítica ao tratar sobre o acontecimento aterrador da morte se concentra no parágrafo curto iniciado pelo marcador contra-argumentativo "pero": *Pero éste no es un libro sobre la muerte*. Observamos um movimento de negação do sujeito biopsíquico que se converte no sujeito-locutor, explicitando uma enunciação metaliterária, que, em última instância, também implica reflexões metaenunciativas.

Vale a pena destacar que o enunciado que introduz o terceiro parágrafo – "En realidad no sé bien qué es, o qué será"²⁶ – revela o processo de transfiguração deste sujeito do "devir" que gera movimentos ambíguos em que se articulam assertividades-hesitações, movimentos enunciativo-discursivos de concessão e oposição e intercalação entre o sujeito supostamente dono do seu dizer (que tenta se afirmar como pragmático, intencional racional) com o sujeito que se desvenda nas marcas deixadas no seu enunciado, procedentes do inconsciente e da (des) (re) construção da memória dos enunciados. Concomitantemente, se exemplificam dois processos: 1) o estabelecimento da dinâmica temporal na enunciação, a partir do tempo presente da obra concluída (*no es un libro*) no instante da leitura (com efeitos intersubjetivos) e 2) a referência ao instante presente do processo de escrita do livro

²⁶ MONTERO, Rosa. *La ridícula idea de no volver a verte*. Barcelona: Planeta, 2021, p. 10.

ainda não finalizado (*no sé bien qué es*), indicando um movimento prospectivo no discurso (*o [no sé] que será*).

Ao realizar uma reflexão existencial de natureza logoterapêutica, a questão do tempo ainda está presente no primeiro parágrafo, quando o sujeito-locutor atesta que, no nascimento e na morte, o presente se rompe pela metade, possibilitando que se vislumbre "la grieta de lo verdadero", ou seja, surge a ocasião de ter uma experiência de contemplação ao direcionar o olhar, por uma fresta, ao transcendental. Podemos conceber o fenômeno a partir da metáfora de um terremoto. Nos acontecimentos transcendentais de início e término de ciclos existenciais, o presente sofre os efeitos de um abalo sísmico na superficialidade do consciente e nas camadas psíquicas mais profundas no inconsciente, devido à perda e o processo de luto, o que permite a abertura de uma fenda. É através desta fenda que podemos entrever e refletir sobre o (sem) sentido de nossas experiências que está formando um legado. Por um lado, ao direcionar o nosso olhar pela trajetória já percorrida (passado), temos a oportunidade de identificar as potencialidades efetivadas, os sentidos realizados e os valores vivenciados, constituindo um legado singular para cada sujeito, eternizando-o. Por outro lado, também é possível lançar um olhar para as potencialidades que podem ser desenvolvidas com base nos valores singulares de cada sujeito. É importante lembrar que sujeito e valores se encontram em constante transformação.

No presente caso, o tema da morte, da perda e do luto nos conduz a um sofrimento indescritível e particular, em que se realizam os valores atitudinais a partir da transcendência de uma situação adversa e inevitável. Portanto, embora a autora negue que está tratando sobre o luto, o trabalho físico, linguístico, enunciativo e discursivo é uma forma de autotranscedência diante do sofrimento no luto: quando o sujeito se orienta "sempre para alguém ou para algo distinto dele mesmo", entregando-se para o mundo e esquecendo-se das próprias necessidades em prol do desenvolvimento de valores e realização de sentidos que reflitam a singularidade do ser²⁷.

²⁷ GUBERMAN, Marta; SOTO, Eugenio Pérez. *Dicionário de Logoterapia*. Lisboa: Paulus, 2006, p. 17.

Desta forma, o parágrafo inicial nos proporciona um conjunto de mecanismos linguísticos que, particularmente articulados, permitem que o sujeito desponte na tessitura enunciativo-discursiva. Além disso, este modo enunciativo de “afloramento do sujeito” também viabiliza uma reflexão existencial, uma vez que tal tecido não só entra em contato com o nosso inconsciente, mas, principalmente, cria um espaço de intersubjetividade no nosso mundo psíquico do inconsciente, o que propicia um trabalho existencial em prol da busca de sentido não só pela discussão do tema, mas também como o sujeito locutor se alça enunciativa e discursivamente.

Ao nos aproximarmos à metade do livro, entre tantos fragmentos, identificamos uma discussão sobre a memória e seu papel na construção de uma trajetória a partir da manifestação de uma lembrança.

Y es cierto, la memoria es traidora, débil, mentirosa. Sobre todo la memoria visual, que se desintegra como una tela podrida a poco que la uses. Claro que luego está **la memoria involuntaria**. Me refiero a la memoria proustiana, esa que evocan magdalenas por carambola. Es extraordinario, porque, cuando **se te muere alguien** con quien has convivido mucho tiempo, no sólo **te quedas tú tocado de manera indeleble**, sino que también el mundo entero queda teñido, manchado, marcado por un mapa de lugares y costumbres que sirven de disparadero para la evocación, a menudo con resultados tan devastadores como el estallido de una bomba [...].

Hay gente que, en su pena, se construye una especie de nido en el duelo y se queda a vivir ahí dentro para siempre. Permanecen en el hogar común, repiten el destino de vacaciones, visitan ritualmente los antiguos lugares compartidos, mantienen las mismas costumbres en memoria del muerto. **Yo no creo que sea bueno, o quizá sí, quién sabe, quién soy yo para decir cómo debe uno tratar de superar una pérdida; pero, en cualquier caso, no es mi elección. Me cambié de domicilio tras la muerte de Pablo (Marie también se mudó de casa cuando enviudó)** y el mundo tiene varios rincones que es posible que yo ya no vuelva a visitar: Estambul, Alaska, Islandia, ciertas zonas de Asturias o **estas hermosísimas iglesias de madera (grifos nossos)**²⁸.

²⁸ MONTERO, Rosa. *La ridícula idea de no volver a verte*. Barcelona: Planeta, 2021, p. 87-88,

Nesta amostra, reencontramos articulações linguísticas (algumas já observadas no fragmento anterior) que fazem emergir o sujeito-locutor ambivalente nos movimentos de asseverações e hesitação: 1) adjetivação de tom negativo para rotular a memória (*traidora; débil; mentirosa*); 2) uso de pronomes sujeito e complemento para marcar a sua enunciação e a enunciação dos demais, em que também se inclui (*yo; te; mi*); 3) uso de mecanismos de indeterminação (*hay gente que*); 4) uso de mecanismos linguísticos que indicam negação veemente, afirmação e hesitação, construindo um movimento de ambivalência entre compartilhar e rejeitar atitudes vinculadas ao luto por meio da ênfase da marcação de pronomes (*Yo no creo que sea bueno, o quizá sí, quién sabe, quién soy yo para decir cómo debe uno tratar de superar una pérdida*); 5) comparar ações, acontecimentos ou sentimentos entre o sujeito-locutor e a reconstrução da figura de Marie Curie a partir do diário (*Me cambié de domicilio tras la muerte de Pablo [Marie también se mudó de casa cuando enviudó]*).

Por outro lado, é importante destacar o uso de dativo ético, em que pronomes pessoais átonos destacam o ânimo ou o envolvimento de quem enuncia o verbo e o emprego da duplicação de pronomes pessoais: *cuando se te muere alguien [...] te quedas tú tocado de manera indeleble*. Em outras palavras, o emprego de “te” e “tú”, os pronomes de 2ª pessoa impessoal atuam para que o “eu” do locutor se disfarce e se dilua na generalização de um “tu/você” que não necessariamente é um interlocutor. Deste modo, os efeitos enunciativos da estrutura sintática do espanhol abarcam a ambiguidade do sujeito-locutor em mostrar-se afetado pelo acontecimento e, ao mesmo tempo, em que ele se desvanece nos mecanismos da impessoalidade linguística e semântica.

A partir da perspectiva psíquica e existencial, a memória surge como fonte de conexão entre duas experiências: a passada (apreendida em alguns nuances conforme a força afetiva do evento) e a presente (em que alguma semelhança faz com que os afetos da experiência passada influenciem a percepção da experiência presente). Desta maneira, a memória se assemelha com um elo que estabelece a coesão na sequência de eventos, “costurando” o percurso da trajetória. Tal elo é subjetivo, etéreo, sugestionável, seletivo e manipulável. Portanto, o mais importante

não é o evento factual propriamente dito, mas a percepção que o sujeito teve dele e os afetos movimentados durante a experiência e reprimidos no inconsciente. Se o evento provocar sofrimento e haver dificuldade ou impossibilidade de lidar e integrá-lo adequadamente no universo psíquico do sujeito, estamos diante de um acontecimento e, conseqüentemente, de uma experiência traumática²⁹. A noção sobre o trauma é importante em uma análise mais ampla, uma vez que a morte pode ser um evento traumático e, comumente, deixa marcas no sujeito e na sua enunciação / no seu enunciado.

É oportuno destacar que a ambivalência de esquecer e de recordar se faz presente quando o sujeito-locutor deprecia fortemente a memória, em particular a visual, devido a sua inconstância, defendendo que se evite a recorrência de rotinas e de lugares que lembrem a pessoa falecida. Incluso, se nomeia uma série de lugares que o sujeito-locutor não pretende mais visitar. No entanto, na mesma página, se encontra a foto de uma igreja de madeira medieval norueguesa; a mesma mencionada no final do parágrafo. Não basta o trabalho enunciativo linguístico para marcar o sujeito. É necessário um enunciado de natureza imagética para que o sujeito deixe expressa visualmente a sua trajetória afetiva, enunciativa e existencial.

Já no último capítulo, ponto final desta trajetória enunciativa-literária, entre muitos fragmentos reflexivos sobre a morte, a vida, a existência e as possibilidades de representação, selecionamos um que resume os movimentos enunciativos e existenciais.

Al final, en efecto, **es una cuestión de narración. De cómo nos contamos a nosotros mismos. Aprender a vivir pasa por la #Palabra.** Recuerda los asombrosos resultados de ese estudio según el cual los separados y divorciados están más deprimidos que los viudos. ¿Qué les falta a los primeros? **Desde luego no la persona amada, sino una narración convincente y redonda. Un relato consolador que les dé sentido.** Todos los humanos somos novelistas y, por consiguiente, yo soy redundante porque además me dedico a escribir. Hago novelas cuyas peripecias no tienen nada que ver conmigo, pero que representan fielmente mis fantasmas; y ahora que con este libro he intentado decir siempre

²⁹ NASIO, Juan David. *Sim, a psicanálise cura!* Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

la verdad, quizá haya terminado haciendo en realidad mucha más ficción. Porque, como dice Iona Heath, «**hallar sentido en el relato de una vida es un acto de creación**» [...]

Estoy hablando de alcanzar la maestría en la narración, de conquistar de verdad la #Ligereza. Quién sabe: quizá todos esos biógrafos que no prestaron ninguna atención a los últimos años de sus personajes no supieron ver lo que miraban. En la #Ligereza, la vida flota irisada y sutil, transparente y casi imperceptible, como una pompa de jabón al sol. Quizá los humanos estemos tópicamente acostumbrados a fijarnos sólo en los grandes hechos, en los actos pesados, en la solemnidad y en el afán (grifos nossos)³⁰.

Na finalização da obra, notamos que o sujeito-locutor enfatiza a questão da narração como modo de vincular experiência e palavra/enunciação. Como já mencionado, é essencial a maneira como organizamos as experiências que vivenciamos, destacando algumas, omitindo outras e ressignificando algumas outras. Além disso, esta trajetória deve ter algum sentido, singular, único e intransferível, condizente com os valores e os movimentos de transformação do sujeito. Ainda é essencial notar que se menciona, de modo sagaz, a valorização de uma perspectiva de exploração enunciativa e existencial, baseada no paradigma indiciário, em que os minúsculos indícios do sujeito, de suas experiências e de seus afetos são identificados, organizados e interpretados para tentar configurar um conjunto complexo e integral.

Por outra parte, no âmbito enunciativo, enfatizamos o emprego da “hashtag” (#). Nas redes sociais, tal ferramenta permite indexar temas, formando uma espécie de *hiperlink*. No entanto, na presente obra, é adaptada como forma de destacar e vincular temas, sentimentos e atos. Como o suporte não é virtual, não existindo o vínculo digital (nem em *e-books*) que conecta os dois conjuntos enunciativos por meio de um “click do mouse”, será o interlocutor-leitor o responsável de aproximar os fragmentos, empregando a memória e o percurso de leitura retrospectivo. Assim, o uso adaptado de um recurso virtual em um contexto literário possibilita estabelecer

³⁰ MONTERO, Rosa. *La ridícula idea de no volver a verte*. Barcelona: Planeta, 2021, p. 204-206,

uma espécie de senha para uma intersubjetividade temática entre sujeito-locutor e interlocutor-leitor no espaço da memória.

Como uma chave de leitura desta obra, não se pode deixar de lembrar das reflexões do Byung-Chul Han³¹ sobre a questão de que “o ser dotado de sentido [Sinnhaftigkeit] da dor pressupõe uma narrativa que insere a vida em um horizonte de sentido. A dor sem sentido é possível apenas em uma vida nua esvaziada de sentido, que não narra mais”. Com base nas reflexões de Freud (a dor pode provocar um bloqueio na história de um sujeito) e de Walter Benjamin (a dor permite que a narrativa desenhe o seu curso), o filósofo sul-coreano defende que a narrativa permite que o espírito supere a contingência do corpo, dando sentido a dor, ao contrário de um tempo pós-narrativo, no qual impera a contagem como aspecto determinante da vida. Neste aspecto, a narrativa de Montero ganha novas luzes ao poder ser vista como um exemplo de transformação da dor do sujeito em uma narrativa, em que as marcas de tal experiência se encontram no enunciado, convertendo a dor física e psicológica em efeitos de sentido no processo enunciativo. Desta forma, na Contemporaneidade, baseada em algoritmos e métricas de desempenho, a narrativa se torna mais um exemplo de resistência à coisificação e à quantificação do ser humano.

Término de nosso percurso enunciativo - reflexivo: talvez a pergunta não seja “o quê”, mas “de quê forma” uma história merece ser contada

Almejando que leitor nos tenha acompanhado até este ponto do nosso percurso, após esta “experiência” de identificação de detalhes e de análise enunciativa de fragmentos da materialidade linguística na obra de Rosa Montero, julgamos ser um exercício de sensibilização do olhar de um analista linguístico e/ou existencial a associação de noções enunciativas com as premissas logoterapêuticas, arrematadas por uma postura metodológica, baseada no paradigma indiciário. Tanto na tessitura linguística / textual quanto na tessitura existencial de uma trajetória, é fundamental identificar “as sutilezas, as nuances e as

³¹ HAN, Byung-Chu. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Petrópolis / RJ: Vozes, 2021, p. 46.

ambiguidades" do percurso para se aproximar, de maneira humana, da complexidade e das ambivalências do sujeito (enunciativo e/ou do devir), tendo a percepção do que se consegue simbolizar explicitamente, ou de forma crepuscular ou, ainda, o que não consegue ser simbolizado.

Em suma, como resultante de uma série de experiências que tecem uma trajetória, que se realizam valores e que constituem sentidos, toda a história deve ser (re)contada, pois todas são consequências de singularidades, independentemente do coletivo que experiencia o mesmo acontecimento. A partir desta premissa, se torna necessário atentar para a forma como se enuncia cada história singular: no que evidencia, no que esboça e no que silencia.

Como Rosa Montero³², valorizamos as sutilezas da língua(gem), posto que "cuanto más te acercas a lo esencial, menos puedes nombrarlo. El tuétano de los libros está en las esquinas de las palabras". Em cada descoberta enunciativa, conseguimos nos aproximar de um sujeito, seja o Outro, seja nós mesmos, tendo uma experiência humana de complexidade. É essencial sempre recordar a orientação de Jean-Claude Rolland³³: "[um] acontecimento em palavras manifesta um movimento psíquico e não apenas linguístico da língua". Portanto, tratar sobre sujeito e sentido na língua implica questionar a relação entre enunciação, experiência e memória. Temos a certeza de que os temas aqui discutidos e a materialidade textual da obra continuam a ser um convite para outros "passeios reflexivos e analíticos" e, portanto, esperamos que os leitores possam realizar "outros percursos questionadores por estas paragens."

Referências

BENVENISTE, Emile. A linguagem e a experiência humana. In: *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes, 2006, p. 68-80.

BENVENISTE, Emile. Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes, 2005, p. 284-293.

³² MONTERO, Rosa. *La ridícula idea de no volver a verte*. Barcelona: Planeta, 2021, p. 196.

³³ ROLLAND, Jean Claude. *A língua e o psíquico*. São Paulo: Blucher, 2022, p. 19.

BENVENISTE, Emile. O aparelho formal de enunciação. In: *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes, 2006, p. 81-90.

BENVENISTE, Emile. Observações sobre a função da linguagem na descoberta freudiana. In: *Problemas de Linguística Geral I*. São Paulo: Pontes, 2005, p. 81-94.

BÍBLIA. Português. *Nova Bíblia Pastoral*. Tradução Luiz Gonzaga do Prado et al. São Paulo: Paulus Editora, 2014.

CONSTENLA, Tereixa. Quando Rosa Montero se espelhou em Marie Curie. *El País* (edição Brasil). Madri, 10 de abr. de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-09-24/o-que-fez-com-que-catherine-zeta-jones-e-michael-douglas-se-tornassem-um-dos-casais-mais-duradouros-de-hollywood.html#?rel=lom>. Acesso em: 01 dez. 2022.

FLANKL, Viktor E. *Em busca do sentido: um psicólogo no campo de concentração*. São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes, 2018.

FONSECA, Carlos Magno Viana, CALVACANTE, Mônica Magalhães. Authier-Revuz e as figuras do bem dizer. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. V. 8, n.2, jul-dez. 2012, p. 78-94.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos. Compêndio de Psicanálise e outros textos (1920-1923)*. Obras Completas Volume 15. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GINZBURG, Carlo. *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p.143-179.

GUBERMAN, Marta; SOTO, Eugenio Pérez. *Dicionário de Logoterapia*. Lisboa: Paulus, 2006.

HAN, Byung-Chu. *Sociedade paliativa: a dor hoje*. Petrópolis / RJ: Vozes, 2021.

HOMEM, Maria. *Lupa da alma: quarentena-revelação*. São Paulo: Todavia, 2020.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: *Tremores: escritos sobre a experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022, p. 15-34.

MONTERO, Rosa. *La ridícula idea de no volver a verte*. Barcelona: Planeta, 2021.

NASIO, Juan David. *Sim, a psicanálise cura!* Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROLLAND, Jean Claude. *A língua e o psíquico*. São Paulo: Blucher, 2022.

TRAJETÓRIA. In: *DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2020. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/trajetoria/> >. Acesso em: 01 dez. 2022.

Capítulo 9

Walter Benjamin: experiência e narrativa como resistência



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-09>

Aldair Marins da Silva

*[...] um acontecimento vivido é finito,
ou pelo menos encerrado na esfera do vivido,
ao passo que o acontecimento rememorado
é sem limites, pois é apenas uma chave para
tudo o que veio antes e depois¹.*

Walter Benjamin

A narrativa contempla uma alteridade – ao fazermos tal afirmação, nossa premissa é de que o processo que a narração instaura, constrói estruturas adversas a qualquer fragmento que aspire à totalidade, isso porque a efemeridade que lhe é pertencente concerne em um resgate do passado e numa constante reelaboração do dito no presente, exigindo abertura ao novo e diferente que nunca cessa de chegar. É a partir do movimento de inserção no tempo presente que, por exemplo, um sujeito transfere para o outro suas experiências herdadas ao longo de sua jornada, por vezes acrescida de novos contornos, de novas interpretações sobre o vivido e que se incorporam à narrativa presente.

Walter Benjamin, filósofo alemão, estudioso da narrativa, afirma que a mesma convoca-nos a articular passado e presente, mantendo vivo antigos ângulos que pertenceram ao sujeito, isto é, a narrativa conserva o passeio do passado no tempo presente, suscitando no não ocultamento daquilo que pertence à formação do sujeito e que por determinadas casualidades atravessou-lhe.

¹ BENJAMIN, W. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1), p. 38-39.

Contudo, Benjamin sustenta que o sujeito da narração está cada vez mais raro do que em tempos passados, “[ele] é para nós algo de distante, e que se distancia cada vez mais”², mas isso não significa dizer que sua existência ou que o ato de narrar foi totalmente perdido. De acordo com Pinto, leitor de Benjamin, “[...] devemos considerar, portanto, que ainda convivemos com a narrativa, este resquício de uma sociedade artesanal, anterior à industrialização moderna e ao capitalismo. Esta convivência, porém, é marcada pela distância que nos separa da narrativa”³. E que distância seria essa? Por que o ato de narrar experiências nos parece, hoje, cada vez mais escasso?

Para responder essas questões é preciso compreendermos que o processo de ascensão da modernidade instaurou um novo cenário, sobretudo no que diz respeito à sociabilidade. Neste período, Benjamin desenvolveu suas críticas sobre o tempo, “[...] seu trabalho inacabado das *Passagens* e seus ensaios sobre a modernidade e a poesia urbana de Baudelaire, em especial aqueles presentes no livro *Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo*, entre outros, são exemplos disso”⁴.

Se diante de si fixava-se um período moderno recheado de inovações e criatividade técnica, Walter Benjamin, embora reconheça seus méritos, não deixa de observá-la com reservas, quer dizer, o filósofo, conhecido pelo exercício crítico da atualidade e pela valorização dos “restos”, dos detalhes e de tudo aquilo que não logra êxito no decorrer do tempo histórico, muito mais que dos monumentos, dedica-se a explorar os aspectos que com o advento da modernidade haviam possivelmente impulsionado o declínio da narrativa, a qual parecia estar vinculada a um consequente declínio da própria experiência neste período. Isso não significa que a compreensão de que a modernidade, com todos os seus ganhos no que diz respeito aos avanços técnicos que elevaram em certa medida a vida das pessoas, deva ser desconsiderada, mas é inevitável que junto às movimentações trazidas por ela no vasto campo do conhecimento e da própria organização da sociedade, tenham por

² BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1), p. 2012, p. 213.

³ BORTOLINI, B.; O. *Walter Benjamin e a categoria da Experiência (Erfahrung)*. Passo Fundo: Editor Daniel Confortin, 2020, 37.

⁴ *Ibid*, p.19.

outro lado destruído ou ao menos enfraquecido significativamente os elementos que a permitiam. Dentre eles queremos destacar um em específico, que é a relação adulterada com a temporalidade. No entanto, antes de adentrarmos neste ponto, é preciso trazermos à baila, mesmo que de forma breve, a compreensão do próprio conceito de Experiência em Benjamin e suas relações com a narrativa, explanando as características próprias ao seu florescimento.

Em Walter Benjamin, a categoria experiência pode ser definida, conforme Bortolini, “[...] como *Erfahrung* em alemão, [que] tem origem no verbo *fahren* que significa dirigir, conduzir, ir, andar. É uma categoria intimamente ligada ao movimento”⁵.

Denota-se que a originalidade do termo se ancora, portanto, na temporalidade, quer dizer, Experiência, em Benjamin, não possui o sentido de experimento, que seria já um modo de entender a experiência fora da temporalidade, ou num tempo controlado pelo humano, visto que no experimento científico, por exemplo, as condições que o envolve são forjadas pelo sujeito pesquisador. Esse mesmo sujeito é quem determina quando, onde, por quanto tempo e sob quais determinantes o experimento será conduzido. A experiência em Benjamin, por outro lado, não se configura em algo construído de forma mecânica pelos sujeitos, isso porque, segundo o autor, a categoria da Experiência, enquanto *Erfahrung*, não está atrelada necessariamente a um processo consciente. Ela não é conscientemente produzida, nem conscientemente evocada pela memória, mas depende muito mais de condições externas ao sujeito não programadas, sendo, portanto, mais da ordem do imprevisível do que do programático. Para explicar esse fenômeno, Benjamin recorre a dois outros pensadores, a saber, Bergson e Freud.

Em sua obra *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*, o filósofo associa a experiência ao conceito de inconsciente de Freud, pois, em sua percepção, tal categoria é fruto de choques, ou “traumas”, que atravessam a esfera da consciência, isto é, da defesa do indivíduo. Para que possamos viver e não sermos constantemente pegos em sobressaltos, estamos a todo momento filtrando as

⁵ BORTOLINI, B.; O. *Walter Benjamin e a categoria da Experiência (Erfahrung)*. Passo Fundo: Editor Daniel Confortin, 2020, p.50.

informações e acontecimentos que nos chegam, no entanto, dependendo do acontecimento e do quão inesperado e diverso ele se mostre, as barreiras colocadas à sua contenção e filtragem são transpostas, fazendo com que boa parte do seu impacto venha a se alojar no inconsciente. Razão pela qual quando “fazemos” uma Experiência no sentido da *Erfahrung*, nós, inicialmente, não a compreendemos como tal. Somente iremos entender a experiência nesse sentido quando – em momento futuro, por meio de um acontecimento também inesperado, mas semelhante ao já vivido – ela vier à tona por meio da memória. Neste momento é que sabemos de sua existência de fato, tomamos consciência de quão forte foi o momento ou situação que a proporcionou. O papel da memória nesse processo será explicado por meio do conceito de “lembrar espontâneo” de Bergson, o qual é caracterizado como uma atividade natural do lembrar e que sem “a intenção de utilidade ou aplicação prática armazenaria o passado pelo mero efeito de uma necessidade natural”⁶, oposta, portanto, à ideia do “lembrar voluntário”, que é a memória ativada intencionalmente pelo sujeito para recordar de algo e através de mecanismos de memorização e pelo esforço do lembrar em função de uma utilidade prática. Assim também porque, para Freud, o consciente não tem a função de registrar traços mnemônicos.

A proteção contra os estímulos é, para os organismos vivos, uma função quase mais importante do que a recepção deles. O escudo protetor é suprido com seu próprio estoque de energia e deve, acima de tudo, esforçar-se por preservar os modos especiais de transformação de energia que nele operam, contra os efeitos ameaçadores das enormes energias em ação no mundo externo, efeitos que tendem para o nivelamento deles e, assim, para a destruição⁷.

Daí que entendemos melhor a própria significação do termo em alemão, *Erfahrung*, pois o próprio ato de ir, andar ou dirigir, está vinculado à ideia de imprevisibilidade. Ao andarmos pelas ruas de uma cidade, ainda mais se esta for em terrenos desconhecidos, estamos sempre expostos a sobressaltos e mesmo que

⁶ BERGSON, H. *Matéria e Memória*: ensaios da relação do corpo com o espírito, Trad. Paulo Neves. – 2ª. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 88-89.

⁷ FREUD, S. *Além do princípio de prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

conheçamos os caminhos, não sabemos quais situações inéditas poderão nos ocorrer. Essa dimensão da novidade, do estranho, do inusitado que está atrelada à Experiência em Benjamin, relaciona-se à questão da alteridade que é exatamente a preservação da diferença. Isto é, aquele com o qual nos defrontamos numa relação diacrônica, não simétrica, mas imprevisível e infinita por apresentar-se sempre e renovadamente diferente, apesar de todo e qualquer movimento que possamos fazer de circunscrição do fenômeno por via da consciência, transformando-o em conteúdo. Aspecto que não implica na impossibilidade do conhecer, ou do apropriar-se, do pensar sobre o acontecimento, pois é justamente o acontecimento em toda a sua riqueza e possibilidades infinitas de leituras e releituras que irá dar o que pensar, não limitando o pensar, mas o conduzindo sempre para além, num processo dialético não absoluto, mas em aberto, em um constante vir a ser.

Outro aspecto da Experiência em Benjamin que deve ser considerado é o seu caráter coletivo; na ótica de Benjamin, a Experiência, quando de sua comunicação, está ancorada no compartilhamento entre os indivíduos. Em geral, uma experiência quando evocada é sempre narrada a um outro, muitas vezes na forma de conselho, transferência de saberes de uma geração para outra, assegurando a consciência de temporalidade. Neste sentido, a Experiência comporta uma tradição tanto coletiva quanto privada do sujeito, já que o conteúdo narrado, além de dizer respeito à figura do narrador, ou a narração de uma história anteriormente comunicada a ele e que é passada adiante por meio de sua voz, diz respeito também ao outro. Seja ele o que escuta, seja aquele cuja história é narrada. A experiência passa a ser um meio de transferência, sobretudo, de saberes de vida.

Essa característica que está na base da Experiência, no sentido benjaminiano, e na própria ideia de narração, remete a um tempo dilatado, ligado às sociedades arcaicas, em que era comum ouvir as notícias ou ensinamentos “daquele que viveu e experimentou muito, ou também daquele que estava distante e voltou para casa, que viu coisas jamais imaginadas pelos que ficaram e tem, ao retornar, autoridade

para falar a respeito do que vivenciou, pois é sabido que 'quem viaja tem muito o que contar'"⁸.

O agente da narração parte de suas experiências ou de experiências que a ele foram relatadas, que sejam possuidoras de valia para serem transferidas para outros indivíduos. Desta forma, "a narrativa, ao comunicar uma história, não está interessada em explicá-la. Ela não força a nada o seu leitor ou ouvinte, deixando a interpretação da história contada livre, podendo-se atribuir a ela o sentido que vem entender."⁹ Por isso, não há uma temporalidade limite, a narrativa continua a passear pelo tempo. Para a efetivação da transferência de experiência via narração é de extrema importância o estar disposto a ouvir, além do contar. Apenas se torna efetiva a narrativa quando ambos os meios, isto é, a fala e a escuta estejam em simultaneamente disponíveis sem um tempo cronometrado para acontecer.

Esse passeio entretempos da narrativa destaca o caráter plural que é próprio à narrativa, sobretudo porque não apenas se trata de um amontoado de coisas empoeiradas que são deixadas de lado conforme o tempo passa, mas um emaranhado de conexões que se entrelaçam a partir dos diversos narradores que se põem a contar e recontar as histórias vividas e ouvidas. Tal aspecto mostra o quanto a Experiência, enquanto *Erfahrung*, difere-se da noção de *Erlebnis*, ou seja, da vivência que é própria da modernidade. Essa segunda é desprovida do caráter coletivo, ela restringe-se à história de um único indivíduo, de sua vida privada e raramente carrega consigo algo que valha a pena ser passado adiante, como a ideia de conselho, de saber de vida. Ela é, conforme Gagnebin, "difícil de ser transmitida a outros, somente acessível por uma 'identificação' afetiva (*Einfühlung*) ou 'empatia'"¹⁰

No entanto, com o advento da modernidade, com suas inovações tecnológicas e científicas, coloca-se o ser humano em uma outra temporalidade que é a temporalidade do mercado, da produtividade. Diferente das sociedades arcaicas em que os modos de produção e de vida eram contados a partir de ciclos ou períodos, na modernidade passam a ser contados pelo ponteiro do relógio. Na modernidade

⁸ BORTOLINI, B.; O. *Walter Benjamin e a categoria da Experiência (Erfahrung)*. Passo Fundo: Editor Daniel Confortin, 2020, p. 57.

⁹ *Ibid*, p. 60.

¹⁰ GAGNEBIN, J., M. Benjamin. In: PECORARO, P. (Org.) *Os Filósofos Clássicos da Filosofia – Vol. III*. Rio de Janeiro: Vozes; Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2009, p. 49.

“tempo é dinheiro”, já aponta a famosa frase de Benjamin Franklin, e todo tempo gasto ociosamente deveria ser ocupado com trabalho. Por essa razão Benjamin percebe como há uma desvalorização da experiência, pois são cada mais raras as rodas de conversa, a troca de experiências; a informação e a notícia chegam de forma veloz por meio da imprensa e do rádio e, segundo o autor,

[...] não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso¹¹.

Quer dizer, os sujeitos encontram-se na modernidade tão saturados pelas tarefas cotidianas, extenuados pelo trabalho e pelo excesso de informação que a eles chega, que não suportam mais ouvir uma narrativa, a experiência já não lhes interessa, não lhes é útil em um tempo em que tudo se alcança com o estalar dos dedos. O tempo que resta depois de um dia de trabalho árduo e intermitente é guardado para o descanso, para o sono, para o sonho. Ainda conforme Benjamin:

Vocês todos estão cansados – e tudo porque não concentraram todos os seus pensamentos num plano totalmente simples, mas absolutamente grandioso. Ao cansaço segue-se o sonho, e não é raro que o sonho compense a tristeza e o desânimo do dia, realizando a existência inteiramente simples e absolutamente grandiosa que não pode ser realizada durante o dia, por falta de forças¹².

A modernidade com a promessa de emancipação por meio do progresso teve suas conquistas, mas, por outro lado, tornou a vida dos indivíduos tão insignificante que nada mais possuem para transmitir aos outros a não ser suas pequenas vitórias ou tristezas cotidianas, a qual despertam no outro no máximo a empatia, ou na maior

¹¹ BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1), p. 118.

¹² BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1), p.118.

parte dos casos a indiferença. E assim constata o filósofo que a perda da capacidade de experienciar a vida no sentido da *Erfahrung*, fez com que o sujeito se recolhesse em uma espécie de calabouço. Assim, enquanto as relações de troca que por outrora eram mais pulsantes, no agora, são realizadas de modo menos efetivo, onde cada sujeito se resguarda em silêncio, à uma mudez violenta.

Em consequência, não havendo mais vínculos narrativos, crava-se a perda da sensibilidade. Sobretudo quando o agente da narração seria uma fonte de aconselhamento ao outro. Pensar que “a arte de narrar está em extinção”¹³ é exemplificar a perda de uma forma de aprendizado e compartilhamento de conhecimentos que no tempo presente já não se encontra mais como no passado. Com isso, toda a riqueza que se vislumbrava, chocou-se com o empobrecimento. Mas como dito anteriormente por Pinto, ainda que de forma precária, convivemos com a experiência e sua narrativa, embora de uma forma nem tanto corrente como talvez gostaríamos, ou nem tão semelhante ao que foi outrora, mas ainda presente. Didi-Huberman, em sua obra *Sobrevivência dos Vaga-Lumes*¹⁴, nos faz um importante apontamento neste sentido. Para ele, até mesmo os sonhos, enigmas ocultos no mais profundo, podem ser elementos de transmissão. Por vezes nos momentos mais sombrios, onde nos falta a esperança e somos abraçados pelo cansaço, os sonhos podem ascender ao estatuto de “narrador”. É comum pessoas em tempos de grande sofrimento e angústia coletiva como guerras, perseguições políticas, ditaduras, contextos de ascensão do fascismo e do terror, sonharem sonhos que, por mais subjetivos, por mais obscuros que sejam, podem “aparecer como um lampejo para o outro, a partir do momento em que [encontram] a forma justa de sua construção, de sua narração, de sua transmissão”¹⁵. Revestem a realidade com uma forma de saber outra, clandestina, de saber vaga-lume, na medida em que representam a ameaça e fazem emergir o que outrora foi sufocado. E mesmo que a representação não seja realista, não deixam de lançar uma luz viva sobre a realidade de onde se originam, são testemunhos que não devem ser

¹³ Ibid; loc. cit.

¹⁴ DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos Vaga-Lumes*. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2011.

¹⁵ DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos Vaga-Lumes*. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2011, p.136.

ignorados. É certo, afirma Huberman, “[...] que a experiência caiu de cotação, sem dúvida. Mas a queda ainda é experiência, ou seja, contestação em seu próprio movimento, da queda sofrida. A queda, o não saber, se tornam potência na escrita que os transmite”¹⁶. Viver o declínio da experiência é, portanto, ainda fazer experiência, e talvez de forma mais potente em um contexto que a todo momento contribui para a sua destruição, sem saber que “[...] a experiência é indestrutível, mesmo que se encontre reduzida às sobrevivências e às clandestinidades de simples lampejos na noite”¹⁷. Porque a destruição, por mais extrema que possa ser, sempre deixa rastros e é a partir desses rastros que juntamos o material para a obra, para construir a resistência, para montar linhas de fuga, “enterrar o testemunho [e] encontrar a tangente”¹⁸.

Deste modo, entendemos que, por mais que a experiência no sentido benjaminiano do termo esteja em vias de extinção, há nesse processo um paradoxo do qual devemos nos servir no tempo presente, isto é, fazer da nossa pobreza de experiência algo comunicável, torná-la uma denúncia contra aquilo que lhe restringe. Mas não de modo a voltar ao passado, abandonando o tempo presente, pelo contrário, no tempo presente e a partir da ruína lançar para o futuro, assim como são lançadas as garrafas ao mar, o desejo de um outro tempo, de um novo devir em que ao invés de sermos consumidos pelo tempo, possamos em verdade desfrutá-lo, estabelecendo relações mais vivas e profundas com a própria realidade e uns com os outros.

Referências

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1), p. 38-39.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet;

¹⁶ Ibid, p. 143.

¹⁷ Ibid; loc. cit.

¹⁸ Ibid, p. 149.

prefácio Jeanne Marie Gagnebin – 8ª Ed. revista – São Paulo: Brasiliense, 2012 – (Obras Escolhidas v. 1), p.114-119.

BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaios da relação do corpo com o espírito*, Trad. Paulo Neves. – 2ª. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BORTOLINI, Bruna de Oliveira. *Walter Benjamin e a Categoria de Experiência (Erfahrung)*. Passo Fundo: Editor Daniel Confortin, 2020.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos Vaga-Lumes*. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte, MG: Editora da UFMG, 2011.

FREUD, S. *Além do princípio de prazer*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Benjamin. In: PECORARO, P. (Org.) *Os Filósofos Clássicos da Filosofia* – Vol. III. Rio de Janeiro: Vozes; Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2009.

PINTO, Matheus Fernandes. *A Teoria da Narrativa em Walter Benjamin*. Orientador: Bernardo Barros Coelho de Oliveira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Filosofia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Filosofia, 2017.

Capítulo 10

As literacias digitais e seu domínio pelos estudantes de relações públicas na UFSM/FW



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-10>

Raquel Schaefer Klauck

Introdução

Os avanços tecnológicos das últimas décadas exigiram dos homens o uso e o domínio de novas habilidades para que pudessem interagir e se relacionar com o outro por meio dos ambientes digitais. Dentre as habilidades requeridas está a *literacia digital*, cuja principal definição se dá pela capacidade de compreender e utilizar a informação em diferentes formatos e de diferentes fontes apresentadas por meio de computadores (GILSTER, 1997)¹. Neste sentido, as literacias digitais perpassam a ideia comum de competência operacional e técnica, elas envolvem a ideia de domínio.

As instituições de ensino superior e pesquisa devem estar preparadas para a corrente de transição tecnológica (MORAES, 2006)², bem como para discutir sobre o que se espera do perfil, das competências e das habilidades dos estudantes (MOURA, 2010)³ de comunicação, como das relações públicas, visto que a formação ampla e sólida coopera para que estes profissionais possam habitar adequadamente os diferentes espaços no mundo (OLIVEIRA, 2010)⁴, como o digital, além de participarem e avançarem “[n]os estágios da vida nas sociedades da informação e do

¹ Paul Gilster. *Digital Literacy*. New York: Wiley Computer Publishing, 1997.

² Claudia Herte de Moraes. Apontamentos sobre o contexto do ensino superior. *Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB*. Brasília-DF, v.28. n.56 e 57, p. 13-29, jan./dez. 2006.

³ Cláudia Peixoto de Moura. O ensino de graduação e de pós-graduação em relações públicas no Brasil. In: Kunsch M. M. Krohling (org.). *Relações Públicas: história, teorias, e estratégias nas organizações contemporâneas*. São Paulo: Saraiva, 2010.

⁴ Ivone de Lourdes Oliveira. Formação acadêmico-profissional em Relações Públicas: uma perspectiva contemporânea. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling (org.). *Ensino de Comunicação: qualidade na formação acadêmico-profissional*. São Paulo: ECAUSP: Intercom, 2010.

conhecimento" (WILSON et. al., 2013, p. 59)⁵. Portanto, a alfabetização voltada à midiatização e à informação é cada vez mais necessária ao ensino e aprendizagem destes indivíduos.

Tem-se conhecimento, a partir do material coletado, de que os estudantes de Relações Públicas ingressam ao curso de graduação com a expectativa de que sejam alfabetizados sobre tais habilidades digitais pela e na sua instituição de ensino. No entanto, a velocidade de inovação do cenário digital acaba exigindo com que eles também busquem por novos posicionamentos e conhecimentos (CORRÊA, 2009)⁶ de forma autônoma e independente da universidade.

O domínio sobre as novas habilidades de literacias digitais permite ao profissional de comunicação lidar com as plataformas digitais e, assim,

[...] gerir e organizar informação para podê-la utilizar no futuro; avaliar, integrar, interpretar e comparar informação de múltiplas fontes; criar e gerar conhecimento adaptando, aplicando e recriando nova informação; comunicar e transmitir informação para diferentes e variadas audiências, através de meios adequados. (LOUREIRO E ROCHA, 2012, p. 2729)⁷.

No entanto, para adquirir as competências supracitadas, o profissional de relações públicas passa, inicialmente, pela experiência da apropriação e domínio de uma língua e de relacionamento com o outro, pois, além de ser "o único meio de atingir o outro homem, de lhe transmitir [...] uma mensagem" (BENVENISTE, 2006, p. 93)⁸, é pela prática da língua que o sujeito se identifica com uma sociedade

⁵ Carolyn Wilson, et al. Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores / Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi- Kim Cheung. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

⁶ Elizabeth Saad Corrêa; Marcelo Coutinho Lima (org.). Digitalização e práticas sociais: modulações e alternativas do audiovisual. São Leopoldo: EdUnisinos, 2009.

⁷Ana Loureiro; Dina Rocha. Literacia digital e literacia da informação – Competências de uma era digital. In: Actas do II Congresso Internacional TIC e Educação. Lisboa, Portugal: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 30 nov. a 2 dez. 2012. Disponível em: <http://ticeduca.ie.ul.pt/atas/pdf/376.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

⁸ Émile Benveniste. Problemas de Linguística Geral II. Campinas: Pontes, 1989[2006].

(CAPOBIANCO, 2010)⁹ e vê-se inserido nela. Além disso, a apropriação de uma língua não permite apenas sua atualização, mas sua transformação e renovação por meio do discurso (ARESI, 2021)¹⁰.

Neste trabalho, o estudo sobre a língua nos auxilia, junto aos fundamentos teóricos abordados, a responder à seguinte questão: *De que forma os estudantes de relações públicas da UFSM/FW percebem seu preparo acadêmico em relação às literacias digitais?* Assim, com o intuito de compreender como os estudantes, que encontram-se entre o 4º e 7º semestre do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria *campus* Frederico Westphalen (UFSM/FW), percebem seu preparo acadêmico em relação às literacias digitais, esta pesquisa de abordagem qualitativa, parte do trabalho de conclusão das pesquisadoras, é composto por cinco tópicos: o primeiro de introdução apreendido neste espaço; o segundo e terceiro de cunho teórico-metodológico acerca das noções de comunicação, sociedade em rede, domínio da linguagem, literacias digitais e o modelo de literacia digital de Eshet-Alkalai; o quarto acerca da análise e dos resultados da pesquisa; e o quinto e último tópico que trata das considerações finais desta pesquisa.

1 Comunicação, sociedade em rede e domínio da linguagem

As primeiras comunidades formadas por homens já contavam com recursos como reunião, experiências, troca de saberes e ideias para a formação de sua cultura, isto é, a identificação com sua comunidade e a sociedade por meio da prática da língua e da interação/comunicação com o outro (CAPOBIANCO, 2010). Consoante a isso, Benveniste assinala que "indivíduo e sociedade, juntos e por igual necessidade, se fundam na língua" (1989, p. 27).

⁹ Lígia Capobianco. Abordagem multidisciplinar de literacia digital para pesquisa em comunicação. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José (Orgs.). Atores em rede: olhares luso-brasileiros. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

¹⁰ Fábio Aresi. Vol. 16, n.25. Horizontes da enunciação: por uma linguística da língua que contém a sociedade. Porto Alegre: Revista Conexão Letras, 2021, p. 146-164.

Passados os séculos, diante do avanço tecnológico e da própria internet, as tecnologias da informação e comunicação, elaboradas pelos homens, surgem como aparatos técnicos para colaborar com a propagação e preservação da cultura por meio da comunicação ocorrida de forma oral ou escrita (CAPOBIANCO, 2010, p. 55) na sociedade em rede. Além disso, tais mudanças exigiram do homem novas habilidades para que este pudesse interagir e se relacionar com outros usuários na rede.

Aqui, recorremos a Benjamin (1987)¹¹ quando marca o acesso rápido à informação, que é instantânea, "impregnada de uma série de explicações", pois a notícia de ontem é passado para o dia de hoje. Essa rapidez, por vezes, inviabiliza a capacidade de interpretação e ação, pois não há conversão do que se lê ou se ouve em experiências, não há sentido de tradição ou coletividade, e a internet apenas potencializou a passividade do leitor frente à informação. As "redes" são o lugar por excelência desse "isolamento da informação em relação à experiência" (BARRENTO, 2013, p. 91)¹².

Para Levy Strauss (1963)¹³, a linguagem é construída do mesmo tipo de material da qual a própria cultura é construída: relações lógicas, oposições, correlações e assim por diante. Sendo assim, compreender o conceito de linguagem permite com que se visualize os fenômenos intrínsecos à comunicação humana (RODRIGUES, 2015)¹⁴ e, conseqüentemente, se compreenda parte da cultura de uma sociedade, inclusive no que se refere ao processo de apropriação dela sobre uma nova linguagem.

Definir o conceito de linguagem não é tarefa simples. A partir da leitura das obras do linguista sírio-francês Émile Benveniste, o conceito pode ser descrito como o mecanismo social que opera a língua e o discurso. Assim, "na linguagem unifica-

¹¹Walter Benjamin – Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

¹² João Barrento. Limiar, fronteira e método. In: Limiares: sobre Walter Benjamin. Florianópolis: ed da UFSC, 2013, p. 115.

¹³ Claude Lévi-Strauss. Linguistic and anthropology, structural anthropology. New York: Basic Books, 1963.

¹⁴ Rômulo da Silva Vargas Rodrigues; Sebastião Elias Milani. O conceito de linguagem em Benveniste. Mediação, Pires do Rio - GO, v. 10, n. 1, p.74-85, jan.- dez. 2015.

se esta dualidade de homem e de cultura, de homem e sociedade, graças à propriedade da significação" (BENVENISTE, 1989, p. 242).

É por meio do mecanismo linguístico que uma pessoa observa a relação existente entre língua e sociedade, pois "a língua fornece a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade" (BENVENISTE, 2006, p. 98). Esse processo, segundo Boabaid (2014)¹⁵, acontece pela "estreita relação entre o domínio da língua e a plena participação social", o que permite destacar que "é por meio do uso efetivo dos conhecimentos linguísticos que o homem se comunica e tem acesso à informação" (BOABAID, 2014, p. 80).

A partir do exposto, afirmamos que "a língua interpreta a sociedade. A sociedade torna-se significativa na e pela língua, a sociedade é o interpretado por excelência da língua" (BENVENISTE, 2006, p. 98). Isso acontece porque "indivíduo e sociedade não são mais termos contraditórios, mas termos complementares" (BENVENISTE, 2005, p. 27)¹⁶, ou seja, o indivíduo apenas se constitui em sociedade quando é capaz de exercer esse aspecto comunicacional. "A sociedade não é possível a não ser pela língua; e pela língua também o indivíduo" (BENVENISTE, 2005, p. 27).

O *eu-sujeito*, ao colocar a língua em funcionamento e incluir-se no seu próprio discurso, situa-se e, ao mesmo tempo, inclui-se em sociedade. Ou seja, ao se instituir, instala um lugar organizacional [sociedade] em um determinado tempo e invoca a existência de um *tu* com quem interage e se comunica, de forma a demonstrar sua compreensão (ou não) sobre os conteúdos dialogados. Boabaid (2014) assinala que somente "*eu*", ao enunciar, instaura um sujeito na língua e um interlocutor no diálogo, além de um "*aqui*" e "*agora*". Ainda inversamente, o "*tu*", ao tomar a palavra, convertesse em "*eu*" e instaura o outro como "*tu*" no diálogo.

Aresi (2021), ao citar os trabalhos de Benveniste (2006), revela que a sociedade se dá com a linguagem, portanto, a sociedade é sustentada pelo uso comum dos signos que englobam a comunicação, por meio da língua em prática, o que revela sua própria [da sociedade] apropriação da língua. Assim, como afirma

¹⁵ Márcia Elisa Vanzin Boabaid. Leitura dos PCNs/LP à luz da teoria da enunciação benvenistiana: dissimetria entre o texto e o leitor. Tese UFRGS. 2014.

¹⁶ Émile Benveniste. Problemas de Linguística Geral I. Campinas: Pontes, 1995 [2005].

Benveniste (2006), no instante em que o homem mobiliza a sua língua, “em um ato de realização individual, a enunciação passa a ser entendida, em relação à língua, como um processo de apropriação (BENVENISTE, 2006, p. 84).

Sendo assim, ao apropriar-se da língua e pela forma com que o falante insere-se em seu dizer, tais circunstâncias refletem também a sua entrada enquanto indivíduo de uma sociedade. Assim, a própria noção apresentada acerca de “apropriação” é ressignificada, o que implica não apenas na “atualização da língua em discurso, como também a sua *transformação e renovação via discurso*” (ARESI, 2021, p. 162 – grifo do autor).

Em um cenário tecnológico caracterizado por constantes mudanças, aumento na velocidade e intensidade com que informações são compartilhadas, além do surgimento de novas linguagens colocadas em prática pela sociedade em rede, é papel do profissional de relações públicas adquirir, atualizar e aperfeiçoar sua linguagem midiática para acompanhar a “evolução natural da cultura produzida pelas sociedades” (CAPOBIANCO, 2010, p. 58).

2 Literacias digitais e o Modelo de Literacia Digital de Eshet-Alkalai

O termo “literacia” vem do latim *litteram*, e é utilizado em Portugal desde o século XV para se referir à capacidade de ler e de escrever. Já a partir do final do século XIX, o conceito é ampliado para o sentido das competências de leitura e escrita (CAPOBIANCO, 2010). Para Costa (2011)¹⁷, a palavra “literacia” está intrínseca ao processo de aprendizagem que se relaciona com o aprimoramento de habilidades de ler, escrever e, ainda, calcular.

O sentido de “literacias digitais” em conjunto e no plural também se amplia: da significação de posse e acesso às diversas tecnologias, as literacias digitais passam também a contribuir na construção de conhecimentos para a participação dos cidadãos na sociedade (JUNQUEIRA; PASSARELLI; BOTELHO-FRANCISCO, 2012,

¹⁷José Joaquim Marques da Costa. Literacia ou Literacias digitais? Uma Reflexão no Final da Primeira Década do Século XXI. Revista Portuguesa de Pedagogia, Coimbra, vol. Extra- Série, p.171-180, 2011.

p. 1)¹⁸, uma vez que elas contribuem para a alternância da forma de comunicação e de trabalho de indivíduos expostos aos ambientes digitais.

Assim, Knobel e Lankshear (2006)¹⁹ defendem o uso no plural da expressão, "literacias digitais", pois não é possível desconsiderar os demais tipos de literacias que emergem do cenário digital. Assim, além de indicar os processos de comunicação e informação que ocorrem exclusivamente através das TDICs²⁰, elas também estão atribuídas às "habilidades cognitivas, socioemocionais e técnicas, além de outros recursos e competências específicas para lidar adequadamente com o contexto comunicacional e informacional dos ambientes digitais" (VERGILI, 2017, p. 87)²¹.

De acordo com os estudos de Passarelli e Junqueira (2012), tanto o conhecimento quanto o uso das literacias digitais estão atrelados às vivências e aos experimentos que possibilitam aos sujeitos que se desenvolvam, se emancipem, sejam autônomos no processo educativo e, ao mesmo tempo, relevem-se protagonistas no ambiente social por meio da participação cidadã.

Para Gilster (1997, p. 2), as literacias digitais se referem às habilidades necessárias para "encontrar as coisas, como também [...] adquirir a capacidade de usar essas coisas em sua vida", a partir da ampliação de discussões acerca das habilidades e questões sociais e culturais que estão diretamente relacionadas ao uso das TDICs no contexto atual (POORE, 2009²²; BOTELHO-FRANCISCO, 2014²³).

¹⁸ Antonio Hélio Junqueira; Brasilina Passarelli; Rodrigo Eduardo Botelho Francisco. Literacias digitais nas Escolas Públicas Brasileiras: uma abordagem do papel do professor à luz dos resultados da Pesquisa TIC Educação 2010. In: XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Fortaleza, CE: Intercom, 2012.

¹⁹ Michele Knobel; Colin Lankshear. Digital Literacy and Digital Literacies: Policy, Pedagogy and Research Considerations for Education. Digital Kompetenz, 113 vol. 1, p. 12-24, 2006. Disponível em: www.everydayliteracies.net/files/digital_kompetence_2006.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

²⁰ Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs).

²¹ Rafael Vergili. Literacias digitais nos cursos de Graduação em Relações Públicas: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras. Tese (Doutorado) – Curso de Comunicação e Educação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

²² Megan Poore. Digital literacy: Human flourishing and education in a new knowledge society. 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/meganpoore/digital-literacy-human-flourishing-and-a-knowledge-society>. Acesso em: 04 dez. 2021.

²³ Rodrigo Botelho-Francisco. Interatividade e literacias emergentes em contextos de inclusão digital: um estudo etnográfico no programa AcessaSP. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: ECA-USP, 2014a. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-20052014-152952/pt-br.php>. Acesso em: 15 dez. 2021.

Com o encorajamento de Gilster (1997) para que estudiosos investiguem e se dediquem a “descrever, caracterizar e estudar as diferentes literacias [...] geradas no contexto da Sociedade em Rede” (PASSARELLI, 2010, p. 73)²⁴, nos últimos anos surgiram e destacaram-se diversas definições e modelos que ampliaram as características das literacias digitais. Neste estudo, utilizamos como recorte o Modelo de Literacia Digital de Eshet-Alkalai (2004)²⁵.

2.10 Modelo Holístico com cinco grupos de Literacias digitais

Yoram Eshet Alkalai é o nome do professor e pesquisador das áreas de Psicologia Cognitiva e Tecnologias de Informação que, a partir de suas experiências profissionais, elaborou a estrutura intitulada Modelo de Literacia Digital de Eshet-Alkalai. Além de englobar as “habilidades emocionais, sociológicas, motoras e cognitivas necessárias para comunicação em ambientes digitais” (CAPOBIANCO, 2010, p. 88), este modelo tem o propósito de proporcionar

[...] uma estrutura que pudesse ser utilizada como medida de qualidade do trabalho do estudante no ambiente digital, bem como fornecer ferramentas para os professores e desenvolvedores programarem ambientes digitais adequados à educação. (ESHET-ALKALAI, 2004, p. 93).

Assim, ao criar grupos de literacias, o modelo abrange tanto as habilidades cognitivas quanto as não-cognitivas para o desenvolvimento e sobrevivência do estudante no ambiente digital, ao promover a avaliação de suas competências desde a simples navegação na *Web* até o manuseio de ferramentas e máquinas digitais mais complexas (VERGILI, 2017). O modelo holístico com cinco tipos de literacias digitais engloba a literacia fotovisual, a literacia de reprodução, a literacia ramificada, a literacia da informação e a literacia socioemocional.

²⁴ Brasilina Passarelli. Literacias emergentes nas redes sociais: estado da arte e pesquisa qualitativa no Observatório da Cultura Digital. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José (Orgs.). Atores em rede: olhares luso-brasileiros. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. p. 63-78.

²⁵ Yoram Eshet-Alkalai. Digital literacy: A Conceptual Framework for Survival skills in the Digital Era. *Journal of Educational Multimedia and Hypermedia*, v. 13, n. 1, p. 93-106, 2004.

A literacia fotovisual, ou a arte de “aprender a ler o visual” (CAPOBIANCO, 2010), se refere à habilidade de “ler e compreender de forma intuitiva e livre as instruções e mensagens apresentadas em um formato visual”, tais como gráficos, símbolos, ilustrações. Por sua vez, a literacia de reprodução, ou da “arte da duplicação criativa” (CAPOBIANCO, 2010), define-se como “a capacidade de criar novos significados ou novas interpretações combinando fragmentos de informação preexistentes e independentes em qualquer forma de mídia (texto, gráfico ou som)” (ESHET-ALKALAI, 2004, p. 422), e abrange a reorganização das peças/textos para criação de novos significados. A terceira literacia, sobre ramificação, ou “do pensamento hipermídia” (CAPOBIANCO, 2010), trata-se de uma habilidade para sobrevivência dos sujeitos que possuem a intenção de participar da construção de conhecimentos na rede, ou seja, possui relação com a capacidade de orientação dos sujeitos nos espaços digitais. Já a literacia da informação, ou “a arte de sempre questionar informações” (CAPOBIANCO, 2010), é a literacia mais reconhecida pelo público por englobar a Rede Mundial de Computadores. De acordo com Eshet-Alkalai (2004, p. 422), esta literacia diz respeito às “habilidades cognitivas que consumidores usam para avaliar informações de modo instruído e efetivo”, evitando cair em erros ou informações tendenciosas na *Web*. E, por fim, a literacia socioemocional está relacionada à capacidade de o homem compartilhar seu conhecimento formal e suas emoções no ambiente digital, por isso ela requer também a capacidade crítica, de análise e maturidade para o comando das informações, além da habilidade ramificada e fotovisual.

Para Wilson (et. al., 2013), estas novas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) são necessárias para a participação na sociedade da informação e aquisição de novos conhecimentos, o que confirma a relevância da alfabetização midiática e informacional para o ensino e a aprendizagem. No entanto, Rhoden (2013)²⁶, citando o trabalho de Rasco (2011), discorre que não é papel da universidade formar alunos para o domínio de cada novo avanço tecnológico, mas,

²⁶ Valmor Rhoden. O ensino superior de relações públicas: formação digital, práticas e desafios na UFSM. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2013.

sim, mostrar ao estudante o caminho da apropriação da técnica, da linguagem, do sentido e do uso das tecnologias.

O domínio do cenário tecnológico contemporâneo inicia-se pelo entendimento da dinâmica das tecnologias da informação e comunicação. Em um cenário de transformações constantes e inovações efêmeras, os profissionais de relações públicas são desafiados a obter competências que os possibilitem recolher informações, as quais são dispostas pelos indivíduos nos espaços físicos e digitais, e transformá-las em novos conhecimentos (JOÃO, 2019)²⁷. Neste estudo, focalizam-se especialmente as competências digitais, principalmente por observar que essas são um desafio presente tanto no campo profissional das relações públicas quanto no campo acadêmico – focalizando o ensino-aprendizagem deste conteúdo.

3 O curso de Relações Públicas da UFSM/FW como objeto de estudo

O curso de Relações Públicas – Bacharelado do campus Frederico Westphalen da UFSM foi criado em 2009 e estruturado para contemplar a realidade regional em que a instituição está inserida. A partir de uma análise documental do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) foi possível identificar o enfoque nos temas de comunicação organizacional, planejamento e gestão estratégica da comunicação, além do relacionamento com públicos, mídias, instituições governamentais, terceiro setor e internacionais.

Com o objetivo de compreender como os estudantes, que se encontram entre o 4º e 7º semestre do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria *campus* Frederico Westphalen (UFSM/FW), percebem seu preparo acadêmico em relação às literacias digitais, organizou-se um questionário *on-line* para aplicação junto a este público a fim de coletar informações sobre seu domínio acerca das habilidades digitais. O recorte por estes semestres ocorreu, pois, ao analisar a estrutura curricular do curso, foi possível observar que há uma maior predominância

²⁷ Rodrigo Manuel Afonso João. As competências de um Relações Públicas na Era Digital. Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégia das Relações Públicas) – Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa. Lisboa, 2019.

de disciplinas de aspecto tecnológico e digital da metade para o final da matriz curricular do curso de relações públicas.

O questionário *online* foi proposto por meio da plataforma *Google Formulário*, com o total de 13 questões, a saber: 5 perguntas sobre dados pessoais – sem qualquer tipo de identificação – dos estudantes; 5 direcionadas especificamente sobre os cinco tipos de literacias digitais mencionadas no Modelo de Eshet-Alkalai (2004); 2 questões genéricas sobre as habilidades digitais; e uma última questão para sugestões e críticas construtivas à pesquisa. Participaram desta pesquisa 23 estudantes que cursam disciplinas entre o 4º e o 7º semestre do curso de Relações Públicas da UFSM/FW, de um total de 100 estudantes matriculados nestes semestres.

Para análise e apresentação dos resultados optou-se a) pela análise exploratória dos dados revelados no formulário por parte dos participantes da pesquisa, e b) avaliação das respostas dos estudantes por meio da técnica de análise textual discursiva de Moraes e Galiuzzi (2011)²⁸, para compreender seu preparo acadêmico em relação às literacias digitais. Neste estudo, as literacias foram consideradas de acordo com o ponto de vista do respondente da pesquisa, portanto, adaptou-se o uso da expressão “literacias digitais” para “habilidades digitais” a fim de facilitar o entendimento conceitual.

4 Análise das informações e resultados

Neste tópico busca-se sintetizar de forma descritiva as informações dos estudantes de relações públicas e seus conhecimentos acerca das literacias digitais e, ao fim, analisá-las textualmente para a identificação do preparo acadêmico dos estudantes de Relações Públicas da UFSM/FW em relação às literacias digitais, principalmente no que se refere ao Modelo dos Cinco Grupos de Literacias digitais.

A partir das cinco questões iniciais da pesquisa, acerca da idade, semestre, tempo de uso de computador, horas de uso da internet e aprendizado sobre uso de *softwares*, observou-se que 80% dos estudantes respondentes da pesquisa

²⁸ Roque Moraes; Maria do Carmo Galiuzzi. Análise textual discursiva. 2. ed. Editora Unijuí, 2011.

possuem idade superior a 20 anos, encontram-se nos semestres iniciais e intermediários do curso, cuja estrutura se dá em 8 semestres, nasceram entre os anos 2000 e 2001, utilizam computador com acesso à internet há mais de 7 anos. Além disso, 87% dos estudantes utilizam o computador com internet por mais de 6 horas semanais, e quase 83% dos estudantes aprenderam a utilizar *softwares* – como *Word*, *Adobe Reader*, editor de fotos, entre outros – em casa, de forma autônoma e por outros meios, não pela universidade e/ou escola. Apenas três estudantes, dos últimos semestres do curso de relações públicas, assinalaram ter aprendido a manusear *softwares* de comunicação/informação pelo ensino superior e/ou escola.

As outras cinco questões do questionário tratavam-se das literacias digitais, cada questão referente a um grupo de literacia apresentado pelo Modelo de Eshet-Alkalai (2004). Para estas questões, os estudantes tinham 4 opções de respostas, “sei fazer”, “sei fazer com dificuldade”, “não sei fazer” e “não sei o que é isso”.

A partir das respostas dos estudantes a cada uma das 5 questões, baseadas nas propostas de atividades de relações públicas para cada uma delas, pode-se observar que as habilidades fotovisual e de reprodução da informação são dominadas por mais de 80% dos estudantes respondentes, ainda que estes possuam algumas dificuldades. No entanto, os mesmos estudantes revelam que aprenderam a utilizar *softwares* em suas casas e não em espaços de ensino, como em instituições de ensino superior. Ainda assim, o fato de os estudantes adquirirem habilidades digitais fora do espaço acadêmico não anula a circunstância de aprendizagem possibilitada pela universidade, uma vez que são as leituras, análise e aprendizagens construídas neste espaço que facultam também o aprimoramento em diferentes níveis de domínio do conhecimento.

Embora as literacias de fotovisual e reprodução sejam dominantes quanto ao preparo acadêmico dos estudantes, os respondentes do questionário revelaram como principais habilidades digitais ao profissional de relações públicas: a literacia fotovisual, por meio do uso de ferramentas de comunicação (primeira atividade destacada pelos estudantes); a literacia socioemocional, que se refere à elaboração e comando de informações estratégicas (segundo atividade); e a literacia da

informação, isto é, a busca por informações que têm como base os dados (terceira atividade destacada).

As respostas ainda revelam que, embora os estudantes concordem acerca da importância destas últimas três literacias, a de informação, a socioemocional e a literacia ramificada, elas ainda preponderam como um déficit em relação ao preparo acadêmico destes estudantes, visto que mais da metade dos respondentes revelaram a falta de domínio acerca do uso da internet para a elaboração de um plano de comunicação completo e detalhado, a falta de habilidade para identificar elementos falsos de uma notícia, e a existência de dificuldades para criar e manter uma comunidade virtual na rede. Interessante observar que a maior parte dos respondentes que possuem dificuldade em relação às literacias de informação, socioemocional e ramificada, encontram-se no 4º e 6º semestres do curso.

A seguir, vê-se as enunciações dos estudantes de relações públicas sobre as duas últimas perguntas do questionário acerca das habilidades digitais mais importantes à profissão. Vinte e dois estudantes escreveram sobre suas percepções acerca das habilidades digitais mais importantes ao Relações públicas.

No que se refere às habilidades digitais fotovisuais, os estudantes enfatizam a necessidade de conhecimento acerca de ferramentas de comunicação para o exercício profissional no âmbito digital: "conhecimento das ferramentas digitais com olhar estratégico para cada uma", "saber o básico do pacote office, pacote adobe e edição de vídeo", "conhecimento básico de manipulação de imagem e referências de curso de design gráfico e UX", "dominar o uso dos aplicativos mais utilizados para a criação de slides e tabelas."

Os estudantes também destacam a importância de conhecimento sobre as literacias de reprodução, criando novos conteúdos por meio dos já existentes: "[...] desenvolver conteúdos relacionando a organização com seus públicos [...]" e "[...] ter uma boa escrita persuasiva".

Quanto à literacia da informação, ganha destaque pelos estudantes: "conhecer os públicos e assim construir um relacionamento eficaz", ou seja, buscar por informações interessantes e reais acerca do público, "[...] estar atento a Trends", e "[...] processamento de dados". Os estudantes também assinalam como habilidade ramificada – isto é, o pensamento hipermídia – a "direção de redes sociais".

Por fim, os acadêmicos de relações públicas revelam a necessidade de domínio acerca de: "criação de identidade visual [...]", "[...] um olhar crítico para estratégias para diferentes canais disponíveis no ambiente digital [...]", "compreender, elaborar e reestruturar (se necessário) métodos de comunicação eficientes e acessíveis no meio digital" e "[...] bom planejamento [...]". Nesse sentido, de acordo com os estudantes de relações públicas da UFSM/FW, as literacias socioemocionais revelam a maturidade dos profissionais em elaborar e comandar informações estratégicas.

De forma geral, em uma abordagem quantitativa, nota-se que as literacias digitais de maior interesse pelos futuros profissionais de relações públicas são fotovisual e socioemocional, destacadas 4 vezes pelos estudantes, seguida pela literacia da informação, enunciada por 3 vezes. As demais literacias, de reprodução e ramificada, são citadas apenas duas e uma vez, respectivamente.

Considerações finais

O avanço tecnológico e da própria internet exigiram do homem novas habilidades, como as de literacias digitais. Visto que a literacia digital se refere à capacidade de compreender e utilizar diferentes formatos e fontes de informação que sejam apresentados por meio de computadores (GILSTER, 1997), é importante que profissionais de comunicação como os das relações públicas dominem tais habilidades para participar da sociedade da informação, além de adquirir e transformar suas experiências por intermédio da apropriação de uma linguagem voltada ao digital.

A partir do objetivo deste estudo em compreender como os estudantes, que encontram-se entre o 4º e 7º semestre do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Santa Maria *campus* Frederico Westphalen (UFSM/FW), percebem seu preparo acadêmico em relação às literacias digitais, se pode notar, a partir da sua enunciação, que estes se consideram aptos a utilizar e dominar as habilidades digitais, embora apresentem *déficits* em relação a três grupos de literacias digitais – literacia da informação, ramificada e socioemocional – e domínio

maior com as literacias fotovisual e de reprodução. Os mesmos estudantes destacaram como importantes habilidades ao profissional de relações públicas as literacias fotovisual, de informação e socioemocional.

Outra observação é a de que estes estudantes apresentaram dúvidas em relação à terminologia das habilidades digitais (ou literacias digitais), visto que vários respondentes entenderam as “habilidades digitais” como competências bastante específicas da profissão, como “ser verdadeiro”, ou atividades muito genéricas, como “planejamento”, sem especificar o âmbito digital. Neste sentido, torna-se relevante que os docentes das disciplinas que possuem foco no digital apresentem ou retomem em sala de aula as definições e terminologias teóricas atribuídas às literacias digitais, além de desenvolverem atividades, principalmente práticas, acerca destas habilidades para estimular o preparo dos estudantes e os fazer perceber seus pontos fortes e fracos em relação às habilidades.

É sabido que o domínio da linguagem e a condição de existência do homem permite com que estes estudantes, futuros profissionais de relações públicas, participem plenamente da sociedade, de modo a adquirir, atualizar e aperfeiçoar sua linguagem midiática. Deste modo, faz-se necessário aos futuros relações públicas que possuam conhecimentos alinhados também às necessidades do local em que se inserem, e é papel da instituição de ensino superior promover espaços que gerem oportunidades para que o estudante saiba lidar com as transformações decorrentes do cenário digital – fato que comprovadamente é proposto no preparo dos estudantes do campus Frederico Westphalen da UFSM. Assim, é possível compreender que a experiência se transforma em sabedoria que leva o outro a refletir e agir, ou seja, a experiência transmite algum tipo de conhecimento.

Referências

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas. Vol. 1. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. Prefácio de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995 [2005].

BOABAID, Márcia Elisa Vanzin. Leitura dos PCNs/LP à luz da teoria da enunciação benvenistiana: dissimetria entre o texto e o leitor. *Tese UFRGS*. 2014.

BOTELHO-FRANCISCO, Rodrigo. Interatividade e literacias emergentes em contextos de inclusão digital: um estudo etnográfico no programa ACESSA-SP. *Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação)*. São Paulo: ECA-USP, 2014a. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-20052014-152952/pt-br.php>. Acesso em: 15 dez. 2021.

COSTA, José Joaquim Marques da. Literacia ou Literacias digitais? Uma Reflexão no Final da Primeira Década do Século XXI. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Coimbra, vol. Extra- Série, p.171-180, 2011.

ESHET-ALKALAI, Yoram. *Digital literacy: A Conceptual Framework for Survival skills in the Digital Era*. *Journal of Educational Multimedia and Hypermedia*, v. 13, n. 1, p. 93-106, 2004.

GILSTER, Paul. *Digital Literacy*. New York: Wiley Computer Publishing, 1997.

JOÃO AFONSO, Rodrigo Manuel. As competências de um Relações Públicas na Era Digital. *Dissertação (Mestrado em Gestão Estratégia das Relações Públicas)* – Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa. Lisboa, 2019.

KNOBEL, Michele; LANKSHEAR, Colin. *Digital Literacy and Digital Literacies: Policy, Pedagogy and Research Considerations for Education*. *Digital Kompetenz*, 113 vol. 1, p. 12-24, 2006. Disponível em: www.everydayliteracies.net/files/digital_kompetence_2006.pdf. Acesso em: 12 dez. 2021.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Linguistic and anthropology, structural anthropology*. New York: Basic Books, 1963.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. *Análise textual discursiva*. 2. ed. Editora Unijuí, 2011.

MORAES, Claudia Herte de. Apontamentos sobre o contexto do ensino superior. *Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB*. Brasília-DF, v.28. n.56 e 57, p. 13-29, jan./dez. 2006

MOURA, Cláudia Peixoto de. O ensino de graduação e de pós-graduação em relações públicas no Brasil. In: Kunsch M. M. Krohling (org.). *Relações Públicas: história, teorias, e estratégias nas organizações contemporâneas*. São Paulo: Saraiva, 2010.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes. Formação acadêmico-profissional em Relações Públicas: uma perspectiva contemporânea. In: KUNSCH, Margarida M. Krohling

(org.). *Ensino de Comunicação: qualidade na formação acadêmico-profissional*. São Paulo: ECAUSP: Intercom, 2010.

PASSARELLI, Brasilina. Literacias emergentes nas redes sociais: estado da arte e pesquisa qualitativa no Observatório da Cultura Digital. In: PASSARELLI, Brasilina; AZEVEDO, José (Orgs.). *Atores em rede: olhares luso-brasileiros*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010. p. 63-78.

POORE, Megan. *Digital literacy: Human flourishing and education in a new knowledge society*. 2009. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/meganpoore/digital-literacy-human-flourishing-and--a-knowledge-society>. Acesso em: 04 dez. 2021.

RHODEN, Valmor. O ensino superior de relações públicas: formação digital, práticas e desafios na UFSM. *Dissertação* (Mestrado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Porto Alegre, 2013.

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas; MILANI, Sebastião Elias. *O conceito de linguagem em Benveniste*. *Mediação*, Pires do Rio - GO, v. 10, n. 1, p.74-85, jan.-dez. 2015.

VERGILI, Rafael. Literacias digitais nos cursos de Graduação em Relações Públicas: disciplinas de tecnologia nas matrizes curriculares de universidades brasileiras. *Tese* (Doutorado) – Curso de Comunicação e Educação, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

WILSON, Carolyn, et al. *Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores* / Carolyn Wilson, Alton Grizzle, Ramon Tuazon, Kwame Akyempong e Chi- Kim Cheung. Brasília: UNESCO, UFTM, 2013. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002204/220418por.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

Capítulo 11

O texto-partitura e o texto-intérprete: a linguagem musical na arqueologia dos afetos



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-11>

Antônio José Vanzin Boabaid

Márcia Elisa Vanzin Boabaid

Palavras Iniciais

Nem sempre consigo nomear estas figuras do corpo, que são figuras musicais. Para fazê-lo é necessário um poder metafórico (como diria meu corpo senão em imagens?), que, por vezes me falta: o que quero dizer vibra em mim, mas não encontro a metáfora adequada. Na 5ª peça Kreisleriana de Schumann, tal episódio obceca-me, mas não consigo penetrar no segredo corporal: está inscrito em mim, mas não sei em que lugar: de que lado, em que região do corpo e da linguagem. Enquanto corpo (enquanto meu corpo), o texto musical está semeado de perdas: luto para encontrar uma linguagem, uma nominação: meu reino por uma palavra! Ah! Se eu soubesse escrever! A música seria aquilo que luta contra a escritura.

Roland Barthes.

Barthes¹ sugere a hibridização de dois corpos textuais – do texto musical e do texto-intérprete. Inspirados nas palavras do autor, nossa intenção é relacionar o texto-partitura, ainda pouco explorado nos estudos da linguagem, com o texto-intérprete, aqui entendido como a atuação do pianista. Esse movimento permite (re)compor o estatuto do texto, examinando o universo musical e também enunciativo a fim de interrogar como o texto-partitura pode fazer sentido para o

¹ BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso. Ensaios Críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

Outro (aquele que desconhece a linguagem musical). Questionamos: a partitura seria um texto? Seria o grão rumor expandido na escrita da partitura?

No texto *A arqueologia do saber*², Foucault pontua que é possível realizar descrições arqueológicas de saberes que não os científicos, como as artes, a literatura e a música. Desta forma, pensar na arqueologia do texto-partitura não remete a um método, mas ao lugar de onde falavam suas obras anteriores. Para contextualizar, Benjamin³ toma a arqueologia como "revirar escombros em busca da ressignificação" e sinaliza para o fato de que "um procedimento arqueológico recupera e organiza fragmentos a fim de estimular novos sentidos interpretativos". Alinhar essa ideia à noção de que os signos, no texto musical, portam, de maneira indissociável, rastros melódicos tal como uma trama singular de espaço e tempo, faz-se necessária. Essa concepção sugere olhar para o texto-partitura como um artefato que precisa ser esculpido, interpretado e executado a fim de materializar o sentido para o Outro, aquele que desconhece o traçado das notas, a harmonia e o sistema do texto, mas que, ao ouvir uma peça, evoca um sentido para aquela arqueologia musical e enunciativa.

Este estudo, ancorado na Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, especialmente na noção de linguagem, alinhada aos apontamentos de Roland Barthes, em especial ao estudo do texto musical, sugere retomar o conceito de memória a partir de Walter Benjamin. Esses teóricos permitirão compor interface entre o texto-partitura e o texto-intérprete a partir de enunciações singulares. Nesta perspectiva, é necessário encontrar um lugar de "fala" para o texto-partitura, da fala entendida como a "voz do instrumento" associada com o "falar" do corpo que interpreta e faz surgir a música, fusão do texto-partitura e do texto-intérprete.

Partimos da hipótese que a escrita e a concepção da obra musical estão influenciadas mutuamente, na medida em que exploram, da enunciação escrita, a composição do texto-partitura e da enunciação musical, a sonoridade do texto-intérprete. Nosso intuito, aqui, é provocar uma reflexão sobre a colaboração que os estudos enunciativos podem trazer às reflexões sobre a atuação do pianista,

² FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

³ BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2013.

enquanto condição, como diz Benveniste, de um homem tornar-se sujeito pelo seu dizer, e, para nós, no dizer-musical, na realização da performance do pianista que, ao executar o texto-partitura, desencadeia um rastro de melodia, ritmo, harmonia e interpretação, logo, de sentido. O texto-musical está diretamente relacionado com o texto-intérprete, ou seja, o corpo do pianista posiciona-se para a execução musical e isso exige mais do que a leitura de notas, arranjos melódicos, compassos, suscita um movimento de entrega.

Considerando o exposto, esse estudo está organizado em três momentos. No primeiro, apresentamos alguns apontamentos acerca da concepção de texto. Na sequência, no segundo, procedemos a uma reflexão sobre o texto-partitura e o texto-intérprete propondo a viabilidade de uma (re)significação do primeiro pelo segundo. E, por fim, no terceiro momento, delinearemos uma análise enunciativa do texto-partitura ressignificado pelo texto-intérprete, etapa em que focalizamos o estatuto do texto-partitura, aliado à memória musical.

1. A porosidade do texto escrito se funda na harmonia do texto musical

Sob certo aspecto, a vida de um texto escrito começa no dia em que ele fica pronto. Concluída a primeira etapa, considerando os cuidados do escritor, o bloco de frases não lhe pertence mais. Acreditamos que o mesmo processo acontece com a escrita da partitura; o compositor escolhe a nota, melodia, compõe a harmonia e esse texto musical não lhe pertence mais. É esse “descolamento” – autor/compositor/texto – que acontece com todos os textos linguísticos e não linguísticos.

Barthes⁴, na obra *O Prazer do Texto*, pontua que “o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma nas secreções construtivas de sua teia” e destaca que a partitura dá lugar à imagem do tecido. O texto, neste sentido, é este lugar no qual os diversos códigos são entrelaçados, enredando um todo ao mesmo tempo em que se fundam sentidos plurais.

⁴ BARTHES, R. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2013.p.74-75.

Segundo Barthes, a escritura⁵ não descreve unicamente o ato de escrever; escritura também não é a uma prática corporal ou individual; também não é uma experiência meramente formal restrita à linguagem escrita, mas um conjunto de práticas coletivas. Esta é a ideia que pretendemos apresentar, a escritura⁶ muito além da escrita, como em uma partitura em que o grão rumor se expande e começa a ganhar movimento desde a disposição do texto na página em branco.

Entendemos que o texto – esse artefato de escrita caracterizado por uma extrema reprodutibilidade – não é o único meio de significar uma obra musical, porque está associado à performance de um intérprete, aquele que faz o texto-partitura significar para o Outro. Em específico, neste estudo, focalizamos a atuação do pianista que lê o texto-partitura, interpreta-o e, num movimento singular e irrepitível, executa a melodia, ato que mobiliza o Outro. Para Benveniste⁷, “a linguagem é para o homem um meio, na verdade, o único meio de atingir o outro homem [...] a linguagem exige e pressupõe o outro.”. Assim, acreditamos que o texto-partitura dá vida ao texto musical por meio do intérprete que, antes disso, é somente um texto no papel, mas, a partir da enunciação do texto-partitura, provoca a composição do sentido e passa a significar para o Outro (o ouvinte).

Segundo Benveniste⁸, “a enunciação é colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” e acrescenta que é um acontecimento único e irrepitível sempre que o eu (locutor) assume a língua, dizendo-se eu e dirigindo-se a um tu – condição que é reversível, num determinado tempo e espaço. Na cena musical, o texto-partitura registra as orientações da peça e o pianista, em ato singular, dá vida ao texto musical.

⁵ Idem. *Aula*: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 1 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 1980.

⁶ O autor expõe a diferenciação de escrita e escritura. Destaca que a escritura é a escrita do escritor e propõe o uso indiferenciado de literatura, escritura ou texto (p. 78). Neste estudo, entendemos, assim como o autor, que a literatura musical escrita propõe ações, a possibilidade de construir um novo, para além do dizer, um além da linguagem – independente da língua e do estilo – por isso a opção pelo emprego do termo escritura.

⁷ BENVENISTE, É. Estrutura da Língua e estrutura da sociedade. In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989. p. 93.

⁸ BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989, p. 82.

De acordo com Knack⁹, o eu se apropria da língua e escreve, convertendo-a em um texto, localizado em um aqui-agora e se dirige a um tu – real ou imaginado, implícito ou explícito no texto. Esse alocutário, previsto no ato de escrita, pode ser um desdobramento do eu. Neste sentido, Benveniste¹⁰ destaca que se é possível ter um eu-ouvinte, então é possível ter um eu-leitor e esse eu-leitor pode fazer as vezes do tu. O autor assinala que tanto esse eu quanto esse tu podem estar explicitamente marcados por meio de índices específicos ou permanecer implícitos no texto. Isso quer dizer que esse tu da alocação (que não o eu-leitor) está ausente do momento em que o ato enunciativo da escrita se instaura e, ao deparar-se com o produto textual, precisa re-constituir o caminho traçado pelo eu (aquele que escreveu). E o tempo? Não é mais o tempo presente da escrita, o eu se atualiza e, a partir do conjunto único de circunstâncias que o provoca, assume seu sentido no exato instante em que finaliza seu traçado, esse eu se esvai, sua referência não é mais a mesma.

Importante registrar que na enunciação falada há predominantemente a relação eu-tu, uma vez que a enunciação de eu está na dependência da enunciação do outro e acontece em um determinado tempo e espaço. **Assim, o preenchimento de um lugar na estrutura enunciativa do discurso falado está na dependência do tu, acontece a partir e juntamente a esse tu, ao mesmo tempo em que se opera em disjunção ao tu, uma vez que o locutor integra o discurso do alocutário ao mesmo tempo em que retoma os elementos do discurso deste para constituir o seu.**

A noção de texto escrito, extraída da leitura de Benveniste, permite pensar como o resultado de um processo de produção intersubjetiva entre locutores situados em tempo e espaço distintos condensa o ato de enunciação e o produto deste. O texto escrito realiza a língua graficamente e não é um discurso síncrono, pois locutor e alocutário não partilham o tempo (agora) nem o espaço (aqui) da enunciação, peculiaridade que exige do alocutário, no ato de leitura, a re-constituição das referências constituídas pelo locutor no ato de escrita. Benveniste¹¹ pontua que

⁹ KNACK, Carolina. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. UFGRS, 2012. p.169.

¹⁰BENVENISTE, É. op. cit.p.81.

¹¹ Ibidem. p. 89.

"A língua funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura". Esse é um elemento importante: o texto-partitura possibilita ao texto-intérprete ativar a máquina de produzir sentido a cada performance.

No texto *Semiologia da Língua*, Benveniste considera

A "língua" musical consiste em combinações e sucessões de sons, diversamente articulados; a unidade elementar, o som, não é um signo; cada som é identificável na estrutura da escala da qual ele depende, não sendo dotado de significação. Eis o exemplo típico de unidades que não são signos, que não designam, sendo somente os graus de uma escala na qual se fixa arbitrariamente a extensão. Temos aqui um princípio discriminador: os sistemas fundados sobre unidades dividem-se entre sistemas com unidades significantes e sistemas com unidades não significantes. Na primeira categoria coloca-se a língua: na segunda, a música¹².

Qual é a significação do texto-partitura? E Benveniste¹³ assinala: "É a relação irreversível de interpretância, que inclui na língua outros sistemas", porque pode tudo categorizar. O referido autor, ao aproximar a fala da escrita, menciona: "Pode-se 'dizer a mesma coisa' pela fala e pela escrita, que são dois sistemas conversíveis um no outro, porque são do mesmo tipo. Não se pode 'dizer a mesma coisa' pela fala e pela música, que são dois sistemas de tipo diferentes"¹⁴. Neste momento, retoma a questão dos sistemas não linguísticos, analisando, com detalhe, como funciona e se organiza o sistema da música, **considerando o fato de o pianista pertencer a outro domínio – o dos símbolos musicais – e que, por meio da execução da peça, deixa em evidência a "voz da música" e como ela pode significar**. Neste processo, cuidadosamente aprecia a significância nos sistemas não linguísticos para que, na medida do possível, aconteça a significância na língua, por meio da compreensão (sistema linguístico). Benveniste aponta que "A língua é o único sistema em que a significação se articula assim em duas dimensões. Os outros sistemas têm

¹² BENVENISTE, É. *Semiologia da língua*.p.58-59 In: *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989. p. 43.

¹³ *Ibidem*. p.63.

¹⁴ BENVENISTE, É. *Últimas Aulas no Collège de France*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.p.110-111.

significância unidimensional: ou semiótica (gestos de cortesia, mudrês), sem semântica; ou semântica (expressão artística), sem semiótica"¹⁵. Na língua reside o privilégio de contemplar simultaneamente a significância dos signos e a significância da enunciação.

Certos sistemas semiológicos são fundados sobre sua ordem própria, por exemplo, a *música*, articulada por sons situados sobre certa escala e combinados em certas sequências. A música tem, além disso, esta particularidade de poder operar *combinações duplas, sobre dois eixos simultâneos*. Por um lado, os acordes das notas superpostas; por outro, sequências sintagmáticas. Porém, em todo caso, ela é intransponível e só responde por ela mesma. Cabe aos músicos dizer que os sons e suas combinações "representam" "¹⁶.

Fala e música pertencem a sistemas de base diferente. Trata-se do "PRINCÍPIO DE NÃO REDUNDÂNCIA entre sistemas"¹⁷ (BENVENISTE, 1989, p. 53), baseado na ideia de que o "homem não dispõe de vários sistemas distintos para a MESMA relação de significação [...] A relação semiótica entre sistemas enunciar-se-á então como uma relação entre SISTEMA INTERPRETANTE e SISTEMA INTERPRETADO".

Benveniste não considera que a música funcione pelo semiótico, já que sua unidade (o som) não é dotada de significação, por isso afirma que a língua é o único sistema de signos que funciona pelo semiótico e pelo semântico.

Benveniste não considera que a música funcione pelo semiótico, já que sua unidade (o som) não é dotada de significação, por isso afirma que a língua é o único sistema de signos que funciona pelo semiótico e pelo semântico.

A música é feita de SONS, os quais têm estatuto musical quando são designados e classificados como NOTAS. Não há em música unidades diretamente

¹⁵ BENVENISTE, É. Semiologia da língua.p.66. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989. p.43.

¹⁶ BENVENISTE, É. *Últimas Aulas no Collège de France*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.116. Grifos do autor.

¹⁷ Ibidem. p.53-54. (grifos do autor).

comparáveis aos "signos" da língua. Essas notas têm um quadro organizador, a GAMA, na qual elas entram a título de unidades discretas, descontínuas de uma à outra, em número fixo, cada uma caracterizada por um número constante de vibrações num tempo dado. As gamas compreendem as mesmas notas em alturas diferentes que são definidas por um número de vibrações em progressão geométrica, os intervalos permanecem os mesmos¹⁸.

Essa reflexão assinala que o texto musical não obedece a nenhuma gramática e tem uma sintaxe própria. Assinala que a "música é um sistema que funciona sobre dois eixos: o eixo das simultaneidades e o eixo das sequências"¹⁹. Em suma, é possível destacar que a música é considerada como uma "língua", uma língua que tem uma sintaxe, mas não uma semiótica. Assim, a língua é concebida enquanto interpretante da cultura e conseqüentemente, de todas as outras formas de linguagem. A decorrência disso é a concepção de que a música também dependa, necessariamente, da língua (linguagem verbal) para ser interpretada.

Benveniste, tanto no texto *Semiologia da língua* quanto em suas *Últimas aulas no Collège de France*, analisa o sistema da música. De acordo com a Aula 6, um sistema como outros que "são fundados sobre sua ordem própria". Mostra, ainda, que a música é "articulada por sons situados sobre certa escala e combinados em certas sequências", podendo "operar combinações duplas, sobre dois eixos simultâneos"²⁰. É, devido a essa particularidade, "intransponível e só responde por ela mesma"²¹, cabendo "aos músicos dizer o que os sons e suas combinações "representam" ". A língua não interpreta a música? Parece que não, o que talvez explique o "em princípio" da passagem: "a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive ela mesma"²².

Barthes, ao reconhecer o valor da música bem como a força metafórica por ela empreendida registra que "o espaço do texto (legível) é perfeitamente comparável

¹⁸ Idem. p.55. (grifos do autor).

¹⁹ Idem.

²⁰ BENVENISTE, É. *Últimas Aulas no Collège de France*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p.116. Grifos do autor.

²¹ Idem.p.116.

²² BENVENISTE, É. *Semiologia da língua*. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989.p .43. grifos nossos.

a uma partitura²³ musical (clássica)"²⁴, apontando que um texto se compõe por códigos de sentidos independentes que se engendram no texto como um todo. Aqui, focaliza a ideia da partitura. A leitura de uma peça musical, neste sentido, vai além da decifração do código registrado no texto-partitura, porque não basta ao intérprete decifrar horizontal e verticalmente os signos (notas certas nos tempos certos, pausas, dinâmicas...) de forma isolada, mas cabe a ele registrar também a arte interpretativa de dar sentido à peça decifrada. Essa tarefa focaliza para além da passagem de um sistema escrito para um sistema significante, **pois cabe ao intérprete extrair o significado do que lê e não transformar um sistema em outro, mas identificar e antecipar os motivos, as sílabas, as frases e o encadeamento em uma sequência musical**. A partir do exposto, é possível pensar no texto-partitura como oposição ao texto escrito? Aquele texto que parece pronto, acabado, o texto escrevível – eternamente inacabado, inesgotável, que convida o leitor à reescritura, que faz do leitor não mais um consumidor, mas um produtor do texto?²⁵. Esse será o enfoque da próxima seção.

2. O texto-intérprete se apropria do texto-partitura

A música seria aquilo que luta contra a escritura.

Roland Barthes

Neste eixo, retomamos a inquietação inicial: o que faz o texto-partitura significar? E Benveniste responde: assimilar a execução de uma composição musical à produção de um enunciado de língua, e continua "poder-se-á falar de um 'discurso' musical"²⁶. Ao focalizar o discurso musical, visto como apropriação da língua eu,

²³ Se pensarmos no modo de organização de uma partitura, pode-se perceber muito claramente como cada instrumento toca uma composição completamente diferente dos demais, tendo cada um o seu sentido próprio, ao mesmo tempo em que, no todo, eles são capazes de formar uma música, uma estruturação em que cada instrumento é tomado a partir de sua adequação a uma totalidade significativa. É como se cada código fosse um instrumento na composição de uma música. Pode-se dizer que os semas, os códigos culturais e os símbolos são análogos ao papel que os metais e percussões desempenham em uma orquestra.

²⁴ BARTHES, S/Z. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.61.

²⁵ Idem. p.38.

²⁶ BENVENISTE, É. Semiologia da língua. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989, p. 43. (grifos nossos).

cabe aqui retornar ao conceito de escritura cunhado por Barthes em *O grau zero da escritura*, quando assinala que “a noção de escritura é da ordem da enuncia”. A realidade da escritura é ambígua: por um lado nasce da confrontação do escritor com a sociedade e, por outro, remete-o às fontes instrumentais de sua criação. Por isso ela está amarrada a dois objetivos aparentemente contraditórios: voltar-se para o mundo e voltar-se para si mesma. E, neste voltar-se, a escritura, ao ser produzida pelo sujeito, o afeta simultaneamente com todas as suas inflexões, o mesmo processo ocorre com o pianista no piano. Ao interpretar o texto-partitura, se vê afetado pela performance do texto-intérprete, que ressignifica o primeiro.

A performance musical permite ao intérprete, independente da atividade do compositor, liberdade para criar. Cardew²⁷ assinala que “a partitura em si é uma pauta vazia na qual o performer experiente poderá escrever [sua música]”. De um lado, o compositor passa a transcrever na partitura indicações para que o intérprete imprima uma realidade sonora singular. Como exemplo de compositores que acreditavam ser a obra melhor interpretada se seguissem as informações dadas pelo texto escrito, podemos citar Franz Liszt, Schoenberg e Stravinsky²⁸.

Esse aspecto é extremamente relevante na linguagem musical, pois permite a visualização do fenômeno sonoro, uma vez que não é a representação direta do acontecimento musical. A partitura constitui uma transcrição gráfica dos dados imaginados, na qual o som e o tempo estão imobilizados. Se tomarmos como referência o signo visual, muitas leituras são possíveis e o intérprete pode reconstituir enunciações anteriores.

Neste formato, o intérprete tem a possibilidade de criar. É neste espaço que o texto-intérprete acontece, pois o pianista é leitor do texto na primeira enunciação e produz, na segunda enunciação, um modo de notação singular a cada execução. Assim, o texto-partitura não se reduz à partitura (fora do uso) nem à execução, tão somente. O modo de tocar, a performance do pianista cria novas relações enunciativas que congregam o conteúdo do texto-partitura e a ressignificação do texto-intérprete.

²⁷ CARDEW, C. *Teatrise handbook*: including Bun no. 2 [and] Volo solo. Edition Peters, 1971.

²⁸ BOSSEUR, Jean-Yves. *Du son au signe*: histoire de La notation musicale. Editions Alternatives, 2005. p. 76-83.

Desta forma, há uma aproximação entre a leitura/análise do texto-partitura e a leitura/execução do texto-intérprete. Esse movimento constrói outro texto que não é a versão do primeiro (texto-partitura), mas se converte na releitura do texto anterior com a irrepetibilidade da enunciação. O texto-intérprete seria, então, o encontro do texto-partitura com a notação performativa da singularidade do intérprete em cada movimento, único.

É possível verificar dois momentos enunciativos. O primeiro, realizado pelo compositor, o segundo, tendo como protagonista o intérprete que associa a leitura singular do escrito na partitura e atualiza na execução. Neste formato, escrever e tocar não são uma relação linear, estável, limitante. Ao contrário, são explosões criativas. Toda a arte do texto-intérprete consiste em interpretar (para os outros ouvirem) e em escutar-se (procurando a perfeição do toque).

Assim, o texto-partitura se constitui na transcrição dos dados imaginados, então o som e o tempo são imobilizados. A partitura propõe uma abordagem técnica, tanto do ponto de vista material e da forma musical quanto ao modo de execução, sempre singular. É padronizada, dispõe de símbolos próprios (notas musicais, marcação de dinâmica, articulação...) que se associam a sons. Assim, observar o registro escrito do texto musical²⁹ implica estabelecer relações em que o ato de singularização, responsável pela enunciação, desencadeia a (re)composição do sentido.

Na composição do texto-partitura, a pauta musical (ou pentagrama) é o local onde escrevemos a notação musical. Formada basicamente por 5 linhas e 4 espaços, é na pauta que os símbolos musicais são colocados para, posteriormente, serem interpretados. Então, podemos perceber que há, por exemplo, uma organização

²⁹ MARTIN, Robert L. (1993). *Musical Works in the Words of performers and Listeners*In: *The Interpretation of Music*, (Ed. Michael Krausz), Oxford: Clarendon Press. Segundo o autor, obra musical tem como base: 1- a composição, o **acto** de criação do autor, primeiro momento de existência da obra; 2- a percepção do ouvinte, apresentando-se a obra musical, então, na forma de música; 3- o testemunho do seu suporte (notação, gravação, esquema, a memória de uma audição), sendo então a sua percepção feita através do estudo desse suporte. A obra musical pode definir-se como o produto de **atividades** psíquicas e físicas de um músico – o compositor – que terminam logo após a sua notação ou execução imediata. A partir deste momento de criação adquire um carácter virtual. A obra musical realiza-se, **actualiza**-se, nas suas diversas execuções e audições transformando-se então em música. Mas até ocorrer essa transformação, a obra musical não é música, não é uma coisa real com propriedades determinadas independentemente da sua percepção, mas algo virtual e intencional.

textual e uma sequência, ou seja, há um processo enunciativo articulado e que se relaciona aos processos anteriores. Há o compositor, o texto e o sentido. Neste processo, entendemos que, se há uma singularidade na composição do texto-partitura, há também singularidade na execução e na recepção. Apesar de ressaltar a percepção como um ato também singular, é possível relacionar à presença do tu, do alocutário instaurado pelo locutor na enunciação. Mas não seria a interpretação também um ato enunciativo, com um eu distinto do eu da escritura?

No *Grão da voz*³⁰, Barthes, a partir do exemplo da música cantada, a voz, como instrumento comum do canto e da linguagem, registra como uma interpretação da música é possível sem recorrer ao uso do adjetivo, da linguística. Assim, propõe outra forma de olhar para o objeto musical e sinaliza para a necessária aproximação entre a música e a linguagem. O termo "grão", para nós, pode estar associado ao corpo, na voz: como esse corpo canta, como os membros corporais executam a música, por exemplo. É assim que o texto-partitura traduz o rumor do sentido que nasce desde a disposição do texto na página em branco, por isso o grão não é apenas um tom da voz, mas também palavra e música, significado e significante, linguagem e corpo. É esse entrelaçamento que possibilita uma interpretação total e não somente linguística do texto musical.

Se pensarmos no modo de organização de uma partitura em uma orquestra, é possível perceber muito claramente como cada instrumento toca uma voz³¹ completamente diferente dos demais, tendo cada um o seu sentido próprio, ao mesmo tempo em que, no todo, eles são capazes de formar uma música, uma estruturação em que cada instrumento é tomado a partir de sua adequação a uma totalidade significativa. É como se cada código³² fosse um instrumento na composição de uma música.

A partitura imobiliza som e tempo por meio da transcrição gráfica de dados imaginados. A execução da peça torna possível ao intérprete percorrer caminho

³⁰ BARTHES, R. *O grão da voz*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

³¹ A noção de voz aqui deve ser entendida como a "voz" individual de cada instrumento, diferente em sua singularidade, mas imprescindível na funcionalidade de uma orquestra.

³² Barthes cita o código hermenêutico (inaugura um sistema de significações próprio para aquela narrativa, que não pode ser resumido ou agrupado nas demais esferas das pequenas ações) e proairético (reserva a linha condutora dos comportamentos e ações dos personagens em uma narrativa). Para aprofundar, ler S/Z. 1992. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

inverso ao sugerido pelo compositor, pois a cada execução pode reconstruir, considerando a notação musical, as enunciações anteriores. Desta forma, nos dois momentos enunciativos, no primeiro em que o compositor registra a obra no texto-partitura e o segundo, quando acontece a execução da peça pelo intérprete que dará vida sonora ao texto escrito. Necessário destacar que o texto-partitura carrega indicações do modo de leitura e execução, ou seja, é uma orientação para o intérprete.

Benjamin dialoga com a ideia de que todo o movimento de comunicação passa pela linguagem, porque “Não há, portanto, nenhuma formação de linguagem, obra literária ou filosófica, que não seja trespassada pela história, em particular, pela história de sua transmissão [...] uma história humana verdadeira que não seja objeto de reelaboração e transformação pela linguagem”³³. Essa constatação permite pensar no papel da memória na execução do texto musical, daquele texto que, para ser executado, precisa ser ouvido, que no silêncio observador, joga para o Outro (ouvinte) a oportunidade de falar e ser ouvido. Seria a memória uma prática individual na execução de um texto-partitura? Veremos isso na próxima seção.

3. O estatuto do texto-partitura

Não há nos estudos sobre a linguagem, um único modo de tratar da música enquanto linguagem não verbal. Há uma perspectiva de estudos, como sugerida por Benveniste, para a qual a língua é concebida enquanto interpretante da cultura e, conseqüentemente, de todas as outras formas de linguagem. A decorrência disso é a concepção de que a música também dependa, necessariamente, da língua (linguagem verbal) para ser interpretado.

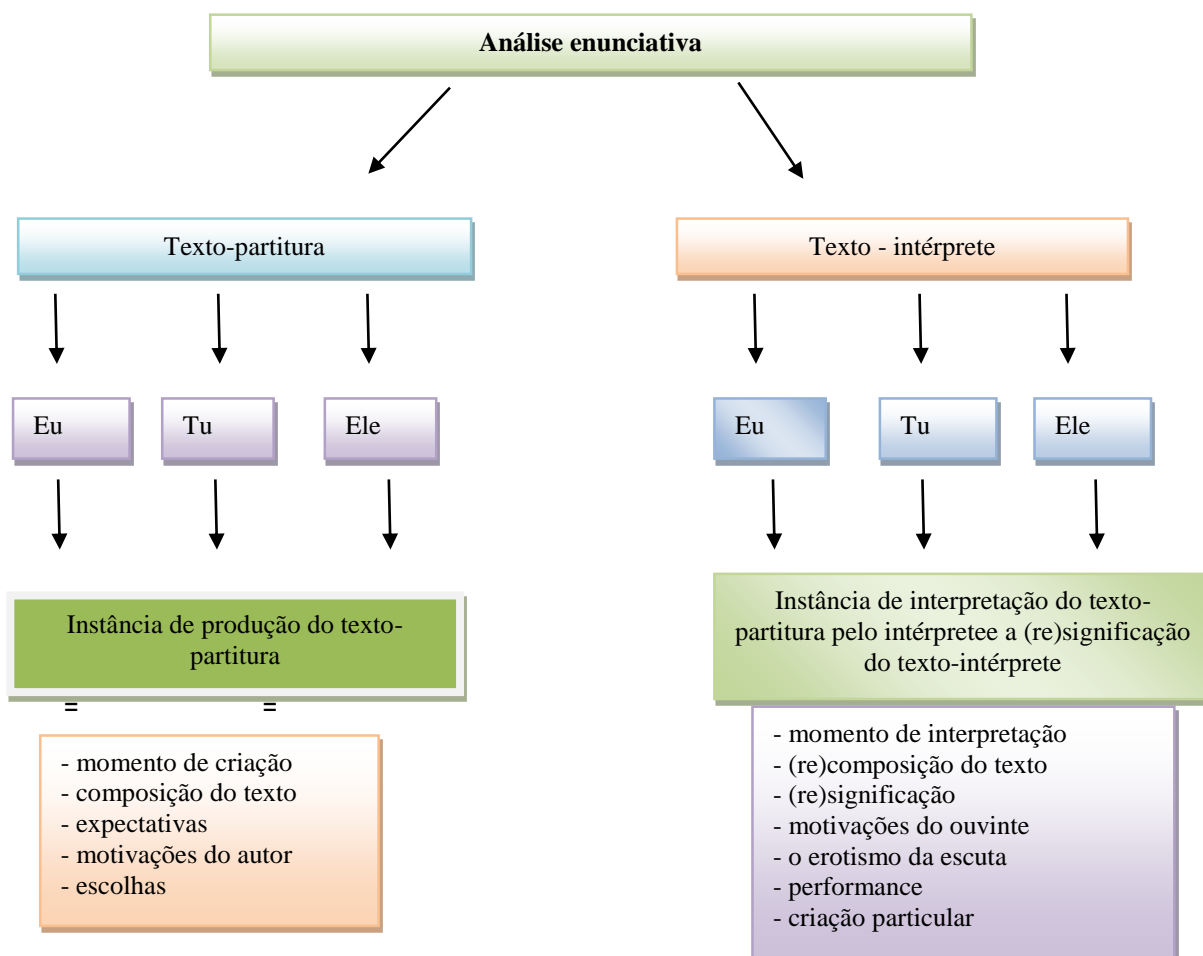
Para nós, a linguagem que se aprende contempla várias outras linguagens: a língua, a musicalidade, os gestos, a linguagem das formas, das pausas e também dos silêncios. Intrínsecos a estas linguagens estão os sentidos. É possível registrar que a linguagem são sentidos: sentidos que não nos dizem tudo, que não são transparentes,

³³ BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2013.

sentidos a ressignificar e aprender. E, dentre estes sentidos possíveis, alguns significam apenas na linguagem musical.

Assim, é o momento da enunciação que permite (re)conhecer a singularidade do corpo (texto-partitura) e dos corpos (do pianista, dos outros...), além de implantar, a cada interpretação, um quadro enunciativo (eu-tu-aqui-agora) irrepitível. Isso porque o compositor transcreve na partitura, por meio de uma combinação de símbolos, um construto musical. É o intérprete que produz, por meio do piano, a realidade sonora. Então, para cada atuação há performance diferente, uma vez que o momento da enunciação é irrepitível. Convém destacar que na peça musical geralmente há indicações para execução, mas são orientações tecidas no texto escrito, ao transpor para o sonoro o intérprete pode (re)significar a obra, elaborando um novo quadro de realização. Neste formato, as notas são dispostas à vontade na partitura, mas é na relação com outras notas que elas se organizam e assumem a significação.

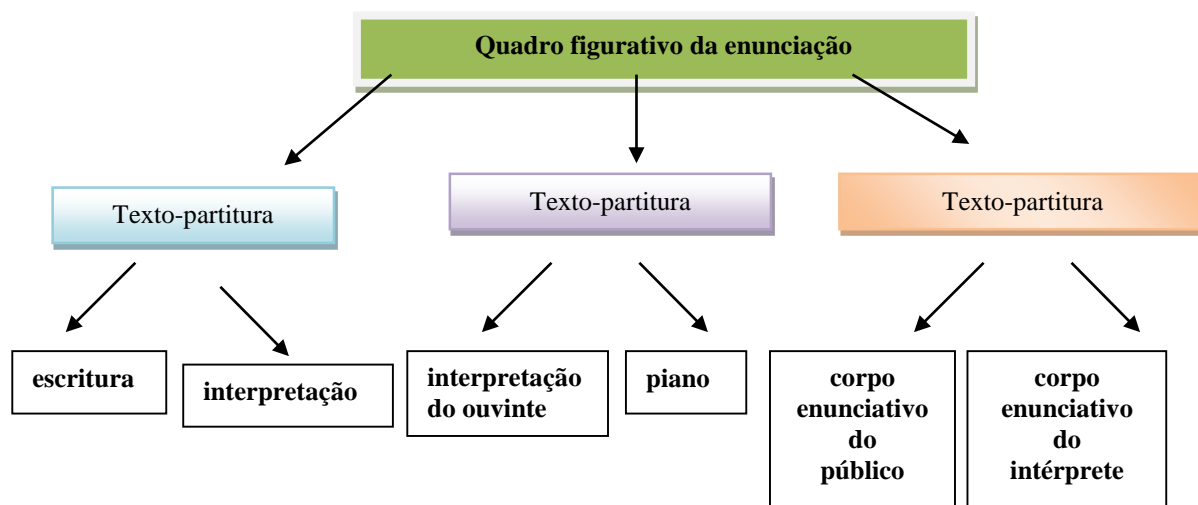
Vejamos:



Não há nos estudos sobre a linguagem, um único modo de tratar da música enquanto linguagem não verbal. Há uma perspectiva de estudos, como sugerida por Benveniste, para a qual a língua é concebida enquanto interpretante da cultura e, conseqüentemente, de todas as outras formas de linguagem. A decorrência disso é a concepção de que a música também dependa, necessariamente, da língua (linguagem verbal) para ser interpretado.

Para nós, a linguagem que se aprende contempla várias outras linguagens: a língua, a musicalidade, os gestos, a linguagem das formas, das pausas e também dos silêncios. Intrínsecos a estas linguagens estão os sentidos. É possível registrar que a linguagem são sentidos: sentidos que não nos dizem tudo, que não são transparentes, sentidos a ressignificar e aprender. E, dentre estes sentidos possíveis, alguns significam apenas na linguagem musical.

Assim, é o momento da enunciação que permite (re)conhecer a singularidade do corpo (texto-partitura) e dos corpos (do pianista, dos outros...), além de implantar, a cada interpretação, um quadro enunciativo (eu-tu-aqui-agora) irrepitível. Isso porque o compositor transcreve na partitura, por meio de uma combinação de símbolos, um construto musical. É o intérprete que produz, por meio do piano, a realidade sonora. Então, para cada atuação há performance diferente, uma vez que o momento da enunciação é irrepitível. Convém destacar que na peça musical geralmente há indicações para execução, mas são orientações tecidas no texto escrito, ao transpor para o sonoro o intérprete pode (re)significar a obra, elaborando um novo quadro de realização. Neste formato, as notas são dispostas à vontade na partitura, mas é na relação com outras notas que elas se organizam e assumem a significação.



Considerações Finais

O fato de o pianista, por meio do piano e da escritura, entendida como enunciação, serem tocados/realizados no presente, conjuga o envolvimento do corpo que o pratica e o atualiza por um ato individual de utilização de um corpo anterior, ou seja, o texto-partitura permite pensá-lo como singularidade, na medida em que se ressignifica infundável e irrepetivelmente.

Se a escritura, ao ser articulada pelo sujeito-autor, afeta todas as sensações, assim também ocorre com o pianista ao tocar, pois escrever e tocar são ações sempre únicas e irrepetíveis. O indizível e o irrepetível na/da língua colocam-nos neste lugar: de sujeitos que procuram, no discurso, uma possibilidade de se dizer, de se (re)significar. A gênese do texto-partitura, compõe o processo de enunciação, cuja sincronia faz o texto-intérprete e estabelece o sentido. Desta forma, o texto deve ser olhado como um todo de sentido, tomando-se a orientação composicional do texto-partitura e a ressignificação, a cada enunciação do texto-intérprete.

A relação entre partitura e intérprete é semelhante à língua escrita e oral. O texto escrito pode ser, também, tão impreciso como o registro da partitura de um texto musical. A partitura não é um texto sonoro, é visual, mas representa um objeto sonoro (tem altura, duração, timbre, intensidade), contudo, não consegue delimitar a atuação do intérprete que poderá incursionar livremente entre as notações do texto.

Benveniste³⁴, assinala que "... a linguagem serve para viver", é esse viver que aproxima linguagem e música, é um processo de troca que remete à experiência humana na linguagem, em cada apropriação, a cada reivenção, visto que o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o "agora", ou seja, de nenhum outro meio de experienciar-se vivendo na linguagem senão "pela inserção do discurso no mundo"³⁵.

Então, se é possível escrever a leitura³⁶, é possível "escrever o som". Nunca lhe aconteceu, ao assistir a execução de uma peça musical ao piano, olhar para a mão do pianista, contar o deslizar das mãos nas teclas, o embaralhado das mãos e apreciar? É essa interpretação da performance do pianista que nos faz cúmplices, primeiro por apreciar o prazer da execução e porque, em certa medida, nos permite interrogar o que ouvimos, como ouvimos, tentando compor significações para isso. A enunciação do intérprete é tomada de sentido, mas se pensarmos na escolha de um movimento e não outro, seremos, como pontua Barthes "irrespeitosos" porque cortamos o texto, o fio primeiro do compositor, a enunciação "do som". A enunciação do texto-partitura se (re) significa na enunciação do texto-intérprete, isso porque executar o texto-partitura ao piano vai muito além das formas simbólicas, ultrapassa os limites da decodificação livre, uma vez que "ler" a enunciação do som é " fazer o corpo trabalhar" ao apelo das notas e de todas as linguagens que atravessam o encontro do texto-partitura com do texto-intérprete em uma nova enunciação, logo, em um novo texto.

Referências

BARTHES, R. *Aula*: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 1 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 1980.

BARTHES, R. *O grão da voz*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

³⁴ BENVENISTE, Émile. Forma e sentido na linguagem. In: *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989. p. 222.

³⁵ Idem. p.85.

³⁶ BARTHES, R. *Aula*: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 1 de janeiro de 1977. São Paulo: Cultrix, 1980. p. 26.

BARTHES, R. *O óbvio e o obtuso. Ensaíos Críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BARTHES, R. *O prazer do texto*. São Paulo: Perspectiva, 2013.p.74-

BARTHES, . *S/Z*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2013.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas, Pontes, 1989.

BENVENISTE, É. *Últimas Aulas no Collège de France*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BOSSEUR, Jean-Yves. *Du son au signe: histoire de La notation musicale*. Editions Alternatives, 2005.

CARDEW, C. *Teatrise handbook: including Bun no. 2 [and] Volo solo*. Edition Peters, 1971.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

KNACK, Carolina. *Texto e enunciação: as modalidades falada e escrita como instâncias de investigação*. UFRGS, 2012.

Capítulo 12

Memória e Experiência: encaixotar e desencaixotar as pregas da leitura



<https://doi.org/10.36592/9786554600293-12>

Márcia Elisa Vanzin Boabaid

Palavras Iniciais

A experiência veio a mim primeiramente por meio dos livros. Mais tarde, quando me deparava com algum acontecimento, circunstância ou tipo semelhante àquele sobre o qual havia lido, isso me causava o sentimento um tanto surpreendente, mas desapontador de déjà vu, porque imaginava que aquilo que estava acontecendo agora já havia me acontecido em palavras, já havia sido nomeado.¹

Eis aqui a leitura, faz-se aqui um leitor. Ler é o começo dos começos. Manguel, no trecho que escolho como epígrafe, enfatiza a presença da palavra como intérprete dos acontecimentos e uma forma de experienciar o mundo. É somente por meio da linguagem que atingimos o Outro, pois não há relação direta entre homem e mundo nem entre homem e homem. Sobre isso, Benveniste destaca que “Aquele que fala faz renascer pelo seu discurso o acontecimento e a sua experiência do acontecimento. Aquele que o ouve apreende primeiro o discurso e através desse discurso, o acontecimento reproduzido”². Esse movimento singular nos habilita a conhecer o mundo e, por consequência, autoriza nosso ingresso nele.

Neste estudo, partimos da premissa de que ler é observar a leitura em perspectiva e estimular a leitura-entrega, porque é da articulação destes dois elementos que as conexões dos saberes armazenados acontecem, fato que

¹ MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.7.

² BENVENISTE, É. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p.19.

possibilita a composição de outras leituras. Esse movimento nada mais é do que a tessitura de uma rede de memórias atravessada por linhas escritas e que, juntas, moldam um conjunto de referências denominado sabedoria da vida que, conforme Bortolini³, é [...] “um conjunto de referência e valores comuns capazes de serem transmitidos de geração em geração”, simbolizando uma experiência que é inerente ao homem *na* e *pela* linguagem.

A concepção de que a linguagem tem como função “dizer alguma coisa” deriva de Benveniste⁴, trata-se do exercício da linguagem de um homem na relação com outro homem. Se o homem é constituído *na* e *pela* linguagem, a leitura é também um meio para expressar a passagem que o homem opera para tornar-se sujeito de seu discurso. Em vista dessa condição, o homem está na língua e encontra na linguagem a capacidade de simbolizar.

Nesta perspectiva, em Benveniste, empregar a palavra “é a chave da relação humana”⁵, ao possibilitar que os sujeitos se configurem *na* e *pela* linguagem, pois, ao construir uma posição enunciativa, automaticamente se instala uma relação de interpretância que, em grande medida, modifica a nossa forma de estar no mundo, de definir a relação do homem consigo mesmo e com o Outro. Assim, é pela força das palavras que diminuimos a distância entre nós e as coisas do mundo. É na linguagem que se dá o encontro do homem com o mundo e, portanto, a própria noção de experiência. Logo, a experiência, ao se manifestar na linguagem, necessita ser interpretada para ser compreendida, pois quando acaba a linguagem começa não o indizível, mas a matéria da palavra.

“Se bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver”⁶ é porque o processo de troca é o que remete a experiência humana da linguagem a cada discurso. Viver na linguagem envolve diferentes movimentos da linguagem humana. A leitura é um deles, como destaca Flaubert⁷ “Ler para viver”. Além disso, a leitura articula “modos de ler e dizer” entre o homem e o livro. Se indagássemos

³ BORTOLINI, B. Walter Benjamin e a categoria de experiência (Erfahrung). Passo Fundo: Daniel Confortin, 2020. p. 8.

⁴ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p.19. p. 8.

⁵ Ibidem. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.24.

⁶ Idem. p.222.

⁷ FLAUBERT, G. *Ler para viver. Carta a Mlle. de Chantepie*, junho de 1857.

como a leitura acontece na nossa vida ou como o livro está inserido nela, seguramente teríamos multiplicidade de respostas, uma vez que não há uma maneira, mas maneiras. Ler não tem enfoque intransitivo, implica ler a escrita do outro, transcende a ideia de “pegar” um livro.

Esta reflexão foi motivada por leituras: a primeira, um ensaio escrito por Walter Benjamin⁸, *Desempacotando minha biblioteca*, de 1987. Neste escrito, o autor narra a experiência de desencaixotar a sua biblioteca, tarefa que o convoca a refletir sobre sua relação com os livros pelas lentes de um colecionador “com seus pertences”⁹. A segunda, *Encaixotando minha biblioteca: uma elegia e dez divagações*, de Alberto Manguel, de 2021¹⁰. Neste texto, o escritor faz uma operação inversa a Benjamin, compõe uma espécie de ode ao livro e sugere, ao olhar as estantes vazias, certa ameaça de esquecimento. Essa cena permite intensificar a ideia de que a biblioteca continua a existir na mente do leitor, no poder da palavra, nas associações e na memória de que os livros, mesmo encaixotados, desencadeiam. Isso permite a reconfiguração do livro não apenas em seu conteúdo, mas na forma e no sentido. A escolha destas obras justifica-se pela relevante temática da leitura e o destaque para o **objeto livro**, uma vez que a trajetória dos personagens é permeada pelas reflexões que a leitura do livro provoca.

Com inspiração em Émile Benveniste e Walter Benjamin, buscamos responder à seguinte questão: como a leitura contribui na formação da nossa biblioteca interior? A ideia de biblioteca interior remete ao eu-sujeito, aquele construído pelas camadas de leitura, formado a partir do eu-locutor – via de transformação nos mais variados contextos e em ato de ler, tornando-se experiência para leitores com diferentes vivências. A biblioteca interior nasce da compreensão de que enunciar é, segundo Benveniste¹¹, inserir um discurso no mundo do homem, ou seja, instaurar um lugar de significação *na e pela* linguagem, o que, de acordo com Benveniste,

⁸ BENJAMIN, W. *Desempacotando minha biblioteca: um discurso sobre o colecionador*. In: Obras Escolhidas vol 2, Rua de Mão Única, São Paulo: Brasil.p.227.

⁹ Idem. p.227.

¹⁰ MANGUEL, A. *Encaixotando minha biblioteca: uma elegia e dez digressões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

¹¹ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.21.

acontece na atualização da língua em discurso, lugar de passagem de locutor a sujeito.

A fundamentação teórica em Benveniste permite construir a relação do homem com a leitura constituído *na e pela* linguagem, aproximando dos conceitos de memória e experiência propostos por Benjamin, ao considerarmos a experiência humana na passagem de locutor a sujeito da enunciação. No interior desta investigação, duas lições parecem surgir: a primeira, convida o leitor a ler, o locutor a ler-se e o sujeito a constituir-se, ou seja, aponta para a tríade homem, linguagem e significação. A segunda, compreende a leitura como provocadora de leituras, ou seja, no movimento contínuo do leitor em encaixotar leituras e desencaixotar a memória do lido que, segundo Benjamin, faz refletir acerca dos privilégios e das responsabilidades de um leitor. Aliando as duas lições, organizamos o texto em três seções. Na primeira, referenciamos, com base em Benveniste, a linguagem como o "lugar" da experiência humana por natureza; na segunda, explicitamos as noções basilares dos conceitos de experiência e memória em Benjamin, a fim de compreender a travessia da leitura "em" e "na" linguagem e, na terceira, refletimos sobre os mo(vi)mentos enunciativos no (ex)orbitar da leitura.

1 A linguagem é o lócus da experiência humana

Benveniste permite pensar a leitura como uma possível forma complexa do discurso, porque o locutor mobiliza a língua para engendrar sentidos, ressignifica sua própria língua, cria modos singulares para "dizer" e "estar" na própria língua. Em entrevista concedida a Guy Damur, intitulada *Esta linguagem que faz história* destaca o interesse da linguagem poética para a linguística¹². Pensar a leitura, nesta perspectiva, exige outra forma de ler, aquela que, alinhada ao aparelho formal da enunciação, aponta para a experiência, pois está relacionada diretamente ao homem que "na e pela linguagem [...] se constitui como sujeito"¹³.

¹² BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.37.

¹³ *Ibidem*. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p. 286.

Flores pontua que a expressão *o homem na língua* unifica da Teoria da Enunciação de Benveniste, porque sinaliza para o antropológico, para o homem e sempre problematiza o humano. Há uma antropologia da enunciação que permite pensar que esse saber sobre o homem advém do fato de o homem falar, quer dizer, do dizer do homem acerca da presença da língua nele¹⁴. Logo, o homem só é homem porque é dotado de linguagem e a linguagem só é linguagem porque é falada pelo homem. Assim, a linguagem é o lugar da emergência do sujeito, que se constitui como *eu* no seu discurso e, ao fazê-lo, instaura um *tu* diante de si. Em Benveniste¹⁵, lê-se: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*”o que mostra a noção de pessoa como fundamento da subjetividade, da “capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’”¹⁶.

Se a constituição do homem em sujeito é assegurada pelo locutor, esse precisa antes tornar a língua própria de si, designando-se como *eu* e “se faz *presente* pelo que torna, ou não, aparente em seu discurso”¹⁷. Apesar de mostrar-se na forma *eu*, esse sujeito não é apenas linguístico, é um sujeito de linguagem, que tem existência também fora dela porque “A instalação da ‘subjetividade’ na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria de pessoa”¹⁸. Assim, Benveniste¹⁹ toma as categorias de pessoa e tempo como fundamentais do discurso **porque** reveladoras da “experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam *na e pela* linguagem”. Se, como pontua Benveniste em *O aparelho formal da enunciação*, a condição de emprego da língua para a expressão de certa relação com o mundo é a necessidade de referir pelo discurso e, para o Outro, a possibilidade de co-referir identicamente pelo discurso, no consenso pragmático que faz cada locutor um co-locutor²⁰, podemos conceber a leitura como uma co-referência que é também uma referência. Neste sentido, “pelo princípio da intersubjetividade, o locutor, ao enunciar, faz sua passagem a sujeito e, dessa

¹⁴ FLORES, V., N. *Problemas Gerais de Linguística*. Petrópolis. Vozes, 2020.

¹⁵ *Ibidem*. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p. 286. (grifos do autor).

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ FLORES, V., N. *Problemas Gerais de Linguística*. Petrópolis. Vozes, 2020. p. 107.

¹⁸ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p. 290.

¹⁹ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 68.

²⁰ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989, p. 84.

maneira, constitui-se em uma posição na linguagem, ocupando o lugar de enunciação"²¹.

Na instância de leitura, o *tu* leitor se apropria do texto assumindo a posição de *eu* e ao (re)constituir certo sentido instala suas impressões de leitura *no* e *para* o Outro (*tu*). Essa troca enunciativa é reconfigurada linguisticamente por meio das categorias de tempo, espaço e pessoa. O locutor, ao "colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização"²², instala uma singular cena enunciativa e aponta as múltiplas possibilidades de homem na língua, aproximando diferentes saberes e interações. Esse movimento instaura a experiência do conhecimento no locutor, que (re)atualiza suas leituras, inaugurando outra cena enunciativa (re)significada *no* e *pelo* discurso do *sujeito-leitor*. Em outra citação, assinala que "na prática cotidiana o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma 'coisa' que trocaríamos"²³, intensificando o papel da palavra e esse fato aponta para o que há de "interno" ao homem e que pela troca tem acesso ao que está 'fora' dele. Acreditamos que a leitura seja a troca, bem como o acesso.

Em Benveniste, o ato enunciativo consiste na relação com outro homem, pois "É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem"²⁴, mas, para que "a palavra assegure a "comunicação", é preciso que esteja habilitada a isso pela linguagem, da qual é apenas atualização"²⁵. Ainda, Benveniste, marca a importância da palavra lida, ao destacar "A leitura só é acessível àqueles capazes de explicitar "o destino" reservado a outrem" (2014, p. 175). Aqui, parece apontar que a leitura é uma forma de acessar o mundo, via palavra.

Nas *Últimas Aulas no Collège de France* (2014, p. 127), na abertura do capítulo *A língua e a escrita*, Benveniste destaca: "Vivemos na civilização do livro, do livro lido, do livro escrito, da escrita e da leitura", essa construção aponta para o ato fundador da escrita, mas igualmente para a necessária habilidade de ler o escrito. Para o autor, ler é critério da escrita, isso porque " 'Ler' e 'escrever' são o mesmo processo no

²¹ KNACK, C; OLIVEIRA, G. F. *Avaliação de textos acadêmicos escritos: uma perspectiva enunciativa*. DESENREDO (PPGL/UPF), v. 13, p. 706-732, 2017. p.5.

²² BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 82.

²³ *Ibidem*. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995, p.285.

²⁴ *Idem*.

²⁵ *Idem*.

homem; um não ocorre jamais sem o outro, são duas operações complementares tão estreitas e necessariamente associadas que uma é como o avesso da outra"²⁶. Concluimos que a leitura atende ao critério da escrita. Nessa condição, um passo importante é compreender que "nos servimos de palavras"²⁷, escritas ou faladas. Trata-se de acessar a experiência do locutor em transpor o limite do universo da leitura para que o sujeito materialize o conteúdo do lido e o converta em significação. É uma leitura em aberto, porque o ato enunciativo de leitura vincula-se à presença do singular.

É a conversão da língua em discurso que permite a passagem para aquele que enuncia representar a realidade e para aquele que lê, recriar a realidade. A realidade é o acontecimento e a experiência do acontecimento. Logo, é essa experiência humana inscrita na linguagem que possibilita ao locutor renascer a sua experiência de estar na língua. Nessa perspectiva, há evidente relação teórica de Benveniste com os estudos de Benjamin sobre a definição de experiência e memória, tópicos da próxima seção.

2 Memória e experiência: composição de uma biblioteca interior

A leitura é um fenômeno complexo da experiência humana, um meio de internalizar os fatos que se lê e externalizar o lido. Para compreender este processo, recorreremos aos conceitos de experiência e de memória em Benjamin. Segundo o autor, a experiência leitora constitui-se menos a partir de dados isolados, fixados na memória, e mais a partir de dados acumulados, muitas vezes não conscientes, que afluem à memória. Isso permite dizer que a leitura funciona quando colocada em palavras, ou seja, quando algum sentido é extraído do que se lê e transformado em outra narrativa. A experiência é, então, antes de mais nada, uma relação entre algo ou alguém, um "acontecimento"²⁸.

²⁶ BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France*. (1968-1969) São Paulo: Editora UNESP, 2014. p. 180.

²⁷ Idem, p.131.

²⁸ BORTOLINI, B. *Walter Benjamin e a categoria de experiência (Erfahrung)*. Passo Fundo: Daniel Confortin, 2020.p. 64.

Partindo da concepção de que a memória pressupõe a expressão da experiência individual do sujeito, aquele que ao (re)contar sua história a (re)conta sob seu ponto de vista, é necessário investigar se a ideia de memória remete ao passado. Importante sublinhar que a noção de memória, aqui, faz referência à narratividade. Para Benjamin, a experiência é a transmissão de histórias pela narração, em Benveniste é “uma estrutura imaterial, comunicação de significados, substituindo os acontecimentos ou as experiências pela sua 'evocação' ”²⁹. É o relato do passado que possibilita a preservação de uma memória que se faz presente a cada nova enunciação, (re)significando sentidos e suscitando outras maneiras de interpretar, “é sempre uma interpretação dos ‘fatos’ passados a partir de um momento presente”³⁰. Essa “capacidade de trocar experiências”³¹ ocorre entre um *eu* e um *tu*.

O conceito de experiência não é claramente desenvolvido por Benjamin. O termo aparece em contextos distintos, com conotações variadas. Necessário equilibrar essas noções. Na década de 30, o autor já indicava para o empobrecimento da experiência, apontando como cada vez mais rara no mundo, ao mesmo tempo em que compõe uma reflexão mostrando a expansão da técnica como dado relevante que dá origem à miséria de experiência do homem. Destaca que a experiência adquirida ao longo do tempo não é socializada pelo sujeito que a detém, não é relatada para o outro, não é transmitida como saber, nem mesmo em provérbios, nem em narrativas.

Na concepção de Benjamin, o homem perdeu a capacidade de contar histórias e, por consequência, desgastaram-se as relações comunicáveis entre os familiares e com o outro, fato que provocou inabilidade dos homens em transmitirem suas próprias experiências de contar suas narrativas, elemento que sinaliza para a perda das experiências coletivas e destaca: “A arte de narrar está definhando, porque a

²⁹ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p.30.

³⁰ BORTOLINI, B. *Walter Benjamin e a categoria de experiência (Erfahrung)*. Passo Fundo: Daniel Confortin, 2020.p. 65.

³¹ BENJAMIN, W. “O contador de histórias: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Linguagem, tradução, literatura*. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 2015. p. 209

sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção”³². Isso significa que a experiência é aquilo que pode ser transmitido de geração em geração.

De acordo com Benjamin ³³, a experiência não é algo que se possa simplesmente fazer ou não fazer, mas o mundo das relações constitutivas da realidade, dentre elas “a capacidade de trocar experiências”, na experiência *com* e *a partir da* leitura. A troca de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida, é irrepetível e aponta sempre para uma abertura. Se “o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo”³⁴, é o tecido significativo da instância de discurso que “constrói um mundo, uma realidade configurada em discurso”³⁵

Em um dos escritos benjaminianos, está registrada a parábola do pai, um vinhateiro, que no momento da morte revela a seus filhos a existência de um tesouro enterrado em seus vinhedos. Os filhos cavam, mas não descobrem qualquer vestígio do tesouro. Com a chegada do outono, as vinhas produzem mais que qualquer outra na região. Só então compreenderam que o pai lhes havia transmitido certa experiência: a felicidade não está no ouro, mas no trabalho. O ato de narrar pressupõe presentes a pessoa que fala e o ouvinte, de modo que, na forma de narrativa, insere sua vivência, agora experiência. Neste contexto, o pai possui uma vivência particular do mundo – a benção não está no ouro, mas no trabalho – e a transforma em sabedoria para os filhos. Se associarmos esse exemplo à leitura, o tesouro seria o livro, mas é na leitura que reside a possibilidade de pensar – o passado, o presente –, escapar da linearidade e (re)significar.

Essa narrativa transmitida de forma oral pode ser escrita, mas será determinada pela lembrança que aflora na memória de quem narra. A experiência (*Erfahrung*) representa esse “conteúdo” que deve ser passado adiante. O “saber da experiência” se constitui no par conhecimento e vida. Reiteramos, como exemplificado na parábola, o “saber da experiência” se dá na experiência adquirida ao longo do tempo e que é transmitida. Ao morrer, o pai leva a vivência, o que lhe é

³² Idem.. *Rua de mão única*. Infância berlinense: 1987. Autêntica. p.201.

³³ Idem.“O contador de histórias: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Linguagem, tradução, literatura*. Lisboa, Portugal: Assírio & Alvim, 2015. p. 140.

³⁴ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.85.

³⁵ FLORES, V., N. Problemas Gerais de Linguística. Petrópolis. Vozes, 2020. p. 108.

totalmente individual; é a experiência que se torna um legado. Aqui fica evidente o caráter transgeracional da experiência.

[...] as pessoas mais velhas passavam-na [experiência] sempre aos mais novos. De forma concisa, com a autoridade da idade, nos provérbios; em termos mais prolixos e com maior loquacidade, nos contos; por vezes através de histórias de países distantes, à lareira, para filhos e netos [...]³⁶.

Por esse motivo, há diferentes experiências: a tradicional, que transmite algum conhecimento, e científica, baseada no saber sistemático. De acordo com Benjamin, o narrador recorre ao acervo de experiências de vida, tanto as suas como as relatadas por outros, e isso possibilita entender que ao narrar ocorre uma transformação de algo sólido em experiência para quem ouve. Desta forma, é a memória que faculta a construção de experiências inteligíveis e com significados. Segundo Amado³⁷, "Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, futuro". Manguel observa passagens da própria vida pela memória dos acontecimentos passados. Nem todos os outros são vivenciados ou lembrados de forma fragmentada, são lembrados no exato instante da evocação da memória. Tudo está lá, mas é preciso passar pela linguagem para se tornar relato do presente e, portanto, um novo acontecimento. Nesta composição, "a linguagem que falamos nos define"³⁸ e a memória está interligada à experiência.

Em *Sobre alguns temas em Baudelaire*, Benjamin³⁹ considera a memória como essencial para compor a estrutura filosófica da experiência, isso porque também se

³⁶ BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume I, 2 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 2012. p. 85.

³⁷ AMADO, J. *O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral*. História. São Paulo, n.14, 1995, p. 132.

³⁸ MANGUEL, A. *Encaixotando minha biblioteca: uma elegia e dez digressões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p.126.

³⁹ BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume I, 2 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

serve dos fatos armazenados na memória para ser utilizada como aspecto de conhecimento e saber. A relação entre a memória e a experiência ativa estruturas sociais, as quais interferem diretamente na sociedade, principalmente no cotidiano social e político, uma vez que estão ligados aos elementos que auxiliam na formação dos valores morais e éticos.

No texto *Experiência e Pobreza*⁴⁰, Benjamin utiliza a expressão "deixar rastros" para ilustrar não a experiência em si, mas os produtos da cultura em um contexto de crise da experiência. Nesta perspectiva, recuperar os rastros de leitura na escrita coloca em relevo a tarefa do leitor. Assim, colocar em diálogo a experiência de leitura e o **objeto livro** projeta que o "rastro" de leitura na escrita depende tanto do livro quanto do leitor. Isso não é determinante, mas pontua certo distanciamento do leitor para realizar uma experiência de leitura. Mas qual é o rastro da experiência na modernidade? Benjamin descreve o colecionador autêntico ao expressar a ideia de "posse seja a mais íntima relação que se pode ter com as coisas: não que estejam vivas dentro dele; é ele que vive dentro delas"⁴¹. Este, seguramente, é um rastro, mas a posse poderia ser traduzida como um tipo de memória?

Para Benjamin, a pobreza da experiência está relacionada ao desenvolvimento, visto como uma forma de miséria. Essa incapacidade de narrar aparece como um sintoma da modernidade que quer apagar aquilo do passado que sobra no presente, pois no pensamento moderno, não há espaço para a dúvida. A uma modernidade técnica, transforma-se "os homens antigos em criaturas inteiramente novas (...). De resto, essas criaturas também falam uma língua inteiramente nova"⁴². Isso, para o autor, é a morte da experiência. Ao falar da vivência, o autor faz referência ao que aconteceu e só existe se for transmitido, porque é por meio da transmissão que acontece a passagem da vivência em experiência.

Ao diferenciar experiência (*Erfahrung*) de vivência (*Ergebnis*), destaca que, dependendo do empenho na realização das vivências, menos essas impressões serão incorporadas à experiência, e tanto mais corresponderão à vivência. O

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Idem. *Rua de mão única*. Infância berlinense: 1987 Autêntica.p.235.

⁴² Idem. *Experiência e Pobreza*. In: BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, volume I, 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense,2012. p.126.

indivíduo moderno só tem a pequena vivência individual, que se resume no agora e não pode ser partilhada porque é só sua, ao passo que a experiência é supraindividual, perpassada pela tradição, um passado carregado de memória, pois não se constitui no momento em que se vive, mas quando se transmite. Se relacionarmos a noção de experiência com o processo de leitura, entenderemos que "o ler" não acontece no momento da leitura do livro, por exemplo, mas a partir do que foi lido. É o que denominamos "revascularização" da leitura.

No itinerário de leitura da obra *Encaixotando minha biblioteca*, Manguel, a cada caixa de livros que organiza, recupera lembranças de sua vida, das conversas com outros autores, relembra sua relação com os livros e as bibliotecas (públicas e privadas) que conheceu. O simples ato de organizar os livros desencadeava memórias, as mais diversas, nem sempre felizes, mas que no movimento de ir e vir, ao relatar aos leitores as impressões das leituras e livros, construía uma noção de vivência. Neste estímulo da memória, as lembranças saltavam juntas, leitura e memória se entrelaçavam, remetiam à experiência humana de ler e ressignificar o sentido no (re)ler. Sim, porque a transmissão materializa a sabedoria da vida, logo, a experiência. Isso porque "Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo"⁴³. É possível inferir que o tempo é elemento orientador no critério do locutor e na constituição do sujeito.

A ideia de experiência reside na preservação da memória, algo que pode ser comunicado apenas por meio de um testemunho, da tentativa de reviver no outro a experiência, mas não como um conteúdo informativo determinado. Aqui, o autor delimita o sentido da experiência do sentido da informação. A primeira refere-se a um saber particular, é o que toca. Para Benjamin, a pessoa que narra não existe sozinha, pressupõe a memória do ouvinte. Logo, a memória está relacionada à experiência e a reversibilidade *eu-tu*.

O exposto até aqui sugere que a tarefa do locutor é a de se propor como sujeito na singularidade da leitura enunciativa, **possibilitando, a partir do um aparelho**

⁴³ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.71.

enunciativo de leitura – representado pela biblioteca interior – relacionar o conceito de intersubjetividade entremeado pela experiência humana de linguagem.

3 Do homem na língua ao sujeito da leitura

A leitura é experiência por ser uma espécie de armazenamento, de insumo pessoal que permite equilibrar o domínio em uma biblioteca interior – um tempo particular – capaz de possibilitar a transição entre o Eu e o Outro, provocando abertura para o mundo. Assim, não lemos livros, mas habitamos neles, moramos nas linhas, entre os parágrafos, no intervalo dos capítulos e, também, no ponto da última página. Por isso, acreditamos que o leitor, no ato de ler, integra a paisagem (o texto – paisagem textual) da leitura. À vista disso, está o que Benveniste revela “a língua aparece para mim como uma paisagem que se move (ela é o lugar das transformações)”⁴⁴. Isso acentua a ideia de que o leitor também é autor, pois traz para o texto lido os fios de outras leituras anteriores⁴⁵. Nas palavras de Lispector⁴⁶ “Meu enleio vem de que um tapete é feito de tantos fios que não posso me resignar a seguir um fio só; meu enredamento vem de que uma história é feita de muitas histórias.”. O acervo de leitura(s) do leitor é a mola que equilibra os processos de leitura.

Segundo Ponzio⁴⁷ (2017), a responsabilidade de intérprete do texto concerne tanto ao autor como ao leitor, esse é o sujeito singular na sua relação com o texto. Adicionalmente, explica que cada um lê atravessando os limites do que lê, é aquele que produz o “texto – leitura que não é a duplicação desse mesmo texto, o espelho [...], mas um texto-leitura que é, em graus diversos [...] também um texto-escritura”⁴⁸. O referido autor apresenta a produção e a fruição como funções distintas para a leitura e deixa claro que o leitor está, ao invés de graus diversos, em uma posição

⁴⁴ BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France*. (1968-1969) São Paulo: Editora UNESP, 2014. p.194.

⁴⁵ CORACINI, M. J. Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar. In: CORACINI, M., J. *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. São Paulo: Mercado das Letras, 2010.

⁴⁶ LISPECTOR, C. Os desastres de Sofia. In: *A legião estrangeira*. São Paulo, Siciliano, 1992. p.10.

⁴⁷ PONZIO, A. *Visões do texto*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017.

⁴⁸ Idem. p.126.

ativa e responsável; e a leitura, em graus diversos, não tem fruição nem transcrição, mas ela mesma escritura. O termo fruição remete a Barthes, entendido como a leitura que toma o texto pelo próprio prazer. Barthes destaca que a leitura é também escritura, não aderente ao texto, mas toma no confronto com ele aquela distância, não por desatenção, mas por excesso de interesse.

De fato, não há como distanciar a leitura de uma função-leitor, porque compreende, também, a subjetividade como “a capacidade do locutor para se propor como sujeito”⁴⁹. A base desse movimento pode acontecer pelo potencial de leitura do locutor e pelo engendramento da experiência de leitura do sujeito. Benveniste acolhe: “bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver”⁵⁰, detalhe que torna impossível não associar as relações que essa linguagem tem com a vida cotidiana e, para além das relações humanas que constituímos, ser uma *forma-de-vida*. Manguel⁵¹ destaca que “ler nos permite vivenciar nossas intuições como fatos e transformar o movimento através da experiência numa travessia reconhecível pelo texto”.

A soma das camadas enunciativas de leitura do locutor e a experiência deste locutor mobilizam diferentes campos do conhecimento que não estariam “explicando uns aos outros, mas produzindo questões e compartilhando entre si suas próprias interrogações”⁵². Naujorks⁵³ compreende “a leitura como ‘um fazer de novo’, um processo de ressignificação, ou seja, fazer de novo o percurso da significação” instaurado no texto. Aqui, um parêntese se faz necessário. Em nosso entendimento, o leitor, ao acessar o livro, refaz um itinerário, traça um percurso de leitura (mesmo que inconsciente). Esse é um processo contínuo e vai sendo ressignificado com o acréscimo de novos títulos. É essa a imagem da biblioteca interior que queremos mostrar: um amontoado de registros alinhados, outras vezes sobrepostos, esquecidos, refeitos, mas que compõem o nosso acervo pessoal de

⁴⁹ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p.71. p. 286.

⁵⁰ Idem. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 222.

⁵¹ MANGUEL, A. *O leitor como metáfora: o viajante, a torre, e a traça* [Edição Kindle]. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017, s. p.

⁵² TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir. *Linguística da Enunciação: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores*. ReVEL, v. 9, n. 16, 2011. [www.revel.inf.br]. p.423.

⁵³ NAUJORKS, Jane da Costa. *Leitura e enunciação: princípios para uma análise do sentido na linguagem*. 153f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2011. p.49.

leitura, que está “em nós” aguardando a oportunidade para “desfilar” na fala ou no escrito de um sujeito-leitor. A esse movimento denominamos “revascularização da leitura”.

O termo “revascularização” remete, neste emprego, a leitura tentando passar pelo corpo, agindo no corpo. Já, a menção ao termo biblioteca é porque remete ao espaço dos livros, uma espécie de casa. Neste caso, é na biblioteca interior que estão armazenados nossos insumos de leitura. A expressão “revascularização da leitura” ilustra o fato de ler, aprofundar, reler e converter, dentre outros movimentos, a leitura em outro processo de busca, tal qual o sangue que se oxigena e renova inundando o corpo. Para dar concretude a essa ideia, tomemos as palavras de Foucault quando assinala que a leitura constituiu um “corpo”, como “o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras se apossou delas e fez sua a respectiva verdade”⁵⁴. Nesta mesma linha, entender a leitura que habita o corpo e “preenche o vazio das cicatrizes”⁵⁵ e se (re)compõe sempre pela inserção do outro, no preenchimento de uma falta que lhe é constitutiva⁵⁶. Todas as formas de dizer, de representar nos constituem sujeitos da linguagem.

Antes de qualquer coisa, a leitura sugere dar tempo para que o Outro se enuncie. Em relação à leitura essa tarefa, conforme Ponzio⁵⁷, exige tempo para imersão no texto escrito, tempo para levantar os olhos do texto e pensar sobre ele. A temática da leitura também fez parte da reflexão de Barthes que lança ao leitor duas perguntas entrelaçadas: “Nunca lhe aconteceu, ao ler um livro, interromper com frequência a leitura, não por desinteresse, mas, ao contrário, por afluxo de ideias, excitações, associações? Numa palavra, nunca lhe aconteceu *ler levantando a cabeça?*”⁵⁸. Esses dois exemplos fazem referência ao “dar tempo a” e alinha-se ao “parar para”, vinculados à ideia da necessidade e, segundo Larrosa⁵⁹

⁵⁴ FOUCAULT, M. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p.5.

⁵⁵ ECKERT-HOFF, Beatriz. M.; CORACINI, Maria. J. R. F. (orgs.) *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, língua materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

⁵⁶ CORACINI, M. J. *Identidade e discurso*. Campinas: Editora da Unicamp; Chapecó: Argos Editora Universitária, 2003.

⁵⁷ PONZIO, A. *Visões do texto*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017.

⁵⁸ BARTHES, R. *O rumor da língua*. 2012. p.26 - grifos do autor.

⁵⁹ LARROSA, B., J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. n. 19, jan/fev/mar, 2002. p.24.

[...] parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; [...] abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço.

Somos as camadas enunciativas de leitura que construímos e a experiência que potencializamos. É a leitura formada *na* e *pelas* camadas que nos autoriza a falar da leitura que somos. Mas e as pregas da leitura? São diferentes das camadas? Por quê? Acreditamos que as pregas da leitura acontecem na organização das camadas, vão ganhando contornos e se (re)configurando a cada ato de leitura, por meio dos textos que nos apropriamos e se alinham nas estantes e ao longo das fileiras do corpo. Neste processo, na medida em que tomamos contato com leituras, as mais variadas, vamos elaborando uma dobradura, onde nada do que lemos se desprega, mas tudo ressignifica. Nesta perspectiva, o livro é uma ponte para a experiência(s), porque ativa o espectro de um momento único e significativo fundado na atividade do leitor. Essa articulação incorpora o **objeto livro** à sua experiência mais humana, amplia reflexões e permite viver na linguagem.

Assim, a leitura é atravessada por correntes de linhas diferenciadas e cabe ao leitor organizar a sintonia de leitura(s). É o **objeto livro** aquele que designa a linguagem imediatamente disponível para a enunciação, em oposição a uma corrente que escapa e se reconstitui no desencaixotar de outras linhas. A leitura, neste formato, nasce como substância de broto de outras leituras. Benjamin, em *A despensa e Esconderijos*⁶⁰, faz referência aos cômodos da casa, móveis e aposentos, ou seja, remete ao interior de algo. Pensando nesta relação, o espaço da biblioteca compõe uma arquitetura, uma geografia interior. São os livros alinhados que garantem certa concretude na memória do leitor e funda uma leitura-memória, peça que faz escapar pelas bordas a identidade que a constitui. Mas, como poderia ser uma biblioteca interior? Qual sua geografia? Seria uma espécie de despensa, aquele espaço que guardaríamos a substância lida? Tentemos imaginar seguindo a descrição do espaço físico de uma despensa, descrito por Benjamin.

⁶⁰ BENJAMIN, W. *Rua de mão única*. Infância berlinense: 1987. Autêntica.

A minha mão entrava pela fresta apertada do armário da despensa como um amante pela noite adentro. Quando se habituava à escuridão, começava a tatear em busca de açúcar ou amêndoas, de uvas-passas ou compotas. E ainda como o amante, que abraça a mulher antes de beijá-la, o sentido do tato marcava encontro com eles antes que a boca saboreasse a sua doçura. E como o mel, uma mão-cheia de uvas-passas, até o arroz, se entregavam, lisonjeados, à minha mão! Que paixão a do encontro que libertava ambos da colher! Agradecida e rebelde como a moça raptada da casa dos pais, a compota de morango oferecia-se para ser saboreada sem pão, por assim dizer ao ar livre, e até a manteiga respondia com ternura à ousadia de um pretendente que avançava pelo seu quarto de solteira. A mão, esse D. João juvenil, em breve tinha entrado em todas as câmaras e aposentos, deixando atrás de si camadas espessas a escorrer: a virgindade que, sem protestos, se renovava.⁶¹

Foi possível visualizar a biblioteca interior? Pense no tatear dos livros, nos mais diversos formatos, cores e cheiros. Busque por títulos, temáticas, sensações, pois está tudo ali, é só acessar. Essa poderia ser a configuração de uma memória particular de leitura, a biblioteca interior é o espaço da experiência humana. Nela é possível agir sobre o passado “como a mão do oleiro na argila do vaso”⁶² e o lugar privilegiado para o homem viver suas experiências. Insularizar o repertório de leitura(s) possibilita a passagem de locutor a sujeito, aquele que insere seu discurso no mundo. Ainda, a significação que resulta “da experiência do mundo ou a qual a experiência do mundo se adapta”⁶³, isso porque simbolizar uma experiência é inerente ao homem *na e pela* linguagem.

A partir das leituras que originaram este estudo, possibilitamos compor que os livros são nossos registros de experiência e as bibliotecas nossos depósitos de memórias. Tal representação pensamos estar relacionada às palavras de Machado de Assis, na citação a seguir:

⁶¹ Idem. p..87-88.

⁶² Idem. O Narrador – considerações sobre a obra de Nicolai Leskov. In: *Magia e Técnica, Arte e Política*. Obras Escolhidas I. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 107.

⁶³ BENVENISTE. É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 24.

Na vida, o olhar da opinião, o contraste dos interesses, a luta das cobiças obrigam a gente a calar os trapos velhos, a disfarçar os rasgões e os remendos, a não estender ao mundo as revelações que faz à consciência; [...] que desabafo! Que liberdade! Como a gente pode sacudir fora a capa, deitar ao fosso as lentejoulas, despregar-se, despintar-se, confessar lisamente o que foi e o que deixou de ser!⁶⁴

A leitura permite "sacudir" a realidade e oportunizar o leitor a "ser", desprendendo-se de amarrações e se reconfigurando. É a leitura-entrega que não disfarça os rasgões, tampouco os remendos preenchidos pela falta. Manguel completa e atualiza a memória em uma interação atravessada pela concretude e espacialização da voz e do corpo. Sim, a linguagem tem uma relação especial com nosso corpo. A leitura, a minha, desencapa os fios que fui e o que também não sou e ativa o "modo enredar-se" no corpo das letras, em seus corredores. O intercâmbio das experiências, seguramente é fundamental para evitar a supressão da memória. A representação da leitura traduz a satisfação da memória. É a folha escrita um corpo? Um corpo com incisões, com coração venoso, com espessura e consistência, que sempre se preenche na falta, porque uma leitura suscita outra leitura.

Retomamos aqui as camadas enunciativas de leitura. Aquelas que estão na memória e não podem ser separadas por ordem de importância, mas se complementam no conjunto. Assim, a "revascularização da leitura" é um texto que escrevemos em nós. Fato é que as camadas de leitura não se expandem de um momento para o outro, são etapas que misturam saberes e se articulam no encaixotar e desencaixotar. A leitura é um ato enunciativo porque concebe que o locutor, ao se colocar na posição de locutor-leitor, acessa um texto escrito, estabelecendo, assim um alocutário (pode ser um desdobramento de si mesmo) e apropria-se da língua para uma enunciação de retorno.

A leitura é uma nova enunciação e uma possível resposta porque "atinge um ouvinte e que suscita outra enunciação de retorno"⁶⁵ e é o discurso que possibilita ligar linguagem e homem, língua e homem, homem e sociedade. Considerando a

⁶⁴ ASSIS, M. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, Record, 1998. p. 62.

⁶⁵ BENVENISTE. É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.84.

ressignificação pelas leituras do locutor que abastecido teoricamente pode mostrar formas de ler, ver e interpretar. Dessa forma, ler envolve a experiência de leitor, uma experiência de significação e a soma de todas suas leituras individuais.

Como o processo de leitura enunciativa é singular e irrepetível, pois é renovado a cada instância de leitura, acreditamos que três composições de aparelho enunciativo de leitura são processados. O primeiro acontece do eu (livro) para o tu (locutor), sobre ele (memórias); já o segundo, é construído a partir do eu (locutor) para o tu (projeção do eu-leitor) sobre ele (interpretância). E o terceiro, o eu (sujeito) dirige-se para o tu (projeção do eu-sujeito) a ele (experiência). É o sujeito-leitor que acreditamos, aquele que de algum modo é afetado pela leitura, ou aqueles que “conscientemente transpõem barreiras da geografia física e superam o tempo histórico, eles autorizam o surgimento de uma outra geografia e de uma outra história à medida que avançam texto adentro”⁶⁶. Não é possível horizontalizar locutor-leitor e sujeito-leitor, porque o ato de ler quebra o vínculo que une a palavra ao locutor, para que a leitura seja refletida no exercício da linguagem do sujeito.

Considerações finais

Sublinhamos a indissociabilidade do homem e da linguagem. Além do que simbolizar uma experiência é inerente ao homem *na* e *pela* linguagem. A experiência humana aqui desenvolvida refere-se àquela que se constitui *na* e *pela* linguagem e possibilita o locutor a propor-se como sujeito aos outros e a si próprio. A cada nova apropriação, um novo sujeito se instaura, mesmo que seja o mesmo locutor a se apropriar, pois a experiência é constituinte do homem e não o homem da experiência. A leitura que entranha, migra no corpo e na memória, constrói uma rede de significados, (re)compondo pontos de vista e elaborando reflexões. Isso permite dizer que a memória não é o processo do inacessível. Pelo menos em relação à leitura. Retomemos a questão que mobilizou este estudo, qual seja: como a leitura contribui na formação da nossa biblioteca interior?

⁶⁶ MANGUEL, A. *O leitor como metáfora: o viajante, a torre, e a traça* [Edição Kindle]. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017, s. p.

Lembrando que a experiência de atualização da língua em discurso permite compor a leitura como uma estrutura – carregada de um suplemento de sentido – por meio do qual tecemos as relações com o mundo, e cuja composição, sempre singular, define uma dada (inter) subjetividade. Partindo da evidência do poder incontornável da palavra e sua função constituidora, a leitura coloca em evidência uma cena de leitura – aquilo que se traduz em palavras, o que intensifica a experiência humana e cria o que acreditamos articular, um aparelho enunciativo de leitura singular e irrepetível.

Benjamin em *Desempacotando minha biblioteca*, avalia o significado dos livros e assinala que tudo o sabemos hoje está baseado na presteza com que se abria para eles. O conteúdo, antes extrínseco ao livro, estava exclusiva e inteiramente dentro dele, não se configura mais como independente do que são hoje o número de páginas ou o papel. O mundo revelado na leitura e pelo objeto-livro jamais pode ser separado. Assim, ao considerar a leitura como manifestação da linguagem, ratificamos o contorno singular nos usos da língua e o **objeto livro** como o ingresso do sujeito no mundo. Manguel deixa claro que a sua experiência adveio dos livros, porque ler é cumulativo e avança em progressão geométrica, isso porque cada leitura está baseada no que o leitor leu antes. É, para nós, na biblioteca interior que a liberdade das experiências de leitura se desencaixotam, saindo do estado de “encaixotada em pregas”, transformando-se no aparelho semântico do homem que fala, que ressignifica a língua, nas “formas complexas do discurso”⁶⁷. Por isso, acessar a leitura exige um ato de vontade.

É preciso considerar que, ao longo da nossa vida, construímos experiência de leitura, aquela que tira do mundo pragmático e utilitário os objetos e convida-os a falar de um outro lugar. Este movimento de “mudar de lugar” não é conquistado tão rapidamente, mas feito de escolhas. Também é um processo solitário porque “A descoberta da arte da leitura é íntima, obscura, secreta, quase impossível de descrever. [...] Ela é adquirida por cada pessoa a sós, como uma espécie de epifania, ou talvez por contágio, em confronto com outros leitores.”⁶⁸ Esse é o ponto de

⁶⁷ BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p.90.

⁶⁸ MANGUEL, A. *Encaixotando minha biblioteca: uma elegia e dez digressões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p.166.

aproximação entre as teorias que revestem este estudo e a obra de Manguel. O referido autor, ao narrar suas memórias de leitura, faz renascer, pelo discurso, os acontecimentos que vivenciou, os lugares que eternizou e a experiência do que leu. Isso permite sublinhar que o sujeito se experimenta e experimenta o mundo por e meio das vivências e da linguagem do Outro. Por isso a experiência é um encontro.

Já no texto *Empacotando minha biblioteca*, o colecionar marca o desejo irrealizado no relacionamento com os livros. Como objeto, garante um formato e uma construção, inerte a espera de um leitor que o preencha de significado. A "revascularização da leitura" contempla o livro como extensão do corpo, abrigo e casa, como uma forma de transcrição, de passar o de dentro, que se fez e se faz e se recebe de fora, para fora, e de transformar a exterioridade em um princípio de constituição do corpo, logo da interioridade do homem.

A fim de acessar a leitura que queremos, trazemos as palavras de Nietzsche:

O leitor de quem espero algo deve [...] ser calmo e ler sem pressa [...], não deve esperar por encerrar um quadro de resultados. [...] O livro está destinado aos homens que ainda não caíram na pressa vertiginosa de nossa época rodopiante e que não sentem um prazer idólatra em ser esmagados por suas rodas – portanto, há bem poucos homens! [...] Tal homem ainda não desaprendeu a pensar enquanto lê, compreende ainda o segredo de ler entrelinhas; ele tem inclusive o caráter tão pródigo, que ainda medita sobre o que leu, mesmo talvez durante muito tempo depois de ter fechado o livro. [...] Se, ao contrário, o leitor, violentamente excitado, se precipita imediatamente na ação, se ele quer colher no chão os frutos que gerações inteiras podiam somente obter, é preciso então temer que ele não tenha compreendido o autor.⁶⁹

Conforme esclarece Benveniste, a leitura e a escrita situam-se "uma [...] o avesso da outra."⁷⁰ Nesse viés, a leitura enunciativa desdobra a situação enunciativa

⁶⁹ NIETZSCHE, F. W. *Escritos sobre educação*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p.46-47.

⁷⁰ BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France*. (1968-1969) São Paulo: Editora UNESP, 2014. p.180.

do locutor, alicerçada no aspecto extensivo da leitura, colocando em jogo as particularidades de vários locutores no ato enunciativo, isso porque aquele que lê se enuncia na leitura – locutor-leitor – e no interior da leitura que realiza faz o sujeito-leitor se enunciar. Por esse detalhe, o locutor é o “provocador” da leitura enunciativa e o sujeito, a manifestação da significação, passagem que opera a “revascularização da leitura”. Esse movimento implica diferentes realizações de leitura, pois o tempo e o espaço do locutor e a realização da leitura não podem ser compartilhados com o tempo e espaço da efetivação da leitura pelo sujeito.

Concluimos. O livro sem o leitor é sempre incompleto. Ele só é preenchido quando o leitor acessa o texto. A existência silenciosa do livro só se modifica quando o leitor o lê. Assim, toda escrita depende da generosidade do leitor. A leitura fez-se. E a vivência projetada pelo locutor-leitor traduziu-se na experiência do sujeito-leitor. E a realidade imaginária dos livros? Vive dentro da biblioteca interior dos sujeitos-leitores que ganham substância e identidade.

Referências

ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro, Record, 1998.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

BENJAMIN, W. Experiência e Pobreza. In: BENJAMIN, W. *Magia e Técnica, Arte e Política* - ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, volume I, 2 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1994. Disponível em: <https://bibliotecasocialvirtual.files.wordpress.com/2010/06/walter-benjamin-experiencia-e-pobreza.pdf>, acesso em 24 de novembro de 2022.

BENJAMIN, W. *Rua de mão única Infância berlinense*: 1987. Autêntica.

BENJAMIN, W. *Desempacotando minha biblioteca*: um discurso sobre o colecionador. In: *Obras Escolhidas vol 2, Rua de Mão Única*, São Paulo: Brasil.

BENJAMIN, W. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2013.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France*. (1968-1969) São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BORTOLINI, B., O. *Walter Benjamin e a categoria de experiência (Erfahrung)*. Passo Fundo: Daniel Confortin, 2020.

CORACINI, M. J. Discurso e escrit(ur)a: entre a necessidade e a (im)possibilidade de ensinar. In: CORACINI, M., J. *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, línguas materna e estrangeira*. São Paulo: Mercado das Letras, 2010. p. 17-50.

ECKERT-HOFF, B. M.; CORACINI, M. J. R. F. (orgs.) *Escrit(ur)a de si e alteridade no espaço papel-tela: alfabetização, formação de professores, língua materna e estrangeira*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

FLORES, V., N. *Problemas Gerais de Linguística*. Petrópolis. Vozes, 2020.

KNACK, C; OLIVEIRA, G. F. *Avaliação de textos acadêmicos escritos: uma perspectiva enunciativa*. DESENREDO (PPGL/UPF), v. 13, p. 706-732, 2017.

LARROSA, B., J. *Notas sobre a experiência e o saber de experiência*. Revista Brasileira de Educação. n. 19, jan/fev/mar, 2002.

LISPECTOR, C. Os desastres de Sofia. In: *A legião estrangeira*. São Paulo, Siciliano, 1992.

MANGUEL, A. *Uma história da leitura*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MANGUEL, A. *Encaixotando minha biblioteca: uma elegia e dez digressões*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MANGUEL, A. *O leitor como metáfora: o viajante, a torre, e a traça* [Edição Kindle]. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017, s. p.

NIETZSCHE, F. W. *Escritos sobre educação*. Trad. Noéli Correia de Melo Sobrinho. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

PONZIO, A. *Visões do texto*. São Carlos: Pedro e João Editores, 2017.

Sobre os autores/Sobre as autoras

ALDAIR MARINS DA SILVA

Graduado em Filosofia (Bacharel) pela Universidade de Passo Fundo (UPF), integrante do Grupo de Estudos Língua, Sociedade e Escrita em Perspectiva Enunciativa do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e do Projeto de Pesquisa *Ética da Alteridade e Críticas à Violência* com auxílio FAPERGS, edital 10/2021 – ARD/ARC coordenado pela Professora Dra. Bruna de Oliveira Bortolini.

ANGÉLICA SCHMITT DA SILVA

Graduada em Filosofia – Licenciatura pela UPF (2020). Foi bolsista PIBID e PIBIC/UPF durante a graduação, realizando pesquisas sobre educação, com ênfase em políticas educacionais e também, com o PIBID, participou de intervenções e aulas de filosofia nas escolas municipais e estaduais do município de Passo Fundo. Atualmente é professora da rede privada de ensino e cursa Especialização em Educação pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul – campus Pelotas. É integrante do Grupo de Estudos Língua, Sociedade e Escrita em Perspectiva Enunciativa do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS e do Projeto de Pesquisa *Ética da Alteridade e Críticas à Violência* com auxílio FAPERGS, edital 10/2021 – ARD/ARC coordenado pela Professora Dra. Bruna de Oliveira Bortolini.

ANTONIO JOSÉ VANZIN BOABAID

Bacharel em Piano pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Professor de piano e teclado. Conquistou entre os anos de 2017 e 2018 três prêmios em concursos nacionais de piano: 1º lugar no XXXVI e XXXVII Concurso Latino Americano Rosa Mística, em Curitiba, e Menção Honrosa no 2º Concurso da Casa da Música, em Porto Alegre.

BRUNA DE OLIVEIRA BORTOLINI

Professora de Filosofia e da área de Ética e Conhecimento na Universidade de Passo Fundo (UPF). Doutora em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS. Desenvolve pesquisas na área de Ética, Teoria Crítica e Educação, com base em autores como W. Benjamin, E. Levinas e J. Derrida. Atualmente coordena o Projeto de Pesquisa *Ética da Alteridade e Críticas à Violência* com auxílio FAPERGS, edital 10/2021 – ARD/ARC e integra o Grupo de Pesquisa *Escrita e Sociedade em Perspectiva Enunciativa* (CNPq).

CÉLIA HELENA DE PELEGRINI DELLA MÉA

Possui mestrado em Letras com ênfase em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutorado em Letras com ênfase em Teorias do Texto e do Discurso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora adjunta do Departamento de Letras Clássicas e Linguística do Curso de Letras da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e do Programa de Pós-graduação em Distúrbios da Comunicação Humana da mesma universidade. Vice-líder do Grupo de Pesquisa *Escrita e Sociedade em Perspectiva Enunciativa* (CNPq). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: enunciação, ensino e distúrbios de linguagem.

GABRIELA BARBOZA

Professora do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande. Doutora em Estudos da Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018), linha de pesquisa "Análises Textuais, Discursivas e Enunciativas", com período de doutorado-sanduiche na École Normale Supérieure, sob a orientação de Valdir Flores no Brasil e Irène Fenoglio na França. Tem interesse pela obra de Émile Benveniste em seus diferentes aspectos e abordagens, a partir dos quais procura desenvolver pesquisas desde perspectivas históricas, teóricas e/ou analíticas. Integra o grupo *Escrita e Sociedade em Perspectiva Enunciativa* desde novembro de 2021.

GUTO LEITE

Professor Adjunto do Instituto de Letras - UFRGS. Docente e orientador do Programa de Pós-Graduação em Letras. Doutor em Literatura Brasileira - UFRGS. Vencedor do Prêmio Açorianos de Criação Literária em 2012 e do Prêmio Açorianos como Compositor de Música Popular em 2018.

HUGO LORENZETTI NETO

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras - UFRGS. Mestre em Letras, Linha Escrita Criativa - UFRGS. Tem Curso de Formação em Diplomacia no Instituto Rio Branco. Atuou no Departamento do Ministério das Relações Exteriores e nos Setores Culturais das Embaixadas em Manágua e Bruxelas.

JAQUELINE SCHMITT DA SILVA

Mestra em História pelo PPGH/UPF (2014). Foi editora e membro do conselho editorial da Revista Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF. Atuou como professora da educação básica (Seduc/RS) entre 2012 e 2019, com o ensino de história para as séries finais do ensino fundamental, ensino médio e curso normal. Tem experiência de pesquisa com publicações relacionadas à História do Brasil, lideranças políticas do século XIX, Conselho de Estado, partidos políticos, discurso político, história política, política externa, História e imprensa, feminismo.

JANAÍNA NAMBA

Professora no Departamento de Filosofia da UFSCar. Pesquisadora em filosofia da psicanálise, filosofia e antropologia e filosofia da biologia. Traduziu a *Filosofia Zoológica* de Jean Baptiste Lamarck (2021) e é autora de *Expressão e Linguagem: aspectos da teoria freudiana* (2020).

IVANI CRISTINA BRITO FERNANDES

Bacharel e licenciada em Letras Espanhol-Português pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e doutora em Língua Espanhola pela Universidade de Salamanca (USAL-ES). Encontra-se como psicanalista em formação pelo Instituto de

Psicanálise Humanista (ITPH-RS). Atualmente é docente na área de Letras-Licenciatura em Espanhol na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM-RS). Participou do Projeto de Iniciação à Docência (PIBID) e de várias comissões colegiadas e gestão institucional, como o Núcleo Docente e Estruturante (NDE), chefia de departamento e coordenação substituta do curso de Letras (EaD). Trabalha com os temas de formação docente; Enunciação, Pragmática e Argumentação; articulação entre Psicanálise e Educação, projeto de vida e Educação.

MARCIA BOABAI

Professora Adjunta do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, campus Frederico Westphalen (UFSM/FW). Doutora em Letras, Estudos da Linguagem, com ênfase em Análises textuais, Discursivas e Enunciativas pelo PPG Letras - UFRGS. Integra o Grupo de Pesquisa *Escrita e Sociedade em Perspectiva Enunciativa* (CNPq). Suas pesquisas abordam as Teorias do Texto e do Discurso; Linguística da Enunciação; Teoria Enunciativa de Émile Benveniste; leitura e subjetividade nos/dos escritos universitário e midiático.

RAQUEL SCHAEFER KLAUCK

Mestranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM) da UFSM. Possui experiência na área de comunicação, com ênfase em Relações Públicas e Comunicação Organizacional nos seguintes temas: relações públicas, planejamento estratégico organizacional, comunicação nas mídias digitais, gestão de crise e comunicação interna e endomarketing. Seus interesses de pesquisa consistem em estratégias de comunicação orientadas por dados.

RÚBIA KELLER VIEIRA

Graduada em Jornalismo pela Universidade Franciscana (UFN) e licenciada em Letras - habilitação Português e Literaturas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2022). Atualmente mestranda no Programa de Pós-graduação em Distúrbios da Comunicação Humana (UFSM). Seus interesses estão voltados à comunicação, à linguística e à linguagem em distúrbio.

SILVANA SILVA

Professora Adjunta do Instituto de Letras- UFRGS. Docente e Orientadora do Programa de Pós-Graduação em Letras - UFRGS. Professora Adjunta do Instituto de Letras. Pós-Doutora em Estudos Retóricos (Université Liège - Bélgica). Doutora em Estudos de Linguagem (UFRGS). Membro do GT de Semântica da ANPOLL. Líder do Grupo de Pesquisa *Escrita e Sociedade em Perspectiva Enunciativa* (CNPq). Temas de interesse: epistemologia da linguística; Émile Benveniste; produção de textos; educação linguística.

